

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS MORRINHOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
MAXIMILIANO GONÇALVES DA COSTA

**DOM EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA E A
EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GOIÁS (1923 - 1955)**

MORRINHOS-GO
2020.

MAXIMILIANO GONÇALVES DA COSTA

**DOM EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA E A
EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GOIÁS (1923 - 1955)**

MORRINHOS-GO
2020.

MAXIMILIANO GONÇALVES DA COSTA

**DOM EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA E A
EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GOIÁS (1923 - 1955)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História- PPGH, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em História. Linha de pesquisa: Cultura, Religião e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Precioso

**Co-orientador: Prof. Dr. Robson
Rodrigues Gomes Filho**

MORRINHOS-GO
2020.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UEG
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GM464 GONÇALVES DA COSTA, Maximiliano
d Dom Emanuel Gomes de Oliveira e a Educação Superior
em Goiás (1923 - 1955) / Maximiliano GONÇALVES DA
COSTA; orientador Daniel PRECIOSO; co-orientador Robson
Rodrigues GOMES FILHO. -- Morrinhos, 2020.
237 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico em História) -- Câmpus Sudeste -
Sede: Morrinhos, Universidade Estadual de Goiás, 2020.

1. Dom Emanuel. 2. Educação Superior. 3. Igreja
Católica. 4. Laicização. I. PRECIOSO, Daniel, orient.
II. GOMES FILHO, Robson Rodrigues, co-orient. III.
Título.

MAXIMILIANO GONÇALVES DA COSTA

**DOM EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA E A
EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GOIÁS (1923 - 1955)**

Dissertação defendida ao Programa de Pós-Graduação em História- PPGH, da Universidade Estadual de Goiás, para obtenção de título de mestre, em 15 de dezembro de 2020

Banca examinadora:

Profº. Drº. Daniel Precioso (Universidade Estadual de Goiás / UEG)

Orientador / Presidente

Profº. Drº. Robson (Universidade Estadual de Goiás / UEG)

Co-Orientador

Profº. Drº. André Luiz Caes (Universidade Estadual de Goiás / UEG)

Membro Interno

Profº. Drº. Eduardo Gusmão de Quadros (Pontifícia Universidade Católica de Goiás / PUC-GO)

Membro Externo

Morrinhos-Go, 15 de dezembro de 2020

Dedico este trabalho a Deus, Sumo e Eterno Bem.

AGRADECIMENTOS

"Só quem sabe agradecer experimenta a plenitude da alegria"

Papa Francisco

Chegar ao término de um ciclo sempre é momento de alegria, e esta alegria deve ser acompanhada pela gratidão. Portanto, gostaria de externalizar a minha alegria e gratidão a tantas pessoas e instituições que colaboraram comigo, para que eu pudesse trilhar esse caminho do mestrado e chegar com êxito ao seu fim.

A Dom Dilmo Franco, então reitor do nosso Seminário Interdiocesano, que foi meu formador no primeiro ano de Seminário e diretor espiritual e que me fez, em 2018, o convite para voltar aos estudos na área da História da Igreja, a fim de colaborar de maneira mais efetiva com essa Disciplina em Goiânia, fato que despertou meu interesse pela pós-graduação.

A Dom Waldemar Passini Dalbello que, com sua paternidade espiritual e aconselhamento, ajudou-me no discernimento para o início dos estudos.

À Arquidiocese de Goiânia, na pessoa de nosso arcebispo Dom Washington Cruz, que tão gentilmente endossou o convite de Dom Dilmo, para que eu cursasse o Mestrado em História, com o foco direcionado à História da Igreja em Goiás.

À Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, em Senador Canedo, onde atuo como pároco, atuação que me possibilitou condições materiais e de tempo, para que eu cumprisse toda essa trajetória, entendendo e conciliando minhas ausências face às horas dedicadas ao estudo e pesquisa.

Aos amigos padres, Antônio Donizeth do Nascimento e João Batista de Lima, que me acompanharam com sua presença, apoio e amizade desde o início do processo seletivo até o término do curso, sempre me apoiando e animando nessa caminhada.

A minha família. De modo muito especial aos meus pais, José Libério da Costa e Maria da Glória da Costa, meu porto seguro, onde sempre encontro apoio e segurança.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás, que tanto contribuíram para minha formação nesse período, colaborando de maneira substancial para qualificação do meu ministério. De maneira especial gostaria de agradecer ao professor Daniel Precioso, que tão gentilmente me orientou durante a escrita da dissertação com seu refinamento teórico e dedicação, auxiliando-me para que eu ampliasse o meu raio de conhecimento crítico e, conseqüentemente, tivesse o bom êxito no resultado final. Ao

professor Robson Gomes Filho, que desde o início do projeto me ajudou a delimitar e evidenciar o objeto de pesquisa, colaborando como co-orientador.

Às pessoas e instituições que me possibilitaram acesso às fontes primárias. Ao professor Antônio Caldas Pinheiro, diretor do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central- IPEHBC, onde tive acesso ao arcabouço documental de Dom Emanuel Gomes de Oliveira. À professora Vanessa Carnielo, que tão gentilmente cedeu-me boa parte das fontes já digitalizadas para minha pesquisa. Ao professor Wolmir Amado, reitor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO, que me permitiu acesso a muitas informações importantes sobre a história desta universidade. Às paróquias mais antigas de Goiânia, nas quais tive a possibilidade de consultar os livros tombos em busca de dados importantes para minha pesquisa. Ao amigo José Henrique Rodrigues Machado, quem tive a graça de conhecer nesse caminho do mestrado e firmar vínculo de amizade, que tanto me ajudou com sua presença e conhecimento.

Sou muito grato a Deus por me permitir, como membro da hierarquia eclesiástica, conhecer e estudar um testemunho tão autêntico, como foi o de Dom Emanuel Gomes de Oliveira para a História da Igreja Católica em Goiás. Suas ações e feitos foram tão relevantes que marcaram uma época, e competirá sempre à história narrar e contar seus feitos.

*Transfigurados pelo amor divino,
atrairemos sem esforço a simpatia das
almas para o Oceano de bondade – Deus.*

Dom Emanuel Gomes de Oliveira

RESUMO

GONÇALVES DA COSTA, Maximiliano. Dom Emanuel Gomes de Oliveira e a Educação Superior em Goiás (1923 - 1955). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Goiás – UEG, Morrinhos – GO, 2020.

Esta dissertação tem como finalidade analisar a contribuição da Igreja Católica para implantação da educação superior em Goiás, durante o episcopado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Ele liderou um forte movimento educacional em todos os níveis que se consolidou em diversas regiões do Estado, inclusive lançando as bases para que no futuro se fundasse a primeira Universidade do Centro Oeste. Veremos que esse projeto de Dom Emanuel não era isolado, mas estava imerso numa perspectiva mais ampla, que envolvia todo o episcopado brasileiro, com o desejo de estabelecer uma restauração católica no país diante do movimento de laicização do Estado e da sociedade que avançava. Nesta perspectiva, tomamos como problema central de pesquisa o seguinte questionamento: como a educação superior católica se constituiu como parte fundamental para autoafirmação da Igreja Católica em Goiás e combate a laicização no episcopado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira entre 1923 a 1955? Partindo dessa questão abordaremos os primeiros desafios que o referido bispo enfrentou no início do seu bispado e quais foram as suas iniciativas para responder a cada uma das questões apresentadas. Debateremos que o processo de laicização contribuiu para o avanço do protestantismo em Goiás, e isso fez com que a Igreja Católica reagisse utilizando a educação como uma das vias para conter esse avanço. Nesta mesma perspectiva analisaremos como se deu a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, onde se acolheu os três primeiros cursos superiores de iniciativa católica na nova capital, a saber: Enfermagem, Farmácia e Odontologia. Além disso, analisaremos como se deu a base solidificada por Dom Emanuel, na qual foi edificada a Universidade Católica de Goiás, fundada após sua morte. Para tanto, apresentaremos o Congresso Eucarístico de Goiânia de 1948 como o acontecimento mais importante que marcou a convergência de forças para a fundação da Universidade do Brasil Central, que não saiu do papel, mas que possibilitou a Igreja Católica continuar seus investimentos na educação superior, principalmente com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que posteriormente se tornou o germe da Universidade Católica. Além do mais apontaremos a participação de Dom Emanuel nas iniciativas da sociedade civil que aconteceram nesta época para a fundação de novos cursos superiores, sua participação foi de fundamental importância para a consolidação desses cursos, alguns deles agregaram a base que resultou na fundação da Universidade Católica. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, analisamos um importante conjunto documental que pertencia ao arquivo oficial e pessoal de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, bem como cartas, atas, relatórios, grades curriculares, balancetes econômicos que nos possibilitaram colher informações importantes que estão contidas nesta dissertação. A via da instrução-educação foi a via eleita pela Igreja Católica em Goiás como o caminho mais eficaz no combate à laicização e manutenção de sua hegemonia.

Palavras-chave: Igreja Católica. Educação Superior. Estado. Laicização. Goiás. Emanuel Gomes de Oliveira.

ABSTRACT

GONÇALVES DA COSTA, Maximiliano. Dom Emanuel Gomes de Oliveira and Higher Education in Goiás (1923 - 1955). Master's Dissertation in History. Goiás State University - UEG, Morrinhos - GO, 2020.

This dissertation aims to analyze the contribution of the Catholic Church to the implantation of higher education in Goiás, during the episcopate of Dom Emanuel Gomes de Oliveira. He led a strong educational movement at all levels that was consolidated in several regions of the State, including laying the foundations for the future of establishing the first University of the Midwest. We will see that this project by Dom Emanuel was not isolated, but was immersed in a broader perspective, which involved the entire Brazilian episcopate, with the desire to establish a Catholic restoration in the country in the face of the secular movement of the State and the advancing society. In this perspective, we take as a central research problem the following question: how did Catholic higher education constitute itself as a fundamental part for the self-affirmation of the Catholic Church in Goiás and combat secularization in the episcopate of Dom Emanuel Gomes de Oliveira between 1923 to 1955? Starting from this question, we will address the first challenges that the referred bishop faced at the beginning of his bishopric and what were his initiatives to answer each of the questions presented. We will debate that the secularization process contributed to the advance of Protestantism in Goiás, and this caused the Catholic Church to react using education as one of the ways to contain this advance. In this same perspective, we will analyze how the Santa Casa de Misericórdia in Goiânia was founded, where the first three courses of Catholic initiative were hosted in the new capital, namely: Nursing, Pharmacy and Dentistry. In addition, we will analyze how the solidified base of Dom Emanuel took place, on which the Catholic University of Goiás, founded after his death, was built. To this end, we will present the 1948 Eucharistic Congress of Goiânia as the most important event that marked the convergence of forces for the foundation of the University of Central Brazil, which did not leave the paper, but which enabled the Catholic Church to continue its investments in higher education, mainly with the creation of the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters, which later became the germ of the Catholic University. In addition, we will point out the participation of Dom Emanuel in the civil society initiatives that took place at this time for the foundation of new higher education courses, his participation was of fundamental importance for the consolidation of these courses, some of them added the base that resulted in the foundation of the Catholic University. For the development of this research, we analyzed an important set of documents that belonged to the official and personal archives of Dom Emanuel Gomes de Oliveira, as well as letters, minutes, reports, curricula, economic balance sheets that enabled us to collect important information contained in this dissertation. The path of instruction-education was the path chosen by the Catholic Church in Goiás as the most effective way of fighting secularism and maintaining its hegemony.

Keywords: Catholic Church. Higher Education. State. Laicization. Goiás. Dom Emanuel Gomes de Oliveira.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEG- Associação Comercial do Estado de Goiás

AMG- Associação Médica de Goiás

AUC- Associação Universitária Católica

CEG- Congresso Eucarístico de Goiânia

CERIS- Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais

DIM- *Divini Illius Magistri*

EEBC- Escola de Engenharia do Brasil Central

EGBA- Escola Goiana de Belas Artes

FCE- Faculdade de Ciências Econômicas

FCEG- Federação do Comércio do Estado de Goiás

FFCL- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

FGD- Faculdade de Direito em Goiânia

GAMA- Ginásio Arquidiocesano e Municipal de Anápolis

ICES- Instituto Católico de Ensinos Superiores

IPEHBC- Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

PUC-GO- Pontifícia Universidade Católica de Goiás

SCMG- Santa Casa de Misericórdia de Goiânia

SEEG- Sociedade de Educação e Ensino de Goiaz

SPA- Sociedade Pró-Arte

SSVP- Sociedade de São Vicente de Paulo

UBC- Universidade do Brasil Central

UDF- Universidade do Distrito Federal

USP- Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Colégios, Seminários e Local.....	73
Tabela 2 - Criação de Dioceses no Brasil por Regiões- até 1930.....	101
Tabela 3- Goiás: População, Rebanho e Produção Agrícola por Regiões em 1920.....	104
Tabela 4- Colégios Secundários em Goiás 1945.....	127
Tabela 5- Escolas efetivamente fundadas por Dom Emanuel.....	129
Tabela 6- Grade Curricular do Curso de Enfermagem.....	148
Tabela 7- Quadro de Professores da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo.....	150
Tabela 8- Grade Curricular do Curso de Farmácia.....	153
Tabela 9- Grade Curricular do Curso de Odontologia.....	154
Tabela 10- Grade Curricular do Curso de Geografia e História.....	174
Tabela 11- Grade Curricular do Curso de Letras Clássicas.....	174
Tabela 12- Grade Curricular do Curso de Letras Neolatinas.....	175
Tabela 13- Grade Curricular do Curso de Letras Anglo-Germânicas.....	175
Tabela 14- Grade Curricular do Curso de Pedagogia.....	175
Tabela 15- Matrículas de alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás por curso (1949-1950)	180

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Imagem 1: Dom Emanuel e Pedro Ludovico no lançamento da pedra fundamental da futura Catedral de Nossa Senhora Auxiliadora em Goiânia. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.....140
- Imagem 2: Alunas da Escola de Enfermagem com a diretora Irmã Mônica Lima. Arquivo pessoal de Lázara Almeida.....149
- Imagem 3: Altar Monumento do Congresso Eucarístico de Goiânia - Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.....164
- Imagem 4: Planta Geral de Urbanização de Goiânia – 1947.....169
- Imagem 5: Prédio da Antiga Faculdade de Filosofia construído com recursos federais. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.....184

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I	25
A EDUCAÇÃO CATÓLICA NO MAGISTÉRIO DA IGREJA SEGUNDO A ENCÍCLICA <i>DIVINI ILLIUS MAGISTRI</i>	25
1.1 Os desafios da Igreja Católica frente à modernidade.....	25
1.2 As novas propostas educacionais que desafiaram a educação católica	36
1.3 A encíclica <i>Divini Illius Magistri</i> : uma reação às novas pedagogias	45
CAPÍTULO II	68
A AÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO ENSINO SUPERIOR	68
2.1 O Ensino Superior Católico no Brasil.....	70
2.1.1 O Ensino Superior Católico no período Colonial e Imperial	70
2.1.2 O Ensino Superior Católico na República (1889-1950).....	79
CAPÍTULO III	98
DOM EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA E A EDUCAÇÃO EM GOIÁS	98
3.1 A primeira fase do episcopado de Dom Emanuel em Goiás	98
3.2 Laicização e avanço do protestantismo em Goiás: principais desafios à Igreja Católica goiana.....	108
3.3 A educação católica: uma via para a consolidação do projeto de restauração em Goiás	124
CAPÍTULO IV	131
DOM EMANUEL E AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GOIÁS	131
4.1 A educação superior laica em Goiás: os cursos de Direito, Farmácia e Odontologia ..	131
4.1.1 O Curso de Direito de Goiás	131
4.1.2 A Escola de Pharmácia e Odontologia de Goyaz.....	133
4.2 Fundação da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia e os cursos de Enfermagem, Farmácia e Odontologia.....	136

4.3. Embates internos: disputas entre salesianos e franciscanos para a gestão da educação católica em Anápolis.....	155
CAPÍTULO V	162
PRINCIPAIS AÇÕES DE DOM EMANUEL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GOIÁS	162
5.1 O Congresso Eucarístico de Goiânia (1948).....	162
5.2 Sociedade de Educação e Ensino de Goiaz e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	170
5.3 A Universidade do Brasil Central	184
5.4 A participação de Dom Emanuel em outras iniciativas da Educação Superior.....	190
5.4.1- Faculdade de Ciências Econômicas	190
5.4.2 Escola Goiana de Belas Artes	194
5.4.3 Escola de Engenharia de Goiás	196
5.4.4 Associação Médica de Goiás.....	198
5.4.5 Faculdade Goiana de Direito.....	200
5.5 O germe da Universidade Católica de Goiás	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	217
FONTES E DOCUMENTOS CITADOS	230

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa incide sobre a atuação da Igreja Católica para consolidação da educação superior católica em Goiás na primeira metade do século XX. De maneira mais objetiva, o nosso objeto de pesquisa é a atuação de Dom Emanuel Gomes de Oliveira na consolidação dos primeiros cursos superiores de iniciativa católica e a base que ele solidificou para a edificação da Universidade Católica de Goiás. Dom Emanuel contribuiu consideravelmente nessa área, principalmente lançando as bases para a implantação da educação superior em Goiás. Esta dissertação pretende contribuir para a elucidação do papel do bispo na implantação da educação superior em Goiás, sobretudo como estratégia de enfrentamento à laicização e à educação protestante. O recorte cronológico desta pesquisa abrange os anos entre 1923 e 1955, respectivamente, a data inicial e final do episcopado de Dom Emanuel. Nossa ênfase recairá, porém, nas décadas de 1940 e 1950, quando ocorreram as principais ações do bispo no campo da educação superior.

Emanuel Gomes de Oliveira nasceu no dia nove de janeiro de 1874, em Benevente, atual Anchieta, no estado do Espírito Santo, filho de José Gomes de Oliveira e Maria Matos de Oliveira. Seu pai era tenente coronel do exército brasileiro e faleceu em 1881, quando Emanuel tinha sete anos. Ele foi formado no seio de uma família católica tradicional e, por meio de sua mãe, recebeu os primeiros princípios da fé católica. Com a morte de seu pai, ele e seu irmão, Helvécio, foram tutelados pelo seu tio e padrinho, Quintiliano José do Amaral, vigário de Santo Antônio e cônego da capela imperial, no Rio de Janeiro. Esses primeiros dados biográficos já nos apontam que, desde tenra idade, Emanuel foi formado pelos ideais católicos de uma família tradicional. A tutela do tio possibilitou a ele e a seu irmão Helvécio uma promissora carreira eclesiástica ante a um contexto de grande avanço das ideias iluministas no Brasil e de implementação dos princípios republicanos que, por sinal, geraram vários embates com a Igreja Católica, conforme infere Valdez (2017, p. 186). Acerca do tema, Vaz (1997) acrescenta que:

Há nas origens sociais e familiares de Dom Emanuel características ambivalentes que permitem enquadrá-lo como um prelado da aristocracia imperial e/ou do patriciado decadente. A pobreza, a orfandade, a viuvez da mãe, possuidora de modesta propriedade rural, indicam escassa possibilidade de ascensão social, caracterizando-o como um prelado do patriciado decadente. Por outro lado, um conjunto de características sobrepõem-se a estas, situando como um bispo do primeiro tipo, ou seja, da aristocracia imperial (VAZ, 1997, p. 190).

Os irmãos Emanuel e Helvécio, futuros bispos da Igreja, receberam do tio Quintiliano a oportunidade de serem formados em dois colégios religiosos – até mesmo porque, nesse período, boa parte da educação brasileira estava sob a tutela da Igreja Católica; por conseguinte, as famílias mais abastadas e tradicionais faziam a opção por educarem os seus entes nesses colégios religiosos. A primeira fase de seus estudos foi feita no Colégio Jesuíta São Luiz de Itu/SP (1883-1887), tendo como professores renomados jesuítas, dentre os quais podemos citar os padres Mantero, Auréli e Rossi. Foi neste colégio que Emanuel fez a sua primeira eucaristia, recebendo o sacramento das mãos de Dom Antônio Macedo Costa, um bispo ultramontano que combateu os ideais iluministas no Brasil. Posteriormente, no regime de internato estudaram os dois irmãos, os futuros metropolitas¹ de Goiás e Mariana, no Colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói/RJ (1888-1890), um dos mais tradicionais e conceituados desta época. Tiveram como professores os salesianos Pedro Rota, Pedro Cogliolo, Carlos Peretto e Zatti (SILVA, 2006, p. 440).

A presença e atuação das congregações religiosas na educação, nesse período da história do Brasil, tinham como uma das suas finalidades a formação de um clero competente que fosse capaz de conhecer as verdades da fé católica e pudesse transmiti-las àqueles que lhe fossem confiados. Por isso, os colégios católicos tornaram-se o lugar onde se despertavam as vocações sacerdotais e religiosas, fomentando e mantendo, por essa via, a própria estrutura hierárquica da Igreja. Em um dos relatos sobre a vida de Dom Emanuel, Marcigaglia (1955) relata a confirmação desta premissa:

O Pe. Rota logo se deu conta do valor de alguns de seus alunos, principalmente dos dois irmãos Oliveira, Emanuel e Helvécio, e de outro colega dos mesmos, Henrique Mourão. Com sua bondade, soube conquistar estes três valores de escola para Dom Bosco e para o serviço da Igreja. Foram eles, mais tarde, três destacados sacerdotes salesianos, três bispos da Santa Igreja (MARCIGAGLIA, 1955, p. 76).

Emanuel, terminando os estudos básicos, ingressou na Congregação dos Padres Salesianos de Dom Bosco, na cidade de Lorena/SP, onde recebeu o hábito religioso em 29 de janeiro de 1891. Após concluir o noviciado, emitiu os primeiros votos religiosos, como filho de Dom Bosco. Esse acontecimento teve um peso histórico para a congregação por Emanuel ser a primeira vocação nativa salesiana no final do século XIX. Segundo Marcigaglia (1955, p. 76), “A apuração desta data se reveste de certa importância, pois resulta que Dom Emanuel foi o primeiro clérigo brasileiro que professou na congregação e atingiu o sacerdócio. Naquela ocasião – 02/07/1892 – professaram quatro clérigos”.

¹ Título dado aos arcebispos metropolitanos.

De acordo com Vaz (1997), as significativas doações e apoio que o cônego Quintiliano dava à congregação salesiana garantiu que seu outro sobrinho, Helvécio, fosse mandado para estudar em Turim, na Itália. No seu testamento, Dom Emanuel narrou alguns dados autobiográficos que confirmam esses acontecimentos:

Órfão de Pai aos sete anos de idade, devo a minha educação em grande parte, ao meu tio paterno Revmo. Cônego Quintiliano José do Amaral, Vigário Colado da Igreja Matriz do Santo Antônio, no Distrito Federal.

De fato matriculou-me S. Revma. no célebre educandário - internato de Itu, cidade do Estado de São Paulo, e em seguida no Colégio Santa Rosa de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, primeiro educandário fundado no Brasil pelo Padre João Bosco, ora elevado à honra dos Altares - São João Bosco - onde terminei o curso médio ou ginásial.

No dia 29 de Janeiro de 1891 ingressei na Congregação Salesiana, recebendo, nesta festiva data de São Francisco de Sales, a primeira sagrada veste clerical pelas mãos do Padre Lourenço Giordano, fundador do Liceu Sagrado Coração de Jesus, pertencente à sobredita Congregação, no ano de 1885; e mais tarde distinguido pela Santa Sé como Prelado do Rio Negro, Estado e Diocese do Amazonas.

O saudoso tio paterno, Revmo. Vigário de Santo Antônio, do Distrito Federal, Cônego da Capela Imperial, sempre generoso para auxiliar a minha formação religiosa, legado em testamento, à Congregação Salesiana, um imóvel, casa de dois andares, sua Residência Paroquial, na Travessa do Senado, hoje Visconde do Rio Branco, na parte central da atual Capital Federal - Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 1954, apud PINHEIRO, 2015, p. 49-50).

Enquanto preparava-se para o sacerdócio de 1892 a 1904, Dom Emanuel dedicou-se como professor em alguns colégios salesianos em cidades como Niterói, Lorena e São Paulo. Em 1898, recebeu do bispo de Niterói, Dom Francisco do Rego Maia, as ordens menores. E, em 1901, na cidade de São Paulo, recebeu as ordens maiores das mãos de Dom Antônio Cândido Alvarenga, sendo ordenado padre no dia 16 de junho do mesmo ano.

Dom Emanuel, como prelado originário da aristocracia imperial, não foi necessariamente um bispo monarquista e ultramontano. Duas pessoas e projetos contraditórios reuniam-se no seminarista Emanuel. Seu tio, dada a influência dentro da Igreja e a doação que fez aos salesianos, contava com a certeza de vê-lo alcançar o episcopado, como membro e participante ativo da monarquia. Era seu tio, monsenhor e cônego da capela imperial, religioso típico da época, monarquista e conservador. Dom Emanuel, contudo, veria, um ano antes de ser admitido no seminário, a derrocada da monarquia. Ingressando em uma congregação recentemente criada que estava em processo de consolidação e expansão no Brasil. Como a Igreja na sua totalidade, os salesianos recebiam perseguições por parte do Estado republicano recém instalado. Assim, Dom Emanuel, desde cedo, adaptou-se ao jogo político republicano colocando em pé de igualdade a Igreja e Estado – autoridade secular e a espiritual, ao chefe do executivo estadual e ao príncipe da Igreja. Tudo isso em um mundo

onde o Estado se sentia, e era politicamente e juridicamente, mais forte, além de estar calcado em fundamentos filosóficos leigos que o colocavam acima da Igreja (VAZ, 1997, p. 192-193).

O início do seu ministério sacerdotal se deu em Lorena, como vice-diretor do Colégio São Joaquim, porém ficou pouco tempo nesta função, sendo transferido para Cuiabá com a missão de dirigir o Liceu São Gonçalo, onde atuou de 1903 a 1911. Segundo Silva (2006, p. 441), essa função tinha uma relevância social, pois era nesse liceu que se formavam os intelectuais e governantes de Mato Grosso. Em 1911, foi nomeado diretor do Liceu Nossa Senhora Auxiliadora, em Campinas/SP, trabalhando neste colégio até 1917. Em Campinas, ele ampliou o liceu com novas construções, intensificou as obras de assistência social e catequese, como era costume de Dom Bosco e auxiliou na criação da Escola Agrícola Campineira. Após esse trabalho, voltou a Cuiabá, agora com uma missão um pouco diferente daquela que tinha exercido anteriormente.

Dom Francisco de Aquino Correia, seu confrade, havia assumido o governo do Estado do Mato Grosso e convidou o padre Emanuel Gomes de Oliveira para auxiliá-lo como Diretor Geral das Secretarias e ajudá-lo no controle dos embates políticos regionais que havia naquela época, principalmente em relação às violentas tensões entre as oligarquias mato-grossenses. Nesta função, o padre Oliveira, como era conhecido em Mato Grosso, teve destaque pela sua atuação social em nome da Igreja e do Estado. Esse trabalho o possibilitou atuar na política local, conhecer as estruturas de poder e aprender a lidar com as relações políticas. É importante elencar esse fato porque ele terá peso nas relações diplomáticas do referido padre, que, posteriormente, se tornaria bispo de Goiás.

Em 1922, com o final do mandato de Dom Aquino, o padre Emanuel Oliveira foi convidado pelo Núncio Apostólico, Dom Henrique Gasparri, para ser seu auditor temporário na Nunciatura Apostólica². Voltando para o Rio de Janeiro, ele assumiu a direção da casa salesiana de Niterói, a primeira no Brasil, passando também a dirigir o Colégio Santa Rosa na mesma cidade, instituição na qual ele havia estudado e despertado a sua vocação religiosa. Ficou por pouco tempo nesta missão porque logo foi nomeado bispo. Porém, durante o tempo que lá ficou, dedicou-se à administração do liceu, restaurando a Escola Profissional e a equipando com os maquinários necessários para o ensino profissional (SILVA, 2006). Desde sua ordenação sacerdotal, em 1901, até o presente ano, 1922, o padre atuou preferencialmente em duas áreas: educação e política. O êxito que obteve como diretor de diversos colégios

² A Nunciatura Apostólica é o órgão que representa a Santa Sé no país. Ela atua como embaixada do Estado do Vaticano e é dirigida pelo Núncio Apostólico, como Legado do Romano Pontífice que tem a missão de representar o papa naquele local.

salesianos e seu desempenho como secretário de estado possibilitou uma projeção maior ao padre Emanuel, o que resultou no galgar de sua carreira eclesiástica, recebendo a nomeação episcopal em 27 de outubro de 1922, do Papa Pio XI.

A sua sagração episcopal aconteceu no Santuário Nossa Senhora Auxiliadora, em Niterói, no dia 15 de abril de 1923. O bispo sagrante foi Dom Henrique Gasparri, Núncio Apóstolico, e os co-sagrantes foram Dom Helvécio Gomes de Oliveira, seu irmão e bispo de Mariana, Dom Benedito Alves de Souza, bispo do Espírito Santo, sua terra natal, e Dom Antônio dos Santos Cabral, bispo de Belo Horizonte. Em cinco de agosto de 1923, tomou posse como o sétimo bispo na cidade de Goiás, na Igreja da Boa Morte, que funcionava como Catedral provisória.

As ordenações episcopais dos dois irmãos Emanuel e Helvécio, oriundos dos salesianos, demonstraram a consolidação do prestígio e do sucesso que a sua congregação religiosa teve no processo de expansão no Brasil até o final da Primeira República. Outras congregações que estavam no Brasil há mais tempo, como os franciscanos e os lazaristas, não tiveram o mesmo número de bispos, com a mesma prospecção dos salesianos: uma congregação relativamente “jovem”, com pouco tempo de presença no Brasil e que já tinha feito cinco bispos (VAZ, 1997, p. 197).

O episcopado de Dom Emanuel em Goiás foi marcado pela consolidação de uma rede educacional católica em todos os níveis, da educação básica à superior. A educação superior católica ganhou destaque na segunda metade de seu governo, de maneira mais precisa nas décadas de 1940 e 1950. Dom Emanuel teve uma atuação marcante na vida do Estado, seja na sua organização civil, política, educacional ou religiosa. As bases que ele lançou para a constituição de uma Universidade Católica em Goiás possibilitaram à Igreja Católica uma atuação mais eficaz na formação de uma nova elite goiana, com o desejo de constituir “novos militantes” que pudessem ser favoráveis, defensores e difusores dos princípios católicos.

A consolidação da República permitiu o fortalecimento e a expansão do processo de laicização no Brasil, provocando uma reação do episcopado brasileiro, que reagiu por meio de estratégias políticas e culturais, com vistas a uma restauração católica para o país. De acordo com Azzi (1994, p. 08), a “burguesia emergente julgou poder dispensar a colaboração da Igreja mediante a proclamação da laicidade do Estado”. Neste contexto, a Igreja respondeu com o processo de “romanização”, com a finalidade de consolidar programas e ações consistentes para combater o racionalismo, anti-clericismo, catolicismo popular, comunismo e liberalismo. A partir da década de 1920, a Igreja constatou a necessidade de uma reorganização e recristianização com o desejo de implementar um arrojado programa para

manter a sua presença ativa em uma sociedade laicizada. Assim, avançou o ideal da nova cristandade como modelo ideal de aliança entre Igreja e Estado, com foco não na submissão, mas na colaboração entre ambos os poderes. Esse movimento promovido pela Igreja, cuja finalidade era manter a hegemonia do catolicismo na sociedade brasileira, foi chamado por Azzi (1994, p. 32) de restauração católica.

A Era Vargas foi marcada por muitas disputas políticas e vários movimentos intelectuais se destacaram, assumindo os debates que orientariam os rumos do país conduzidos por princípios laicos – não obstante Vargas tenha promovido uma aproximação entre Estado e Igreja Católica. Outro acontecimento importante desse período foi a ênfase dada aos problemas que envolviam a educação e a busca das respectivas soluções destes, mobilizando diversos intelectuais para pensar propostas e ações que melhorassem esse cenário educacional no país. Goiás não ficou imune a essas mudanças: passou por muitas transformações nesse período, as quais conduziram a Igreja Católica a uma reação. Portanto, coube a Dom Emanuel, como bispo, protagonizar esse processo.

A laicização consistiu na separação entre a ordem temporal do Estado e a ordem espiritual da Igreja. Segundo Ranquetat Júnior (2012, p. 60), houve no Brasil uma “laicidade à brasileira”, pois se manteve a separação formal e jurídica entre o político e o religioso, mas não houve um rompimento brusco com o cristianismo católico, como aconteceu em outros países. As instituições políticas conservaram as relações com os grupos eclesiais, com a finalidade de utilizá-los como instrumentos para a manutenção da ordem e da disciplina da sociedade. Em Goiás, essa “laicidade à brasileira” ocorreu de modo evidente no governo de Dom Emanuel, pois as grandes conquistas que ele obteve na implantação da educação superior católica foram, boa parte delas, fruto da aliança estabelecida com o Estado. Essa aliança sempre era motivada por interesses de ambos os lados, como veremos a partir do capítulo terceiro.

Diante disso, nossa dissertação tem a finalidade de analisar como se deu esses acontecimentos na atuação do bispado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira para a consolidação da educação superior católica em Goiás, como uma proposta que manifestaria a hegemonia católica perante a sociedade e ao Estado, com o desejo de responder e conter o movimento de laicização. Para tanto, tomamos como problema central de pesquisa o seguinte questionamento: como a educação superior católica se constituiu como parte fundamental para a autoafirmação da Igreja Católica em Goiás e o combate à laicização no episcopado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, entre 1923 a 1955? Partindo desse questionamento, bem como do arcabouço de fontes e bibliografias com as quais dialogamos, constatamos que Dom

Emanuel – por meio da implantação e da consolidação de novos cursos superiores em Goiânia, que resultariam na fundação de uma Universidade Católica – pretendia formar uma elite intelectual católica capaz de influenciar o Estado e a sociedade, a fim de conter o avanço do ensino laico, de raízes liberais, não católicas e o ensino protestante que se propagavam em Goiás, buscando a hegemonia católica.

O tema da educação superior em Goiás, de maneira mais ampla, já foi debatido por alguns autores em suas dissertações de mestrado como, por exemplo: José Maria Baldino, “Ensino Superior em Goiás em tempos de Euforia - da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80”, defendida em 1991; Sandra Elaine Aires de Abreu, “A criação da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão e o Protestantismo em Anápolis”, de 1997. Além de João Oliveira Souza, “Criação e estruturação da Universidade Católica de Goiás: embate entre o público e o privado (1940-1960)”, de 1999; Miguel Rosa dos Santos, “A Expansão das Instituições Católicas, o Ensino Superior em Goiás e o Departamento de Economia da Universidade Católica de Goiás: História e Memória”, de 2003; e Simone Aparecida Borges, “Os cursos de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: um olhar histórico”, de 2006.

No que diz respeito à atuação de Dom Emanuel em Goiás, encontramos algumas obras historiográficas que nos foram válidas. A primeira delas é do cônego José Trindade da Fonseca e Silva, “Lugares e Pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás”, de 1948, que traz dois capítulos sobre o referido bispo. A outra é de Dom Francisco Prada, “Gênese das Circunscrições Eclesiásticas de Goiás”, de 1979, obra que tentou sintetizar a história da Igreja em Goiás. De irmã Áurea Cordeiro Menezes temos duas obras, a primeira, “Dom Emanuel Gomes de Oliveira- Arcebispo da Instrução”, de 2001, que tem um esboço documental, mas com um esforço biográfico, e a segunda, “História Eclesiástica de Goiás”, volume 2, de 2011, que narra a participação da Igreja Católica na vida do Estado. No 60º aniversário do falecimento de Dom Emanuel, foi lançado um caderno comemorativo, organizado pelo professor Antônio César Caldas Pinheiro, intitulado “Dom Emanuel, arcebispo da providência, da instrução e da paz”, de 2015, que traz vários recortes sobre a vida e a atuação do bispo.

No âmbito acadêmico, encontramos poucas produções que abordam diretamente o episcopado de Dom Emanuel. Entre elas, encontra-se a tese de doutorado de Miguel Arcângelo Nogueira dos Santos, intitulada “Missionários Redentoristas alemães em Goiás: uma participação nos movimentos de renovação e restauração católicas (1894-1944)”, defendida na Universidade de São Paulo em 1984, e a dissertação de mestrado de Ronaldo

Ferreira Vaz, “Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)”, defendida na Universidade Federal de Goiás em 1997. E, mais recentemente, a tese de doutorado de Vanessa Carnielo Ramos Gomes, “Dom Emanuel Gomes De Oliveira e a Educação Em Goiás (1923-1947): entre a Igreja e o Estado”, defendida na Universidade Federal de Uberlândia, em 2019.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a atuação de Dom Emanuel Gomes de Oliveira na implantação da educação superior católica em Goiás em meio à reação da Igreja católica brasileira ao processo de laicização implantado pelo regime republicano. Sendo assim, nos valeremos da reflexão teórica-bibliográfica e dos documentos escritos para a efetivação dessa pesquisa. Utilizaremos o princípio metodológico da história-problema, segundo o qual problematizar quer dizer “dar voz aos sujeitos históricos. Nesse procedimento o pesquisador interroga os agentes sociais a partir de suas preocupações e de sua postura e se deixa interrogar por esses agentes” (KHOURY, 1991, p. 43). Nesta perspectiva, diante do problema de pesquisa, dialogamos com as fontes e documentos nos fundamentando nos conceitos teóricos procurando as respostas, que em muitos momentos possibilitaram, também, o surgimento de novos questionamentos. Desse movimento dialógico nasceu a síntese, propiciando uma versão da história dos primórdios da educação superior católica em Goiás, sob a liderança de Dom Emanuel Gomes de Oliveira.

A maior parte da documentação escrita foi acessada nos arquivos do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central-IPEHBC, que conserva boa parte dos documentos originais pertencentes ao bispado de Dom Emanuel. Tive a possibilidade de acessar, no Arquivo Secreto do Vaticano, em Roma, todos os documentos que envolveram Dom Emanuel e os redentoristas em busca de um novo contrato para a redistribuição de rendas do Santuário do Divino Pai Eterno em Trindade à Diocese de Goiás. Além disso, visitei os arquivos da Cúria Metropolitana de Goiânia, bem como das primeiras paróquias de Goiânia, consultando seus livros tombos, nos quais encontramos várias informações importantes que foram agregadas ao trabalho. Outro fundo documental importante foi o das memórias contidas na Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO, que muito contribuiu para a compreensão da história dos primeiros cursos superiores católicos goianos. Em meio a esses diversos fundos documentais, acessamos cartas, ofícios, atas, cartas pastorais, relatórios financeiros, portarias, decretos, matérias de jornais, grades curriculares, entre outros.

Quanto à motivação pessoal para a realização desta pesquisa, repousa o fato de que este pesquisador, além de ser um padre pertencente ao clero da Arquidiocese de Goiânia,

egresso do Curso de História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO, possui o desejo de dar sua contribuição para a reflexão histórica sobre a atuação da Igreja Católica em Goiás.

Visando uma melhor compreensão do assunto pesquisado, a presente dissertação foi dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma breve reflexão sobre a encíclica *Divini Illius Magistri*, escrita pelo papa Pio XI sobre a educação cristã. Neste, buscamos compreender o documento papal, a fim de elucidar quais eram as orientações da Igreja Católica para a educação. Discutimos, ainda, em que medida a referida encíclica consistiu em uma resposta da Igreja às novas pedagogias modernas, que floresceram diante da propagação do movimento de laicização.

O segundo capítulo consiste em uma reflexão sobre a ação da Igreja Católica no ensino superior. Abordamos como se deu esse processo em meio à constituição das primeiras universidades brasileiras. Apresenta-se, ainda, um recorte com a finalidade de compreender a atuação da Igreja no Brasil, principalmente no campo da educação e, de maneira mais específica, em relação às suas iniciativas no período republicano para a consolidação da primeira universidade católica no Brasil, a Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O terceiro capítulo aborda de modo mais objetivo nosso objeto de pesquisa, ou seja, a atuação de Dom Emanuel na educação goiana. Este capítulo apresenta os primeiros desafios encontrados pelo bispo no início do seu episcopado em Goiás, bem como suas iniciativas para a resolução de tais problemas. Além disso, apresentamos o embate que a Igreja Católica teve com os protestantes em Anápolis e como a educação foi uma via para combatê-los.

O quarto capítulo apresenta um panorama dos primeiros cursos superiores de caráter laico criados em Goiás, ainda na antiga capital. Abordamos a seguir as primeiras atitudes da Igreja Católica para a criação de seus cursos superiores, com a fundação da Santa Casa de Misericórdia e a criação dos cursos de Enfermagem, Farmácia e Odontologia. Encerramos esse capítulo tratando do embate que houve em Anápolis entre os franciscanos e salesianos, que buscavam a primazia para a gestão da educação católica nesta cidade.

O quinto e último capítulo aborda as principais ações realizadas no episcopado de Dom Emanuel dentro do seu projeto de educação superior católica para Goiás, a saber: o Congresso Eucarístico de Goiânia, a criação da Sociedade de Educação e Ensino de Goiaz e o decreto de fundação da Universidade do Brasil Central, em 1948. Apresentamos, ainda, as várias iniciativas fomentadas pela sociedade civil para a criação de novos cursos superiores em Goiás, as quais tiveram o apoio de Dom Emanuel, formando, assim, a base que resultou na criação da Universidade Católica de Goiás, após a sua morte.

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO CATÓLICA NO MAGISTÉRIO DA IGREJA SEGUNDO A ENCÍCLICA *DIVINI ILLIUS MAGISTRI*

Neste capítulo, refletiremos sobre a encíclica *Divini Illius Magistri*³, do Papa Pio XI⁴, sobre a educação cristã. A proposta de compreendermos o conteúdo da encíclica consiste em vermos quais eram as diretrizes que a Igreja Católica, por meio do papa, dava sobre a educação, objeto do nosso estudo. Sendo Dom Emanuel bispo da Igreja, e atuando fortemente na área da educação, se faz necessário entender o conteúdo da encíclica, pois a ação do referido bispo estava intimamente ligada às orientações da Igreja no âmbito universal.

O capítulo foi dividido em três tópicos para melhor compreensão dos conteúdos. O primeiro reflete sobre os desafios da Igreja Católica frente à modernidade, principalmente diante da laicização do Estado e, conseqüentemente, da educação escolar. Neste tópico, falaremos acerca das reações da Igreja Católica à época. No segundo, abordaremos as novas propostas educacionais que desafiaram a educação católica, principalmente a partir do século XX. E, por fim, o terceiro consiste em uma reflexão das quatro partes da encíclica *Divini Illius Magistri* como uma reação da Igreja Católica às novas pedagogias de seu tempo.

1.1 Os desafios da Igreja Católica frente à modernidade

Na perspectiva da educação católica, a encíclica *Divini Illius Magistri* foi um dos documentos mais importantes até o Concílio Vaticano II. Ela foi elaborada em um momento de fortes tensões políticas e culturais que surgiram das controvérsias não raras da história. O

³ Encíclica *Divini Illius Magistri*, escrita por Papa Pio XI, em 31 de dezembro de 1929, acerca da educação cristã da juventude. (Nesta dissertação presente na lista de bibliografia conforme publicação de 1965). A encíclica é o grau mais alto de cartas escritas pelo papa. Elas valem em âmbito universal e, por meio delas, o Sumo Pontífice empenha sua autoridade como sucessor de Pedro e primeiro responsável pela Igreja Católica. A palavra “encíclica” vem do grego e significa “circular”, carta que o papa envia a toda Igreja em comunhão com Roma. O título da encíclica é o começo do texto, na sua versão em latim – no caso da encíclica em questão, “Representante na terra daquele Divino Mestre...” – e ela sempre tem a finalidade de instruir os fiéis sobre um determinado tema que é de relevância para Igreja.

⁴ Achille Ambrogio Damiano Ratti, intelectual e diplomata, foi eleito papa em 22 de janeiro de 1929, recebendo o nome de Pio XI, sucedeu a Bento XV. Seu pontificado compreendeu um período histórico de novas perspectivas, principalmente no campo político onde a liberdade da Igreja deveria ser negociada. Esse período compreende o pós-guerra (1ª guerra mundial). Ele esteve à frente da Igreja Católica por 17 anos, enfrentou momentos difíceis, no que diz respeito à relação com os partidos totalitários, as perseguições religiosas, a ascensão de Hitler e do comunismo russo. Se empenhou na valorização dos leigos dentro da Igreja por meio da Ação Católica e a promoção da paz mundial. O final do seu pontificado foi marcado pelas tensões que resultaram na eclosão da Segunda Guerra Mundial. Ele faleceu em 10 de fevereiro de 1939, aos 82 anos. CAMPANILE, Emanuela. *Há 80 anos falecia Pio XI*. Vatican News, 10 fevereiro de 2019. Disponível: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2019-02/papa-pio-xi-biografia-pactos-lateranenses.html>

Papa Pio XI percebeu que a “*societas christiana*”⁵ estava em crise. Era perceptível o crescimento progressivo da descristianização das massas. A laicização e a modernidade, vista como secularização, resultantes da crítica iluminista e da visão de progresso do século XIX, acabou por tirar da Igreja a exclusividade da educação. Veremos como se deu esse processo de reverberação do espírito iluminista dentro da Igreja, e quais foram suas ações diante dessas mudanças.

O contexto do século XIX foi de profundas transformações em diversos aspectos, tais como políticos, econômicos, científicos e religiosos. Essas mudanças eram frutos de uma mudança ideológica que, por conseguinte, deixou a Igreja Católica às margens dos processos decisórios de sua época, até mesmo por defender uma ordem que já estava superada. Diante dessa realidade, a Igreja passou a combater o modernismo, ou seja, tudo aquilo que poderia impactar e mudar os valores existentes, que até o momento eram dominantes e inquestionáveis. Segundo Gomes Filho (2018), essas mudanças poderiam ser sintetizadas em três pontos:

1) o progressivo declínio da noção cristã de futuro como apocalipse; 2) o conjunto de transformações ocorridas nas mais diversas áreas da economia, sociedade, cultura e política, seja a partir das revoluções burguesas da segunda metade do século 18 a primeira do século 19, seja pelo viés do racionalismo filosófico imperativo a partir do Iluminismo; 3) as inovações técnicas (especialmente em transporte e comunicação) e o avanço da industrialização. Estes fatores trouxeram ao mundo europeu uma experiência de fluidez e de aceleração temporal singular ao momento que posteriormente se denominou modernidade (GOMES FILHO, 2018, p. 40-41).

A revolução francesa proporcionou o caminho de consolidação de uma cultura nacional e leiga, que deveria prevalecer frente ao monopólio da cultura católica. Concomitantemente, com a Revolução Industrial esse processo acelerou-se mais ainda. As mudanças oriundas da modernidade foram passo a passo transformando os conceitos de espaço e tempo e reformulando-os, face à perspectiva do próprio movimento da história, que não mais se apegava às tradições, mas priorizava e desejava um futuro que fosse próspero e abundante. A modernidade moldou uma nova produção de sentido temporal, que possibilitou ao curso da história uma caracterização veloz e dinâmica. Isso resultou na perda de sentido de muitos ideais propagados pelo pensamento cristão até aquele momento como, por exemplo a noção de “fim dos tempos”. Todas essas mudanças são decorrentes do período denominado “era das revoluções” (HOBSBAWM, 1996).

⁵ Termo latino que significa “Sociedade Cristã”. Esta “sociedade cristã” da qual Pio XI fala, é a sociedade católica.

Neste sentido, é possível percebermos que as transformações políticas e sociais causadas pelas revoluções liberais, ao passo que ilustram o impacto das transformações técnicas e industriais pelas quais a Europa passava desde fins do século 18, indicam também o conjunto de mudanças na concepção do próprio tempo histórico em processo de aceleração e abertura para um futuro radicalmente novo em relação ao presente, algo que Koselleck denomina "modernidade". Neste caso, foi justamente no bojo do século 19 europeu, seja a partir das transformações políticas e sociais, seja pelo processo de industrialização e modernização, que o ritmo temporal se alterou significativamente a ponto de se criar um conjunto de conceitos, palavras e realidades cujo significado, em cerca de 60 anos, tomou-se radicalmente novo e dotado de um sentido que indicava para uma sociedade em plena marcha rumo a um futuro diferente do passado conhecido (GOMES FILHO, 2018, p. 58).

Com a instauração do processo de modernidade, oriundo das ideias revolucionárias no contexto geral, a Igreja Católica se manifestou por meio de diversas encíclicas alertando seus fiéis contra os exageros de tais ideias, entre esses documentos encontramos as encíclicas: *Mirari Vos* escrita em 1832 pelo Papa Gregório XVI⁶; *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum* de 1864 do Papa Pio IX⁷; *Immortale Dei* de 1885, *Libertas Praestantissimum* de 1888, *Rerum Novarum* de 1891, e *Graves de Communi* de 1901 do Papa Leão XIII⁸; e *Pascendi* de 1907 do Papa Pio X⁹. Esse movimento de reação católica diante do modernismo ficou conhecido como ultramontanismo que, segundo Santirocchi (2010, p. 24), é o “movimento de reação de algumas correntes teológicas e eclesiais às novas tendências políticas desenvolvidas após a revolução francesa e à secularização da sociedade moderna”. Esses documentos papais demonstravam a visão da Igreja Católica e seu combate ao modernismo, isto é, a todo tipo de ideologia que pudesse contrariar e enfraquecer seus princípios.

De acordo com Casali (1995), o documento de maior repercussão doutrinal foi *Syllabus Errorum*, o qual trouxe várias críticas ao modernismo, a saber: liberalismo, democracia, racionalismo, ceticismo científico, entre outras, para condená-las, reforçando que os poderes temporais deveriam estar submetidos aos poderes eclesiais. O documento

⁶ O Papa Gregório XVI governou a Igreja de 1831 a 1846. Por meio de sua encíclica *Mirari Vos* de 1832 passou a criticar o “modernismo”, apresentado como um conceito genérico, para se referir a todas as mudanças e suas transformações que impactavam os valores vigentes dominantes que prevaleceram até este momento.

⁷ O pontificado do Papa Pio IX foi de 1846 a 1878. Escreveu a encíclica *Quanta Cura*, cujo o *Syllabus* continha a lista dos 80 principais erros da modernidade, segundo a visão da Igreja Católica. Pio IX convocou o Concílio universal de bispos - Vaticano I, 1871, com o desejo de avaliar a situação da Igreja a nível universal para rever sua situação doutrinária e política, a fim de traçar uma estratégia eficiente para a restauração e unificação da Igreja.

⁸ O Papa Leão XIII esteve à frente da Igreja Católica de 1878 a 1903. Durante seu pontificado escreveu 86 encíclicas, entre elas destacamos *Immortale Dei*, *Libertas Praestantissimum*, *Rerum Novarum* e *Graves de Communi* que tratavam da construção da unidade da Igreja não *contra*, mas sim *sobre* o liberalismo e a modernidade, estando mais aberto ao diálogo sobre essas realidades para pontuar as ações da Igreja.

⁹ O Papa Pio X governou a Igreja de 1903 a 1914. Por meio de sua encíclica *Pascendi Dominici Gregis*, Pio X criticou o modernismo católico, fazendo uma síntese de tudo aquilo que considerava “heresia” a partir de todos os “ismos”, tais como: evolucionismo, relativismo, cientificismo, entre outros. Além disso, formulou um juramento antimodernista, obrigatório a todos os bispos, padres e catequistas.

Syllabus Errorum era um anexo da encíclica *Quanta Cura* e “pode ser considerado a summa político-teológica da Igreja Católica à época da construção do Estado moderno”, conforme infere Mata (2007. p. 228).

Ainda acerca da *Syllabus Errorum*, Gomes Filho (2018) acrescenta:

O referido documento contém nove seções com um total de 80 decretos do que a Igreja deveria considerar "erros" na sociedade de seu tempo. Condena-se ali, basicamente, as filosofias não religiosas, o estudo racional-crítico, a ciência, a liberdade religiosa ou de consciência, o protestantismo, a maçonaria, o galicanismo, o jansenismo, o casamento civil, o divórcio, a separação entre Igreja e Estado ou a sobreposição deste sobre aquela, a criação de Igrejas nacionais, a educação laica, o socialismo e o comunismo. A defesa, portanto, seria da sobreposição do poder religioso católico ao poder civil, o monopólio católico como religião de Estado em todas as nações, a eliminação de qualquer concorrência religiosa, ou sociedade secreta, que disputasse espaço político e/ou religioso com o catolicismo e, como consequência, o poder de empregar a força temporal como direito da Igreja. (GOMES FILHO, 2018, p. 82).

Leão XIII na *Rerum Novarum* enfrentou o modernismo numa perspectiva mais aberta, baseando-se no fundamento intelectual da fé e restauração do prestígio e unidade da Igreja, conforme a filosofia tomista. Essa encíclica trouxe uma certa aproximação com a modernidade. Este papa teve muitos embates contra o socialismo, comunismo e com outras vertentes de cunho não católico que opinavam e atuavam sobre as questões sociais, principalmente aquelas que envolviam as classes trabalhadoras. Porém, no papado de seu sucessor, Pio X, esse cenário mudou, pois ele reforçou o combate às ideias modernas, vendo nelas uma ameaça à fé cristã e, conseqüentemente, à Igreja. Pio X combateu o movimento interno que se auto denominou “modernismo católico”. Para Le Goff (2013, p. 173), o papado de Pio X foi muito reacionário, pois condenou e aplicou a condenação ao modernismo, especialmente entre os intelectuais católicos, obstruindo, assim, um esforço de reconciliação entre a religião e o progresso.

O advento da modernidade resultou na autonomia do Estado no que diz respeito a sua relação com a Igreja. Conseqüência disso foi a laicização, a qual caracterizou-se por um processo que impôs novas normas para a reestruturação do universo religioso e a retirada da Igreja do papel de agente de controle social. Segundo Neto (1998, p. 220), esse processo resultou no deslocamento da religião para a “esfera privada das consciências individuais”. Em razão deste, conforme essa ordem crescia na esfera pública, o número de pessoas que necessitavam das interpretações religiosas sobre o mundo e as coisas diminuía. Conseqüentemente, essa laicização converteu-se na perda de controle que a Igreja tinha sobre

a sociedade, seja na sua dimensão cultural, social, política ou religiosa. Logo, seus princípios de fé deixaram de ser hegemônicos diante da consciência das pessoas.

O cristianismo católico no ocidente ocupou a primazia religiosa até a modernidade, em muitos países foi tido como religião oficial, mas a partir desse momento se abriu uma nova fase da história que ampliou as possibilidades de escolhas dos indivíduos, fruto do aumento de sua liberdade e autonomia. As ideias advindas do iluminismo e da revolução francesa possibilitaram ao indivíduo dar “seu grito de independência”, no que diz respeito aqueles princípios norteadores ditados pela religião, passando agora a serem conduzidos pela razão. O “traço mais fundamental da modernidade, que é aquele que marca a cisão com o mundo da tradição: a afirmação segundo a qual o homem é legislador de sua própria vida” (HERVIEU-LÉGER 2008, p. 32-33). A modernidade inaugurou a diferenciação das instituições, onde cada uma delas deveria ocupar um espaço reservado para si de maneira privada. Isso gerou a laicização da sociedade, que não tem mais a sua vida social orientada por normas ditadas por uma instituição religiosa.

Na visão de Berger (2017), esse processo não resultou no desaparecimento da religião, mas possibilitou a retirada de uma única vertente que tinha a primazia, abrindo caminho para uma pluralidade que se estabeleceria desse momento em diante. Essa mudança pediu da Igreja Católica a adequação de suas práticas em razão da nova estrutura do Estado, reconfigurando, assim, o lugar da religião na sociedade. Para o autor houve uma deslegitimação da religião, a partir do momento em que ela passava a ser questionada, no que diz respeito a sua autoridade. A modernidade deslegitimou a Igreja como detentora de uma verdade absoluta que tinha o poder de reger a vida das pessoas, causando segundo Pierucci: “a perda da influência no espaço público, perda de foco e de autoridade sobre a vida cotidiana, perda de prestígio cultural na vida urbanizada” (2001, p. 34). Neste sentido, acrescenta Moura (2015, p. 27), “foi retirada da Igreja Católica a primazia de pensar o mundo ocidental, com novas alternativas e valores que levaram às mudanças no mundo religioso”. Esse processo almejava dar ao homem uma liberdade emancipando-o das rédeas da Igreja, para que, na sua autonomia de ser humano pudesse estar livre para decidir o que quisesse. Berger diz que isso seria “a libertação do homem moderno da tutela da religião” (2011, p. 118).

Esse movimento resultou na separação do Estado da confissão religiosa, que a princípio foi apresentado sob uma perspectiva de neutralidade. Logo, aos olhos da Igreja Católica, tratava-se de algo que deveria ser combatido, uma vez que esta não se via tendo que restringir-se à esfera privada, devido à neutralidade que o Estado passaria a ter depois dessas mudanças. No Brasil de fato, só houve essa separação a partir da Proclamação da República,

em 1889. Todos esses acontecimentos, derivados da mudança de mentalidade, orientados pelas ideias iluministas e pós-revolucionárias, resultaram na manifestação contrária da Igreja Católica, por meio de diversos papas e de suas encíclicas como citado acima.

Nesta concepção a educação não ficaria imune, mas deveria ser orientada pelos valores cívicos e seculares e não mais religiosos. A Igreja Católica reagiu frente a essas mudanças, posicionando-se contra tais ideias, afinal ela perderia o espaço que outrora ocupava. É importante ressaltar que essa neutralidade, que se tornou elemento essencial no debate, também não se cristalizou de fato. Segundo Fernando Catroga (2006), a laicidade não se manifestou com mera neutralidade, como prometido, pois ela revelava uma visão de mundo e um conjunto de crenças. A educação foi uma das primeiras áreas que deveria ser alcançada pelo novo sistema, pois, “o processo laicizador afirmar-se-á, prioritariamente, no terreno da educação e do ensino, sinal inequívoco de que se ele visava separar as Igrejas da Escola e do Estado, também o fazia para socializar e interiorizar ideias, valores e expectativas. (Catroga, 2006, p. 275).

Frente a essas mudanças e com o passar do tempo, diversas linhas pedagógicas e várias formas de educar foram se estabelecendo, principalmente na primeira metade do século XX, o qual trazia novas pedagogias contrastantes à doutrina católica. Como, por exemplo, propostas de “educação e liberdade” ou “educação emancipadora”, sobretudo, as dos pedagogos soviéticos Anton Makarenko (1986)¹⁰ e Moisey Pistrak (2000)¹¹. A pedagogia socialista que eles propunham era baseada em um viés crítico social interligado à realidade dos educandos, que deveriam ser formados como sujeitos autônomos, criativos e agregados a uma sociedade que valorizasse o trabalho coletivo.

Esse modelo contrapunha a fórmula tradicional de educação que era reduzida somente ao professor, que detinha o saber, e ao aluno, que nada sabia. Essa nova pedagogia visava teoricamente que a educação devia ser realizada de maneira coletiva, entre pedagogos e aprendizes. O saber deveria mudar a vida do educando e da sociedade. Essa nova forma de educar tinha como objetivo causar uma transformação social, mostrando aos alunos o contexto no qual estavam inseridos, estimulando-os a cada dia à consciência social e política, bem como o desejo por mudanças. A propagação de um modelo educacional de cunho socialista e marxista (comunista) como esse se tornava também um desafio para educação

¹⁰ Obra original publicada em 1931, todavia presente na lista de bibliografia desta dissertação conforme publicação de 1986.

¹¹ Obra original publicada em 1924, todavia presente na lista de bibliografia desta dissertação conforme publicação de 2000.

católica, afinal era vista como uma ameaça ao seu *ethos*¹². Além de apresentar-se de forma mais atualizada, a nova pedagogia, ao mesmo tempo, era vista como uma via de propagação dos ideais comunistas que foram muito combatidos pelo catolicismo.

A ideia de emancipação cidadã pelo conhecimento é originalmente iluminista, presente em vários projetos modernos de educação. Entre eles, encontramos aqueles que dedicavam-se a inculcar os valores cívicos-nacionalistas. Segundo B. Anderson (2008), o nacionalismo é um fenômeno derivado do iluminismo e das revoluções oriundas do século XVIII, que se assume como uma representação (imaginário), uma forma de consciência que gera uma visão do mundo e da projeção da vida.

Após a primeira guerra mundial houve uma efervescência nacionalista motivada por vários movimentos e campanhas que tinham como finalidade a elevação moral e política. Uma das propostas que consolidou-se nessa época foi a dos grupos de escoteiros escolares¹³, inspirados no espírito militar e orientados pela moral e cívica. Esse movimento tinha a finalidade de expandir uma cultura do patriotismo e a defesa da nacionalidade. É nesse contexto que surgiu e se intensificou nos meios educacionais e políticos a defesa do escotismo como fator de educação do caráter e de defesa da pátria (SOUZA, 2000, p. 119)¹⁴.

Esses grupos, alimentados por uma ideologia nacionalista, incentivam a participação nas comemorações cívicas, despertando o fascínio pelos batalhões infantis. A própria militarização da infância ressurgiu de forma mais sistematizada e racionalizada, sendo regulada pelos órgãos da administração do ensino público. Segundo Rosa Souza (2000), essas práticas cívico-militares nas escolas atendiam diversos propósitos, tais como: “a perpetuação da memória histórica nacional; a exibição das virtudes morais e cívicas inscritas na obra formativa escolar; e a ação educadora da escola para o conjunto da sociedade” (2000, p. 116). Essas práticas da militarização na educação demonstravam um ensino que prezava pela moral e cívica, tendo como pilares o civismo, o patriotismo e a nacionalização aliada ao desejo de tornar as escolas lugares de civilização das massas.

Diante desse cenário, o Papa Pio XI percebeu a necessidade de uma orientação por parte da Igreja Católica sobre a educação, o que o motivou a escrever a encíclica *Divini Illius*

¹² A concepção de *ethos* que apresentamos, é aquela mostrada por Bourdieu onde o *ethos*, consiste no conjunto de sistemas esquemáticos implícitos de ação e apreciação, em ética, grupo sistematizado de normas explícitas. BOURDIEU, Pierre. *Gênese e estrutura do campo religioso*. In. A Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 46.

¹³ Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1918, p. 191

¹⁴ O escotismo surgiu na Inglaterra por volta de 1907, por iniciativa do general Lord Robert Stephenson Smyth Baden-Powell, cujas bases foram lançadas no livro *Scouting for Boys* (1908). A experiência inglesa logo se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos. Foi introduzido no Brasil em 1910, na cidade do Rio de Janeiro, onde foi impulsionado por Olavo Bilac e Mário Cardin (SOUZA, 2000).

Magistri. Seu objetivo era afirmar que a educação devia estar intimamente ligada à finalidade última de cada pessoa, estando fadada ao fracasso caso essa meta não fosse alcançada.

É, portanto, da máxima importância não errar na educação, como não errar na direção para o fim último com o qual está conexas, íntima e necessariamente toda a obra da educação. Na verdade, consistindo a educação essencialmente na formação do homem como ele deve ser e portar-se, nesta vida terrena, em ordem a alcançar o fim sublime para que foi criado, é claro que, assim como não se pode dar verdadeira educação sem que esta seja ordenada para o fim último, assim na ordem atual da Providência, isto é, depois que Deus se nos revelou no Seu Filho Unigênito que é o único “caminho, verdade e vida”, não pode dar-se educação adequada e perfeita senão a cristã (PAPA PIO XI, 1965, p. 6-7).

Segundo Norberto Galli (1992, p. IX), com esta encíclica o papa pretendia reafirmar a missão sobrenatural da Igreja em educar, destacando seus direitos e deveres e comparando-os com os da família e do Estado. Pio XI assumiu uma posição crítica em relação à pedagogia de seu tempo, que defendia em conjunto uma formação cujo objetivo não era mais centrado nos princípios da fé católica. Para o pontífice, educar significava orientar o aluno para seu fim último, finalidade para qual foi criado; educado é aquele que geralmente age nessa direção. O fim apropriado e imediato da educação cristã era cooperar com a graça divina na formação do verdadeiro e perfeito cristão, uma vez que ela abrangia todos os aspectos da vida humana, para elevá-los, não para diminuí-los. Portanto, existia apenas uma educação perfeita e adequada, a cristã, a qual a Igreja era designada a tornar conhecida e implementar, em virtude de seus ensinamentos e de sua maternidade espiritual para com todos os homens, especialmente para os cristãos. Deste modo, a encíclica papal defendia, então, uma visão providencialista¹⁵ da educação e via nas pedagogias críticas de seu tempo uma orientação laicizada.

Logo, a encíclica queria reafirmar o direito que a Igreja Católica tinha de educar, principalmente diante de um contexto de crescente laicização e oferta de novas modalidades de fé e, conseqüentemente, de ensino. Afinal, a educação era um caminho de atuação e propagação de seus valores. Com este documento, Pio XI almejava manter a hegemonia da Igreja, principalmente diante da realidade da época, marcada por profundas mudanças.

De acordo com Giuseppe Acone (1992, p. 3-5), a encíclica *Divini Illius Magistri* abria um caminho que demonstrava qual era a posição da Igreja sobre a educação, pois não se tratava apenas de um conceito educacional, mas também de uma formação ética e moral dos

¹⁵ Segundo Smuts, o providencialismo baseava-se na ideia de que Deus é o verdadeiro intérprete de toda a história, deste modo, tudo é devido a sua providência divina. Sendo o homem fruto de suas mãos, devia seguir a ordem estabelecida pela divina providência. SMUTS, R. Malcolm. *Culture and Power in England, 1585-1685*. New York: St. Martin's Press, 1999, p. 28.

educandos. Este documento foi o primeiro de muitos que viriam posteriormente acerca dessa temática. É importante compreendermos essa realidade, pois iremos perceber mais a frente como ela se concretizou nos procedimentos de Dom Emanuel Gomes de Oliveira em Goiás, nos ajudando a compreender as motivações do religioso e a maneira que ele percebia seu empreendimento educacional.

A educação, como via de transmissão do saber, foi um dos campos em que a Igreja procurou demonstrar sua capacidade de preservar e transmitir uma mensagem de valor constante ao longo dos séculos. A luta que se travava nesse momento da história era de um campo religioso que se tornava mais eclético e em processo de laicização. Logo, era urgente a necessidade de reafirmar os princípios da educação cristã católica como elementos fundantes, para que estes não se esvaíssem em meio a tantas transformações e, assim, pudessem cumprir com sua finalidade colaborativa para a formação do homem cristão.

De acordo com a visão de Pio XI, a educação cristã era em primeiro lugar destinada aos cristãos, mas também aberta aos não cristãos, pois seu fim consistia na formação integral do homem e, sucessivamente, da sociedade cristã. Desta forma, o campo da educação foi sem dúvida de fundamental importância para travar essa luta pela proeminência da Igreja em meio à modernidade.

Nesta análise, nos valeremos dos conceitos de *habitus* e campo de Pierre Bourdieu. Para o primeiro, *habitus*, Bourdieu (1987, p. 183-202) infere este como um sistema de disposições duradouras e socialmente constituídas que, assimilados por um agente ou por um conjunto, orientam e significam suas ações e representações. Desta forma, o *habitus* são arcabouços estruturados e estruturantes que superam o nível da consciência e fazem a mediação entre, de um lado, as estruturas sociais e, de outro, as práticas individuais. Em relação ao segundo, campo, Bourdieu (1983, p. 89-94) diz que o *habitus* constitui-se de um conjunto de esquemas geradores de ação habituadas a um determinado campo. Ou seja, um campo indica que os agentes que o formam são portadores de um certo *habitus*, adaptando-se aos quesitos e necessidades do campo em questão.

Por isso, é de fundamental importância o conceito de *habitus* do pensamento de Bourdieu (1983-1987). Pois, no campo religioso há uma disputa pela hegemonia e pela gestão do bem religioso, ou seja, a capacidade de um sistema religioso influenciar na forma como a maior parte dos indivíduos entende o mundo e vive no mundo, alcançando, assim, uma posição de dominação dentro desse campo. Em especial ao conceito de campo, o autor acrescenta que:

Qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade. A diferença maior entre um campo e um jogo [...] é que o campo é um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo (como se vê todas as vezes que uma revolução simbólica [...] vem redefinir as próprias condições de acesso ao jogo, isto é, as propriedades que aí funcionam como capital e dão poder sobre o jogo e sobre os outros jogadores). Os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições. Essas estratégias orientam-se seja para a conservação da estrutura seja para a sua transformação, e pode-se genericamente verificar que, quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição (BOURDIEU, 2004, p. 29).

De acordo com a visão do autor, o campo religioso se caracteriza por várias relações de forças e poder em prol do monopólio do capital simbólico-religioso, com o desejo de deslegitimar os concorrentes e ter para si o domínio do campo. A conquista desse domínio é de fundamental importância para a perpetuação dos bens simbólicos, portanto, é necessário assegurar uma estrutura que seja capaz de distribuir o capital religioso. Por isso, a luta pelo monopólio do campo se torna tão necessária. Sendo assim, a Igreja tende a impedir a entrada de novos concorrentes que possa lhe tirar o domínio do campo. Tem-se, assim, a criação, por parte da própria Igreja, de uma estrutura burocrática e organizacional que seja capaz de resguardar e perpetuar seu capital religioso.

Assim, é possível indicar o duplo significado no qual parece plausível assumir o campo da educação cristã em referência à cultura ocidental e ao processo de civilização que lhe são aplicáveis. O primeiro é o que diz respeito aos costumes, à elaboração da ética, ao constituir-se de uma profunda dimensão antropológica e ética-civil, norteadas pelos princípios cristãos-católicos (ACONE, 1992, p. 3). O segundo é aquele pelo qual a Igreja, embora sempre considerada em sua rede civil, ética, antropológica, jurídica, econômica, política, entre outras, constituiu um currículo educativo em sentido próprio. Ou seja, no decorrer dos séculos a Igreja Católica consolidou uma rede educacional que se propagou mundo afora, com uma especificidade formativa, que tinha como finalidade a formação do ser cristão que, orientado pela constelação de seus valores fundamentais e basilares, configurou-se como uma pedagogia cristã capaz de gerar um *habitus*.

Importante ressaltar o fato de que nesse período a Igreja Católica atuava em um contexto cada vez mais eclético, em um processo de constante laicização. Sendo assim, apresentar um modelo educacional cristão consistiria, em primeiro lugar, em colocá-lo a serviço dos fiéis católicos, bem como de toda sociedade, numa perspectiva geral.

Diante dessa realidade, a educação se tornou uma constante preocupação do ofício pastoral e do Magistério de Pio XI, sobretudo no final da década de 1920 e início de 1930, manifestando-se constantemente sobre o tema, a fim de oferecer os princípios deste. Esse fundamento pode ser encontrado no discurso que Pio XI fez aos professores do *Colégio di Mondragone*, em Roma, afirmando que a educação cristã era um dever da Igreja, pois fazia parte de sua missão salvadora como Mãe e Mestra. A missão educativa pertencia, em primeiro lugar, à Igreja e à família, e não ao Estado. No campo educacional, o Estado possuiria apenas uma função integradora. Essas ideias posteriormente se tornaram o coração da encíclica. Nesse discurso já encontramos a crítica à laicização, pois a Igreja não queria perder um terreno tão importante de atuação, como era o da educação. Portanto era necessário combater a ação do Estado para reafirmar a primazia da Igreja frente a ele, aliando-se com a família. Nas palavras de Pio XI,

Dizem que a missão da educação está acima de tudo, primeiro com a Igreja e a família: com a Igreja, e com pais e mães; cabe a eles pelo direito natural e a Igreja pelo direito divino e, portanto, de maneira irrevogável, inalienável e insubstituível. O Estado certamente não pode, não deve perder o interesse na educação dos cidadãos, mas apenas oferecer ajuda em tudo o que o indivíduo e a família não poderiam dar a si mesmos (PIO XI, 1929)¹⁶.

A encíclica *Divini Illius Magistri* foi o documento oficial pontifício mais completo e sistemático sobre a educação católica até o Concílio Vaticano II, pois a finalidade de Pio XI era esclarecer e defender a missão sobrenatural e eminente da Igreja no campo educacional, conforme afirmam Groppo e Ubertalli (1992). Nesta Pio XI expôs a doutrina pedagógica da Igreja, trazendo os princípios supremos, para colocá-los em evidência e diante de suas principais conclusões, apontar as aplicações práticas. A encíclica foi escrita num período histórico turbulento. Havia também o desejo expresso de muitos bispos e fiéis por diretrizes doutrinárias sobre o tema. Diante dessa realidade, com o desejo de responder a esses anseios, o Papa Pio XI escreveu essa encíclica dedicada aos jovens, na memória de seu jubileu sacerdotal.

Porém, a mesma condição geral dos tempos, a que aludimos, as variadas discussões do problema escolar e pedagógico nos diversos países, e o conseqüente desejo que muitos d'entre vós e dos vossos fiéis nos tendes manifestado com filial confiança, Veneráveis Irmãos, e o Nosso tão intenso afeto para com a juventude, como dissemos, impelem-Nos a voltar mais propositadamente ao assunto, senão para o tratar em toda a sua quase inexaurível amplitude de doutrina e de prática, pelo

¹⁶ Excerto da *Allocuzione di Sua Santità ai professori ed agli alluni del Collegio di Mondragone*, datada de 14 de maio de 1929, escrita por PIO XI direcionada aos professores.

menos para reassumir os seus princípios supremos, pôr em evidência as suas principais conclusões, e indicar as aplicações práticas dos mesmos. Seja esta a lembrança que do Nosso Jubileu sacerdotal, com muito particular intenção e afeto, dedicamos à cara juventude, e recomendamos a todos os que têm por especial missão e dever de ocupar-se da sua educação (PIO XI, 1965, p. 05).

A estrutura dos conteúdos da encíclica respondeu aos objetivos que Pio XI propôs. Na introdução, foi apresentada uma visão negativa da pedagogia contemporânea, a qual inferia que somente a educação cristã era adequada e perfeita. Desde fins do século XIX, muitas pedagogias surgiram em contraposição à formação educacional religiosa. Esta encíclica foi uma reação combatente as novas pedagogias modernas como veremos na próxima sessão.

No tópico seguinte, a fim de melhor compreensão, apresenta-se uma análise acerca desse embate com a Escola Nova, bem como quais repercussões dos conteúdos da encíclica *Divini Illius Magistri* frente a essa nova pedagogia. De modo geral, o pano de fundo do documento papal era conter as ideias laicistas e secularizadas, oriundas da modernidade para a educação.

1.2 As novas propostas educacionais que desafiaram a educação católica

A segunda metade do século XIX e início do século XX apresentaram-se como um período propício para o surgimento de novas orientações pedagógicas tidas como inovadoras para o campo da educação. A título de exemplo, podemos citar a Pestalozzi, e sua base de ensino por meio do método indutivo, e Spencer, com a filosofia da educação e técnicas de intervenção socioeducativas. Além de um dos mais expressivos teóricos da educação, John Dewey, com o experimentalismo científico e o pragmatismo na educação (CAMBI, 1999). As teorias e pensamentos que borbulharam desse movimento resultou no que ficou conhecido como o Movimento da Escola Nova, que contestou a escola chamada tradicional, principalmente nos conteúdos e metodologias de ensino, abrindo uma nova fase da renovação pedagógica da escola.

Este movimento não aconteceu de forma articulada e uniforme, mas foi constituído de maneira fluída, por diversos pensadores em vários lugares e ao mesmo tempo, diante de suas experiências para a consolidação e difusão de suas ideias, tanto na Europa quanto na América.

Eram necessárias novas formas do “saber-educar” para contrapor o método da escola tradicional. Assim, a Escola Nova tornou-se um movimento de renovação pedagógica que forçou uma reforma do ensino, com ações pedagógicas que compuseram uma nova fase da história da Educação (DELAEPE, 2006). Esse movimento foi marcado por uma escola

progressista, ativa, para a vida, com uma metodologia moderna. A escola destacava a função da criança como pessoa e o professor como motivador e orientador, mudando bruscamente a abordagem do ensino-aprendizagem. As mudanças orientadas das transformações dessa época e do crescente capitalismo pediam uma nova formação para a educação. A partir daí surgiram novas ideias e teorias educacionais, conforme uma metodologia ativa que consolidou a Escola Nova.

Na verdade, os princípios teóricos que configuram o movimento da Escola Nova procuraram novas formas de aprender da criança e novas técnicas, numa revolução metodológica contra a escola dita tradicional. Aliado aos aspectos teóricos da educação (teorias), o movimento inspirou a criação de instituições educativas e reformas nos sistemas públicos da educação. Mesmo com uma diversidade metodológica, todos os seus métodos têm características comuns. Esses métodos partem da concessão de aprendizagem como um processo de aquisição individual, tendo em conta as diferenças pessoais do educando e as tarefas ou trabalhos escolares adequados aos níveis de desenvolvimento infanto juvenil, respeitando sempre a criança como 'pessoa'. Insistem, os seus mentores, que a 'ação de educar' não se separa das atividades da vida real e, por isso as crianças são estimuladas a aprender, partindo dos seus interesses e necessidades, observando, indagando, pesquisando, trabalhando em grupo e individual, construindo, pensando e resolvendo problemas ou elaborando/executando projetos. A aprendizagem surge, assim da atividade, das necessidades, da curiosidade do aluno e, por isso leva uma carga afetiva nessa ação. Deste modo no processo de desenvolvimento os interesses obedecem às necessidades de vida biológica e, depois as imposições da vida social (MARTINS, 2017, p. 112-113).

Essa nova pedagogia da Escola Nova se baseava num espírito científico e laico, utilizando das várias ciências como antropologia, biologia, sociologia, bem como de diversos métodos para melhor compreender a educação e a própria pedagogia. Na visão escola-novista, os problemas deveriam possuir um critério próprio, como fatos naturais e positivos. Desta forma, a pedagogia devia ser autônoma, com uma normativa própria, mesmo que se valesse de outras ciências para auxiliá-la. A concepção de educação desse novo modelo era de ser o meio mais eficaz para elevar os educandos nas suas esferas individual e social (VASCONCELOS, 1934).

Essa nova proposta se valia de um método educacional mais experiencial e lúdico, que considerava o aluno e sua vivência. Portanto, a Escola Nova rompeu com o paradigma vigente, opondo-se ao ensino tradicional de memorização e livresco. No mesmo viés, propôs um ensino que valorizasse e respeitasse a criança e seu desenvolvimento no processo de aprendizagem. Ou seja, a educação tendo como método se basear na experiência do aluno e adaptar-se ao seu desenvolvimento, seja na dimensão prática ou manual (empírica). Uma educação que se interessava pelos interesses naturais dos educandos, para potencializá-los e desenvolvê-los. Com o auxílio das outras ciências, a educação deveria descobrir as tendências e aptidões dos alunos, para que na vida prática fomentassem o espírito de iniciativa e

responsabilidade e, assim, promover o crescimento e desenvolvimento de sua evolução natural e de suas funções mentais. Essa nova forma de educar se opunha a um saber enciclopédico e propunha um método de desenvolvimento das habilidades intelectuais e gosto pelo trabalho (VASCONCELOS, 1934).

Para Martins (2017, p. 118), o movimento Escola Nova, além de contestar a escola tradicional, tornou-se uma corrente educativa inovadora, seja quanto ao método ou conteúdo. Sua base estava na prática do educando, a própria educação passou a conhecer melhor os processos de cada fase, desenvolvendo-se de uma nova maneira, possibilitando, assim, um protagonismo ativo do processo ensino-aprendizagem. Notável ainda a mudança brusca da figura do professor nesse novo formato, que passava agora a ser um guia, motivador e orientador, não mais sendo ele sozinho o detentor do conhecimento. Ao professor caberia o dever de incentivar a autonomia do aluno, bem como sua criatividade, para que o aluno pudesse aprender a resolver seus problemas. E, por fim, a escola nova incentivou a igualdade à educação, incentivando que o ensino fosse público e acessível para todos, inclusive aos mais pobres.

Esse novo modelo rompia como o formato existente do professorado, pois, a partir de agora o professor já não era mais o detentor exclusivo do saber, e o aluno já não era mais concebido como uma tábua rasa que deveria ser moldado pelas mãos de seu professor. Além do método de ensino que já não estava mais baseado na memorização. Com a escola nova, o aluno era visto como sujeito no seu processo de ensino-aprendizagem. O seu objetivo era libertar a criança da tutela do adulto para que sua personalidade se realizasse pela autonomia. Logo, a sua educação deveria ser libertária. Essa educação não concebia mais que o papel da criança fosse apenas de aceitar e receber, sendo dócil e disciplinada, mas que fosse protagonista, partindo da sua experiência e atuação (BERTRAND, 1991).

Um dos grandes teóricos dessa linha, Dewey (1971) propunha como papel principal da educação a teoria da experiência, afirmando que o elã vital estava na conexão orgânica entre educação e experiência pessoal. Somente por meio de uma teoria da experiência poderia dar-se uma direção válida para a educação. Ele propunha o princípio da continuidade e da interação. No princípio da continuidade, há uma interconexão entre as experiências que acontecem no presente em relação às do passado e às do futuro, ou seja, todas as experiências vividas estão vinculadas de alguma forma às experiências do passado e podem mudar as experiências do futuro (1971, p. 26).

Para o autor, pelo princípio de interação, dava-se a relação entre as condições da experiência, sejam estas objetivas ou internas, que na sua totalidade formam uma situação.

Nessa perspectiva, afirma Dewey (1971, p. 37), o conhecimento adquirido numa experiência torna-se “instrumento para compreender e lidar efetivamente com a situação que se segue. O processo continua enquanto vida e aprendizagem continuarem”.

Na perspectiva de Dewey (1971), o professor tinha a missão de intervir nas condições objetivas, favorecendo um ambiente de desenvolvimento ao aluno que contemplasse uma interação com suas capacidades e necessidades, possibilitando, assim, uma experiência educativa eficaz. Isso despertaria no aluno o desejo de continuar aprendendo. A nova possibilidade que se abria era de aprender através da experiência tirando dela seu sentido para o futuro. Sendo assim, a experiência presente passaria a possuir um sentido construtivo para a vida do educando. Nas palavras de Dewey (1959, p. 83), a educação “é uma reconstrução ou reorganização da experiência, que esclarece e aumenta o sentido desta e também a sua aptidão para dirigir o curso das experiências subsequentes”. Para o autor, toda a educação se dá e se desenvolve em íntima relação com a experiência, principalmente dos valores educativos.

Essas ideias trouxeram muitas mudanças na educação, a escola passou a ter uma finalidade social e seus conteúdos destinados a este fim, o próprio aluno era preparado para uma tarefa social e de engajamento desta, a fim de que fosse estruturado tanto o indivíduo quanto a sociedade. O desenvolvimento do aprendizado e a socialização aconteceriam através da partilha de experiência. E, por fim, o saber pedagógico se daria numa relação recíproca de interesses, não podendo mais dar-se sozinho, ou seja, apenas de um lado (NOT, 1981).

Com o advento da psicologia, a Escola Nova acentuava o ponto de gravidade no educando e não mais no professor. Tal fato repercutiu a revolução copernicana da educação nova. De acordo com Dewey (1971), a criança seria o ponto de partida, centro e fim, o professor deveria ser apenas um guia que a conduz. Essa finalidade da Escola Nova objetivava afirmar uma educação libertária, laica e acessível a todos. A liberdade era defendida como valor na educação e através dela era possível reconhecer a identidade da criança, contrapondo, assim, a educação tradicional.

Para Carvalho (1990), essa liberdade era entendida no contexto da atividade e responsabilidade onde, por meio das tarefas educativas executadas na escola, o aprendizado fosse da liberdade para a liberdade. Conforme Dewey (1971), essa liberdade na via física, exterior, garantiria o conhecimento mútuo entre professor e aluno, favorecendo, assim, o aprendizado. Na dimensão interior, a liberdade duradoura era liberdade de inteligência, ou seja, de ação que possibilitava a liberdade de julgamento e, assim, colocava em prática as decisões tomadas. Pois, nas palavras de Dewey (1971, p. 59), “a única liberdade duradoura é a

liberdade de inteligência, isto é, liberdade de observação e de julgamento com respeito a propósitos intrinsecamente válidos e significativos”.

Sobre os impulsos e desejos na dimensão da liberdade, para o autor estes deviam ser reelaborados, revisando a inibição dos impulsos originários, para que assim houvesse crescimento intelectual, a partir de um impulso reelaborado ou reconstruído. Nesse aspecto, a restrição da liberdade devia ser usada como meio e competia apenas ao próprio indivíduo a ação, depois de sua reflexão e julgamento. Portanto, o indivíduo deveria fazer um caminho que resultasse no autodomínio de si. Para Dewey (1971, p. 64), “o fim ideal da educação é a formação da capacidade de domínio de si mesmo”.

De acordo com essa nova visão, a educação deveria fomentar o espírito social e democrático dos alunos, sendo uma comunidade cooperativa com a finalidade de transformar a sociedade, e não de reproduzi-la. Logo, para que as escolas possibilitassem essa transformação era necessário que elas fossem reconstruídas por inteira. Foi com essa finalidade que as ideias de Dewey (1971) se propagaram para a consolidação de uma nova educação.

A nova forma de pensar e conceber a educação resultou em diversas mudanças no ensino, principalmente com o movimento da Escola Nova. Essa movimentação trouxe muitos incômodos para a educação católica, que via nessa renovação um perigo de subordinação do sobrenatural frente ao terreno. Logo, precisava ser combatido e contido. De acordo com a visão católica, esse novo modelo colocaria em xeque a educação católica no processo de descristianização da sociedade.

O laicismo, que proliferava nesse momento, era visto também com maus olhos pela Igreja Católica, pois penetrava o campo educacional e gerava uma nova forma de conceber a educação. Esse embate entre as ideias da Escola Nova frente a educação católica tornou-se um conflito, pois até naquele momento da história a educação estava permeada dos ensinamentos religiosos cristãos e, a partir dessa fase, se consolidaria uma nova forma de educação que não dependeria mais do conteúdo religioso, pois os seus princípios seriam outros, tais como a liberdade, democratização, socialização, laicização, entre outros. Portanto, a Igreja Católica se manifestou publicamente, principalmente através da encíclica *Divini Illius Magistri*, além de criar uma base de mecanismos combatentes para que o Estado permanecesse cristão e não se tornasse laico.

Como reação à Escola Nova, o catolicismo focou na educação como uma via para alcançar a sua finalidade, formando homens e mulheres católicos que pudessem estar à frente de todas as instâncias da sociedade, a fim de que esta continuasse a ser cristã. Desta forma,

com o desejo de legitimar sua posição com preeminência para estar à frente de todo o processo educacional, a Igreja Católica reagiu por meio de seus documentos e intelectuais para expandir uma concepção cristã da educação. Dentre os objetivos da Igreja, estava o desejo de formar professores, a fim de que estes perpetuassem seus princípios na formação de uma sociedade cristã. Neste contexto, a educação tornou-se o palco de disputa entre católicos, que defendiam um modelo educacional tradicional, e os liberais, que defendiam uma nova educação. Como reação, a Igreja Católica apostou na criação de novas instâncias, associações, bem como na elaboração e divulgação de impressos para ensinar sua pedagogia, com a finalidade de criticar a Escola Nova e seus idealizadores (CARVALHO, 1994, p. 41-60).

Segundo Costa (2006), a Igreja foi entendendo que o caminho mais promissor para que ela voltasse a ter influência na política, e na própria sociedade, seria por meio de um sistema educacional consistente que formaria as elites para essa finalidade. Era preciso propagar por diversos caminhos os ideais cristãos, principalmente na formação do professorado, porque seria ele a garantir seu objetivo. Assim sendo, a Igreja passaria a se adequar, modernizando sua forma de educar, porém conservando sua base conceitual.

No plano estratégico, os católicos adotavam duas atitudes frente à Escola Nova: de um lado, os mais conservadores atacavam frontalmente suas concepções educacionais com o intuito de negá-las na totalidade; de outro, buscavam absorver alguns de seus princípios, dando-lhes feição mais condizente com os ensinamentos cristãos (COSTA, 2006, p. 13).

Uma das reações da educação católica às ideias da Escola Nova, no contexto de combate que se travou, chegou a assemelhar as novas diretrizes de educação ao comunismo, bem como intensa crítica aos países que optaram por aderir ao novo tipo de ensino, o qual era visto como objetivo, materialista e utilitário. Desta forma, a Igreja Católica se manifestava como instituição educativa que a legitimava com o direito de educar. Reconhecia alguns avanços científicos modernos, mas não abria mão da sua primazia frente à educação e à sociedade, com a finalidade de legitimar os seus princípios em todas as instâncias, tendo, assim, a adesão da maioria.

A par do debate presente nas linhas anteriores, propomos agora o confronto de algumas ideias da Escola Nova, rechaçadas na encíclica *Divini Illius Magistri*, do Papa Pio XI, que, de certa forma, representava uma reação aos conceitos contidos no movimento escola-novista.

Em primeiro lugar, o documento papal afirmava que o homem era o sujeito da educação, homem inteiro formado por corpo e alma, em união de sua natureza com todas as

faculdades naturais e sobrenaturais. Logo, Pio XI reafirmava as verdades fundamentais da educação cristã e, ao mesmo tempo, discordava dos métodos educacionais que reduziam o sujeito da educação, o homem, a apenas uma realidade meramente natural, sem nenhuma referência à ordem sobrenatural. Ou seja, os métodos educativos que foram influenciados pelo naturalismo pedagógico (GARCIA, 1996).

O projeto escola-novista estava imbuído dessas ideias: cada criança deveria ir se transformando através do desenvolvimento de suas faculdades, que não estariam separadas nem dissociadas de si, mas que iriam aflorando em sua conduta gradativamente, como fruto de seu aprendizado, formando, assim, um ser autônomo. Portanto, o processo que se propunha de educação era aquele que o sujeito se identificava com sua própria natureza, na qual estaria todo o potencial. Logo, a educação precisava ser um caminho que fizesse aflorar e desenvolver esse potencial.

A encíclica se opunha às ideias do naturalismo pedagógico, que encontra na natureza o principal fator da educação, pois ela se tornava a legisladora da educação. Nesta perspectiva, as ciências da natureza iriam se desenvolvendo, como a biologia e psicologia e passariam a ocupar aquele lugar antes ocupado pela formação filosófica e religiosa (GARCIA, 1996).

Para Garcia (1986), os métodos educacionais que estavam embebidos das ideias naturalistas se reduziam a três princípios básicos, a saber: 1- O desenvolvimento das faculdades da pessoa estaria marcado pela realidade psicológica do ser. É, portanto, um ensino intuitivo, já não mais baseado exclusivamente em livros ou lições, mas essencialmente através do contato com a natureza e com as coisas, de maneira que cada nova aquisição constituía uma criação. 2- Na Atividade do aluno, o processo educativo se dava por meio de uma série de ações interiores e exteriores que tinham no aluno o único protagonista de sua formação, cuja origem estava em seu interesse, curiosidade e nunca nas imposições exteriores. 3- Individualização, o sujeito da educação ia crescendo quando se desenvolvia suas faculdades naturais, não mais sendo condicionados às influências exteriores, sejam elas sociais ou religiosas (1986, p. 514). Conforme elencado, todos esses aspectos estariam engendrados na metodologia da Escola Nova.

Neste caso, encontramos um contraste com os princípios da educação cristã católica, pois ela postulava uma totalidade que incluía a dimensão sobrenatural. O naturalismo era combatido pela Igreja Católica, pois na visão desta essa vertente excluía a dimensão sobrenatural ou espiritual, focando, somente, na dimensão natural.

A encíclica rechaçava também alguns princípios advindos do positivismo, e muitos deles estavam presentes na Escola Nova. Uma das principais características desse modelo era

o desejo de buscar apenas a verdade das coisas na verificação experimental das realidades, tal como elas eram, por meio das ciências empíricas para explicar as coisas. Ou seja, só era verdadeiro aquilo que era provado cientificamente. Essa nova forma, de conceber e explicar as coisas, era contestada no documento papal, porque na visão católica o ser humano não poderia ser reduzido somente à imanência, à prova, à verificação empírica. Sendo assim, o Papa Pio XI reforçava a necessidade de uma compreensão que abrangesse sua dimensão corporal, intelectual e espiritual. Deste modo, de acordo com o pontífice, a verdadeira educação era aquela que ajudava o homem a alcançar essa finalidade.

No entendimento da Igreja Católica, a partir do momento que o homem é despojado da sua dimensão sobrenatural e nega a existência de Deus, restaria apenas duas respostas: essas realidades não existem, só sendo válido aquilo que procede da razão e do pensamento humano. Se elas não podem ser provadas cientificamente, elas não existem. Nessa situação, o fim último do homem consistia no seu próprio desenvolvimento e a moralidade de seus atos tendia a ter como ponto de referência a própria vida, numa perspectiva imanentista, laica e materialista, afirma Garcia (GARCIA, 1986, p. 523).

A encíclica contestava a visão mecanicista-evolucionista do universo, que reduzia o espírito à matéria e a matéria à evolução, sobressaindo de maneira especial nesse contexto a biologia, psicologia e sociologia. A primeira oferecia os dados necessários para conhecer o ser humano como realidade corporal e material; a segunda se encarregava do estudo das necessidades e tendências interiores que, no plano intuitivo e espontâneo, operavam e se manifestavam na pessoa humana; e a terceira se preocupava com os resultados do comportamento humano como membro vivo de uma sociedade que nascia, vivia e se desenvolvia. Essas disciplinas ocuparam lugares especiais para a consolidação e concretização do escolanovismo.

Para Spencer (1911), os modelos educacionais motivados pelas ideias positivistas se preocupavam em preparar essencialmente o homem para que ele pudesse se desenvolver com facilidade e utilidade no mundo em que vivia. Os jovens deveriam ser enviados à escola para que recebessem a formação que os capacitasse para a vida prática e esta se alcançaria se eles recebessem a instrução e os conhecimentos necessários para conseguirem êxito e felicidade na nova vida. Segundo a visão católica, essa metodologia mostrava uma maneira bem reduzida do homem, à sua dimensão exclusivamente natural. A encíclica *Divini Illius Magistri* criticava essa visão, pois a formação religiosa do homem era reduzida apenas a uma educação moral. Nos debates da Escola Nova, o ensino religioso deveria ser substituído por apenas um ensino moral, cuja referência não era mais a lei divina, mas as necessidades naturais. Portanto,

Pio XI ressaltava a necessidade de uma verdadeira educação que ajudasse o aluno a projetar sua vida com uma dimensão sobrenatural.

Outra característica vinda do positivismo para educação se apresentava na defesa de um ensino que fosse estatal e laico, com uma educação neutra em matéria religiosa. Essa metodologia era contestada pela encíclica, pois com a laicidade do Estado moderno a educação estatal já não poderia mais assumir um projeto confessional de uma Igreja, pois no processo de laicização o que prevalecia era a pluralidade religiosa. Assim, a encíclica *Divini Illius Magistri* afirmava:

Daqui resulta precisamente que a escola chamada neutra ou laica, donde é excluída a religião, é contrária aos princípios fundamentais da educação. De resto uma tal escola é praticamente impossível, porque de fato torna-se irreligiosa. Não ocorre repetir aqui quanto acerca deste assunto disseram os Nossos Predecessores, nomeadamente Pio IX e Leão XIII, em cujos tempos começou particularmente a dominar o laicismo na escola pública. Nós renovamos e confirmamos as suas declarações, e juntamente as prescrições dos Sagrados Cânones pelas quais é proibida aos jovens católicos a frequência de escolas acatólicas, neutras ou mistas, isto é, daquelas que são abertas indiferentemente para católicos e não católicos, sem distinção, e só pode tolerar-se tal frequência unicamente em determinadas circunstâncias de lugar e de tempo, e sob especiais cautelas de que é juiz o Ordinário (PIO XI, 1965, p. 39-40).

Diante de um estado laico, a educação também precisava ser laica. O que deveria prevalecer era um ensino que fosse baseado no cientificismo, na razão, neutro e imparcial diante da crença religiosa. A escola, a partir desse momento, precisava desenvolver todas as potencialidades da inteligência e do coração, especialmente do raciocínio. Isto é, libertar a consciência das crianças de toda ideia sectária, de toda imposição para permitir o livre discernimento e, assim, garantir o livre pensar. Logo, era necessário suprimir os dogmas teológicos do ensino e organizar um novo modelo que fosse neutro no que diz respeito a essa matéria, sem a influência da religião.

Frente a essa realidade, a encíclica de Pio XI condenava a escola laica, considerando-a contrária aos princípios fundamentais da educação, porque excluía dela toda religião. Por isso, proibia as crianças católicas de estudarem em escolas que fossem acatólicas, neutras ou mistas, porque caso estudassem teriam contato com professores e alunos não católicos. Portanto, o papa exortava os pais católicos a mandarem seus filhos às escolas católicas, onde todo o ensino, professores e livros estivessem imbuídos do espírito cristão e, ao mesmo tempo, debaixo da vigilância da Igreja, de modo que a religião fosse o fundamento da instrução em todos os níveis.

A Escola Nova visava valorizar a autonomia e liberdade pessoal do educando, pois ele era o centro de sua educação. Desse modo, a instrução que o educando recebia devia ser para proporcionar sua autonomia e liberdade pessoal, ao modo que iria se desenvolvendo para satisfazer suas necessidades transitórias e variáveis, seja a nível individual ou social, conforme afirma Garcia (1986, p. 534).

A encíclica *Divini Illius Magistri* refutava esse *modus operandi* de educação, que desenvolvia um pragmatismo utilitarista, no qual o homem podia determinar ativamente seu próprio destino, seguindo os ditames da natureza que lhe indicava o que era útil, tornando-se esta a única verdade para ele. O Papa Pio XI criticava esse modelo de educação que era capaz de gerar sua própria verdade, porque o objeto primário da educação era potencializar a espontaneidade e liberdade do sujeito. O aluno seria o centro da escola, o professor, como portador dos valores permanentes, já não ocupava o mesmo lugar e sua missão consistia em conduzir o ensino para que o aluno alcançasse sua liberdade e verdade. O pontífice destacava negativamente esses novos métodos educacionais, pois compreendia que a missão do professor tinha sido reduzida e a do aluno exaltada, porque era ele o protagonista. Isto posto, Pio XI recordava que um tipo de educação que desconsiderava a dimensão sobrenatural e promovia uma autonomia e liberdade do educando não era considerada uma educação completa.

1.3 A encíclica *Divini Illius Magistri*: uma reação às novas pedagogias

Para o pontificado do Papa Pio XI, a missão de educar sempre foi muito importante e exigente. Portanto, esta exigia uma orientação clara e exata de suas razões essenciais, principalmente diante das grandes mudanças que ocorreram na época, envolvendo preferencialmente a Igreja Católica em seu múnus de educar. Neste intento, escreveu a encíclica *Divini Illius Magisti* para tratar desses assuntos, documento esse que iremos compreender agora. Ele dividiu a encíclica em quatro partes. Na primeira, intitulada “A quem compete a missão de educar”, que é a maior da encíclica, o papa se dedicou àqueles que têm a missão de educar: Família, Estado e Igreja, enfocando sobretudo a superioridade desta última. Na segunda parte, “Qual o sujeito da educação”, o papa afirmou que o sujeito por excelência da educação é o homem, como um ser inteiro, espírito unido ao corpo na unidade da natureza, em todas as suas faculdades, naturais e sobrenaturais. A terceira parte da encíclica, “Quais as circunstâncias necessárias do ambiente”, tratava da complexidade de todas as circunstâncias e meios que possibilitavam a educação cristã e, de modo particular, a escola, principalmente a

escola católica. Na quarta e última parte, intitulada “Qual o fim e a forma da própria educação cristã”, afirma que a finalidade da educação é cooperar com a graça divina na formação do verdadeiro e perfeito cristão.

Necessário se faz a compreensão de cada uma dessas partes que compõem a referida encíclica, conforme se segue. A parte predominante está no primeiro tópico, na qual Pio XI esclareceu a missão educacional da Igreja e sua relação com a família e o Estado. Nessa primeira parte, o papa ressaltou que a educação é, por excelência, uma ação social, existindo “três sociedades distintas e unidas harmonicamente no meio dos quais nasce o homem: duas sociedades de ordem natural, que são a família e a sociedade civil, e a terceira, a Igreja, de ordem sobrenatural” (PIO XI, 1965, p. 8). A família, que tem a finalidade da procriação e educação da prole, tem a prioridade da natureza. Para Pio XI, a família não era uma sociedade perfeita, porque não possuía em si todos os meios para o aperfeiçoamento. Já a sociedade civil era uma sociedade perfeita, pois reunia todos os meios para chegar a sua finalidade, que é o bem comum temporal, ou seja, em ordem ao bem comum. Logo, ela tinha a primazia sobre a família que alcançava de forma precisa o seu aperfeiçoamento temporal na sociedade civil. E a terceira, a Igreja, sociedade de ordem sobrenatural e universal, sociedade perfeita, que por meio do Batismo fazia nascer o homem, através da graça divina. Ela tem em si mesma todos os meios para o seu fim, que é a salvação eterna dos homens, logo, é suprema na sua ordem.

De acordo com o pensamento de Pio XI, a educação que considerava o homem como um ser individual e social, nesta ordem da natureza e da graça, pertencia a estas três sociedades necessárias, como proporções diversas, mas que corresponderiam coordenadas aos seus respectivos fins. Compreenderemos agora essas três ordens: Igreja, Família e Estado. Primeiramente, a educação pertencia por excelência à Igreja, por direito divino na ordem sobrenatural que, de acordo com o papa, teria sido dado pelo próprio Deus, estando totalmente superior a qualquer realidade de ordem natural. Esse pensamento de Pio XI se embasava, em primeiro lugar, na missão e autoridade que Cristo confiou à Igreja e ao seu magistério:

Toda a autoridade me foi dada no céu e sobre a terra. Ide, pois, ensinai todos os povos, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a guardar tudo os que vos ordenei. Quanto a mim, eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos tempos (Mateus 28, 18-20)¹⁷.

Sendo assim, a Igreja recebeu de seu Divino fundador, Cristo, a infalibilidade junto com o preceito de ensinar sua doutrina, pois ela foi constituída por Jesus como coluna e

¹⁷ Evangelho segundo Mateus 28, 18-20. *Bíblia Tradução Ecumênica*- TEB.

fundamento da verdade, para ensinar a fé divina a todos os povos, com a finalidade de guardar de maneira integral e inviolável essa mesma fé. Visava-se preparar aos homens com a meta de que suas ações fossem ordenadas à “honestidade de costumes, integridade de vida, segundo a norma da doutrina revelada” (PIO XI, 1864)¹⁸.

O objetivo do Papa Pio XI era ressaltar a primazia da Igreja Católica na missão de educar frente ao Estado, consistia numa crítica à nova ordem moderna que foi estabelecida, onde o monopólio da educação não deveria mais ficar sob a tutela da Igreja, mas sim do Estado. O que estava por de trás desse monopólio era a ideia de que a educação era uma via doutrinal e política, seja sob os princípios da Igreja, seja do Estado. No documento papal o que resguardou a preferência pelo domínio da Igreja foi o direito divino que, segundo Pio XI, a própria Igreja recebeu de Deus.

Nesta perspectiva, o papa ressaltou um segundo elemento: a maternidade sobrenatural da Igreja. De acordo com o pontífice, a Igreja é a esposa imaculada de Cristo, pois, por meio do Batismo, ela “gera, nutre, educa as almas na vida divina da graça, com seus sacramentos e seu ensino” (PIO XI, 1965, p. 10), logo na missão de educar ela teria a precedência e estaria acima de qualquer autoridade terrena.

E por necessária consequência a Igreja é independente de qualquer autoridade terrena, tanto na origem como no exercício da sua missão educativa, não só relativamente ao seu próprio objeto, mas também acerca dos meios necessários e convenientes para dela se desempenhar. Por isso em relação a qualquer outra disciplina, e ensino humano, que considerado em si é patrimônio de todos, indivíduos e sociedades, a Igreja tem direito independente de usar dele, e sobretudo de julgar em que possa ser favorável ou contrário à educação cristã. E isto, já porque a Igreja, como sociedade perfeita, tem direito aos meios para o seu fim, já porque todo o ensino, como toda a ação humana, tem necessária relação de dependência do fim último do homem, e por isso não pode subtrair-se às normas da lei divina, da qual a Igreja é guarda, interprete e mestra infalível (PIO XI, 1965, p. 10).

Assim, o documento reforçava que a Igreja tinha pleno direito de promover as ciências, letras e artes, sempre que fosse necessário e útil à educação cristã e à salvação das almas. Diante disso, Pio XI corroborava com aquilo que já estava contido no Código de Direito Canônico¹⁹, o qual afirmava que a Igreja tem o direito de criar escolas em todos os

¹⁸ Excerto do documento *Quum non sine*, presente no *Syllabus*, datada de 14 julho 1864, escrita por Pio IX.

¹⁹ O Código de Direito Canônico é o principal documento legislativo da Igreja, baseado na herança jurídica e legislativa da Revelação e da Tradição. É considerado instrumento indispensável para assegurar a ordem tanto na vida individual e social quanto na própria atividade da Igreja. Por isso, além de conter os elementos fundamentais da estrutura hierárquica e orgânica da Igreja, estabelecidos pelo seu Divino Fundador, Cristo, ou baseados na tradição apostólica ou na mais antiga tradição, contém as principais normas referentes ao exercício do triplice múnus (ensinar, santificar e governar) confiado à própria Igreja. Deve o Código definir também as regras e as normas de comportamento. Cf. Constituição Apostólica “*Sacrae Disciplinae Leges*”, promulgada pelo Papa João Paulo II, 25 janeiro, 1983.

níveis, seja primário, médio ou superior²⁰. O mesmo Código afirmava o direito inalienável que a Igreja tinha e seu dever de vigiar pela educação de seus filhos, os fiéis, no que diz respeito aos conteúdos que estavam ligados à religião e moral²¹. Segundo o papa, o exercício desse direito não poderia ser considerado ingerência indevida, mas era providência maternal da Igreja para proteger seus filhos, daquilo que ele chamava contra os “graves perigos de todo o veneno doutrinal e moral”. Segundo argumentava Pio XI, somente uma reta instrução religiosa e moral poderia salvaguardar os nossos jovens.

A consolidação das ideias iluministas, pós revolução francesa que culminou no processo de modernidade, trouxe muitos transtornos e incômodos para a Igreja Católica como já falamos no primeiro tópico, muitas das teorias modernistas eram vistas pela Igreja como graves erros. Então, caberia à própria Igreja, como “mãe e mestra”, educar seus filhos para que eles não caíssem nesses erros. Deste dever advém a célebre frase de Pio XI, proteger os fiéis dos “graves perigos de todo o veneno doutrinal e moral”. Na concepção católica, a laicidade e a secularização da sociedade e do Estado colocariam a Igreja em risco, porque seus fiéis seriam contaminados por essas novas ideias que, na maioria das vezes, contrariava os princípios e dogmas da fé católica. E, conseqüentemente, a consolidação disso envolveria todo o contexto social, mudando bruscamente a sua ordem. Logo, própria Igreja precisava se manifestar diante desses acontecimentos e mudanças, para contê-las e reafirmar sua presença e atuação frente à sociedade.

Na visão de Pio XI, a Igreja tinha por direito divino a missão educativa sobre todos os povos, segundo pregação do próprio Cristo: “ensinai todos os povos”²². Neste sentido, não teria poder humano e terreno que poderia ir contra ou impedir esse mandato. Em primeiro lugar, ela tinha a missão de cuidar de todos os seus fiéis. Desta forma, a Igreja criou e promoveu ao longo dos séculos uma imensa rede de escolas e institutos em todas as áreas dos saberes. Desde a longínqua Idade Média, sempre ao lado dos mosteiros, conventos, igrejas, catedrais tinha uma escola ou universidade com a finalidade de educar segundo os princípios cristãos. Sobre as universidades, Pio XI afirmava que:

²⁰ Código de Direito Canônico – CDC de 1917. Can 1375. *Ecclesiae est ius scholas cuiusvis disciplinae non solum elementarias, sed etiam medias et superiores condendi. A versão do código vigente durante o pontificado de Pio XI era a de 1917.*

²¹ Cân 1381 §1. *Religiosa iuventutis institutio in scholis quibuslibet auctoritati et inspectioni Ecclesiae subiicitur. §2. Ordinariis locorum ius et officium est vigilandi ne in quibusvis scholis sui territorii quidquam contra fidem vel bonos mores tradatur aut fiat.*

§3. *Eisdem similiter ius est approbandi religionis magistros et libros; itemque, religionis morumque causa, exigendi ut tum magistri tum libri removeantur.*

²² Evangelho segundo Mateus 28, 18-20. Bíblia Tradução Ecumênica- TEB.

E a tudo isto é mister ajuntar todas as Universidades espalhadas por toda a parte e sempre por iniciativa e sob a guarda da Santa Sé e da Igreja. Aquele espetáculo magnífico que agora vemos melhor, porque mais perto de nós e em condições mais grandiosas, como o facultam as condições do tempo, foi o espetáculo de todas as épocas; e aqueles que estudam e comparam os acontecimentos, maravilham-se do que a Igreja soube realizar nesta ordem de coisas, maravilham-se do modo por que a Igreja soube corresponder à missão que Deus lhe confiou de educar as gerações humanas na vida cristã, maravilham-se dos frutos e resultados magníficos que a Igreja soube atingir. Mas, se causa admiração que a Igreja, em todos os tempos, tenha sabido reunir em volta de si centenas, milhares e milhões de discípulos da sua missão educadora, não deve impressionar-nos menos o refletir naquilo que a Igreja soube fazer, não só no campo da educação, mas também no da verdadeira e própria instrução. Pois que, se tantos tesouros de cultura, de civilização, de literatura puderam conservar-se, isto deve-se àquela atitude pela qual a Igreja, ainda mesmo nos mais remotos e bárbaros tempos, soube irradiar tanta luz no campo das letras, da filosofia, da arte e particularmente da arquitetura (PIO XI, 1965, p. 14).

Sobre essa temática do direito divino de educar da Igreja, o papa conclui dizendo que a Igreja soube realizar essa missão educativa confiada a ela, pois as suas escolas e universidades eram abertas para os fiéis e não fiéis, visto que todos são chamados a entrar no Reino de Deus e alcançar a salvação eterna. Isto posto, em todas as partes do mundo havia escolas espalhadas, seja nas regiões cristãs ou não cristãs. Deste modo, conforme palavras de Pio XI, em todos os tempos e lugares “a Igreja com os seus missionários, educou, para a vida cristã e para a civilização, os diversos povos que hoje constituem as nações cristãs do mundo civilizado” (PIO XI 1965, p. 15).

A Igreja Católica no decorrer da história teve um papel primordial na formação cultural e nacional de vários países, em todo o ocidente foi uma das instituições mais fortes, desde a queda do império romano. Fundando redes de escolas por várias regiões mundo afora, estas se tornaram um poderoso instrumento de formação, principalmente dos grupos dirigentes que no futuro assumiriam funções e cargos importantes na sociedade. Os colégios católicos formavam um tipo de *ethos*²³, que fundamentaria uma ação diversificada de lideranças católicas, principalmente leigas, que atuariam no contexto social e perpetuaria, assim, os seus princípios. Os valores e comportamentos que eram gerados, frutos dessa educação, constituíram o fundamento da ação e liderança da Igreja em vários níveis da vida social, expressando, assim, o seu modo de ser e pensar.

Segundo concepção de Casali (1995, p. 13), a formação católica atuava de duas maneiras, a primeira, para a classe intelectual, economicamente dominante, com uma elaboração intelectual, principalmente filosófica e teológica, tendo certo rebuscamento e bom senso. A segunda acontecia simultânea à primeira, porém destinada às massas mais simples,

²³ Conceito apresentando conforme nota 12.

nas quais havia a predominância de elementos do folclore e de superstição, muito presentes no catolicismo popular.

Voltando ao conteúdo da encíclica, na relação entre os direitos da Igreja em relação aos da Família e Estado na missão de educar, ela afirmava que havia uma perfeita harmonia entre ambos, mesmo que o direito da Igreja estivesse acima dos outros dois, por ser de ordem sobrenatural. Era possível uma harmonização, pois os direitos da Igreja não destroem e nem diminuem a ordem natural, mas elevam e aperfeiçoam os que são de direito natural, família e Estado. Para Pio XI, as três ordens prestavam-se auxílio mútuo e se complementavam, pois todas procediam de Deus e não podiam se contradizer.

Depois de tratar da ordem da Igreja, em seu segundo tópico, a encíclica fala da ordem da Família. Para Pio XI, a missão educativa da Igreja estava intimamente ligada com a da família, pois na ordem natural Deus comunicava a fecundidade que é princípio de vida, portanto, princípio de educação para a vida. Se a família recebeu do Criador a graça da procriação, logo ela tinha por direito a educação da prole, direito esse que, segundo o papa, era inalienável e anterior ao direito da sociedade civil e do Estado. Logo, os pais tinham o direito e a obrigação de cuidar dos filhos até que os mesmos tenham condições de cuidar de si, sendo assim, o mesmo direito inviolável dos pais perduraria.

Conforme o Código de Direito Canônico, “os pais e os que fazem suas vezes têm a obrigação de educar sua prole; os pais católicos têm também o dever e o direito de escolher os meios e instituições com que possam, de acordo com as circunstâncias locais, prover de modo mais adequado à educação católica dos filhos”. De modo complementar continua: “compete também aos pais o direito de usufruir a ajuda que deve ser prestada pela sociedade civil e de que necessitam para proporcionar aos filhos uma educação católica”²⁴.

O sumo pontífice trazia o embasamento jurídico católico para dizer que seria contraditório afirmar que a prole pertencesse primeiro ao Estado do que à família, e que o Estado tivesse sobre a educação direito absoluto. Essa afirmação se contrapõe à ideia de que o homem nascia cidadão e, por isso, pertenceria primeiro ao Estado. O papa fazia esse contrabalanço para afirmar que o homem, em primeiro lugar, devia existir. Assim, não recebeu a existência do Estado, mas dos pais. Para sustentar tais princípios, Pio XI se baseava na encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, que dizia:

Querer, pois, que o poder civil invada arbitrariamente o santuário da família, é um erro grave e funesto. Certamente, se existe algures uma família que se encontre

²⁴ CDC. 2011. Cân. 793, §1-2.

numa situação desesperada, e que faça esforços vãos para sair dela, é justo que, em tais extremos, o poder público venha em seu auxílio, porque cada família é um membro da sociedade. Da mesma forma, se existe um lar doméstico que seja teatro de graves violações dos direitos mútuos, que o poder público intervenha para restituir a cada um os seus direitos. Não é isto usurpar as atribuições dos cidadãos, mas fortalecer os seus direitos, protegê-los e defendê-los como convém. Todavia, a ação daqueles que presidem ao governo público não deve ir mais além; a natureza proíbe-lhes ultrapassar esses limites. A autoridade paterna não pode ser abolida, nem absorvida pelo Estado, porque ela tem uma origem comum com a vida humana. “Os filhos são alguma coisa de seu pai”; são de certa forma uma extensão da sua pessoa, e, para falar com justiça, não é imediatamente por si que eles se agregam e se incorporam na sociedade civil, mas por intermédio da sociedade doméstica em que nasceram. Porque os “filhos são naturalmente alguma coisa de seu pai... devem ficar sob a tutela dos pais até que tenham adquirido o livre arbítrio”. Assim, substituindo a providência paterna pela providência do Estado (LEAO XIII, 2008, p. 18).

Na precedência do direito natural, sob a tutela da família, o documento papal reafirmou que a família tinha o direito de escolher, dentro de sua orientação doutrinal, um modelo educacional que considerasse mais preferível. Isto porque em diversos países havia uma maioria da população que era católica, sendo assim, a educação que as famílias prezavam para os seus, principalmente as elites, era uma educação que estivesse de acordo com os seus princípios religiosos. Desta forma, escola e família compartilhavam dos mesmos ideais, pois, a ideia de uma educação católica também estava vinculada à transmissão da linhagem de fé. Podemos perceber que por trás dessa situação não estava apenas a questão da educação como tal, mas, também uma questão social. O sentimento católico que se reforçava na escola, seja do prestígio, das famílias, da distinção ou até mesmo da simbologia, robustecia uma reputação pessoal de autoprestígio (SAINT MARTIN, 2002, p. 127-149).

Ao se aliar com as famílias, a Igreja Católica utilizou como técnica de coação ao Estado laico, o “discurso da maioria”, ou seja, sendo a maioria das famílias católicas em muitos países, o Estado era pressionado a se render ao que pedia a maioria. Pois, a Igreja acreditava que essa pressão poderia pesar sobre este último, para que o mesmo elaborasse suas leis segundo os princípios católicos. Ou seja, sendo a maioria católica, o Estado teria que adotar políticas que viessem a calhar com o desejo dessa maioria.

Esse pano de fundo foi importante para o crescimento e expansão da educação católica. Portanto, diante das mudanças modernistas que se proliferavam, essa forma de conceber a educação e até mesmo a dimensão social foi mudando. Frente a essas mudanças, o Papa Pio XI vai corroborar para que esse espírito não fosse extinto diante da modernidade, por isso a ênfase de tratar da dimensão familiar vinculada à Igreja.

Neste sentido, o documento destacava que o direito dos pais em educar os filhos nunca poderia ser suprimido nem absorvido pelo Estado. Os pais tinham esse direito, pois estava

intimamente ligado ao fim último e à lei natural e divina. Assim sendo, os pais deveriam esforçar-se para que esse direito nunca lhes fosse tolhido e, assim, assegurar de modo absoluto o direito de educar cristãmente os filhos. De acordo com a encíclica, essa educação não devia ser somente para a educação religiosa, mas devia valer para a educação civil, moral e física.

Pio XI abordava essa temática para dizer que, nos tempos modernos, têm-se visto com frequência o Estado violando os direitos que o Criador deu à família e, ao mesmo tempo, demonstrava como a Igreja defendia essa causa em favor da família. Segundo o papa, prova disso era a confiança que as famílias tinham nas escolas mantidas pela Igreja. Ele trouxe isso de forma mais explícita num discurso que escreveu ao seu Secretário de Estado:

Aos deveres do Estado em relação à educação dos cidadãos, sempre, é claro, aos direitos da família. O Estado não tem nada a temer com a educação transmitida pela Igreja e sob suas diretrizes; é essa educação que preparou a civilização moderna, na medida em que tem algo realmente bom, na medida em que é melhor e mais alta. A família imediatamente percebeu que sim, e desde os primeiros dias do cristianismo até os dias atuais, pais e mães, mesmo que tenham pouco ou nenhum crente, enviam e levam seus filhos a milhões para instituições educacionais fundadas e dirigidas pela Igreja. Menos ainda, se possível, que o Estado, teme a ciência, o método científico, a pesquisa científica de desenvolvimentos cada vez mais altos na educação religiosa. Os institutos católicos, em qualquer grau em que pertencem ao ensino e à ciência, não precisam de desculpas. O favor que desfrutam, os elogios que recolhem, as produções científicas que promovem e multiplicam e mais do que todos os assuntos completos e requintadamente preparados que dão ao judiciário, profissões, ensino, vida em todas as suas explicações, suficientemente a favor deles (PIO XI, 1930)²⁵.

Abordar esse conteúdo significava reafirmar a orientação que a Igreja queria dar às famílias, como única religião verdadeira, exortando sempre aos católicos a responsabilidade que eles tinham de batizar e educar cristãmente seus filhos, sendo essa realidade inviolável diante do direito natural e educativo da família. Frente a essa prática, a Igreja se apresentava como Mãe e Mestra, com ofício de colaborar com a família na educação dos filhos. E, por esse motivo, ao longo dos séculos ela se preocupou em fundar escolas e universidades em todos os lugares nos quais estava presente, tendo a confiança das famílias que levavam seus filhos às suas escolas e universidades.

Uma das maiores missões que Deus confiou à Igreja como um todo da missão salvífica de todas as almas: a missão da educação cristã. E, de fato, é feito perguntar a quem pertence a educação cristã, se não a esta Mãe e Mestra, guardiã da Revelação Divina, a esta Mãe e Mestra de toda vida e santidade cristã. A Igreja sempre se

²⁵ Excerto do documento *Chirografo di Sua Santità Pio XI "Ci Commuovono" All'Em.Mo Cardinale Basilio Pompili, Vicario di Roma*, datada de 02 de fevereiro de 1930.

tornou um direito e um dever desta missão, nem poderia ter sido de outra forma. Desde os tempos antigos, os pais cristãos entendiam que, como era seu dever, também havia um grande interesse em aproveitar esse tesouro da educação cristã que a Igreja Católica colocava à sua disposição. E, portanto, ao redor das escolas e institutos de educação e instrução cristã, em todos os momentos, famílias, pais e mães cristãos vieram bater nessas portas e confiar seus filhos pequenos e mais velhos a essas instituições, com toda confiança. Coisas bonitas essas, que com sua clara eloquência demonstram dois fatos da mais alta importância: a Igreja que disponibiliza seu ofício de Mãe e Mestre para as famílias, as famílias que se apressam em tirar vantagem disso e dar à Igreja centenas e milhares de filhos. E esses dois fatos lembram e proclamam outra grande verdade muito importante na ordem moral e social. Dizem que a missão da educação pertence antes de tudo, sobretudo à Igreja e à família: à Igreja, aos pais e às mães; pertence a eles por direito natural e divino e, portanto, de maneira imperativa, inescapável e intransponível (PIO XI, 1929)²⁶.

Essa cooperação entre Igreja e Família no plano educacional era uma via de mão dupla, primeiro porque para a Igreja era um meio de formar jovens católicos que assumiriam cargos importantes na sociedade, tornando-se mediadores e porta-vozes desta. Segundo, por meio da ação pedagógica católica as famílias teriam certo “status” social coeso acessando a Igreja. A educação católica apresentava como proposta que a escola seria uma continuação da educação familiar, garantindo, assim, uma reciprocidade de confiança entre Igreja e Família, norteados por um só sistema de valores.

Até aqui vimos a compreensão que a encíclica apresentava em relação à Igreja e à família, agora nos deteremos à apresentação da missão e importância do Estado no múnus de educar. Em primeiro lugar, Pio XI queria deixar evidente que a atuação da Igreja e da família não causava nenhum dano aos propósitos e direitos do Estado, no que diz respeito à educação dos seus cidadãos, pois a “educação não pode pertencer à sociedade civil do mesmo modo que pertence à Igreja e à família, mas de maneira diversa, correspondente ao seu próprio fim” (PIO XI, 1965, p. 20-21).

Em segundo lugar, a função da autoridade civil, que residia no Estado, deveria dar-se de duplo modo: proteger e promover a família e o indivíduo e não absorvê-lo ou substituí-lo. Na visão de Pio XI, a missão do Estado era proteger com suas leis o direito da família, de educar seus filhos cristãmente, bem como respeitar o direito sobrenatural da Igreja de educar seus fiéis. E, quando a família viesse a faltar, cabia ao Estado supri-la, pois esta não era uma sociedade perfeita, logo precisava de outros meios para o seu aperfeiçoamento. O Estado não devia substituir a família, mas devia suprir suas deficiências. Porém, essa ação, na visão de Pio XI, deveria estar em harmonia com os direitos naturais da prole, e especialmente com os direitos sobrenaturais da Igreja. O reconhecimento por parte do Estado dos direitos

²⁶ Excerto da “*Allocuzione di Sua Santità ai professori ed agli alunni del Collegio di Mandragone “Ecco Una”*”, datada de 14 de maio de 1929, escrita por Papa Pio XI. Já citado em nota anterior.

sobrenaturais da Igreja significava reconhecer sua autoridade maior sobre toda a realidade na medida em que, para o mundo religioso, o poder espiritual era o gládio maior.

Fica claro, nesse contexto, que em uma hierarquia entre as três instâncias – Igreja, Família e Estado –, a Igreja e Família estão sobrepostas, cabendo ao Estado o direito e o dever de proteger a educação moral e religiosa da juventude em harmonia com as normas da reta razão e da fé. Afinal, o Estado também deveria promover o bem comum e a educação. Assim, ele devia se esforçar para completar aquilo que foi feito pela Igreja e família e, por isso, devia ter escolas e instituições próprias para cumprir tal finalidade. O Estado, sendo detentor dos meios pelos quais possa ajudar a todos em suas necessidades, não poderia se omitir na missão da educação, devendo completar aquela obra iniciada pela Igreja e pela família.

O Estado não é feito para absorver, engolir, aniquilar o indivíduo e a família; seria absurdo, não seria natural, já que a família está diante da sociedade e do Estado. O Estado não pode, portanto, desinteressar-se da educação, mas deve contribuir e obter o que é necessário e suficiente para ajudar, cooperar, aperfeiçoar a ação da família, corresponder plenamente aos desejos do pai e da mãe, respeitar acima de toda lei divina, da igreja. De certa forma, pode-se dizer que é chamado para concluir o trabalho da família e da Igreja, porque o Estado, mais do que qualquer outro, é dotado dos meios que lhe são disponibilizados para as necessidades de todos e é certo que os use para o benefício daqueles de quem eles vêm (PIO XI, 1929)²⁷.

Por detrás desta afirmação, há muitas questões de fundo. Primeiramente, o Estado pós-revolução francesa rompeu com o providencialismo, pois a soberania do Estado passou a residir na nação, em sua constituição e leis, que garantiam o pacto social entre seus cidadãos. A partir desse momento, seria o Estado responsável a garantir a formação dos cidadãos. Uma segunda questão é que a encíclica contraria o ideário iluminista e moderno. Pois, o iluminismo em grande medida é “deísta”, ou seja, de uma “religião cívica”, conforme Rousseau (1964). Para Sahd (2010, p. 210), a partir desse momento da história tivemos uma mudança de eixo, principalmente na Europa prevalecendo uma teologia cívica, ou seja, “física ou natural, cultivada pelos filósofos como a ciência mais conveniente à natureza e à razão”. Com o nascimento e fortalecimento do Estado, a premissa que valeria era aquela que o cidadão seja politicamente racional, mas isso só aconteceria de fato depois que o Estado tivesse educado esse cidadão por um tempo prolongado. Nesta perspectiva *rousseauiana*, o Estado deveria ser meramente racional, a religião ficaria, assim, diluída, não podendo contribuir com seus conteúdos e nem indicar nenhum conhecimento próprio que diferisse da lógica da lei, jurídica, moral e política.

²⁷ Ibid. Confira nota 26.

Por outro lado, a questão formulada por Rousseau é suscetível de se desenvolver também noutra sentida, na direção de uma completa redução da teologia natural a culto político. A confissão civil, que deixa os homens livres para professarem qualquer credo, requer, com efeito, uma formulação rigorosa de tolerância, pois confissões diferentes só podem conviver numa mesma sociedade política se todas igualmente aceitarem que cada cidadão pode se salvar da maneira que quiser. Mas isso significa relativizar por completo o tema da salvação e destruir a essência da experiência religiosa uma vez que, nesse caso, todas as opções se tornam de fato equivalentes. Se admito que cada qual se salva da maneira que quiser, é totalmente irrelevante que adira a este ou aquele credo e o único culto que se mantém obrigatório é unicamente o culto civil, ditado pela razão, ou seja, pelo soberano. Só uma religião poderá, assim, ser institucionalizada num culto público: a profissão de fé civil (SAHD, 2010, p. 212).

O documento papal era contrário a esse ceticismo, o qual afirmava que a religião deveria se identificar com as normas da racionalidade política, pois a fé era entendida como meio de submissão, e o que deveria prevalecer era a vontade soberana do Estado. Após a revolução francesa, iniciou-se um processo de descristianização da sociedade, que até aquele momento estava sob influência da Igreja Católica, para que pudesse a partir de agora consolidar uma teologia cívica. Para Nascimento (1989), o espírito revolucionário era de cunho ateu e o que ele instituiu foi um deísmo panteísta e racionalista dos iluministas, ou seja, uma religião política que desejava garantir a liberdade religiosa do cidadão e oferecer ao povo de maneira geral um espírito religioso de um deus que estivesse mais perto da natureza humana. Nesse novo contexto moderno, a fé cristã deveria ser retirada do centro, sendo substituída por um novo culto, que tivesse o Estado como centro. Logo, a presença de uma religião oficial atrapalharia esse processo, assim sendo, ela deveria ser rebaixada, para que fosse consolidada esta nova religião, a religião cívica.

Aqueles mesmos que quiseram libertar os homens do jugo da religião correm o risco de se tornar os servidores de um culto não menos opressor. Quando é o poder que diz ao povo aquilo em que é preciso crer, está se referindo a uma “espécie de religião política”, raramente preferível à precedente (SAHD, 2010, p. 215).

Neste sentido, a educação se tornou uma área essencial de disputa. De um lado estava a Igreja Católica, que reivindicava seu direito, pois não queria perder o campo já conquistado. De outro lado, o Estado que almejava o domínio educacional sob suas mãos. Frente a esse contexto, a encíclica vinha reivindicar seu direito, expondo que, por detrás de todas essas mudanças, havia uma doutrina oficial de interesse do Estado que era difundida, e o meio mais eficaz para atingir seu ápice era conseguindo o monopólio da educação, que até o momento boa parte estava sob a égide da Igreja Católica.

No que diz respeito à relação entre Igreja e Estado, Pio XI reiterava o que já havia sido dito por Leão XIII: diante dos dois poderes – eclesiástico e civil – deveria prevalecer a harmonia, respeitando a natureza de cada um, estando atentos ao fim, tendo uma certa proximidade e sendo ordenados; o Estado vinculado às coisas materiais, mortais e a Igreja às coisas sagradas, principalmente aquilo que se referia à salvação das almas e ao culto a Deus, tudo isso estava sujeito às disposições da Igreja e o restante na ordem civil e política.

Deus dividiu, pois, o governo do gênero humano entre dois poderes: o poder eclesiástico e o poder civil; àquele preposto às coisas divinas, este às coisas humanas. Cada uma delas no seu gênero é soberana; cada uma está encerrada em limites perfeitamente determinados, e traçados em conformidade com a sua natureza e com o seu fim especial. Necessário é, pois, que haja entre os dois poderes um sistema de relações bem ordenado, não sem analogia com aquele que, no homem, constitui a união da alma com o corpo. Não se pode fazer uma justa ideia da natureza e da força dessas relações senão considerando, como dissemos, a natureza de cada um dos dois poderes, e levando em conta a excelência e a nobreza dos seus fins, visto que um tem por fim próximo e especial ocupar-se dos interesses terrenos, e o outro proporcionar os bens celestes e eternos. Assim, tudo o que, nas coisas humanas, é sagrado por uma razão qualquer, tudo o que é pertinente à salvação das almas e ao culto de Deus, seja por sua natureza, seja em relação ao seu fim, tudo isso é da alçada da autoridade da Igreja. Quanto às outras coisas que a ordem civil e política abrange, é justo que sejam submetidas à autoridade civil, já que Jesus Cristo mandou dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus (LEÃO XIII, 1885, p. 5-6)²⁸.

Esse discurso levava o mundo católico daquela época a compreender que, a partir do momento que esses princípios são respeitados e aplicados, eles se tornam uma ajuda para a reta formação dos cidadãos. A doutrina da Igreja não era para contradizer ao Estado, mas para auxiliá-lo. Segundo pensava, a Igreja, a partir de seu ideal de Estado que embora não confessional, deveria considerar objetivamente a autoridade religiosa católica em matéria de espiritualidade. Desta forma, assim que o Estado aplicava à educação esses princípios, a própria sociedade como um todo era beneficiada, pois interessava à Igreja o bem comum, assim como ao Estado.

O Papa Pio XI queria deixar explícito que, um Estado que adere a proposta formativa e educacional da Igreja, que a aplica, respeita e propaga, se tornará um Estado promissor e profícuo, porque um bom cristão é, conseqüentemente, um bom cidadão, além de que os que são formados pelo cristianismo e que se tornam autoridades em meio a sociedade civil serão bons profissionais no exercício de seu trabalho, independente de qual seja sua área de atuação. A encíclica queria alertar que a educação cristã poderia formar bons cidadãos e isso seria

²⁸ Excerto da Carta Encíclica *Immortale Dei*, datada de 01 de novembro de 1885, escrita pelo Papa Leão XIII, acerca da constituição cristã dos Estados.

muito benéfico para o Estado e para a sociedade como um todo. O documento queria transparecer que a Igreja sempre prezou pela boa formação dos seus, por meio de suas escolas e universidades, formando profissionais qualificados para suas atividades.

Os institutos católicos, em qualquer grau em que pertencem ao ensino e à ciência, não precisam de desculpas. O favor que desfrutam, os elogios que recolhem, as produções científicas que promovem e multiplicam e mais do que todos os assuntos completos e requintadamente preparados que dão ao judiciário, profissões, ensino, vida em todas as suas explicações, suficientemente a favor deles (PIO XI, 1930)²⁹.

A encíclica buscava colocar o Estado ao lado da Igreja e da família, instituições a quem competia o papel da educação. Reforçando que a missão do Estado era de colaboração com ambas, e que a educação estatal não deveria sobrepor à educação religiosa, mas colaborar com esta. De acordo com o documento, a função do Estado estava em proteger e promover a Igreja e a Família, além de suprir os espaços que elas não conseguiram alcançar. A Igreja Católica tentava a todo modo conter a ação do Estado Moderno orientado pelas ideias laicistas. A sua proposta consistia em afirmar que não era lícito ao Estado organizar um ensino oficial divergente ou que contrapunha aos ensinamentos da Igreja com o consentimento das famílias. Mas, a Igreja invocava a favor de si a primazia de sua missão educadora. Esse posicionamento mostrava a maneira católica de pensar o lugar do Estado. Havia uma proposta política de relação orgânica entre Igreja, Família e Estado, mas a Igreja deixava transparecer que ela era representada como aquela que tinha o papel mais importante.

Todo esse esforço do Papa Pio XI de reafirmar a posição da Igreja frente ao Estado deu-se em decorrência da queda que a educação católica sofreu frente ao crescimento e expansão do projeto educacional laicizador do Estado. Fato que gerou o enfraquecimento das instituições de ensino católico, tornando-se minoritárias em muitos lugares, restringindo-se ao catecismo, devido ao ensino básico ter se transformado em laico. A leitura do papa parece associar a secularização exclusivamente ao Estado.

Pio XI encerra esse terceiro tópico da primeira parte da encíclica, acerca do Estado, dizendo que a fé não se opunha à razão, mas qualificava-a, enriquecia-a e iluminava-a. Afirmava que a Igreja não se opunha à cultura das artes e das disciplinas humanas, mas auxiliava-as e promovia-as, pois sabia de suas vantagens para a vida humana. Desta maneira, ensinava que elas provinham de Deus, Senhor das ciências, e conduziam a Ele por meio de

²⁹ Excerto da carta *Chirografo di Sua Santità Pio XI "Ci Commuovono" All'Em.Mo Cardinale Basilio Pompili, Vicario di Roma*, escrita por Pio XI, datada de 02 de fevereiro de 1930.

sua graça. O que a Igreja fazia era alertar para que não caíssem no erro, opondo-se à doutrina cristã. Com isso, reafirma o ensinamento do Concílio Vaticano I:

A fé e a razão não só nunca podem estar em conflito entre si, mas ajudam-se mutuamente, de modo que a razão correta demonstra os fundamentos da fé e, iluminada por ela, cultiva a ciência das coisas divinas, e a fé por sua vez, liberta a razão de erros, enriquecendo-a com inúmeros conhecimentos. Portanto, não é de todo verdade que a Igreja se oponha à cultura das artes e disciplinas humanas; pelo contrário, as cultiva e promove de várias maneiras. Não ignora ou despreza os benefícios que deles derivam para a vida humana; de fato, declara que, uma vez que eles derivam de Deus, Senhor das ciências, levam o homem a Deus, com a ajuda de Sua graça, se forem devidamente cultivados. A Igreja certamente não proíbe que as diferentes disciplinas façam uso de seus princípios e métodos (CONCÍLIO VATICANO I, 1870)³⁰.

O discurso de conciliação entre fé e razão vinha para responder às críticas que muitos países faziam à Igreja Católica no final do século XIX, principalmente entre os republicanos e positivistas, que acreditavam que o atraso dos seus países era devido à influência da Igreja. Poderíamos citar Eça de Queiróz (1996), em Portugal, que por meio de suas críticas jornalísticas anunciou uma nova constituição política para seu país e um novo sentido para a educação baseados no progresso e afirmação social, lutando por uma nova opinião pública e responsabilizando duramente a Igreja Católica pelo atraso e conservadorismo português. Na perspectiva de Queiróz (1996) e dos intelectuais da época, a questão política era compreendida como uma questão educativa, afinal se deveria utilizar as letras, imprensa e cultura para possuir uma função emancipadora. Nesta visão, somente uma educação secularizada poderia superar a decadência nacional e acelerar um projeto de renovação. Eça de Queiróz denunciou o catolicismo e o clericalismo como elementos fundantes da decadência portuguesa, propondo que para superar a crise era necessária uma nova estrutura organizacional que fosse irreligiosa.

Neste caso, o Papa Pio XI temia que a educação caísse nas mãos de cientistas com ideias semelhantes, que atribuíssem todos os males sociais à influência da Igreja. Além disso, sabemos que a Igreja ofereceu boa educação, mas para um número baixo e seletivo de pessoas. Não vislumbrava um projeto abrangente de educação, nem mesmo permitia o ensino da religião nas línguas vernáculas até o XIX, o que por si só já era muito excludente. Pio XI temia ainda o fim da relação amistosa com os governantes dos “Estados católicos” – arranjo que visava à manutenção do *status quo*, a ordem das coisas no mundo, que se pretendia

³⁰ Excerto do Concílio Vaticano I, *Constitutio Dogmatica Dei Filius, del Sommo Pontefice Pio IX*, documento datado de 24 de abril de 1870.

“divina”. O rompimento dessa relação com o poder político poderia ser nefasto para a Igreja. Por isso, justificar essa divisão de funções, ficando sob cargo da Igreja a educação.

Assim, o papa encerra fazendo uma crítica à justa liberdade científica, para afirmar que toda criança ou jovem cristão tinha direito ao ensino conforme a doutrina da Igreja, coluna e fundamento da verdade, ao passo que lhe causaria um grande dano a sua fé se o que ele aprendesse contradissesse os dizeres da Igreja. Os estudantes, na sua natural inexperiência, não poderiam ser orientados pelos professores a uma liberdade, que Pio XI chamava de absoluta, ilusória e falsa. Desta forma, o professor não estaria cumprindo a sua missão.

Nesse pensamento encontramos uma contraposição aos projetos educacionais progressistas do início do século XX, como vimos no tópico anterior. Uma educação baseada na liberdade. O liberalismo vigente definido como liberdade, entendido como ausência de coação de um indivíduo sobre o outro, essa liberdade era valor máximo, que não dependia de razões religiosas e de natureza metafísica. O indivíduo era um fim em si mesmo (SILVA, 1987, p. 689). O avanço das ideias liberais na dimensão da formação cultural, que enfocava o cientificismo, a laicização e o civismo, tornou-se um desafio para a Igreja Católica. Desta forma, o documento papal era uma reação que contrapunha esses ideais e a forma mais eficaz para fazer isso deveria ser pela educação.

A segunda parte da encíclica focou na temática do homem como sujeito da educação cristã, “o homem todo, espírito unido ao corpo em unidade de natureza, com todas as suas faculdades naturais e sobrenaturais” (PIO XI, 1965, p. 30). Ao tratar do homem na dimensão de sua totalidade, Pio XI remeteu ao dogma de fé do homem decaído pelo pecado original, redimido por Cristo e readmitido à condição de filho de Deus, por meio de seu batismo. Portanto, ressaltava que a natureza humana padeceu pelo enfraquecimento, consequência do pecado original, possibilitando, assim, as tendências desordenadas. Frente a essa realidade, era necessário um caminho que o auxiliasse a reorientar as inclinações desordenadas e exercitar e ordenar às boas. Deste modo, conforme palavras de Pio XI, desde a mais tenra idade devia

iluminar-se a inteligência e fortalecer-se a vontade com as verdades sobrenaturais e os auxílios da graça, sem a qual não se poderia, nem dominar as inclinações perversas, nem conseguir a devida perfeição educativa da Igreja, perfeita e completamente dotada por Cristo com a divina doutrina e os Sacramentos, meios eficazes da Graça (PIO XI, 1965, p. 30).

Nesta fala, encontramos a preocupação por parte da Igreja, seja pelos conteúdos que ministravam o novo modelo educacional, seja pela forma do ensino. Isto é, um modo de

ensinar que promovesse uma transformação na forma como os cidadãos atuavam na sociedade. O projeto da Igreja era conservador. As teorias educacionais da época eram progressistas. Pretendiam reformar o modo como se ensinava e aprendia. Neste sentido, transformariam o modo como os cidadãos agiriam em sociedade. Era isso o que a Igreja não desejava. Temia as mudanças decorrentes do que chamamos de “modernidade”. Aqui residia a crítica do pontífice à “liberdade” como forma de educar.

O Papa Pio XI partia desse conteúdo para criticar o naturalismo³¹ pedagógico, que excluía e menospreza os princípios da formação cristã, bem como todo o método educacional que não levavam em conta o pecado original, a graça em Cristo, considerando somente as forças da natureza humana.

Tais são na sua generalidade aqueles sistemas modernos, de vários nomes, que apelam para uma pretendida autonomia e ilimitada liberdade da criança, e que diminuem ou suprimem até, a autoridade e a ação do educador, atribuindo ao educando um primado exclusivo de iniciativa e uma atividade independente de toda a lei superior natural e divina, na obra da sua educação (PIO XI, 1965, p. 31).

Ao abordar esse conteúdo, a encíclica criticava veementemente os novos modelos educacionais que não consideravam mais a lei divina e evangélica, o Decálogo. Havia um grande temor da Igreja sobre teorias educacionais que davam o primado aos educandos. Estes poderiam aprender a pensar de forma autônoma e questionadora; e não a se disciplinarem e a aceitarem visões providencialistas da vida humana.

Portanto, Pio XI criticava os educadores e filósofos que não se cansavam de procurar um código moral e universal de educação que desconsiderasse tudo aquilo que estivesse vinculado à fé, uma educação autônoma que não se fundamentava mais na autoridade divina e na sua lei, mas que tinha a sua autonomia própria. E, ao mesmo tempo, esse novo modelo menosprezava e criticava a educação cristã como retrógrada e passiva. Sobre esse conteúdo, Pio XI afirmava que:

Estes iludem-se miseravelmente com a pretensão de libertar, como dizem, a criança, enquanto que antes a tornam escrava do seu orgulho cego e das suas paixões

³¹ Para o naturalismo, as ciências da natureza são a única fonte de verdade. Ao considerar a natureza como suprema realidade, isto é transformado em templo da verdade. O naturalismo não aceita outra fonte de conhecimento que não seja ditada pela mesma natureza. Por isso, o educador que aceita esses pressupostos terá a necessidade de aceitar a natureza como primeira e fundamental educadora, e ao mesmo tempo ser ela quem dita sobre a moralidade e as atitudes, ao pressupor boa em sua essência. Na visão naturalista o homem é um ser plenamente realizado em si mesmo e em si adquire todo seu sentido e alcança a sua perfeição humana, num aprimoramento de sua própria natureza. GARCIA, Anastasio Gil. *Naturaleza y Finalidad de la educacion Cristiana a luz de la encíclica “Divini Illius Magistri”*. Tesis Doctoral. Pamplona: Universidad de Navarra. 1986. p. 512-513.

desordenadas, visto que estas, por uma consequência lógica daqueles falsos sistemas, vêm a ser justificadas como legítimas exigências da natureza pseudo-autônoma (PIO XI, 1965, p. 32).

Nesta perspectiva, Guerrero (1945) afirma que a encíclica refutava os métodos pedagógicos naturalistas por cinco motivos:

1- Por negarem a natureza humana do pecado original, são tendenciosos a fazerem o mal; 2- Para alcançar a verdadeira educação bastava somente os recursos da natureza habilmente manejados e, em consequência, se negava a existência e a necessidade da graça, ao ignorar a dimensão sobrenatural da pessoa; 3- Se o homem é bom por natureza, a educação consistirá a respeitar a espontaneidade do educando. A missão de educar se reduzia a facilitar o natural desenvolvimento de seus próprios interesses; 4- A natural espontaneidade do educando é a única norma de comportamento, de maneira que há de eliminar toda lei superior a ele, seja natural ou divina; 5- A decisão do jovem a orientar sua vida futura, especialmente a sua orientação ao estado religioso, esta deve ser submetida às experiências de ordem natural regulada pelas leis físicas (GUERRERO, 1945, p. 213).

Devido a esses motivos, Pio XI fazia sua crítica ao naturalismo, apresentando as propostas para uma educação que fosse cristã.

Outro tema delicado abordado na encíclica era o da educação sexual. Para Pio XI, o naturalismo queria invadir a educação e tratar de temas delicados, que dizem respeito aos costumes, como é, por exemplo, a educação sexual. Difundiam o erro com suas pretensões perigosas, incutiam nos jovens certa “liberdade preventiva”, se opondo aos bons costumes e os meios da Graça, os fazendo reféns de suas próprias paixões. Na visão do papa, somente a Igreja, que recebeu a missão educadora e a graça de estado, estava apta a oferecer uma educação salutar nessa área.

Essa preocupação de Pio XI vinha ao encontro das mudanças que ocorreram a partir de século XVIII, no que diz respeito à sexualidade. A partir desse período, o discurso sobre a temática passou mais às competências científicas (biológicas, médicas, psicanalíticas), do que religiosas. A Igreja Católica já não tinha mais o direito de impor normas no que dizia respeito à sexualidade. Houve uma mutação de referencial, os tratados morais foram trocados pela literatura científica, sendo assim, as competências sobre esses assuntos passaram das mãos da Igreja para as mãos do Estado (PELAJA, 2014). A natureza não seria mais compreendida como um dom de Deus, mas como consequência do processo ininterrupto de evolução. A sexualidade tornou-se uma área de interesse público, com intervenção cada vez maior do Estado.

Nessa esteira, o documento criticava o método chamado “co-educação”³², que também era baseado no naturalismo. Na visão do pontífice, esse método negava o pecado original, além de promover a promiscuidade e igualdade niveladora. Na perspectiva da sexualidade, Pio XI afirmava que Deus dispôs a convivência perfeita dos dois sexos somente através do matrimônio, constituindo a família, célula vital da sociedade. Essa afirmação se direcionava em contradizer o que era proposto pela educação de cunho naturalista, a ideia de licenciosidade e igualdade de formação entre os dois sexos. O papa reafirmava a visão da Igreja, de que o homem e a mulher são criados para se completarem mutuamente na família e sociedade, respeitando sua diversidade, a qual deveria ser mantida e favorecida na formação educativa, com as devidas distinções e correspondentes separações, diante das várias idades e condições. Neste sentido, Pio XI propunha que fossem aplicadas essas orientações no tempo e lugar oportunos, rompendo com as ideias naturalistas, seguindo as normas cristãs em todas as escolas, principalmente entre os adolescentes e jovens, reforçando a modéstia cristã, sobretudo para as moças. De acordo com a encíclica, era preciso vigiar diante dos graves erros que iam se alastrando entre os cristãos, principalmente entre os jovens.

A educação religiosa por um longo tempo sacralizou o ensino, tornando-o restrito à situação de classe e gênero, opondo-se à laicidade e à coeducação. A temática da coeducação foi rejeitada pela Igreja Católica, pois seus princípios tinham como a finalidade colocar no mesmo nível o ensino para homens e mulheres. Essa nova forma contrariava o princípio vigente conservador, baseado numa cultura masculina. A coeducação era vista como uma ameaça, pois poderia dar uma independência intelectual e econômica para mulheres, o que poderia resultar em uma ruptura na cultura vigente, podendo levar à desordem social.

A terceira parte da encíclica tratava dos “ambientes” da educação. De acordo com Pio XI, era de suma importância cuidar dos ambientes que proporcionavam a educação, para que ela correspondesse bem à sua finalidade. Diante dessa realidade, Pio XI apontava quatro ambientes: 1- Família cristã; 2- A Igreja e suas obras; 3- Escola; 4- Mundo e seus perigos.

A família era o primeiro ambiente necessário para a educação, por ser de direito natural e destinado pelo próprio Criador. Segundo Pio XI, a educação mais profícua e perseverante era aquela recebida em uma família cristã dotada de ordem e disciplina, principalmente quando se tinha o bom exemplo dos pais e familiares. A intenção do documento não era tratar da educação doméstica, pois ela era muito ampla, mas ressaltar a

³² Co-educação era o método que propunha a educação mista, que não se baseava levando em conta o sexo (gênero) do educando como uma determinante do processo escolar.

importância da educação dos pais para os filhos, segundo os princípios cristãos e, ao mesmo tempo, alertar aos pais diante de tantas propostas de educação tidas como irreligiosas.

Desta maneira, o Pio XI convocava os pastores de alma³³ a instruírem o povo na catequese por palavras e escritos, principalmente aqueles divulgados nos grandes meios, a uma prática de vida cristã na família, diante da responsabilidade que eles possuem na educação religiosa, moral e civil de seus filhos, utilizando meios eficazes para alcançar tal finalidade, além do bom exemplo de vida que sempre deveria ser dado.

Cuidem por isso os pais e com eles todos os educadores, de usar retamente da autoridade a eles dada por Deus, de Quem são verdadeiramente vigários, não para vantagem própria, mas para a reta educação dos filhos no santo e filial “temor de Deus, princípio da sabedoria” sobre o qual se funda exclusiva e solidamente o respeito à autoridade, sem o qual não pode subsistir nem ordem, nem tranquilidade, nem bem-estar algum na família e na sociedade (PIO XI, 1965, p. 37).

A Igreja e suas obras educativas representam o segundo ambiente. Para Pio XI, a Igreja juntamente com a família formava o ambiente educativo mais estrito e harmonioso, pois ela não compreendia somente os seus sacramentos, ritos ou templo material cristão, que por sinal formam também instâncias educativas. A Igreja possuía uma grande diversidade de escolas, universidades, associações, todas de cunho educativo, às quais se convergiam na finalidade de formar a juventude na piedade religiosa, por meio das letras e ciências. O papa afirmava que era nessa diversidade de obras educativas que a Igreja exercia a sua maternidade junto com a família cristã, a ponto de afirmar que ambas formavam um “único templo de educação cristã” (PIO XI, 1965, p. 38).

Aliar a Igreja à família foi uma forma encontrada para tentar manter a tradição. Por muito tempo, o único código moral e ético que prevalecia era o católico, ele que orientava a formação da sociedade que, em vários países, principalmente na Europa, era massivamente católica. Logo, as famílias, como parte vital da sociedade, tornaram-se fortes aliadas da Igreja. Como resultado, o próprio catolicismo percebeu que o caminho para alcançar a população não seria o discurso religioso, mas as premissas morais. Diante de um Estado que realizava profundas mudanças na educação, a maneira mais eficaz que a Igreja Católica encontrou para conter essas mudanças foi defendendo os direitos e valores familiares, que a respaldaria para que sua voz fosse ouvida.

O terceiro ambiente apontado pelo documento era a Escola. Diante da educação, que crianças e jovens precisavam receber, sendo a família incapaz de fazer tudo sozinha, surge a

³³ Na terminologia católica, pastores de almas sempre são uma referência aos bispos e padres, que são responsáveis por pastorearem o rebanho de Cristo na Igreja.

necessidade da escola como instituição social. Nesse aspecto, Pio XI ressaltava que a escola por sua natureza institucional devia ser subsidiária e complementar à família e à Igreja, logo ela não devia contradizer estas duas, mas conformizar com elas. A orientação do papa era que a escola unida à família e Igreja poderia edificar um “único santuário sacro” para a educação cristã. Ao focar essa idéia, a Igreja tinha a pretensão de propor uma orientação para a escola, para que ela não fosse contraditória aos seus princípios, mas que seguisse suas normativas, diante do que era proposto para a consolidação de um modelo de educação que fosse cristã. A escola, como tal, não poderia se opor, mas deveria ser parceira nesse caminho.

Desta forma, o Papa Pio XI criticava o modelo de escola neutra, laica ou mista, pois, em sua visão, não se poderia aceitar uma escola que excluía a religião, o que seria contraditório aos princípios fundantes da educação. Deixando claro, ainda, que era proibido aos jovens católicos frequentarem escolas que não fossem católicas, neutras ou mistas. Sobre as escolas mistas, o papa criticava o ensino religioso dado à parte, e o resto do ensino com alunos que não fossem católicos, bem como professores que não professavam a fé católica. O papa ressaltava sua posição, com vistas a afirmar o quanto esse modelo de educação era prejudicial.

Essa era uma forma de refutar o discurso liberal que se proliferava com o estigma que somente a escola laica era capaz de formar homens livres, para que assim se consolidassem os projetos nacionalistas. Neste sentido, estabeleceu-se um jogo de forças, no qual, de um lado, a Igreja Católica que defendia o ensino tradicional e, do outro lado, o Estado defendia o ensino laico. Com vistas à resolução do conflito, a saída foi mais uma vez apelar para as famílias que detinham o discurso mais influente no momento, por isso a Igreja defendia que a decisão de mandar os filhos à escola era de responsabilidade dos pais e não do Estado. Desta forma, as famílias, estando alinhadas a esse discurso católico, seriam de fundamental importância no combate à educação laica.

Na encíclica *Divini Illius Magistri*, o papa reforçava a necessidade das escolas católicas, onde todo o ensino, professores, livros, disciplinas se realizasse de acordo com a educação cristã, sob o báculo da Igreja Católica, “de modo que a Religião seja verdadeiramente fundamento e coroa de toda a instrução, em todos os graus, não só elementar, mas também média e superior” (PIO XI, 1965, p. 40). Desse modo, o documento orientava que em um Estado com várias crenças, ele deveria promover ou deixar livre, ou até mesmo favorecer com ajuda as iniciativas da Igreja e das famílias. Ou seja, em uma sociedade composta por diversas religiões, o Estado devia apoiar um modelo de escola que estivesse ligado com o direito educativo das famílias, no que diz respeito à Igreja, apoiar as escolas católicas, para os

católicos e, de forma justa, financiar com subsídios do Estado escolas que fossem desejadas pelas famílias.

Diante desse cenário, Pio XI convocava todos os católicos à promoção e defesa da escola católica para seus filhos, que fosse primariamente religiosa. Isso deveria ser feito por meio de associações, em todas as nações onde a Igreja estivesse presente.

Nesta escola, em harmonia com a Igreja e com a família cristã, não acontecerá que, nos vários ramos de ensino, se contradiga, com evidente dano da educação, o que os discípulos aprendem na instrução religiosa; e se for necessário fazer-lhes conhecer, por escrupulosa consciência de magistério, as obras errôneas para as refutar, que seja isso feito com tal preparação e tal antídoto de sã doutrina que resulte para a formação cristã da juventude grande vantagem e não prejuízo (PIO XI, 1965, p. 42-43).

De acordo com o pontífice, era preciso uma educação que tivesse como base a sã doutrina cristã, acolher o que era novo, mas ter o cuidado para não abandonar o que era antigo. Ele enfocava essa ideia para criticar os novos modelos de educação que surgiram e que desconsideraram a tradição católica de educação. Portanto, reforçava que as escolas católicas deveriam ensinar as letras e ciências, segundo as necessidades do tempo presente, porém deveriam ser sólidas e profundas, para não serem supérfluas. Isso para refutar os métodos modernos de educação e reafirmar o método católico que, segundo sua concepção, era apto e sólido, por estar de acordo com a fé católica e ter uma reta direção. A educação católica seria um meio para garantir que as forças solventes e destradicionalizadoras da modernidade não triunfassem.

Logo, era necessária a atuação de professores que fossem preparados e instruídos para cumprirem essa missão. Desta forma, o papa apresentava o modelo de professores que de fato atenderiam a tal necessidade, ou seja, aquele que,

se abrasam dum amor puro e divino para com os jovens que lhes foram confiados, precisamente porque amam Jesus Cristo e a sua Igreja de quem eles são filhos prediletos, e por isso mesmo têm verdadeiramente a peito o bem das famílias e da sua Pátria (PIO XI, 1965, p. 44).

Tratar da formação dos professores era de fundamental importância nesse contexto, pois seria por meio deles que se consolidaria a formação cultural, intelectual e ideológica dos alunos católicos. Os professores seriam peças-chaves neste contexto, uma vez que a escolarização de milhares de alunos estaria em suas mãos. De modo semelhante, caberia aos professores disseminar os conteúdos combativos à laicização, a fim de formar uma visão de

mundo que estivesse de acordo com a fé católica, refutando as tendências estatistas e liberais que cresciam nessa época.

Por fim, o quarto ambiente tratado era o mundo e seus perigos. Neste último tópico, o papa enfatizava os riscos que os jovens corriam, sendo inexperientes, diante dos livros e dos espetáculos cinematográficos, bem como das audições radiofônicas. Para o papa, esses meios, através de seus conteúdos “ímpios e licenciosos”, propagados de maneira “diabólica”, se multiplicavam e atingiam diretamente os jovens com seus conteúdos perversos. Frente a essa realidade, Pio XI afirmava que esses meios, quando bem utilizados, estando seus conteúdos de acordo com a doutrina cristã, tornavam-se de grande utilidade para a educação.

O problema não era o meio de comunicação, mas o conteúdo que se propagava nele. Conforme palavras da encíclica *Divini Illius Magistri*,

São pois dignas de louvor e incremento todas as obras educativas que, com espírito sinceramente cristão de zelo pelas almas dos jovens, atendem com determinados livros e publicações periódicas, a tornar conhecidos, especialmente aos pais e educadores, os perigos morais e religiosos muitas vezes traiçoeiramente insinuados nos livros e espetáculos, e se consagram a difundir boas leituras e a promover espetáculos verdadeiramente educativos, criando até, com não pequenos sacrifícios, teatros e cinematógrafos em que a virtude não só não tenha nada a perder, mas até muito a ganhar (PIO XI, 1965, p. 46).

Essa preocupação com o avanço dos meios de comunicação perdurou vários papados. O pontificado de Pio XI reforçava aquilo que já tinha sido afirmado por seus antecessores, a saber: que os fiéis católicos deveriam ter uma criticidade na escolha dos meios de comunicação que acessavam, bem como seus conteúdos. Nesse período da história, já não era possível controlar o acesso, portanto, fazia-se necessário uma orientação por parte da Igreja para distinguir os “bons” dos “maus” (ALVES, 2012, p. 80). Uma instrução como essa no campo da educação era de fundamental importância, por isso o papa abordou esse assunto na encíclica. Era necessária uma reta educação para uso e acesso aos meios de comunicação já existentes nessa época. Até mesmo porque a Igreja Católica valeu-se da imprensa como um meio para propagar seus ideais e expandir-se no projeto de recristianização da sociedade, reagindo a uma realidade adversa e dando sua resposta diante da laicização.

O papa dizia que a juventude não poderia viver separada da sociedade, mas deveria “viver e salvar sua alma”. Por isso, “deve estar cristãmente prevenida e fortalecida contra as seduções e erros do mundo”, conforme afirmação de Pio XI (1965, p. 46). Logo, era possível perceber o desejo que Pio XI tinha de robustecer sua tese inicial, somente a educação cristã poderia atingir a finalidade última da pessoa, ao bem que ela estava ordenada. Nesse sentido,

era missão da Igreja orientá-la em todos os aspectos, combater tudo aquilo que se tornava ameaça, para que assim ela cumprisse tal fim.

A quarta e última parte da encíclica dizia respeito ao fim e à forma da educação cristã. Para Pio XI (1965, p. 47), “o fim próprio e imediato da educação cristã era cooperar com a graça divina na formação do verdadeiro e perfeito cristão, isto é, formar o mesmo Cristo nos regenerados pelo Batismo”. A visão católica de educação apresentada no documento era uma visão que abarcava o homem em toda a sua totalidade, abrangendo todas suas dimensões: espiritual, moral, social, etc., com a finalidade de elevá-lo segundo a doutrina cristã. Por isso, a educação cristã formava o verdadeiro cristão, que agiria de acordo com os exemplos e doutrina de Cristo. Assim, o papa reafirmava que o verdadeiro cristão não renunciava às obras da vida terrena ou diminuía suas faculdades, mas que a educação cristã o aperfeiçoava e desenvolvia, orientando-o para a vida sobrenatural, de modo que a vida natural se tornasse mais nobre, útil e eficaz, tanto na dimensão material e temporal quanto na dimensão espiritual e eterna. Ele encerra a encíclica afirmando que Jesus era tanto mestre quanto modelo de educação:

São estes os frutos benéficos sobre todos os aspectos da educação cristã, precisamente pela vida e virtude sobrenatural em Cristo que ela desenvolve e forma no homem; pois que Jesus Cristo, Nosso Senhor, Mestre Divino, é igualmente fonte e dador de tal vida e virtude, e ao mesmo tempo modelo universal e acessível a todas as condições do gênero humano, com o seu exemplo, particularmente à juventude, no período da sua vida oculta, laboriosa, obediente, aureolada de todas as virtudes individuais, domésticas e sociais, diante de Deus e dos homens (PIO XI, 1965, p. 50).

Julgamos oportuno apresentar o conteúdo da encíclica em sua íntegra, fazendo o debate de contraposição aos elementos apresentados, pois eles são de fundamental importância para o nosso trabalho, uma vez que o documento em questão é relevante já que em certa medida ofertou algumas coordenadas que guiaram as ações de Dom Emanuel na educação superior em Goiás. Por isso, nos debruçamos sobre essa temática do contexto que foi estabelecido com o processo de modernidade e, conseqüentemente, a laicização do Estado e sociedade. Isto posto, é possível perceber como a Igreja Católica reagiu diante dessas mudanças, e mais ainda quais foram suas orientações frente a tudo isso. O embate no campo da educação é de fundamental importância, pois ele é o alvo de disputa entre ambos, de um lado a Igreja Católica e de outro, o Estado laico. No próximo capítulo refletiremos acerca da relação da Igreja Católica com o ensino superior.

CAPÍTULO II

A AÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO ENSINO SUPERIOR

Quando falamos da história das Universidades torna-se, pelas linhas do tempo, imprudente dissociá-las da história da Igreja Católica. No sentido estrito, a categoria de universidades católicas pertencentes diretamente à Igreja nasceu no século XIX. Mas não podemos desconsiderar que desde o século XII havia uma íntima relação entre as entidades eclesiais católicas e a fundação e desenvolvimento das primeiras Universidades na Europa. Segundo De Fuenmayor (1966, p. 46), todas as antigas universidades, desde os velhos estudos gerais do século XIII, mereciam na verdade o título de católicas, tanto as fundadas pelos papas, quanto as que tiveram sua origem em favor dos príncipes ou das cidades, porque a cultura, de que eram instrumentos e veículos, era a católica. Não obstante, o pensamento que orientava essas instituições era o escolástico de São Tomás de Aquino, que prevaleceu até a revolução científica do século XVII e o iluminismo³⁴. Isso nos mostra quão intrínseca era a ligação entre a Igreja Católica e o nascimento das primeiras universidades. Conforme infere Cruz (1985, p. 193), frisamos que desde o seu início as instituições eclesiais católicas já entendiam que a sua participação na educação superior, através das universidades, serviria também para transmitir os valores e concepções cristãs.

As primeiras universidades medievais nasceram do fortalecimento e crescimento espontâneo das escolas que já existiam. Grande parte delas eram escolas episcopais e monásticas, nesse processo de expansão surgiram, assim, as universidades. Esse movimento aconteceu em vários lugares nos séculos XII e XIII como, por exemplo, as Universidades de Paris e Bolonha, e depois Oxford, Orléans e Salamanca. Muitas delas são resultantes das ações dos bispos católicos ou das ordens religiosas que lá estavam. A Igreja Católica percebeu o desenvolvimento que se deu no campo do saber, além do crescimento geral em algumas disciplinas, principalmente da teologia e do direito. Essa efervescência do conhecimento que se deu nessa época levou a própria Igreja a uma reflexão dos acontecimentos, para que esta pudesse acompanhar essas mudanças, isso também colaborou no movimento de nascimento das primeiras universidades europeias.

O Humanismo quatrocentista viria ampliar os horizontes da missão da Universidade. Marcado pelo conhecimento da Antiguidade clássica, principalmente grega e latina, o

³⁴ Somente após o iluminismo essa realidade mudou, por exemplo, os escritos de Galileu, Newton e Kepler só foram aceitos como tal nas universidades, a partir dessa mudança, pois eles criticavam a leitura que São Tomás de Aquino fazia das obras de Aristóteles. Apenas com o iluminismo, o pensamento de homens como Newton se tornou cada vez mais hegemônico.

humanismo almejava cultivar as artes pelas artes, a literatura pela literatura. Aqui, a Universidade abriu-se a uma nova perspectiva do conhecimento, dedicando-se a algumas disciplinas que antes não eram o centro das atenções, tais como a literatura, a história e as artes. As humanidades ganharam, portanto, um grande peso que antes não tinham na vida universitária, entendeu-se aí que essas disciplinas eram importantes, pois quem as possuía tinha um melhor aprendizado nas disciplinas tradicionais.

A partir dos séculos XIV e XV, devido ao crescimento do poder político dos príncipes reinantes, que aos poucos foram absorvendo em seus governos o comando das instituições universitárias, as coisas foram mudando. Nesse período da história, muitos governos criaram universidades subordinadas à sua autoridade, para gozarem de poder político. A partir desse momento, os monarcas exigiram o direito de nomear professores, inclusive com interferência na administração universitária, até mesmo indicando quem seriam os reitores. É importante ressaltar que essa perda de independência jurídica e administrativa não resultou em perdas intelectuais, pois a universidade não receberia diretrizes do Estado nesta época.

Mesmo com as mudanças políticas que envolveram as universidades, o movimento renascentista estabeleceu-se e trouxe grandes contribuições, como a criação de novas disciplinas científicas, baseadas num espírito crítico vigoroso, com muitas contribuições para o progresso da ciência.

As ideias iluministas que se propagaram por toda a Europa, pós revolução francesa, disseminou a laicização das instituições de ensino, submetidas ao poder do Estado. “A necessidade pública e a prática das nações civilizadas, expressões constantes dos diplomas régios, reforçavam a ideia de que o Estado podia objetivamente beneficiar do influxo racional e crítico das ciências e das artes, colocando-as a serviço da sociedade” (ARAÚJO, 2014, p. 15). O conhecimento que havia evoluído dizia que o exame da natureza deveria dar-se por meio da exata observação, movimento este que teve a adesão de muitos monarcas em toda a Europa, possibilitando, assim, que fosse ensinado nas mais renomadas Universidades Europeias. Todas as ciências dependiam do aperfeiçoamento das artes liberais e mecânicas, que assim pudessem produzir muitas utilidades em favor dos Estados e das famílias. A educação deveria ser concebida à luz do espírito das ciências, sendo um dever público, destinando-se a estabelecer o progresso do gênero humano, a crença numa ordem universal de valores com a destinação técnica decorrente da utilidade social da ciência.

Com as mudanças decorrentes do século XIX, o poder político decidiu transformar as Universidades em instituições dependentes do Estado. Assim, nasceram as universidades

públicas financiadas e governadas pelo Estado. A partir de agora, as universidades deveriam ser governadas pelos princípios da estadualização, secularização e centralização.

Diante desse contexto, a Igreja Católica manifestara a sua pretensão de fundar universidades próprias, pertencentes a si, participando, assim, da educação superior, como uma via também de transmissão dos seus valores. Sejam estes para o estudo das ciências sagradas, na formação dos clérigos e religiosos, ou para as ciências irreligiosas, como um esforço para contestar o ensino laico que se estabeleceria na educação superior das universidades públicas. Caberia agora à Santa Sé a missão de erigir as universidades católicas e aprovar seus estatutos. Os papas Gregório XVI (1831-1846) e Leão XIII (1878-1903) incentivaram muito a criação dessas universidades, esforço este que culminou no nascimento das universidades confessionais católicas diante do monopólio estatal.

A Igreja Católica, nesse período da história, tomou a decisão de fundar suas próprias universidades, de cunho confessional, como contraponto e resposta ao processo de laicização que se propagou, principalmente depois da revolução francesa. Tal fato se apresentava, também, como uma reação da Igreja, na tentativa de reconquistar seu espaço no campo da educação, que outrora detinha domínio quase que total.

2.1 O Ensino Superior Católico no Brasil

No Brasil, colônia portuguesa por três séculos, a existência da Universidade é uma realidade recente, por obedecer a uma movimentação diversa, diferente das colônias espanholas, que desde o início de sua colonização possibilitaram o surgimento das primeiras universidades na América do Sul. Neste tópico, nos deteremos a refletir como se deu a consolidação do Ensino Superior no Brasil com a presença e atuação da Igreja Católica. Faremos isso por fases históricas, para facilitar nossa compreensão. Na primeira fase, trataremos o ensino superior católico no período colonial e imperial e, na segunda fase, do ensino superior católico na República (1889-1950), sendo esta última o foco cronológico do nosso estudo.

2.1.1 O Ensino Superior Católico no período Colonial e Imperial

Durante o período colonial no Brasil, a educação foi praticamente realizada pelos padres jesuítas³⁵, que chegaram ao Brasil por volta de 1549, com o governador geral Tomé de Sousa. Inicialmente a missão dos jesuítas, confiada pelo rei de Portugal, era a conversão dos índios e o atendimento pastoral-religioso para os colonos. A fim de cumprirem com seu dever, conforme designado, os padres jesuítas não hesitaram em fundar vários colégios por toda a colônia. No regime do Padroado, a Companhia de Jesus gozava de grandes prestígios com o Rei de Portugal e com o papa, que lhes outorgavam tais missões.

Inicialmente, fundaram as chamadas “Confrarias de Meninos” que cuidavam dos órfãos vindos de Lisboa e dos meninos nativos. A finalidade desses estabelecimentos de ensino era a formação intelectual básica e a formação cristã. Segundo Casali (1995), a princípio foram fundados quatro desses colégios em regiões diferentes, a saber: na Bahia, em Porto Seguro, Vitória e São Vicente; logo depois em Olinda e Rio de Janeiro. O plano de ensino era baseado na *Ratio Studiorum*³⁶, uma síntese da experiência pedagógica dos jesuítas, que orientava as normas para os estudos de níveis inferiores e superiores.

Os colégios jesuítas foram os primeiros a serem fundados no Brasil, ou seja, as únicas instituições de ensino que existiram na colônia, até a expulsão destes, em 1759. Esses colégios recebiam os jovens que almejavam a carreira eclesiástica, mas também os que não aspiravam esse caminho. O mais famoso deles foi o “Real Colégio da Bahia”, que desejou ser a primeira universidade do Brasil no século XVI, com o nome de “Universidade da Bahia”. De acordo com Fávero (1980, p. 33), o governo português não quis reconhecer o *status* de Universidade ao Colégio da Bahia para reforçar os laços de dependência da colônia com a metrópole. Não havia outro motivo a não ser fortalecer essa relação de dependência com a

³⁵ Padres que pertenciam a Companhia de Jesus, fundada por Inácio do Loyola em 1540.

³⁶ Esse tratado previa um currículo único para os estudos escolares, dividido em dois graus, supondo o domínio das técnicas elementares da leitura, escrita e cálculo. Os *studia inferiora*, correspondentes, *grosso modo*, ao atual ensino secundário, e os *studia superiora*, correspondendo aos estudos universitários. Os primeiros eram desenvolvidos em cinco classes desdobradas em até sete séries anuais: (i) *ínfima classis gramatice*, onde se estudavam as declinações e os gêneros da língua latina; (ii) *media classis gramatice*, as conjugações; (iii) *suprema classis gramatice*, a sintaxe; classe de humanidades, nas quais se liam obras de Cícero, César, Salústio, Tito Lívio, Cúrcio, Virgílio e Horácio (em latim), e de Isócrates, São Crisóstomo, São Basílio, Platão, Sinésio, Plutarco, Focílides e Teognides (em grego); classes de retórica, utilizando, principalmente, as obras de Cícero e de Aristóteles (Retórica e Poética). Paralelamente, às classes de humanidades e de retórica dava-se, sob o nome de erudição, conhecimentos variados de geografia, notícias mitológicas, pensamentos dos sábios e anedotas históricas. O segundo grau, os *studia superiora*, compreendiam os cursos de filosofia e de teologia. O curso de filosofia levava três anos, onde Aristóteles era o autor estudado: no primeiro ano, lia-se A Lógica; no segundo, *De Coelo, De Generatione e Meteoros*; no terceiro, continuava-se com *De Generatione*, acrescentando-se *De Anima e a Metafísica*; paralelamente a essas obras principais, lia-se, na cadeira de moral, a Ética e, na de matemática, a Geometria e a Cosmografia. O curso de teologia era desenvolvido em quatro anos, estudando-se, no primeiro, as Escrituras; no segundo, o hebraico; no terceiro, a teologia especulativa segundo Tomás de Aquino; e, no quarto, a teologia prática, tratando-se dos atos, das virtudes e dos vícios. CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã – Da Colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1986. p. 25-26.

coroa portuguesa. Esse bloqueio do desenvolvimento da educação superior no Brasil era uma forma de manter a colônia incapaz de cultivar e ensinar as letras, ciências e artes. Para Portugal era mais fácil conceder bolsas, para que os estudantes fossem estudar na MetrÓpole, do que estudarem aqui. Isso era uma forma de reforçar a dominação portuguesa sobre a colônia brasileira. Mesmo não tendo o reconhecimento da coroa, os jesuítas desenvolveram um forte trabalho com a educação em todos os níveis, inclusive o superior.

Os colégios ofereciam quatro níveis de estudos sucessivos: curso “Elementar”, curso de “Letras Humanas” ou “Humanidades” (equivalente ao anterior Ensino Médio) e curso de “Artes” (equivalente ao Ensino Superior). Para os clérigos havia, em sequência ao curso de Artes, o curso de Teologia, de quatro anos, com currículo idêntico ao dos cursos europeus (CASALI, 1995, p. 44).

Nos cursos superiores existentes nessa época na colônia, Artes ou Filosofia e Teologia, o modelo adotado pelos jesuítas era o das universidades portuguesas, bem como os currículos, disciplinas e até mesmo o rito de colação de grau. A falta do reconhecimento institucional de grau por parte da coroa não fez com que o ensino jesuítico fosse mais baixo do que aquele que se oferecia em Portugal.

No curso de artes, também chamado de curso de ciências naturais ou curso de filosofia, ensinava-se, durante três anos, lógica, física, matemática, ética e metafísica. Aristóteles era, como em todos os colégios, o principal autor estudado. Esse curso conferia os graus de bacharel e licenciado. A diferença entre eles estava no número de pessoas que compunham a banca examinadora: três para os bacharéis e cinco para os licenciados, estes os que pretendiam exercer o magistério. O curso de teologia, de quatro anos de duração, conferia o grau de doutor. Seu currículo consistia em duas matérias básicas. A teologia moral, ou "lição de casos", tratava de questões éticas relativas às práticas cotidianas, como, por exemplo, se é lícito vender a crédito mais caro do que a pronto pagamento, A outra matéria, a teologia especulativa, consistia no estudo do dogma católico (CUNHA, 1986, p. 28).

Com a criação das primeiras dioceses no Brasil³⁷, logo houve a necessidade de criar seminários, os quais teriam como finalidade formar os futuros clérigos. Esse fator colaborou para o desenvolvimento do ensino superior no período colonial, pois na formação dos futuros padres era exigência obrigatória o ensino da filosofia e teologia. Posteriormente, abriu-se a possibilidade de estudo também para os que não seriam clérigos. A maioria desses seminários foi confiada pelos bispos aos cuidados dos padres jesuítas, devido à formação que possuíam.

³⁷ 1551: criação do bispado de São Salvador da Bahia; 1576: criação da Prelazia de São Sebastião do Rio de Janeiro, que foi elevada à condição de diocese em 1676; 1614: criação da Prelazia do Pernambuco; 1676: criação da diocese de Olinda; 1677: criação da diocese do Maranhão; 1719: criação da diocese de Belém do Pará; 1745: criação das dioceses de São Paulo e Mariana.

Os jesuítas contribuíaam para a formação do corpo docente, organização dos currículos, biblioteca, grades disciplinares e pedagógicas, dentre outros serviços. Durante os séculos XVI a XVIII, no Brasil foram fundados catorze Colégios Jesuítas, cinco Seminários Jesuítas e sete Seminários Diocesanos, conforme Tabela 1, abaixo relacionada.

Tabela 1 – Colégios, Seminários e Local.

	<i>Colégio/Seminário</i>	<i>Local</i>
01	Colégio Jesuíta	Bahia
02	Colégio Jesuíta	Porto Seguro
03	Colégio Jesuíta	Vitória
04	Colégio Jesuíta	São Vicente
05	Colégio Jesuíta	São Paulo
06	Colégio Jesuíta	Rio de Janeiro
07	Colégio Jesuíta	Olinda
09	Colégio Jesuíta	Maranhão
08	Colégio Jesuíta	Recife
10	Colégio Jesuíta	Pará
13	Colégio Jesuíta	Santos
14	Colégio Jesuíta	Mariana
12	Seminário Jesuíta	Belém de Cachoeira
15	Seminário Jesuíta	Aquirás
11	Seminário Jesuíta	Paranaguá
16	Seminário Jesuíta	Campos
17	Seminário Jesuíta	Rio de Janeiro
18	Seminário Diocesano	Rio de Janeiro
19	Seminário Diocesano	Paraíba
20	Seminário Diocesano	São Paulo
21	Seminário Diocesano	Bahia
22	Seminário Diocesano	Pará
23	Seminário Diocesano	Mariana
24	Seminário Diocesano	Maranhão

Fonte: CASALI, 1995, p. 44-47.

De todos esses colégios, o da Bahia foi o que teve maior relevância, no que diz respeito ao ensino superior, posteriormente o do Rio de Janeiro. Nestas escolas havia duas modalidades de alunos, as crianças e jovens que pertenciam à Companhia de Jesus, e realizavam seus estudos básicos nesses colégios, onde poderiam depois ingressar na própria ordem religiosa e fazerem sua formação nos cursos superiores, de Artes (Filosofia) e ou Teologia, e aqueles que faziam esses estudos, todavia não seguiriam carreiras religiosas. Segundo alude Cunha (1986, p. 29), o curso de Artes era o propedêutico aos cursos profissionais da Universidade de Coimbra, como Medicina, Cânones e Direito. Muitos deles já ingressavam diretamente na Universidade em Portugal.

Podemos ver que a educação no Brasil durante o período colonial, no sentido nacional, confundia-se com a educação católica. Quase todos os estabelecimentos de ensino pertenciam à Igreja Católica, grande parte do ensino dado estava sob responsabilidade dos jesuítas, inclusive a educação superior. Isso também fruto da relação íntima que havia entre Igreja e Estado neste período do padroado³⁸. Mesmo com essas dependências, a Igreja Católica se destacou no trabalho com a educação nesse período histórico.

Na segunda metade do século XVIII esse cenário mudou, pois com a nomeação de Marquês de Pombal, Portugal passou por uma reestruturação política baseada nas ideias iluministas, com o discurso de uma modernização política e econômica que resultaria na expulsão dos jesuítas da colônia brasileira, e também de Portugal. De acordo com Cunha (1986), a motivação que levou Marques de Pombal a expulsar os jesuítas de Portugal e de suas colônias foi devido ao monopólio que eles detinham no que diz respeito à educação, orientando tanto as escolas quanto conteúdos educacionais.

A linha de ideias dos jesuítas contrastava-se com as de Pombal, principalmente no tocante ao capital, na questão econômica. A forma adotada pelos jesuítas, e orientada em suas escolas, acerca das relações de compra e venda, por meio da teologia moral, não atendia aos interesses que Pombal almejava praticar em Portugal. Logo, Pombal viu que a área da educação deveria ser a primeira a ser alcançada pelos novos propósitos do capitalismo/iluminismo, para os quais a partir daquele momento à coroa portuguesa se abriria. Neste sentido, a presença dos jesuítas, com sua prática educacional, seria um impedimento para a consolidação daquilo que Pombal queria implementar durante o reinado de D. José I.

³⁸ O padroado constituía uma base legal para o Estado ingerir-se em assuntos que concerniam à Igreja. Padroado é a outorga, pela Igreja de Roma, de certo grau de controle sobre uma Igreja local, ou nacional, a um administrador civil, em apreço por seu zelo, dedicação e esforços para difundir a religião, e como estímulo para futuras “boas obras”. MOURA, Laércio Dias de. *A educação católica no Brasil – passado, presente e futuro*. São Paulo: Ed. Loyola, 2000. p. 57.

Devido aos novos anseios, Pombal expulsou os jesuítas do Brasil, a fim de que, a partir daquele momento, o Estado assumisse a missão de propor as linhas educacionais tanto para a coroa quanto para as colônias (CUNHA, 1986).

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, seus bens foram confiscados pelo Estado. Porém, o governo português não conseguiu implantar um sistema de ensino que fosse suficiente, nem para suprir aquilo que era feito por eles. Azevedo (1964, p. 47) afirma que, diante desse acontecimento, no Brasil houve uma destruição de todo o ensino jesuítico do período colonial. Não foi um sistema ou uma pedagogia que teria sido substituída por outra, mas, sim, a total extinção e destruição do que existia. Na colônia, com a implosão do ensino jesuítico não houve uma reestruturação laica e eficaz do ensino. Com o fechamento das escolas jesuítas no Brasil, Pombal, por meio do Alvará Régio de 28 de junho 1759, criou as aulas régias de Filosofia e Retórica, Grego e Latim que deveriam ser as disciplinas oferecidas no lugar do ensino jesuítico. Porém, essa iniciativa não teve força para substituir e consolidar um ensino que se equiparasse ao praticado pelos jesuítas. Somente com a Real Mesa Censória de 1767, os estudos menores ganharam uma amplitude com o “subsídio literário³⁹”, a partir do qual seria mantido o ensino primário e secundário.

Segundo Carvalho (1978, p. 128), os recursos do imposto chamado subsídio literário, além ter a finalidade de pagar os professores, poderia também custear livros para a formação da biblioteca pública, organizar museu, construir um gabinete de física experimental e ampliar os estabelecimentos e incentivos para os professores. Essa foi a saída encontrada por Pombal na tentativa de suprir a lacuna deixada pela saída dos jesuítas. Porém, o ensino proposto pelas aulas régias era precário, principalmente pela falta de professores preparados e de um currículo regular que orientasse o ensino. Ao menos no Brasil essa iniciativa pombalina para a educação foi um desastre, ocasionando um desmantelamento total do ensino. As aulas régias não conseguiram substituir o ensino jesuítico.

Após todos esses acontecimentos como ficou a educação superior católica no Brasil? Apesar do cenário de insegurança, houve a criação de dois cursos superiores, um no Rio de Janeiro e outro em Olinda, onde funcionava o Colégio dos Jesuítas. No Rio, os frades franciscanos criaram um curso superior no Convento de Santo Antônio, em 1776, já orientado sob as normativas da reforma pombalina. Esse curso era destinado aos que se preparavam para o sacerdócio, mas também aberto aos leigos. Segundo Lacombe (1973, p. 195), o curso superior dos franciscanos era considerado uma Universidade *in fieri*, ou seja, um curso com

³⁹ Imposto colonial para custear o ensino.

moldes ampliados, maior do que muitos estabelecimentos que tiveram a categoria de universidade em outros países da América. Havia dois cursos, Filosofia e Teologia, ambos com duração de três anos. No curso de Filosofia estudava-se lógica, metafísica, ética, direito natural, geometria elementar, história natural e física experimental. Curso muito semelhante ao da Universidade de Coimbra. Já no curso de Teologia eram ministradas disciplinas de história eclesiástica, teologia dogmática, teologia moral e exegética.

Em Olinda, coube a D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, bispo daquela diocese, organizar os estatutos do Seminário Episcopal Nossa Senhora da Graça, em 1798, onde se realizariam os cursos em Pernambuco. Ele que já havia estudado na Universidade de Coimbra, organizou as disciplinas de acordo com a reforma pombalina, em uma perspectiva mais atualizada do que aquela que era apresentada pelos jesuítas. Conforme afirma Cunha (1986, p. 65), os cursos oferecidos eram: Filosofia, cursado em dois anos, o qual possuía disciplinas de lógica, metafísica, ética e física experimental; geometria, em um ano, com disciplinas de aritmética, geometria elementar, trigonometria e álgebra; e Teologia, em três anos, no qual cursava-se história eclesiástica, teologia especulativa e teologia prática. Estes estatutos de estudos formulados pelo bispo seguiam as orientações do Concílio de Trento. É possível perceber que essa ação já era fruto da “viradeira”⁴⁰, pois em Portugal, com a subida de D. Maria I ao poder, sendo ela avessa ao estilo pombalino, coube aos prelados o poder de nomear os professores das instituições que estavam sob sua jurisdição (FERNANDES, 2004).

Tanto os cursos criados no Rio de Janeiro quanto em Olinda já se adequavam às normas pombalinas, todavia não possuíam grandes avanços em suas grades aos ideais iluministas. Cunha (1986, p. 65) afirma que os estatutos dos franciscanos estavam mais conexos com os da reforma da Universidade de Coimbra, mas não combatiam a escolástica. Os estatutos do Seminário de Olinda, escritos após a revolução francesa, defendiam, mesmo assim, a monarquia e a religião católica. Logo, mesmo com todo o impulso das ideias iluministas, bem como com as medidas tomadas por Pombal, os novos cursos permaneceriam imbuídos das convicções católicas que não foram mudadas pelo contexto histórico.

Com a chegada da Família Real, em 1808, o Estado tomou algumas iniciativas no tocante à educação superior. Se até o devido momento a Igreja Católica tinha ditado as iniciativas para consolidação da maioria das instituições que ofertavam o ensino superior, a partir de agora seriam consolidadas ações que estabeleceriam um ensino superior por iniciativa estatal. Como exemplo disso, tivemos a criação de cursos e academias que tinham

⁴⁰ Viradeira é o nome dado ao período em que D. Maria I ascendeu ao poder em Portugal em 1777. Esse período permitiu uma certa retomada da alta nobreza sobre o Estado e a retomada da influência da Igreja Católica.

como normativa a capacidade de formar burocratas e especialistas na produção, ou seja, os profissionais liberais. Em igual forma foram estabelecidas as academias militares, os cursos de Medicina e Cirurgia. Após a Proclamação da Independência, em 1822, foram criadas as escolas Politécnica, Militar e de Engenharia⁴¹, bem como os cursos de Direito.

Durante o Império, houve um deslocamento dos cursos de Filosofia, que estavam sob a tutela da Igreja Católica, para os cursos Médicos e Academia Militar, e depois, conseqüentemente, para os cursos jurídicos⁴². Nesse período, a Igreja não seria mais aquela que teria todo o monopólio da educação superior no Brasil. Esses novos cursos e escolas surgiram para formar a elite intelectual de sua época.

A partir das reformas de Pombal, a Igreja Católica foi perdendo espaço em algumas de suas atividades, principalmente na gestão educacional. As medidas pombalinas, baseadas nas ideias iluministas, foram substituindo as estruturas que outrora estavam sob a égide da Igreja Católica, por um conjunto de funcionários do estado e suas estruturas, sob o viés da burocracia secularizada. A partir desse momento, o que deveria prevalecer era o ensino estatal e secularizado. Segundo Thomas Bruneau (1934, p. 37-38), a Igreja tornou-se nesse período um simples setor da burocracia civil. Houve uma mudança importante: a educação que antes estava centralizada nas mãos da Igreja foi passando aos poucos para o controle do estado.

Após a chegada da Família Real teremos uma nova fase de desenvolvimento no campo educacional e cultural no Brasil. Segundo Schwarcz (1993, p. 24-25), após a independência, o próprio imperador incentivava a fundação de novas instituições de saber, como as escolas de direitos, que foram criadas após o rompimento com Portugal, com a finalidade de uma atuação mais livre e independente que não fosse mais vinculada à metrópole, formando assim uma elite intelectual nacional que fosse autônoma. Além disso, era necessário investir nas faculdades de direito, pois era de sua necessidade no Brasil imperial, que a partir de agora era independente, criar suas próprias leis, formar uma nova consciência com pensamento próprio, porque seriam esses juristas a formularem a nova constituição. Diante dessa realidade, ainda conforme Schwarcz (1993), em 1827, a partir da aprovação de um projeto de lei foram criados dois centros dedicados ao estudo do direito no Brasil, um com sede em Olinda (depois transferida para Recife) e outro em São Paulo, dando início, assim, aos cursos de bacharelado em direito.

⁴¹ Escola Politécnica e Escola Militar do Rio de Janeiro criadas em 1827; Escola de Engenharia de Ouro Preto criada em 1827.

⁴² Os dois primeiros cursos de direito dessa época foram instalados em instituições católicas. O primeiro em março de 1828, no Convento São Francisco em São Paulo. E o outro em maio de 1828, no Mosteiro São Bento em Olinda. Cf. FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *Universidade & Poder – Análise Crítica/Fundamentos Históricos: 1930-45*. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 1980. p. 34.

Além do curso de direito que já mencionamos acima, outro curso que se desenvolveu nesse tempo foi o da medicina. O Brasil passava por uma grande crise sanitária, além dos poucos recursos que possuía para o tratamento das doenças que apareciam. Neste sentido, foram criadas duas escolas de medicina, uma no Rio de Janeiro e outra na Bahia. Elas deveriam formar os futuros médicos que se dedicariam ao cuidado da saúde do povo brasileiro, bem como ajudar nas crises sanitárias daquele momento. Em 1813, as escolas cirúrgicas foram reorganizadas pelo projeto de Dr. Manuel Luis Álvaro de Carvalho e, assim, foram estabelecidas para essa finalidade. A elevação dessas escolas em academia contribuiu para uma maior institucionalização dos cursos médicos, possibilitando uma melhor formação aos futuros médicos que atuariam como cirurgião-mor por todo o Brasil. Fruto desse processo de desenvolvimento da medicina no Brasil, destacamos dois nomes, o de Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, e de Nina Rodrigues, na Bahia.

Nessa mesma esteira, foi criado o primeiro Instituto Histórico e Geográfico em 1838, sob a perspectiva de uma emancipação política nacional, com a finalidade de formular uma história para a nação com características próprias, desvinculando-se a partir deste momento da metrópole portuguesa. Esta era uma iniciativa que contribuiria para a consolidação do Estado Nacional, principalmente diante das disputas regionais, visando alcançar certa hegemonia cultural. Essas mudanças trouxeram um novo advento no campo acadêmico, ampliando, assim, a diversificação nas áreas de atuação das elites intelectuais do Brasil, bem como no delineamento de especializações profissionais associadas a várias instituições.

Logo, podemos concluir que nesse período houve vários empreendimentos no âmbito do conhecimento, na área jurídica as próprias faculdades de direito de Recife e São Paulo preocupam-se com a elaboração de um código nacional. Na área da saúde, o Instituto Manguinhos, sob o comando de Oswaldo Cruz, transformou-se num renomado centro de pesquisas, no que tange à febre amarela e à parte sanitária das cidades. Na questão histórica, os institutos históricos agregavam boa parte da elite intelectual e econômica das diversas províncias, principalmente aquelas que estavam ligados ao Imperador Dom Pedro II, com a finalidade de escreverem a história oficial deste país que nascera recentemente. De acordo com Schwarcz (1993), o Segundo Reinado foi marcado também pelo amadurecimento de grupos intelectuais distintos, fato que possibilitou o florescimento das ciências e das artes em várias áreas. A autora cita alguns nomes relevantes de intelectuais desta época, eles

acreditavam que o modelo científico que deveria prevalecer era o secular, imanente e moderno da compreensão do mundo⁴³.

O pano de fundo de todas essas mudanças era o processo de modernização que instituiu a separação das esferas sociais de vida. Segundo Cunha (1986, p. 83), o ensino público e secularizado, estando nas mãos do Estado, satisfazia suas instâncias, fortalecendo seus vigores, sendo, ainda, uma forma de atender aos interesses da burguesia mercantil e industrial. Porém, essa separação se consolidaria mais tarde, na república, entre Igreja e Estado como já ressaltados, todavia não de maneira coesa. No Período Imperial, o Imperador tinha o poder de determinar as grades curriculares dos seminários e as escolas católicas que não eram abertas para não católicos tornaram-se “particulares”, em muitos momentos sendo opostas ao ensino estatal e secularizado. Mas mesmo assim, havia muito do espírito católico presente na educação estatal do Brasil imperial, até mesmo porque o Catolicismo era a religião do Estado.

No final do século XIX, no Brasil império foi crescendo a defesa da liberdade de ensino, bem como o surgimento de escolas e faculdades particulares não confessionais, cuja demanda pudesse atender aos não católicos, em crescente número no Brasil de então. Nessa fase, firmou-se o ensino superior público e laico, com orientações secularizadas segundo a Metrópole.

2.1.2 O Ensino Superior Católico na República (1889-1950)

A Proclamação da República (1889) alterou demasiadamente as relações entre Igreja e Estado no Brasil, refletindo fortemente também na educação. A religião católica deixou de ser a religião oficial⁴⁴, logo a Igreja passaria a gozar de mais liberdade. Enquanto no Império foram criadas apenas cinco dioceses⁴⁵, após a proclamação da república até 1930, a quantidade de dioceses passou de cinquenta e nove para oitenta e oito, ou seja, foram criadas quase trinta novas dioceses durante este período. Destaque ainda para o grande número de

⁴³ Os intelectuais citados são: Francisco José Oliveira Vianna, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1883-1951); Tobias Barreto, da Faculdade de Direito de Recife (1839-89); Euclides da Cunha, do IHGB (1866-1909); Edgar Roquete-Pinto, do Museu Nacional (1884-1954); Herman von Lhering, do Museu Paulista (1850-1930); Silvio Romero, da Faculdade de Direito de Recife (1851-1914); Raimundo Nina Rodrigues, da Faculdade de Medicina da Bahia (1862-1906); Oswaldo Cruz, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1872-1917); Miguel Pereira, da Academia de Medicina no Brasil (1871-1918); e A.A. de Azevedo Sodré, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1864-1929).

⁴⁴ Conforme Decreto do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, datado de 07 de janeiro de 1890.

⁴⁵ 1826- Goiás e Cuiabá; 1848- São Pedro do Rio Grande do Sul; 1854- Fortaleza do Ceará e Diamantina.

congregações religiosas que chegaram ao Brasil nessa época. Segundo Azzi (1992, p. 40), a grande maioria dessas congregações dedicou-se à educação.

Em 1898, o Papa Leão XIII, convocou um Concílio Plenário Latino Americano, cuja realização foi de importante relevância para a reorganização da Igreja Católica na América Latina em comunhão com Roma. Uma parte final do documento versava sobre a educação, na qual bispos católicos ressaltaram o fato de que a América Latina era católica, logo a educação precisava também ser católica.

O concílio incentivava a fundação de escolas católicas por todo o continente, com uma educação que estivesse em conformidade com os ensinamentos cristãos e a fé católica. O terceiro capítulo do referido documento tratava sobre as universidades e faculdades, neste os bispos manifestaram o desejo de que “cada república ou comarca da América Latina tenha sua Universidade verdadeiramente católica” (PONTIFICIA COMMISIO PRO AMERICA LATINA, 1999, p. 64, tradução nossa)⁴⁶.

Até a data do concílio, havia apenas a Universidade Católica de Santiago do Chile e, mais tarde, a de Buenos Aires, criada em 1910. Esse concílio foi de fundamental importância para que fomentasse nos bispos o desejo de fundarem no Brasil uma universidade católica

Seria desejável que cada república ou comarca da América Latina tivesse sua Universidade verdadeiramente católica, que seja o centro das ciências, letras e boas artes. Embora isso não possa ser alcançado imediatamente em todas as partes; é preciso pelo menos preparar o caminho e buscar os meios para alcançá-lo. Acima de tudo, devem ser feitos esforços para multiplicar os estabelecimentos inferiores e melhorá-los com a severa disciplina religiosa e moral, a profundidade e a amplitude do ensino, a aptidão e a experiência dos professores. Pois será em vão erigir universidades se não houver professores competentes e bons discípulos. Além disso, as universidades que já existem devem ser reguladas e dirigidas de acordo com as reiteradas promessas feitas à Sé Apostólica pelos governos nas concordatas (PONTIFICIA COMMISIO PRO AMERICA LATINA, p. 394-395, tradução nossa).

O documento final de um concílio plenário torna-se as diretrizes da Igreja Católica para aquela região, aqui o caso da América Latina. Neste sentido, os bispos daquele local são os primeiros responsáveis para que essas diretrizes sejam cumpridas. Logo, no Brasil os bispos se mobilizaram para que num tempo breve fosse consolidada a primeira universidade católica como pedia o documento conciliar.

Diante das grandes mudanças que aconteceram nesta época, a Igreja Católica no Brasil viu-se fora dos processos políticos de decisão, até mesmo por defender uma ordem política e

⁴⁶ Documento do Concílio Plenário Latino Americano, datado originalmente de 1898. Em nossa bibliografia presente conforme publicação de 1999.

econômica que já não respondia mais à sua época. Frente a essa realidade, a Igreja organizou-se por meio de uma restauração, para que pudesse ter voz e vez, em todas as instâncias. Logo, a educação tornou-se uma via muito eficaz para cumprir essa finalidade. Por parte da Igreja, houve um esforço para a concretização de um estado cristão, no qual fosse restaurada a influência do catolicismo na sociedade brasileira, contando com o apoio do poder político. Nesse período da história, os membros da hierarquia não tinham o desejo de restaurar o catolicismo como religião oficial do Brasil, porque sabiam que isso já não era mais possível. Mas, buscavam garantir suas práticas nos espaços públicos e privados, onde a personalidade jurídica da Igreja Católica fosse reconhecida e, desta forma, ela tivesse a possibilidade de intervir nos debates políticos e civis do país (MOURA, 2015, p. 18).

O conceito de Restauração Católica ou *recatolização* / *recatolizar* se fundamentou no tradicionalismo, na ordem política e religiosa, que tinham como objetivo o combate à desordem social representada nas propostas anticatólicas, no pensamento moderno e na perda de espaço dos discursos do clero. As atividades do projeto deveriam promover a politização dos eclesiásticos, com o objetivo de se organizarem contra o processo de laicização do Estado e das instituições (MOURA, 2015, p. 43).

O projeto de restauração católica⁴⁷ no Brasil nesse período foi encabeçado por Dom Sebastião Leme, apresentado na carta pastoral que ele escreveu à sua diocese, quando foi nomeado Bispo de Olinda, em 1916. Essa carta pastoral de Dom Leme aos seus diocesanos tornou-se um documento muito importante para a época, pois relatava como estava a Igreja Católica no Brasil e quais deveriam ser as vias a seguir para que ela restaurasse sua força, diante do enfraquecimento que padecia, principalmente depois da Proclamação da República. As alterações ocorridas no Brasil com a implantação da República colocaram certas mudanças para o Catolicismo, trazendo consigo questionamentos e provocações à Igreja, que estava perdendo o lugar de destaque que ocupava durante o Império. Dom Leme foi uma voz forte e atuante no cenário brasileiro, imbuído do desejo de reconquistar o espaço que o Catolicismo havia perdido na República.

Será neste cenário de divergências entre Igreja e Estado que surge a figura de Dom Leme: perante a laicização que crescia, com uma Igreja que já não mais ocupava o lugar de

⁴⁷ Segundo Riolando Azzi é preciso entender o significado do termo “restauração, em primeiro lugar consiste em dar um novo aspecto àquilo que estava desgastado pelo tempo; segundo, essa nova face deve ser consolidada e arquitetada pelo seu aspecto primitivo. O termo “restauração católica” tem um sentido análogo. Não significa introduzir novas orientações ou perspectivas na vida da Igreja, mas reconduzir a própria instituição a um modelo antigo. O objetivo da Igreja Católica consistiu no esforço de reorganizar para que na sociedade atual, ela pudesse se posicionar, principalmente, frente às classes dirigentes, para que assim, a fé católica volte a ter vez, sendo um elemento constitutivo da sociedade. Cf. AZZI, R. *A Neocrisandade: Um Projeto Restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994 – (História do pensamento católico no Brasil; v. 5), p. 21-22.

antes, somada à necessidade de catolicizar todos os espaços, empreendendo uma forte presença massiva para ganhar o reconhecimento do Estado, com a finalidade de influenciá-lo com os princípios cristãos. Essa seria a ideia que nortearia a ação da Igreja Católica no Brasil durante o século XX.

A situação do Catolicismo brasileiro na época era difícil. Um dos grandes problemas era a ignorância do povo. Outra dificuldade significativa era a escassez de clero. A população rural, em várias localidades, estava abandonada. Havia problemas pastorais de vários tipos. Nas cidades mais antigas, persistiam as irmandades que traziam embaraços para padres e bispos. A imprensa católica era nula. A ação católica era nenhuma. Apesar de ser 98% da população brasileira, ação política dos católicos resumia-se a tentativas isoladas e infrutíferas. A formação do clero deixava a desejar. O Catolicismo da população era marcadamente sentimental. O espiritismo aparecia como uma ameaça. A situação financeira era muito ruim (VASCONCELOS, 2015, p. 306).

De acordo com sua carta, Dom Leme constatava que, apesar do Brasil ser um país católico, a Igreja, por meio de seus fiéis, não exercia de fato sua fé para influenciar na formação e construção de uma nova sociedade. Por isso, fazia-se necessário investir na formação e instrução, para que, assim, a Igreja pudesse ter a força necessária e cumprir sua missão na sociedade.

Portanto, nesse período no Brasil a Igreja Católica queria investir em educação, fundando escolas católicas, bem como instituir o ensino religioso nas escolas públicas. De acordo com Mesquida e Brighenti (2011), para que isso acontecesse era necessário que a Igreja tivesse professores qualificados e intelectuais bem formados, para os quais a instituição eclesiástica pudesse confiar o seu ensino. O desejo do bispo era que esses intelectuais pudessem ser formados pela Igreja e, ao mesmo tempo, se tornassem propagadores da fé católica e dos anseios desta nos vários setores da vida civil e política do país.

Dom Leme, na Carta Pastoral, afirmou que a maioria da nação brasileira era católica, porém os princípios que regiam a sociedade não eram católicos. Ele via que a Igreja não era mais capaz de influenciar a cultura, leis e decisões políticas por meio de suas ideias e valores. Dom Leme tinha o desejo de formar um Catolicismo combatente e bem preparado, para saber dialogar com o mundo, bem como contribuir na formação do Estado e da sociedade civil, difundindo os princípios cristãos.

Segundo Martins (2017), a Carta Pastoral de Dom Leme foi um divisor temporal na ação católica no país. Após a Proclamação da República, a Igreja via-se numa realidade totalmente diferente, pois havia perdido o seu reconhecimento como religião oficial e não tinha mais sua manutenção custeada pelo Estado. Portanto, no início da república, teve que se

reorganizar principalmente em termos materiais. Contudo, a Carta Pastoral de Dom Leme marcou uma nova temporalidade por meio da “neocristandade”, na qual a educação e a instrução seriam “remédios” contra a ignorância religiosa.

A Carta Pastoral de D. Leme está dividida em quatro partes além da introdução. Na introdução, D. Leme procurou situar-se no contexto estrito da Igreja Católica. Sua primeira vinculação, ao declinar da história eclesiástica, como o próprio se manifestou, foi a encíclica de Leão XIII (1878), *Inscrutabili dei Consilio*. Na sequência citou Pio X com sua máxima de ‘restaurar todas as coisas em Cristo’. Do papa, seu contemporâneo, Bento XV, citou os quatro ‘germens de morte’, invasores do ‘organismo social’: falta de amor entre os homens, desprezo pela autoridade, luta entre as classes e ambição de bens terrenos. E apontou o que ele denominou de pontos cardeais de seu ministério pastoral em Pernambuco: instrução religiosa e ação católica. No entanto a instrução religiosa foi o assunto escolhido para discorrer na Carta Pastoral em detrimento do segundo, embora importante (MARTINS, 2017, p. 290).

Para o autor, a primeira parte apontou o mal e suas causas. Para Dom Leme, um país com suas raízes no Catolicismo, desde o princípio, não conhecia de fato a religião que professava, por não ter uma instrução eficaz. Para o prelado, a fé católica no Brasil não era somente por tradição, de fato havia uma fé intensa na vida do povo, porém essa fé não era traduzida na prática social e política. Para Dom Leme, se os católicos não tinham uma força determinante no regime público do Brasil é porque não tinham a compreensão clara de seus deveres sociais. Não bastava ser maioria, tinha que ter força atuante.

A verdadeira ‘causa do grande mal’ era a falta de instrução religiosa, apontou D. Leme. Ela seria a ‘causa última’ dos nossos males. A vontade é fraca e pusilânime, se não possuir a inteligência, afirmou. Por isso, o prelado incluiu como fundamento desse ‘mal’ a falta de vontade, notada entre os católicos em interferir nos rumos da nação. Sem conhecimento, não há vontade! De qual conhecimento careciam os católicos? Noções indispensáveis, segundo o autor, da doutrina cristã: “[...] esclarecimentos precisos sobre a pessoa e a obra de Jesus Cristo [...]; da autoridade divina da igreja; e da instituição divina dos sacramentos. “Falta-lhes aquela persuasão enraizada que só conseguem inspirar as verdades bem aprendidas”. Ou seja, sem instrução suficiente não é possível a ação do católico ‘não praticante’; apesar de boa intenção e bons sentimentos, a ação será falha (MARTINS, 2017, p. 292).

A segunda parte trata da ignorância religiosa no meio intelectual e nas camadas mais populares. Já a terceira parte acena para a instrução religiosa como remédio para os males do país, indicando a participação necessária para essa ação. E, na quarta, Dom Leme apresentava as distinções protocolares, saudando seus diocesanos antes da sua chegada à arquidiocese de Olinda.

Dom Leme considerava que a República tinha levado ao poder uma minoria que não tinha fé, deixando os crentes, que eram a maioria, sem poder de decisão no que diz respeito aos problemas da nação brasileira. Diante dessa leitura, sua carta pastoral de 1916 tornou-se um grito que devia ecoar entre os católicos para mudar essa situação. Como caminho para resolver esta questão, Dom Leme propôs a mobilização de uma cruzada de militantes católicos para atuação nas diversas instâncias da vida social e civil, com vista à reeducação da nação, por meio de seus ensinamentos, com garantia à igreja, do reconhecimento jurídico de sua legítima posição. A instrução religiosa tornou-se a meta para o seu governo arquiépiscopal em Olinda e depois como arcebispo no Rio de Janeiro.

Nesse período, Dom Leme firmou-se como o grande expoente do episcopado brasileiro, imbuído do desejo de irradiar a religiosidade católica por todos os lugares, através dos símbolos, imagens, cultos, festas, instituições, escolas, imprensa, etc. Se a Igreja já não ocupava mais um lugar de poder e prestígio diante do Estado, era necessário agora investir nos leigos, para que eles, impregnados do espírito cristão-católico, pudessem transformar o Estado. Não bastava ser católico simplesmente “de boca”, mas fazer-se combatente, professando a fé publicamente com uma postura para o convencimento do outro.

A convocação de Dom Leme apresentava-se como muito além de catolicizar os espaços. Tratava-se de uma convocação dotada de finalidade grande e alta, a saber a construção de um novo tempo histórico sob o baluarte de Cristo Rei. Era necessária a defesa dos valores e princípios cristãos por parte dos leigos, em todas as instâncias da sociedade, principalmente na política. O caminho para alcançar tal finalidade deveria então ser a instrução e formação dos leigos para atuação na sociedade.

A via ordinária que foi percorrida para alcançar tal objetivo foi a da instrução, da educação. Em 1921, Dom Leme fora transferido para o Rio de Janeiro, como bispo coadjutor do Cardeal Arcoverde, sucedendo-o na Sé Cardinalícia. Estando no Rio de Janeiro, Dom Leme teve mais estruturas e apoio para que esse projeto crescesse frente à Igreja no Brasil. Segundo Azzi (1994, p. 23), com Dom Leme na capital da república, “o episcopado brasileiro ganhava um novo líder”.

Para o estabelecimento dessa nova ordem, sob o desejo de uma restauração católica no Brasil, dois acontecimentos de grande importância merecem destaque. O primeiro, o lançamento da Revista *A Ordem*, em 1921, no Rio de Janeiro, conduzida por Jackson de Figueiredo, cujo intento se constituiu a partir da finalidade apologética de doutrinar e combater os erros, com vistas à formação de um programa de Catolicismo integral, que depois ficou sob a condução de Alceu Amoroso Lima. O segundo, a criação do Centro Dom Vital em

1922, cuja finalidade se orientava na formação dos novos intelectuais católicos que iriam contribuir nesta “cristianização” da sociedade e do estado, bem como angariar fundos para manter a Revista *A Ordem*, criada no ano anterior. O Centro Dom Vital foi o grande disseminador dos ideais que Dom Leme defendia para o Catolicismo brasileiro.

Destaque ainda para o Congresso Eucarístico Nacional, realizado no mesmo ano, por ocasião do Centenário da Independência (1922), evento esse que teve a participação de todo o episcopado brasileiro, tornando-se, assim, o primeiro grande acontecimento a irradiar desses novos ideais com caráter e impacto nacional. Além disso, Dom Leme foi o motivador de vários outros eventos que puderam colaborar com essa finalidade, como a Páscoa dos Militares, Semana do Catolicismo, Semana Missionária, Semana Social Católica, dentre outras. Nesse período da história, a Igreja gozou de boas relações com o poder público.

O Centro Dom Vital, como o principal propagador desse novo projeto católico, foi irradiando e ganhando forças em muitos lugares do Brasil e, ao mesmo tempo, fomentando novas agremiações que surgiram com a mesma finalidade do centro. Entre elas, podemos destacar Liga Eleitoral Católica (LEC), Ação Católica, Conferência Católica de Educação e Círculos Operários Católicos. Ressaltamos, ainda, três iniciativas muito importantes para o campo da educação superior: o Instituto Católico de Ensinos Superiores (ICES), o Instituto de Educação Social e da Família e a Associação Universitária Católica (AUC)⁴⁸.

Todas essas iniciativas fomentadas pelo Centro Dom Vital visavam formar o laicato católico, a fim de que este pudesse se estabelecer em uma classe intelectual, forte e influente na sociedade. Graças ao movimento inovador de Dom Leme foi possível a participação de intelectuais católicos na vida do país.

Com a queda do presidente Washington Luís e chegada de Getúlio Vargas ao poder nacional, Dom Leme⁴⁹ foi de fundamental importância para que esse conflito fosse pacífico, sendo ele o mediador entre o presidente deposto e o novo que chegava (LUSTOSA, 1991, p. 49)⁵⁰. Em 1930, o cardeal Arcoverde morreu e Dom Leme assumiu a arquidiocese do Rio de

⁴⁸ Mais à frente voltaremos a essas iniciativas, pois elas serão o núcleo para a formação da Universidade Católica do Rio de Janeiro.

⁴⁹ Na tentativa de evitar a violência e o derramamento de sangue que inevitavelmente resultariam do encontro entre a guarda fiel de Washington Luís e o movimento revolucionário, a junta militar representante de Vargas solicitou a Leme que falasse com o Presidente. D. Leme concordou, conseguiu convencer Washington Luís e desde então Vargas lhe ficou extremamente agradecido pelo seu papel em possibilitar a tomada do poder de maneira simples e não violenta. A partir de então os dois homens, um chefe de Estado, e outro chefe da Igreja, respeitavam-se mutuamente e eram bons amigos. MOURA, Laércio Dias de. *A educação católica no Brasil – passado, presente e futuro*. São Paulo: Ed. Loyola, 2000. p. 125.

⁵⁰ As relações entre Igreja e Estado foram encaminhadas de maneira pacífica e entrosada, através das personalidades líderes do período (1930-1945): Dom Sebastião Leme, representando e canalizando as aspirações

Janeiro, recebendo o título de cardeal. Neste mesmo ano propôs ao Papa Pio XI a coroação de Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil.

Junto ao novo governo Vargas, segundo Casali (1995, p. 87), Dom Leme dispunha de dois importantes contatos: “primeiro, a amizade de Getúlio para com Padre Leonel Franca; segundo, a presença de Francisco Campos, amigo da hierarquia, no Ministério da Educação e Saúde”. Contatos esses que foram muito importantes para o seu projeto restaurador. Em 1931, foi inaugurada a estátua do Cristo Redentor, como sinal visível desse movimento que o Catolicismo provocava no Brasil, bem como a coroação de Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil. Todos esses acontecimentos marcaram uma nova fase que a Igreja Católica vivia no Brasil. Cremos que é importante se fazer memórias desses acontecimentos, pois o nosso objeto de estudo, a educação superior católica, está envolvida em meio a todos esses fatos, tomando parte deste “todo” da história.

Em 1932, realiza-se o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, com o desejo de propor um novo modelo educacional que se adequasse às ideias liberais, promovendo um novo sistema de ensino, principalmente para combater as desigualdades sociais, com o desejo de um ensino público, laico e estatal.

Esse novo modelo de educação, proposto pela Escola Nova, tinha como princípio da educação partir do indivíduo, se opondo à educação de massa. Os principais nomes desse movimento foram: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Francisco Campos e Manuel Lourenço Filho.

Fernando Azevedo apresentava, por meio do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, as novas diretrizes para educação no Brasil, como o desejo de aplicar uma nova metodologia pedagógica e social, com vistas ao alcance de um modelo de civilidade que fosse urbana e industrial, rompendo, assim, com as velhas tradições da política brasileira. De acordo com Azevedo (1963), esse manifesto propunha:

A defesa do princípio de laicidade, a nacionalização do ensino, a organização da educação popular, urbana e rural, a reorganização da estrutura do ensino secundário e do ensino técnico e profissional, a criação das universidades e de institutos de alta cultura, para o desenvolvimento dos estudos desinteressados e da pesquisa científica, constituíam alguns dos pontos capitais desse programa de política educacional, que visava fortalecer a obra do ensino leigo, tornar efetiva a obrigatoriedade escolar, criar ou estabelecer para as crianças o direito à educação integral, segundo suas aptidões, facilitando-lhes o acesso, sem privilégios, ao ensino secundário e superior, e alargar, pela reorganização e pelo enriquecimento do sistema escolar, a sua esfera e os seus meios de ação (AZEVEDO, 1963, p. 667).

e exigências do poder eclesiástico, e Getúlio Vargas, canal praticamente único da estratégia governamental do poder civil.

Os elementos fundantes nos quais a Escola Nova se baseava, de acordo com Valéria Lamego (1996, p. 32), baseavam-se na revisão crítica dos métodos tradicionais do ensino, a partir dos quais a individualidade não era fator a ser considerado, passando a ser a partir desse momento. Com o desenvolvimento dos novos conhecimentos da biologia e da psicologia, o professor pode constituir as fases de maturação do indivíduo na idade pueril, bem como no desenvolvimento de sua capacidade individual. A ação da educação deveria pertencer à Escola, já não mais centralizada na Igreja e na Família, como uma forma de diminuir as diferenças culturais e sociais. Para a autora, a Escola Nova se fundamenta numa educação baseada na formação biológica, psicológica e social do homem.

Os adeptos do movimento pretendiam que o Estado assumisse uma nova atitude em relação à esfera educacional. Entre as principais propostas elencavam-se: a consideração do aluno como elemento participante de sua própria formação cultural através do estímulo à pesquisa, a substituição do método memorizador por uma valorização do raciocínio e da imaginação, ênfase cultural científica, considerada mais útil e necessária para a sociedade urbana e industrial em formação; ação do Estado em favor da democratização do ensino (AZZI, 2008, p. 306).

Esse novo modelo educacional gerou um embate com a Igreja Católica, uma vez que esta possuía um projeto eclesialístico de sacralização da sociedade, além do desejo de que o ensino religioso católico ocupasse um lugar central na educação. Segundo Azzi (2008), a Igreja procurou agir junto ao poder público para alcançar seus objetivos. Dois nomes importantes na luta por esse movimento em defesa da educação católica foram Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athaíde) e o padre jesuíta Leonel Franca. Suas ações foram de fundamental importância para as conquistas que a Igreja obteve junto às estruturas políticas para a educação no Brasil. O Centro Dom Vital, cujo idealizador foi Dom Leme, tornou-se o centro de divulgação e promoção dos ideais católicos para a educação em todo o Brasil. Temas esses que debateremos mais a frente nesse capítulo, trazendo mais detalhes sobre ele.

Esse cenário provocou uma tensão entre duas forças: por um lado, a Escola Nova com os ideais de um modelo educacional laico; e, de outro, a Igreja Católica defendendo uma educação fundada nos princípios tradicionais da fé cristã e da família. Os escola-novistas viam em seu modelo o caminho para uma nova reconstrução nacional, enquanto os católicos lutavam por uma educação confessional e convencional. Sendo assim, a educação se tornou o palco de disputas desses dois grupos em busca de um modelo educacional para o Brasil. Segundo Cury (1978), para os católicos a educação era uma missão primária da Igreja, com o desejo de preparar os educandos, formando suas consciências para a vida social e, ao mesmo tempo, elevando-os à sua finalidade última, a vida eterna, como já foi visto na encíclica de Pio

XI. Em contrapartida, a Escola Nova se fundamentava em métodos educacionais científicos, apoiados na ciência, com a finalidade de integrar os educandos às novas condições da vida moderna e do mundo que sofria enormes mudanças e transformações. Desse modo, era necessária uma educação que fosse baseada nos princípios de gratuidade, laicidade, obrigatoriedade e coeducação, que se tornaram, assim, a bandeira de luta dos escola-novistas, principalmente contra o ensino religioso confessional nas escolas públicas.

Nesse embate, é importante ressaltar que a Igreja Católica não era contra a escola pública, gratuita, aberta a todos, se adequando à diversidade do Brasil como era defendida pela Escola Nova. O que a Igreja rejeitava era a proposta do anticonfessionalismo oficial, que estava escondido por detrás da proposta de uma educação neutra. Uma grande parte do grupo dos signatários do Manifesto de 1932 era anticlerical ou agnóstico. Armanda Alvaro Alberto e Edgar Sussekind, signatários do Manifesto, eram filiados à “Liga Anticlerical” do Rio de Janeiro; Anísio Teixeira, um dos expoentes do movimento, havia abandonado o catolicismo na sua experiência com os jesuítas nos Estados Unidos, quando estudara na Columbia University de Nova York, depois que conheceu as teses do filósofo e pedagogo John Dewey e aderiu a elas. Isso foi nítido em suas ações já como secretário de educação e cultura do Distrito Federal. Ao falar sobre o assunto, Viana Filho (1990, p. 32), afirma que para muitos dos amigos de Anísio Teixeira, entre eles Hermes Lima, que também foi signatário do manifesto, Jaime Ayres e Nestor Duarte, todos eram agnósticos e liberais, eles diziam que era uma aventura “vê-lo sendo libertado das peias ultramontanas”. O anticlericalismo era muito forte entre os “jovens intelectuais cientistas”. No Brasil dos anos 1930, o catolicismo se afigurava como algo arcaico, até mesmo responsável pelo não desenvolvimento do país. Inclusive em termos educacionais.

Além disso, havia também as ideologias da maçonaria que permeavam esse movimento, entre os signatários temos Júlio Mesquita Filho, da loja maçônica “União Paulista II” (CASTELLANI; CARVALHO, 2009). Logo, compreendemos que por detrás dessas movimentações havia uma oposição à Igreja Católica. A forma como muitos signatários se expressavam demonstravam essa conduta. Podemos concluir que a educação se tornou a arma mais eficaz para um enfrentamento anticatólico no Brasil.

Durante a Era Vargas, com o início do Estado Novo, a educação deveria ser laica, pública e gratuita, além das escolas particulares estarem também sendo regidas pelas leis educacionais públicas, ou seja, subordinadas às diretrizes estatais. De acordo com Azzi (2008, p. 312), a partir da atuação de Francisco Campos como secretário do governo de Minas Gerais e depois ministro da educação, as ideias da Escola Nova começam a se concretizar, devido às

reformas promovidas por ele na educação em nível de Estado. Com Campos, foram introduzidas as disciplinas de cunho técnico-científico, dando as condições que as escolas deveriam ter para o reconhecimento oficial, criando, assim o sistema federal de inspeção. Isso causou certo incomodo para a Igreja Católica, pois, de acordo com a *Divini Illius Magistri*, a primazia da educação não deveria ser do Estado, mas da Igreja e da família. O movimento da Escola Nova no Brasil acarretou mudanças na escala hierárquica que era proposta para a Igreja. A partir de agora, o Estado não atuaria de maneira coadjuvante junto à Igreja e a família, mas teria a primazia para regular e executar todo o processo educacional. Essa inversão de valores causou reação na Igreja Católica. Azzi (2008), citando Velloso (1978), afirma que a oficialização do ensino tornou-se um dos flagelos da família brasileira. O ensino técnico como prioridade, segundo a visão católica, era um dos motivos mais fortes da laicização da educação e eliminação da educação moral e cívica que se alastrava por todo o Estado, com um cunho extremamente racionalista. Durante a atuação de Francisco Campos, as ideias da Escola Nova entraram em vigor no Brasil.

Logo após, com a nomeação de Gustavo Capanema como Ministro da Educação e Saúde, que era amigo de Alceu Amoroso Lima, as ideias católicas começaram a ter certa influência, em busca dos seus princípios para a educação. De acordo com Azzi (2008), Alceu alcançou esta influência pedindo a Capanema uma filosofia “sã”, defendendo as humanidades clássicas, como o latim e o grego no plano nacional de educação e uma faculdade de ensino religioso no Brasil. Muitas das ideias católicas foram utilizadas na reforma do ensino secundário de Capanema⁵¹. Para o autor, houve forte influência católica na reforma do ensino durante o Estado Novo, ocorrendo até certo retrocesso daquilo que se tinha aprovado em 1932, durante o ministério de Campos nos ideais da Escola Nova. Na reforma de Capanema, ficou estabelecido, entre outras coisas:

As ciências foram reduzidas a uma única disciplina, sob o nome de ciências naturais. O latim foi prescrito como matéria obrigatória para todo o ginásio, e o estudo do grego incluído nas séries superiores. A educação moral e cívica teve o seu lugar privilegiado no ensino da história do Brasil. A educação religiosa teve seu espaço assegurado. A coeducação, por sua vez, somente era permitida mediante uma autorização do ministro da educação. A principal marca da reforma do ensino secundário foi a ênfase humanístico clássico, em detrimento de uma formação de cunho científico (AZZI, 2008, p. 312).

Em meio a todas essas situações, também em 1932 tivemos duas grandes iniciativas no que diz respeito a educação superior católica, a saber a fundação da Associação Universitária

⁵¹ Essa reforma aconteceu em 1942.

Católica (AUC) e do Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES), semente para o nascimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Se o objetivo da restauração católica no Brasil era formar a classe intelectual católica, para que a mesma pudesse influenciar a sociedade, a educação superior foi elemento basilar para tal feito.

Vimos que desde o final do século XIX a Igreja Católica, em nível universal, estava motivando a criação de universidades católicas em todo o mundo. Esse movimento não foi diferente no Brasil. Coube ao Centro Dom Vital motivar tais iniciativas. Neste mesmo período, no Rio Grande do Sul, Dom João Becker fundou a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas em Porto Alegre, germe da futura Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Em São Paulo, as Irmãs Cônegas de Santo Agostinho fundaram o Instituto *Sedes Sapientiae* e, no Rio de Janeiro, as Irmãs Ursulinas fundaram o Instituto Santa Úrsula, com uma Faculdade de Pedagogia, Ciências e Letras. Esse movimento era o florescimento do ensino superior católico no Brasil. É importante ressaltarmos que, na década de 1930, tivemos também a expansão da educação superior secular no país, com a criação da Universidade de São Paulo (USP), bem como da Universidade do Distrito Federal (UDF).

A Universidade de São Paulo foi criada em 1934, sendo anexadas a ela algumas escolas existentes como a Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Sociologia e Política, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Escola Politécnica, Escola de Veterinária, Faculdade de Educação. Além dessas, foram criadas também a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais e a Escola de Belas Artes. Também foram agregados à estrutura da universidade os diversos institutos complementares de pesquisas já existentes em São Paulo. De acordo com Cunha (1986, p. 270), a Faculdade de Educação teria como finalidade a formação dos professores para o ensino básico. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, chamada de “coração da universidade”, era o local que desenvolveria os estudos de cultura desinteressada e livre. Nessa escola deveria funcionar também um curso básico preparatório para todas as escolas profissionais, com matérias fundamentais de todos os cursos, para depois serem encaminhados aos cursos específicos, com a finalidade de interação do saber. Esta faculdade deveria organizar um centro de altos estudos, com ensino público e veiculador do saber laico, tendo autonomia universitária, mesmo sendo financiada pelo Estado.

Uma característica peculiar na consolidação da USP foi a presença considerável de um corpo docente composto por estrangeiros europeus que vieram para lecionar na universidade, sendo seis franceses, quatro italianos e três alemães. Fávero (1980, p. 63) afirma que, segundo o desejo de seus idealizadores, Fernando de Azevedo e Júlio Mesquita, a universidade só

poderia alcançar seus objetivos de revolução profunda no campo da ciência, se tivesse a ajuda de especialistas diversos, para conduzirem as várias disciplinas dos cursos. Neste sentido, recorreram a uma gama de professores europeus que vieram para ministrar aulas na nova universidade.

Já a Universidade do Distrito Federal foi criada em 1935, no Rio de Janeiro, idealizada por Anísio Teixeira. Ela foi composta por um Instituto de Educação que já existia, e pelas Escolas de Ciências, Economia e Direito, de Filosofia e Letras, e do Instituto de Artes, ambos criados nessa época. A universidade queria implantar um novo ensino superior no Brasil que se expandisse na atuação e formação de burocratas para o campo técnico, como administração e orientação escolares, técnicos de laboratórios, auxiliares de medicina, diplomatas, serviço social, jornalistas, publicitários, museólogos, cineastas, arquivistas, arquitetos, entre outros. A universidade nasceu para promover e estimular a cultura para o aperfeiçoamento da sociedade brasileira, incentivar a pesquisa científica, literária e artística, formar profissionais técnicos nos diversos campos do conhecimento e promover a formação do magistério em todos os níveis.

Num período político turbulento e autoritário, a universidade reafirmava e defendia sua autonomia, mesmo sendo subsidiada pelo Estado, tendo uma forte participação dos estudantes, num caráter democrático. A universidade teria uma importância vital tanto na formação técnica quanto política. Ela fomentaria um sistema de ensino que formaria e aperfeiçoaria os administradores e professores das escolas de graus inferiores. Segundo seu idealizador, Anísio Teixeira, a universidade deveria colaborar para a formação da base popular, num viés democrático. Todos os docentes que assumiram cargos na universidade tinham a competência técnica profissional e estavam alinhados com os ideais democráticos na universidade, mesmo diante da situação política da época (CUNHA, 1986).

Isto posto, poderíamos nos perguntar em que diferiam USP e UDF? Inicialmente, a USP teve como objetivo formar um alto centro de estudos que fosse capaz de formar as elites do país, para que elas pudessem proporcionar uma renovação no Brasil. Todavia, para que isso acontecesse era necessário um centro de criação e elaboração do saber em todos os seus níveis. Já UDF teve como finalidade a formação dos técnicos e professores, esta universidade tinha uma natureza mais popular. Por exemplo, a sua Escola de Educação desejava colaborar com a formação de professores em todos os níveis do saber. Enquanto a USP se constituía com caráter mais elitista, a UDF seguia um viés mais popular. A USP se consolidou e teve um futuro próspero, enquanto a UDF não sobreviveu por muitos anos, principalmente diante do contexto do Estado Novo. Para Fávero (1980, p. 81-82), o que contribuiu para a queda da

UDF foi ser uma universidade que se dedicou mais as ciências humanas, tendo uma linha de pesquisa e de divergências com a realidade. A UDF não era apenas uma mera instituição de ensino, que apenas transmitia ou repetia um saber constituído, mas se tornou uma universidade que produzia conhecimento, na liberdade do ensino e da cátedra, não era uma universidade que pretendia reproduzir o sistema e manter o *status quo*. Diante dessa realidade, não resistiu por muito tempo. Em 1939 algumas de suas escolas foram fechadas e, posteriormente, o que sobrou foi incorporado a então Universidade do Brasil, que hoje é a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Frente a essa expansão do ensino superior laico e estatal, a Igreja Católica no Brasil se esforçaria para a consolidação do ensino superior católico. O Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES) teve a missão de iniciar, no Rio de Janeiro, essa preparação cultural de nível superior, que abriria uma nova fase do pensamento católico no Brasil, afirma Raja Gabaglia (1962). No discurso que Dom Leme fez na inauguração do ICES podemos encontrar esses elementos. “Nem tudo está perdido... quando para lançar e levar a termo feliz a ideia desse Instituto, ainda se encontro um pugilo de bravos, como esses do Centro Dom Vital, que cerram fileiras em torno da cristianização da inteligência brasileira” (RAJA GABAGLIA, 1962, p. 304).

No ICES foram abertos os cursos de Teologia, Filosofia e Sociologia, que atraíram um público grande de estudantes, com professores católicos renomados para as principais disciplinas, como o dominicano francês frei Pedro Secondi, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), Dom Tomás Keller e Dom Martinho Michler, estes últimos ambos pertencentes à Ordem de São Bento.

O curso do Instituto oferecia três cadeiras obrigatórias: a sociologia, para mostrar que queriam partir da realidade sensível, da realidade social, da posição do homem na sociedade de seu tempo e de todos os tempos, na qual se processa a sua vida de relação; a filosofia, para mostrar que os estudos metafísicos são fundamentais para o equilíbrio e a solidez do pensamento, em qualquer ordem de conhecimento; e a teologia, enfim, para a compreensão de que o pensamento não desemboca no vácuo e que, ao contrário, parte sempre de uma realidade sensível para chegar a uma realidade substancial. Esse era o sentido do realismo integral da posição do Instituto (DIAS ROMUALDO, 1996, p. 103).

Padre Leonel Franca, jesuíta, assistente eclesiástico do Centro Dom Vital, foi o grande incentivador dessas iniciativas, que o levou a ser o primeiro reitor da Universidade Católica do Rio de Janeiro. Todas essas iniciativas reiteraram a premissa de que o poder espiritual deveria ser a base para o desenvolvimento e o progresso, capaz de dar a verdadeira ordem e isso deveria ser feito com o processo de catolicização da sociedade brasileira, cujo foco

principal seria a formação das elites. Desta forma, a educação revolveu-se à via para alcançar tal finalidade, com a cristianização da inteligência nacional. Tânia Salem (1982, p. 97) afirma que o Instituto Católico nasceu, assim, como o “*locus* no qual os católicos ensaiam e atualizam seu modelo alternativo de organização universitária e como um centro de irradiação doutrinária preparando, em ambos os sentidos, o terreno para a futura Universidade Católica”.

Neste momento, todas as forças da Igreja Católica convergiam para esse fim. Vários são os acontecimentos que colaboraram para isso. Em 1938, houve o aval positivo da Santa Sé, por meio da Congregação da Educação Católica, responsável pelos seminários e universidades, além do apoio financeiro que receberam desta, para início dos trabalhos. O Papa Pio XI delegou a Dom Leme um mandato apostólico para a fundação da Universidade Católica. Os bispos de todo o Brasil em 1939 realizaram o Concílio Plenário Brasileiro que, na sua carta final, ressaltava a grande necessidade da Igreja Católica no Brasil: a formação religiosa. Advertindo a forte importância da militância dos leigos na Igreja, era necessário que a própria Igreja os desse uma boa formação. Assim, nesse documento os bispos católicos reiteraram o desejo da fundação de uma Universidade Católica no país.

De nossas escolas e colégios tratamos como de um fato; da nossa Universidade só nos é permitido falar como de uma esperança. Esperança, ainda, mas que se quer imediatamente realizar. Ao Brasil Católico já não é possível viver sem esta artéria vital de seu organismo religioso. Por sua natureza a Universidade é o centro onde se elaboram as grandes sínteses do saber, o seminário de formação dos sábios que impulsionam os progressos do conhecimento, o laboratório em que se preparam os elementos superiores da administração e da vida profissional do país, numa palavra, o órgão conservador e transmissor de todo o patrimônio de uma civilização. Reconhecer-lhe esta influência soberana nos destinos de um povo é afirmar, ao mesmo tempo, para a Igreja, a necessidade inadiável de possuir a sua "Alma Mater". Como expressão cultural superior do Catolicismo e como instrumento imprescindível de sua irradiação ampla e benfazeja em todas as esferas sociais, a Universidade Católica é, para o Brasil, penhor de vida no presente e promessa do mais seguro porvir. A realização deste ideal exigirá, como todas as obras de Deus, grandes sacrifícios, dedicações puras e generosas inesgotáveis. Mas o Brasil não mentirá às nossas esperanças, nem se mostrará surdo à confiança do nosso apelo. A fundação da Universidade Católica será a glória da nossa geração (CONCÍLIO PLENÁRIO BRASILEIRO, 1939, p. 11)⁵².

Segundo os bispos, essa universidade seria de grande importância, pois seria a “artéria vital” de toda ação restauradora da Igreja nesse tempo. A universidade constituiria a *alma mater*, que sustentaria todo esse processo, com o intuito de propagar os ideais católicos, formando, assim, o seu laicato para atuar na vida social e civil. Afinal, uma universidade católica consolidada no Brasil seria a glória de sua geração. Aqui percebemos com quanto

⁵² Excerto da Carta Pastoral do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro (Legado Pontifício) e dos Arcebispos e Bispos do Brasil, por ocasião do Concílio Plenário Brasileiro, datada de 20 de julho de 1939.

afinco a Igreja Católica posicionou-se para a concretização desse objetivo. A universidade seria o ápice do processo restaurador, com o desejo de devolver a ela aquilo que tinha perdido no decorrer da história, “a influência soberana no destino de um povo”.

Em 1940, Dom Leme escreveu a Getúlio Vargas falando-lhe da fundação das faculdades católicas, de quem recebeu parecer positivo para essa causa. Foram seguidas as tramitações burocráticas junto ao Departamento Nacional de Educação e, em 30 de outubro de 1940, foi assinado o Decreto n. 6.409, que chancelava o funcionamento dos Cursos das Faculdades de Filosofia⁵³ e Direito. De acordo com Salem (1982), essas duas faculdades foram criadas para cumprir uma finalidade própria. A de Filosofia, com o objetivo de propagação dos ideais pedagógicos católicos, com a intenção de difundir os dogmas cristãos, além de ser uma exigência para ser constituída uma universidade. A de Direito, com a proposta de formar os juristas e advogados que pudessem influenciar nas leis e administração pública.

A inauguração das faculdades aconteceu em 15 de março de 1941, com sessão solene na sala Santo Inácio, com santa missa que contou com a presença de autoridades eclesiásticas⁵⁴ e civis⁵⁵. Nessa sessão, Pe. Leonel Franca foi nomeado reitor, e as faculdades ficariam aos cuidados dos padres jesuítas. Essas faculdades tornar-se-iam a célula-mãe da futura Universidade Católica, que viria com a missão de formar a sociedade segundo os princípios cristãos. Segundo Casali (1995, p. 139), o projeto restaurador da Igreja Católica tinha o desejo de “uma formação integral do homem”⁵⁶ como forma de se opor ao processo de laicização da cultura superior, para que assim a sociedade civil fosse ressacralizada.

Neste sentido, o movimento articulado por Dom Leme conseguiu alcançar sua finalidade, com o apoio do governo, a presença massiva das lideranças intelectuais católicas e, é claro, com a chancela da Igreja Romana. Todas essas iniciativas demonstraram uma nova fase da história da Igreja Católica no Brasil. A Igreja agora passava a ter maior protagonismo por conta própria, diante dos ideais e projetos que a motivaram a chegar nesse ápice, ou seja, a consolidação da tão sonhada universidade católica no Brasil.

⁵³ Nesta, os cursos ministrados eram: Filosofia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, Geografia e História, Ciências Sociais e Pedagogia.

⁵⁴ Cardeal Dom Leme (Arcebispo do Rio de Janeiro), Dom Bento Aloisi Masella (Núncio Apostólico no Brasil).

⁵⁵ Gustavo Capanema (Ministro da Educação e Saúde), Cesário Andrade (Presidente do Conselho Nacional de Educação), Raul Leitão Cunha (Reitor da Universidade do Brasil).

⁵⁶ Essa proposta respondia a orientação do Papa Pio XI dada na encíclica *Divini Illius Magistri* como vimos no primeiro capítulo, onde a educação deveria contemplar todas as dimensões da pessoa. A crítica da Igreja à educação laica consistia em afirmar que esta última não considerava a dimensão espiritual, sendo assim, não abarcaria o homem na sua totalidade.

Dom Leme faleceu em 1942. Padre Leonel Franca continuou os trabalhos nas faculdades católicas, em 1944, o Instituto Social Católico, que fora fundado em 1937, agregou-se às faculdades católicas com o curso de serviço social, e assim, deu início ao processo de constituição da Universidade Católica junto ao Ministério da Educação e Saúde. Sendo assim, em 21 de outubro de 1946, no Rio de Janeiro, foi aprovado e homologado, pelo presidente Eurico de Gaspar Dutra, o Decreto de Lei n. 21.968 com os estatutos da nova universidade. Em 27 de março de 1946, aconteceu a Sessão Solene de instalação da primeira Universidade Católica do Brasil. Pe. Leonel, em seu discurso, reforçou os princípios que a universidade deveria cumprir diante de sua missão.

A finalidade da Universidade é formar os que vão dirigir a Sociedade. Pela sua natureza própria e específica a missão da Universidade é ensinar os mais aptos para dirigir os outros, daí a necessidade de uma formação humana total. Por ela (formação integral) firma-se a alta missão social das Universidades Católicas. Preparar chefes em que a vida intelectual e a vida moral se tenham compenetrado na harmonia de uma síntese equilibrada... Professores da Universidade Católica, congratulo-me convosco: aqui ireis colaborar no grande esforço de elaboração concreta de uma cristandade ajustada às exigências da história que se transforma; trabalhais na obra criadora de uma civilização cristã (FRANCA, 1946, p. 75-80).

A fundação da universidade marcou uma data histórica para a Igreja Católica no Brasil. Afinal, ela era a concretização dos esforços de toda a Igreja para que se tivesse um centro superior de cultura, no qual o ensino assegurasse a orientação católica na educação superior. Em 20 de janeiro de 1947, o Vaticano – por meio do Decreto “*Laeta coelo arridens*”⁵⁷ – concedeu à Universidade Católica do Rio de Janeiro o título de “Pontifícia”, nomeando o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro, como seu primeiro Grão-Chanceler.

O reconhecimento pontifício de Roma à Universidade Católica do Rio de Janeiro confirmou o caminho percorrido pelos bispos brasileiros, sob o comando de Dom Leme no projeto de restauração católica. Essa titulação não só demonstrava o reconhecimento, mas era uma forma visível de reforçar que esse trajeto feito era desejo da Igreja Romana para o Brasil. A titulação expressava essa comunhão de princípios que impregnava as ações da Igreja.

Por parte da direção da Universidade havia a preocupação de uma pastoral católica para com os alunos, para que assim se alcançasse aquilo que fora meta da Universidade desde

⁵⁷ A data de 20 de janeiro, festa de São Sebastião, foi dada em homenagem ao Cardeal Dom Sebastião Leme e à cidade do Rio de Janeiro, cognominada poeticamente “alegre sorriso dos céus” - *Laeta coelo arridens Fluminis Januarii urbs*.

seus primórdios, a catolicização dos novos intelectuais que seriam formados. Neste relato de padre Leonel, nomeado reitor, afirma essa preocupação:

O grupo da Ação Católica da Faculdade de Direito, dirigido pelo Pe. Lustosa, tem-se conservado fervoroso e ativo. A pedido de alguns dos seus membros, que desejam comungar diariamente, celebra o mesmo Padre uma missa às 7 ¼, hora que melhor se concilia com o início das aulas e a conveniência dos alunos que moram longe. Já se realizaram duas turmas de retiros para os alunos: uma para rapazes, na Gávea, outra para moças, no Cenáculo. Este ano forma-se a primeira turma de bacharéis na nossa Faculdade de Direito. Um exame da situação religiosa dos diplomados permitirá avaliar, de modo concreto, a importância e eficiência de uma universidade na formação católica da juventude. Em 1941 matricularam-se 14 alunos no 1º. Ano de Direito. Destes, um desistiu, outro atrasou-se, estando agora no 2º. Ano. No 4º. Ano matricularam-se dois por transferência, sobre estes já formados alhures, a Faculdade não exerceu, ao que parece, grande influência. Dos 12 que se formaram conosco: a) cinco, isto é, mais de 40% são congregados marianos, ativos de comunhão frequente, um de comunhão diária; b) dos seis melhores alunos, cinco são católicos fervorosos, trabalhando em obras de apostolado; c) dois, que vieram inicialmente de fora, de colégios secundários não religiosos, passaram de católicos de nome a católicos praticantes e piedosos; d) todos conservaram a fé. Não digo que um caso singular permita logo uma generalização; é, porém, um caso não escolhido propositadamente, pelo qual se poderá avaliar a eficiência preservadora da fé de um ambiente de ensino superior católico. Se estes alunos, quase todos do Santo Inácio, se tivessem matriculado numa Faculdade leiga, quantos seriam o que são hoje? (FRANCA, 1953, p. 275-276).

A educação superior católica, além de contribuir na formação profissional dos estudantes, também era uma via de perpetuar suas práticas e ensinamentos. Na citação acima, podemos perceber a preocupação de padre Leonel com esses princípios e, ao mesmo tempo, a vanglória dos objetivos alcançados. A Universidade Católica atuou para a formação de católicos instruídos e determinados de suas convicções, para que assim atuassem e transformassem a sociedade de seu tempo, segundo os preceitos católicos. Segundo Dias (1996, p. 100), a universidade deveria atuar para que a juventude não fosse corrompida pelas “ideias perniciosas” que eram propagadas no meio universitário. Ela deveria preparar os estudantes para combater a indiferença intelectual, o pragmatismo utilitário e imediatista, e pôr fim à disseminação moral. Sendo bem formados por uma “sã doutrina” para só assim estarem aptos a assumir cargos importantes, tanto na vida pessoal, quanto na vida pública.

Fizemos a opção de gastar mais tempo com debate teórico da situação no Rio de Janeiro, porque foi lá, na então capital do Brasil, que se concentraram todos os esforços da Igreja Católica. A fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro configurou-se como o expoente e modelo para que esse espírito se difundisse por todo o Brasil. Sendo assim, o caso do Rio transformou-se no modelo para todas as outras iniciativas que se alastraram em vários estados brasileiros para a fundação de mais universidades católicas, como em Olinda, São

Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás. A ação da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro ficou como o modelo a ser seguido pelas demais dioceses, num viés de modernização e apresentação de uma Igreja atuante, que assumiu seu protagonismo frente à laicização da sociedade, apresentando a sua proposta de formação do laicato, com a finalidade de atuação e transformação da sociedade brasileira nesse período da história.

CAPÍTULO III

DOM EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA E A EDUCAÇÃO EM GOIÁS

A partir deste capítulo, analisamos de maneira mais específica o nosso objeto de estudo: a atuação de Dom Emanuel na educação, principalmente na educação superior em Goiás. Este capítulo está subdividido em três partes: a primeira aborda os desafios que Dom Emanuel enfrentou no início do seu episcopado em Goiás, bem como as iniciativas tomadas em resposta a estes desafios; a segunda mostra o embate entre católicos e protestantes em Anápolis e como a educação foi uma via para esse combate; a terceira analisa os motivos que levaram o bispo a eleger a educação como uma das prioridades do seu governo, a fim de concretizar o projeto de restauração católica em Goiás.

3.1 A primeira fase do episcopado de Dom Emanuel em Goiás

O episcopado de Dom Emanuel em Goiás foi longo (1923-1955). Todavia, para fins de análise do objeto, os dados analisados inicialmente constituem-se de fatos ocorridos na primeira fase de seu governo episcopal, a fim de identificar suas prioridades à época. Inicialmente, o bispo dedicou-se à resolução de problemas mais graves, a saber: a grande crise financeira que a Igreja Católica em Goiás enfrentava, face as suas dívidas; e a criação de novas prelaças, que se tornaram uma constante no Brasil depois da separação entre Igreja e Estado, tendo em vista novo status de autonomia da Igreja. Devido ao contexto, a criação destas novas circunscrições eclesiais era necessária para manifestar e materializar territorialmente o poder simbólico da Igreja (ROSENDAHL, 2006). Quanto ao cenário, Gomes (2019, p. 150) acrescenta, ainda, o fato de que os limites geográficos da Diocese de Goiás eram de extensões continentais, com infraestrutura de estradas muito precária, o que dificultava o acesso e a comunicação entre as cidades, além da escassez de sacerdotes para uma diocese tão grande.

Neste sentido, a primeira fase de seu governo episcopal foi dedicada à resolução destes problemas. Trataremos brevemente destes aspectos no início desta seção. Na sequência, apresentaremos as prioridades do segundo momento de seu episcopado, quando foram enfatizadas, propriamente, as obras educacionais e consolidado um projeto maior de governo, além de autoafirmação da Igreja Católica em Goiás, foco da nossa pesquisa.

Em sua primeira carta direcionada ao clero diocesano, Dom Emanuel externalizou a situação econômica, fazendo aos vigários as devidas cobranças, principalmente para a manutenção do Seminário Santa Cruz.

Nos trinta dias de permanência nesta Capital tive ensejo de examinar minuciosamente o Archivo Diocesano, e em particular o que se refere as parochias em suas relações com a Cúria. Devo declarar que notei considerável atrazo no pagamento de suas contas, por parte de vários dos respectivos Srs. Vigários. Dentre esses débitos de duas proveniências distintas, uma *exjustitia*, outra *excaritate*, avulta a taxa anual de duzentos mil réis para a obra das vocações eclesiásticas e como auxilio directo a manutenção do nosso esperançoso Seminário de Santa Cruz, cujas condições financeiras são as mais precárias possíveis. Não posso absolutamente abrir mãos desse direito, Senhores Padres, e aos interessados, notifico acertem suas contas com a Cúria Diocesana e delas se desobriguem, quanto antes, afim de poupar a Cúria o desgosto da cobrança, de insistências e mesmo a publicação de nomes e cifras no organ Official Diocesano. Nesta data, 31 de agosto de 1923, a nossa Diocese deve a enorme importância de 74;500\$000 (setenta e quatro contos e quinhentos mil réis) como se verifica pelo livro de contas, aprovadas pela Comissão Canonica, acumulando sobre esse debito pesados juros. Para melhorar tão difficil situação financeira da nossa querida Diocese, estou certo, muito valerá além da indefectível Providencia Divina em que muito confiamos, a boa vontade do RR; Srs. Vigários cuja cooperação não deverá faltar (OLIVEIRA, 1923)⁵⁸.

Logo, para resolver esta crise econômica não seria suficiente apenas a cobrança aos vigários para que estes repassassem a porcentagem das suas paróquias à cúria diocesana. A saída encontrada por Dom Emanuel foi firmar com a Congregação do Santíssimo Redentor (redentoristas), que cuidava do Santuário do Divino Pai Eterno, em Barro Preto (atual Trindade), um novo contrato que previsse o repasse de 80% (oitenta por cento) das rendas do Santuário para a cúria diocesana. Situação esta que gerou grande conflito entre Dom Emanuel e a congregação religiosa, uma vez que esta não aceitava as condições impostas por Dom Emanuel, visto que tal condição contratual resultaria na perda de boa parte dos rendimentos do Santuário do Divino Pai Eterno.

Para resolver tal impasse, foi necessária a intervenção de várias autoridades religiosas do alto escalão da hierarquia católica, dentre elas: o Núncio Apostólico no Brasil, Dom Enrico Gasparri; o bispo de Mariana, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, que era irmão de Dom Emanuel e do cardeal brasileiro, Dom Sebastião Leme; e, por fim, a chancela do próprio Papa Pio XI (GOMES, 2019, p. 143).

O novo contrato entre a Diocese de Sat'Anna de Goiás e a Congregação do Santíssimo Redentor, após uma acalorada discussão, foi firmado em 1924. O contrato

⁵⁸ OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. *Carta aos vigários da diocese*. Goyaz, 31 de agosto de 1923. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

confiava aos redentoristas a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas e a administração espiritual e material do Episcopal Santuário da Santíssima Trindade. Conforme contrato, foram agregados ao patrimônio da Congregação do Santíssimo Redentor os terrenos anexados nos quais se localizavam as igrejas, local que deveria manter uma comunidade regular de padres, a saber: seis em Campinas e, no Santuário de Trindade, ao menos um sacerdote fixo, tendo o bispo diocesano, ou uma pessoa confiada por ele, a missão de fiscalizar todos os rendimentos que entravam no santuário.

Assim, resguardou o parágrafo IV do novo contrato:

O ordinário diocesano, por si ou por pessoa de sua inteira confiança, fiscalizará, nas normas do Direito Canônico, todas as entradas do Santuario, esmolas em dinheiro ou espécie, ex-votos, cera, animaes etc., que são de propriedade do Santuario, competindo ao Reitor ou Vigario ter escripturação de todo o movimento, espiritual e material. Nenhuma despesa extraordinária superior a quantia de um conto de réis poderá ser feita trimestralmente, sem a licença da Curia Diocesana (CONTRACTO, 1924)⁵⁹.

A estratégia de Dom Emanuel foi a de considerar o santuário como episcopal, o que lhe dava o direito de manter o santuário sob a tutela da diocese e, conseqüentemente, do bispo. O santuário de Trindade ficava, então, confiado aos cuidados dos redentoristas, mesmo não sendo posse deles. Esta estratégia permitiu ao bispo uma maior inspeção sobre o santuário e, é claro, o recebimento pela sua diocese de uma boa parte das entradas que antes era de domínio daquela congregação religiosa. Segundo Vaz (1997), a receita do Santuário de Trindade – fonte estável e farta de recursos – era o que precisava Dom Emanuel, em primeiro lugar, para pagar as dívidas existentes, custear e manter a diocese e, depois, para realizar os investimentos que a Igreja Católica carecia em Goiás.

As décadas de 30 e 40 comprovam essa assertiva. Inúmeras foram as igrejas e capelas construídas, além da fundação de novos colégios, do lançamento de um novo jornal diocesano e da vinda de várias outras ordens e congregações religiosas. Realizações materiais em valores e quantidades nunca vistos na história da Igreja católica em Goiás (VAZ, 1997, p. 218).

Pela afirmação acima, podemos ver claramente que a Igreja Católica valeu-se da sua separação do Estado Brasileiro para expandir sua atuação no território brasileiro. Este foi um efeito positivo da laicização para a Igreja, ou seja, a expansão territorial livre das rédeas do Estado. A independência que a Igreja adquiriu após a sua separação do Estado deu a ela a possibilidade de investimentos que antes ela não poderia fazer.

⁵⁹ *Contracto entre a Mitra de Sant'Anna de Goyaz e a Congregação do SS. Redemptor (Redemptoristas) da província Bavarra*. 1924 p. 2. Arquivo Secreto do Vaticano.

Pela experiência administrativa e política que teve como padre e secretário de Estado, Dom Emanuel soube colocar em prática essas aptidões durante o seu episcopado, não só para resolver de maneira imediata os problemas existentes, mas para consolidar um projeto de igreja que fosse forte, atuante e combatente. E, para que isso acontecesse, ele precisava de fontes que possibilitassem à Igreja Católica uma independência financeira, até mesmo para fazer os investimentos futuros. Neste caso, a sua atuação no campo da educação irá compor a segunda fase de seu governo como forma de manifestar este projeto de Igreja. Portanto, apresentar sinteticamente esse embate com os redentoristas no início do seu episcopado faz-se necessário, pois essa ação refletirá no futuro de sua atuação, objeto de nossa pesquisa.

Como falamos anteriormente, o processo de laicização teve também suas consequências positivas para a Igreja. Uma delas foi a sua independência administrativa e organizacional, que muito colaborou na sua estratégia de restauração e expansão no Brasil. Com a separação entre Igreja e Estado, fruto da Proclamação da República, a Igreja pôde avançar na sua nova organização, a partir de diversas iniciativas, dentre as quais podemos destacar: a vinda de novas congregações religiosas para o Brasil, ampliação da rede paroquial, a expansão do sistema educacional católico, bem como a criação de novas dioceses e prelazias. Quanto a estas últimas, possível graças ao fim controle político que à época controlava a criação destas. Assim, a Igreja passou a ter mais liberdade. Pela tabela abaixo veremos como seu deu esse avanço.

Tabela 2 : Criação de Dioceses no Brasil por Regiões- até 1930.

	1551	1676-1677	1719-1745	1848-1854	1890-1930	Total
Amazônia	-	-	1	-	8	9
Nordeste	1	2	-	1	18	22
Sudeste	-	1	2	1	27	31
Sul	-	-	-	1	9	10
Centro-Oeste	-	-	2	-	6	8
Total	1	3	5	3	68	80

Fonte: CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais), 2000

De acordo com os dados apresentados, durante o período colonial foram criadas nove dioceses no Brasil; no período imperial, apenas três; já entre a Proclamação da República e 1930, foram criadas 68. Esse avanço visava expandir o raio de ação da Igreja no território brasileiro. Segundo Rosendahl e Corrêa (2006), essa ação respondia a uma iniciativa da Santa Sé que tinha por finalidade evidenciar a missão espiritual da Igreja. Com a laicização, a Igreja Católica passou a ser uma organização paralela ao Estado. A criação das novas dioceses e

prelacias revelava a apropriação de grandes espaços de propagação da fé católica para que esta fosse a religião hegemônica até meados do século XX.

Assim, a diocesanização do catolicismo no Brasil, como parte de um movimento internacional de reorganização da Igreja Católica Apostólica Romana, apresentou-se na condição de estratégia eclesial fundamental para ampliar a presença eclesial na sociedade brasileira, respondendo às demandas da Cúria Romana e às necessidades sociopolíticas e religiosas específicas de cada unidade federativa da República brasileira. A diocesanização indicou ainda a ambígua e tensa relação da Igreja Católica com a modernidade, afinal, ela incorporou muitas de suas novidades científicas e tecnológicas, mas combateu as suas repercussões morais e religiosas (AQUINO, 2012, p. 158-159).

A iniciativa por parte da Igreja Católica, na criação das novas dioceses e prelacias durante a primeira república, tinha como intenção criar uma rede de capilaridade por todo o país, desde as regiões mais promissoras até as mais pobres e periféricas. Ainda conforme Aquino (2012, p. 159), a Igreja Católica obteve sucesso com essa empreitada, a qual resultou em um bem-sucedido movimento de construção institucional, que se tornou o suporte para a consolidação do projeto de restauração católica, segundo as normas europeias, possibilitando uma nova forma de relação com o Estado, que acontecia pela via colaborativa.

Diante de todos esses acontecimentos, Goiás não ficou de fora. Sendo assim, no primeiro quartel do século XX, foram criadas duas novas dioceses, que se desmembraram do território da diocese de Goiás. No governo de Dom Eduardo Duarte e Silva, em 1907, o Papa Pio X criou a diocese de Uberaba e, no governo de Dom Prudêncio Gomes da Silva, em 1915, o Papa Bento XV criou a diocese de Porto Nacional.

Mesmo com a criação dessas duas dioceses (Uberaba e Porto Nacional) no governo dos antecessores de Dom Emanuel, a diocese de Goiás ainda tinha um vasto território geográfico⁶⁰. Além disso, nesse período da história outros motivos agravavam esta condição, como a má qualidade das estradas, por exemplo, que dificultava o transporte e o deslocamento entre uma região e outra, ocasionando uma comunicação escassa e precária. Outro fator que contribuiu para a criação de novas dioceses/prelacias foi o crescimento demográfico. Conforme dados do IBGE (1956), a população de Goiás, em 1890, era de 227.572 habitantes, em 1920, esse número chegou a 511.919 habitantes⁶¹. Portanto, em um prazo de trinta anos, a

⁶⁰ No final do século XIX, a diocese de Goiás, de um extremo ao outro, compreendia uma área de 617.937 Km², quase o tamanho da França. Uma região que hoje corresponde aos estados de Goiás, Tocantins e o Triângulo Mineiro. Cf. GOMES, Vanessa Carnielo Ramos. *Dom Emanuel Gomes de Oliveira e a educação em Goiás (1923-1947): Entre a Igreja e o Estado*. Tese de Doutorado. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2019. p. 144.

⁶¹ IBGE- Conselho Nacional de Estatística- Serviço Nacional de Recenseamento. *Estado de Goiás, Censo Demográfico*. Série Regional. VI. XXX, Tomo 1. Rio de Janeiro, 1956. p. 1.

população goiana mais que dobrou. Criar novas prelazias fazia-se, então, necessário para corresponder a esse crescimento demográfico.

Desta forma, Dom Emanuel articulou essas demandas junto à Santa Sé por intermédio da Nunciatura Apostólica no Brasil, na qual ele havia trabalhado como auditor para a criação de três novas prelazias⁶² em Goiás. Sem dúvida, sua atuação como padre na nunciatura abriu-lhe um leque de conhecimento na área da diplomacia e no funcionamento administrativo da Igreja.

A primeira prelazia criada foi a de São José do Alto Tocantins, aprovada pelo papa Pio XI, em 25 de julho de 1924, e confiada à congregação dos padres claretianos. Essa prelazia ficava mais ao norte do estado e os seus limites confrontavam com os da diocese de Porto Nacional. Seu primeiro prelado foi o claretiano Francisco Ozamiz. Em 1957, essa prelazia foi extinta com a criação da Diocese de Uruaçu. Dois anos depois, Pio XI aprovou a criação da Prelazia de Sant'Ana da Ilha do Bananal, em 31 de julho de 1926, região formada pelos dois braços do rio Araguaia, totalmente habitada por índios e que estava completamente desassistida, ficando aos cuidados do prelado vizinho, Francisco Ozamiz. Seus limites geográficos chegavam aos da prelazia de São José do Alto Tocantins e, posteriormente, essa prelazia foi anexada à diocese de Porto Nacional e extinta em 1956, com a criação da Prelazia de Cristalândia. A terceira prelazia criada foi a do Divino Espírito Santo, de Jataí, em 21 de junho de 1929, também com a aprovação de Pio XI. Essa prelazia ficava na região sudoeste do estado de Goiás, na parte extrema, limitando-se com Minas Gerais, cujas cidades principais eram Jataí, Rio Verde, Mineiros e Caiapônia. Ela foi confiada à Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, da província espanhola. Seu primeiro prelado foi frei Germano Veja Campón (PRADA, 1979).

Em 1930, uma tratativa para a criação de uma quarta prelazia chegou a ser discutida, todavia não chegou a ser concretizada. A princípio, essa prelazia seria entregue à Ordem dos Pregadores (dominicanos), que já residiam em Formosa, como relata uma carta de frei Vicente Maria Moreira⁶³ a Dom Emanuel. O frei enumerou as dificuldades que os dominicanos teriam ao assumirem a nova prelazia devido ao número reduzido de frades na província. Sugeriu então ao bispo que trouxesse os dominicanos que estavam na cidade de Goiás para reforçarem a nova missão. A demarcação do território da nova prelazia seria

⁶² A prelazia territorial é uma determinada porção do povo de Deus, territorialmente delimitada, cujo cuidado é confiado a um Prelado, que governa como seu próprio pastor, à semelhança do Bispo diocesano. Cân. 370. *Código de Direito Canônico*, promulgado por João Paulo II, Papa; Tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 2011. p. 197.

⁶³ MOREIRA, Frei Vicente Maria. *Carta dirigida a Dom Emanuel*. Santa Luzia, 20 de março de 1930. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

composta pelos municípios de Formosa, Catalão, Ipameri, Santa Luzia, Corumbá, Planaltina e Cristalina. Essa iniciativa teve apelo popular sendo apoiada pelas lideranças civis, militares e políticas da região, que chegaram a constituir uma comissão que tinha como finalidade trabalhar “pela criação da futura prelazia e angariar bens e donativos para formar o patrimônio da mesma”⁶⁴.

Podemos constatar que essas novas prelazias, na dimensão geográfica, estavam todas nos extremos dos antigos limites que demarcavam o território da diocese de Goiás, ou seja, eram regiões de fronteiras, logo, com condições econômicas e sociais mais precárias. Após esse novo dimensionamento dos limites da diocese, veremos que a diocese de Goiás ficou com a região centro-sul do estado, onde havia maior desenvolvimento. Neste sentido, entendemos que Dom Emanuel tirou do seu território as partes mais pobres, passando estas às novas prelazias, ficando ele como bispo da região mais promissora, que tinha maior progresso como mostra a tabela abaixo:

Tabela 3: Goiás - População, Rebanho e Produção Agrícola por Regiões em 1920.

	Nº Cidades	População	%	Rebanho (cabeças)	%	Prod. Agrícola (toneladas)	%
1- Norte	11	115.159	22,5	910.833	23,4	12.374,4	6,2
2- Nordeste	11	78.978	15,4	597.910	15,4	12.554,8	6,3
3- Centro	12	130.563	22,5	803.208	20,6	48.670,8	24,3
4- Sul	11	155.433	30,4	973.150	25,1	105.807,3	52,9
5- Sudoeste	04	31.786	6,2	604.230	15,5	20.508,4	10,3
Totais	49	511.919	100,0	3.889.331	100,0	199.915,7	100,0

Fonte: Vaz, 1997

Segundo Vaz (1997), o advento da estrada de ferro na região sul de Goiás possibilitou um maior desenvolvimento econômico dessa região que, conseqüentemente, gerou um aumento da arrecadação das paróquias que lá estavam. Desta forma, cada paróquia deveria enviar uma porcentagem dessas entradas para a Mitra Diocesana, que colaborava diretamente para sua manutenção. De acordo com o livro contábil de 1929, enquanto as paróquias da região sul – Bela Vista, Anápolis, Campinas, Bananeiras e Ipameri – pagaram à Mitra 11:775\$00, as paróquias de outras regiões – como as de Santo Antônio, São José de

⁶⁴ARAÚJO, Dr. Joaquim Machado de. *Carta do Presidente da Comissão para Dom Emanuel*. Santa Luzia, 30 de março de 1930. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

Mossâmedes e Santa Cruz – pagaram apenas 2:185\$000⁶⁵. Por esses dados, podemos diagnosticar os interesses de Dom Emanuel em ficar com a parte sul de Goiás.

Além disso, todas as prelazias recém-criadas foram confiadas às ordens e/ou congregações religiosas, como vimos acima. Essa prática foi muito utilizada pela Igreja em terras de missão, não só pela escassez de clero nativo local, mas, também, porque grande parte das congregações ou ordens religiosas possuía condições econômicas mais estabilizadas e estruturadas, sendo donas de grandes patrimônios e recebendo ajudas constantes vindas de suas casas gerais, que estavam na Europa. Isso possibilitou que estas arcassem com os custeios financeiros e materiais de seus prelados nessas regiões mais pobres, podendo, assim, manter o funcionamento e desenvolvimento das novas prelazias.

O êxito na criação dessas prelazias se deve, como afirmamos anteriormente, à influência de Dom Emanuel junto à Nunciatura Apostólica no Brasil. Em 18 de novembro de 1932, o papa Pio XI, pela bula *Quae in facidiorem*, elevou a Diocese de Sant’Ana de Goiás à condição de Arquidiocese, sendo Dom Emanuel o primeiro arcebispo da nova circunscrição eclesiástica, que até o momento estava subordinada à Arquidiocese de Mariana. Assim, Dom Emanuel tomou posse como o primeiro arcebispo, em 16 de abril de 1933, na Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, na cidade de Goiás, que até então servia de catedral provisória. Essa nomeação eclesiástica refletia o prestígio angariado por Dom Emanuel junto à Santa Sé, em Roma, em virtude dos seus trabalhos já realizados em prol da Igreja. Além disso, há outro fator interessante, o arcebispo de Mariana era seu irmão, Dom Helvécio, e foi ele quem fez o pedido ao papa para esse desmembramento e elevação, pois toda essa região de Goiás era sufragânea à Mariana-MG. Dom Emanuel recebeu o pálio⁶⁶ das mãos do cardeal Dom Leme, em 13 de agosto de 1933, no Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora, em Niterói. Ele foi o primeiro e único arcebispo de Goiás, pois, com a criação de Goiânia, houve uma reconfiguração das circunscrições eclesiásticas do estado, passando o título aos arcebispos da Arquidiocese de Goiânia, onde estava a nova capital. Segue um trecho da carta-pedido de Dom Helvécio ao Nuncio Apostólico:

Parecendo agora oportuno o ensejo e depois de maduro exame do caso e suas circunstancias, compareço a presença de V. Excia. afim de rogar ao eminente Embaixador da Santá Sé Apostolica no Brasil, queira transmitir ao SS. Padre o meu pedido e parecer acerca das conveniências de ser elevada a dignidade de Metropole

⁶⁵ Livro contábil “*Receita e despesas da Mitra do Bispado de Goiás. 1926-1954*”. Arquivo da Cúria Metropolitana de Goiânia.

⁶⁶ O pálio - derivado do latim *pallium*, manto de lã - é uma vestimenta litúrgica usada na Igreja Católica, consistindo de uma faixa de pano de lã branca que é colocada sobre ombros dos Arcebispos.

a antiga sé Episcopal de Goyaz, até agora sufragânea a esta Provincia Ecclesiastica de Marianna (OLIVEIRA, 1931)⁶⁷.

Neste mesmo pedido, Dom Helvécio exaltou a figura de seu irmão, Dom Emanuel, bem como seus feitos, para que o pedido fosse aprovado:

O Estado de Goyaz, de território imenso, com cerca de 800 mil klms. Quadrados, de uma população nunca inferior a meio milhão de catholicos, com a profícua e sábia administração do seu Exmo. Ordinario, D. Emmanuel Gomes de Oliveira, da Pia Sociedade Salesiana, teve nestes últimos anos um surto maravilhoso em sua vida religiosa, com as incessantes Visitas Pastoraes de Sua Excia. como a construção de um importante e moderno Gymnasio Diocesano já em pleno funcionamento, com a demarcação e valorização de imensos patrimônios na freguezia da SS. Trindade, e outras; com as vultosas Obras da primitiva Cathedral suspensas havia dezenas de anos e já bem adeantadas, e sobretudo, com a providencial divisão do território em varias Prelazias e Diocese; com o regular funcionamento do pequeno Seminario em plena florescia, havendo Sua Excia. Rvma. Tomado o accertado alvitre de encaminhar para o grande Seminario Provincial de Marianna os seus melhores alunos do Curso Superior, vários dos quaes recém-ordenados em 1928 e 29 (OLIVEIRA, 1931)⁶⁸.

A terceira urgência do início do episcopado de Dom Emanuel foi suprir a escassez do clero local diante de uma diocese de grandes extensões. A saída encontrada pelo bispo foi dupla: por um lado, a reestruturação do Seminário Santa Cruz para a formação do clero diocesano local e, por outro, a chegada de novas congregações religiosas para assumirem as paróquias.

O cenário caótico da economia diocesana que Dom Emanuel encontrou no início do seu episcopado, como mostramos acima, era evidente. O Seminário Santa Cruz era o que gerava maior despesa para a diocese. Sendo assim, foi nele que o bispo procurou fazer a sua primeira intervenção, atendendo, ao mesmo tempo, à necessidade de um seminário que estivesse em pleno vigor e que pudesse cumprir sua finalidade, que consistia na formação do clero diocesano. “Dom Emanuel encontrou o Seminário Santa Cruz em situação aflitiva, com os alunos tomando refeições em casa de famílias religiosas da capital. No mesmo ano da chegada do novo bispo, ficava sem os seus administradores e professores da congregação do verbo divino” (VAZ, 1997, p. 207).

A primeira atitude de Dom Emanuel, nesse contexto, foi a de fechar temporariamente o Seminário Santa Cruz e enviar seus seminaristas para estudar em Mariana, na diocese de Dom Helvécio, seu irmão, a qual possuía maiores estruturas. Enquanto isso, Dom Emanuel ganhou tempo para capitalizar recursos e reestruturar o seminário, principalmente depois do

⁶⁷ OLIVEIRA, Helvécio Gomes de. *Carta ao Núncio Apostólico*. Marianna, 5 de Abril de 1931. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

⁶⁸ *Ibid.* p. 1.

novo contrato firmado com os padres redentoristas, o que possibilitou um número maior de entradas para a diocese. Em 1926, com a mudança de sua residência para Bonfim (atual Silvânia), o bispo mandou construir um novo prédio para abrigar o seminário Santa Cruz, pois era de prâxis que o seminário estivesse onde o bispo estava. Esse novo prédio foi inaugurado em 1940. Monsenhor Nelson Fleury (2010), em suas memórias, nos apresenta alguns detalhes interessantes desse processo:

No começo de 1940, o Mons. Abel, que estava exercendo o ministério sacerdotal como vigário geral da Arquidiocese de Goiás e de pároco de Nossa Senhora Auxiliadora, primeira paróquia da nova capital, foi convocado pelo arcebispo para organizar a reabertura do tradicional seminário de Goiás, o Santa Cruz de Muitas Glórias, agora na cidade de Bonfim. O Senhor Arcebispo escolheu o lugar do novo prédio. Acima da estação da Estrada de Ferro, numa altitude de mais de mil metros acima do nível do mar. A construção do novo seminário ocupou todo o ano de 1940. As pedras 'tapiocanga' vieram de uma fazenda próxima. Os tijolos e as telhas, de Anhanguera, trazidas pela ferrovia. Os grandes construtores foram o Sr. Golla, de Campinas (SP), e o competente pedreiro Flávio Nogueira. Enquanto se levantavam as novas instalações, o Seminário funcionou durante todo o ano, em duas amplas residências, na cidade, cedidas por benfeitores amigos do Arcebispo. Numa funcionavam as salas de aula, a cozinha e os recreios. Na outra tínhamos o dormitório, os banheiros e a capela. Nestas casas se abrigavam muito bem os mais de vinte seminaristas menores da Arquidiocese. Os seminaristas maiores continuaram em Mariana e Diamantina. No fim do ano, inauguramos as novas instalações do Santa Cruz, nessa nova etapa de sua já longa existência (FLEURY, 2010, p. 25-26).

Mesmo sendo um bispo oriundo de uma ordem regular, Dom Emanuel se preocupou com a formação do clero secular e isso era demonstrado através da reestruturação e manutenção do Seminário Santa Cruz, pois seria ali o local de formação dos padres diocesanos. Por exemplo, em 1947, havia em Goiás 18 padres seculares, sendo nove deles ordenados por Dom Emanuel, entre eles, os monsenhores Domingo Pinto de Figueiredo, Abel Ribeiro Camelo, o cônego José Trindade da Fonseca e Silva e o padre Francisco de Sales Peclat (PINHEIRO, 2015, p. 22). Com essa iniciativa, o bispo almejava a formação de um clero nativo para sua diocese e que tivesse um melhor preparo para assumir sua missão. Além da reestruturação do Seminário Santa Cruz, Dom Emanuel incentivou a “Obra das Vocações Sacerdotais”, que tinha por finalidade mobilizar os padres e leigos para colaborarem de maneira regular e frequente com as despesas da formação sacerdotal. Além disso, criou o seminário preparatório Jesus Adolescente. Outra iniciativa do bispo foi a de incentivar a descoberta de novas vocações sacerdotais por parte dos párocos, os quais deveriam fomentar tais vocações⁶⁹. Ter um clero local maior e bem formado contribuiria para uma melhor

⁶⁹ Circular número 7 “O Sr. Arcebispo Metropolitano e a Obra das Vocações Sacerdotais”. Bonfim, 31 de outubro de 1940. p. 3. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

atuação e presença da Igreja, bem como para a perpetuação de seu poder doutrinário em meio à população goiana, frente ao projeto de sacralização da sociedade que se desejava manter e que se opunha à recente laicização.

Mesmo com todas essas iniciativas para a formação do clero diocesano, os resultados alcançados ainda estavam aquém daquilo que a diocese precisava. Sendo assim, a saída encontrada por Dom Emanuel foi aquela já feita pelos seus antecessores: trazer congregações religiosas para assumirem os serviços religiosos, principalmente nas paróquias, para cuidar do povo que lá estava. Entre elas, destacamos: a congregação dos padres salesianos, da qual Dom Emanuel fazia parte, que chegou a Bonfim em 1929; os padres estigmatinos, que vieram para Morrinhos em 1936; e os franciscanos, que se estabeleceram em Anápolis em 1944. Além de assumirem as paróquias, essas congregações tiveram uma importante participação no projeto educacional organizado por Dom Emanuel, que trataremos na próxima seção.

3.2 Laicização e avanço do protestantismo em Goiás: principais desafios à Igreja Católica goiana

Outro grande desafio que Dom Emanuel enfrentou foi a consolidação e crescimento do protestantismo em Anápolis, precisamente em relação às obras que a igreja protestante realizou na cidade na área da saúde e educação. Em nossa pesquisa, constatamos que, em Anápolis, os protestantes criaram, em 1927, o Hospital Evangélico Goiano, em 1932, o Colégio Couto Magalhães e, em 1933, a Escola de Enfermagem Florence Nightingale. Diante desses acontecimentos, Dom Emanuel agiu de maneira ofensiva para a consolidação de uma presença mais consistente e atuante da Igreja Católica nesta cidade, principalmente com vistas à atuação na educação e combate à educação protestante. Além disso, percebemos que o projeto da criação de um grande hospital católico na nova capital e a existência de um curso de Enfermagem sob a administração católica, como apresentaremos no próximo capítulo, era uma forma de coibir a atuação protestante, que criou um hospital e um curso de enfermagem antes mesmo da Igreja Católica, os quais se consolidaram de tal forma que se tornaram referência no Estado de Goiás. Nesta seção, veremos como se deu esse embate que colaborou para a consolidação da Santa Casa de Misericórdia e dos primeiros cursos superiores sob a tutela da Igreja em Goiânia.

Um dos maiores desafios enfrentados pela Igreja Católica nas primeiras décadas do século XX no Brasil foi o da propagação dos protestantes, que aqui se estabeleceram desde o

século XIX. Três eram os principais motivos para esse combate, conforme alerta Baldino (1991):

O princípio fundamental era a consideração da crença protestante como uma heresia. Tratava-se, portanto, de uma doutrina reprovada pela Igreja, sendo seus adeptos destinados à condenação eterna. Como segunda razão estava a maior abertura protestante para a educação sexual, a valorização da mulher e a democracia liberal, aspectos esses combatidos pela instituição católica como contrários à doutrina de Cristo. Finalmente, os protestantes eram acusados de defender a hegemonia pró norte-americana no país, contrariando os interesses brasileiros (BALDINO, 1991, p. 154).

Baseados nesses valores confessionais, os bispos católicos promoveram iniciativas para coibir a ação dos protestantes e, ao mesmo tempo, exortar os católicos a não terem contato com essa “religião”, bem como não matriculem seus filhos em colégios protestantes. De acordo com o padre Lombaerde (1936), os chamados “evangélicos” disseminam o ódio contra os católicos em suas escolas, e do Evangelho só tem o nome. Segundo o padre, os pastores protestantes queriam ganhar a confiança do povo brasileiro por meio de seus colégios para, através destes, propagarem suas doutrinas e “revoltas”, impondo, assim, os ideais norte-americanos. O padre ameaçava os pais, dizendo que, caso eles colocassem seus filhos em escolas protestantes, iriam direto para o inferno. A partir das considerações do referido padre, percebemos como foi acirrado o conflito entre católicos e protestantes nesse período da história.

Os primeiros missionários protestantes que chegaram ao Brasil eram de descendência inglesa ou norte-americana, e traziam consigo os ideais de progresso tecnológico e educacional, que já eram bem avançados em seus países de origem. Frente a um Brasil “atrasado”, o protestantismo também se tornou uma proposta atraente para o progresso. Nessa ótica, uma parcela da culpa por este atraso era arrogada à Igreja Católica. Na segunda metade do século XIX, o protestantismo e a Maçonaria realizaram uma aliança para duas finalidades: primeiro, pelos interesses políticos e econômicos entre ambos; e segundo, para confrontar a Igreja Católica, que fora uma das instituições mais fortes durante o período imperial. Muitos desejos eram comuns entre a Maçonaria e o Protestantismo (VIERA, 1980). Ambos lutavam pelo fim da monarquia e concretização da república, pela abertura de mercado, legitimação da maçonaria junto à sociedade brasileira, bem como implantação de uma política futurista para o Brasil. Por isso, os missionários protestantes vindos dos Estados Unidos criaram escolas e colégios com o desejo de conquistar mais espaço na sociedade brasileira, logo esses colégios se tornariam espaços para uma religiosidade que fosse mais racional, desenvolvimentista e menos supersticiosa.

Por detrás da ação educacional protestante, encontramos um pano de fundo político e econômico. O protestantismo norte-americano consistia em uma religião que se fundia com os ideais de liberdade individual e de democracia política, o qual formava um todo envolto por uma inflexível fé na educação, afirma Ramalho (1975, p. 79). A educação protestante tinha a finalidade de propagar o evangelho, principalmente entre a elite emergente, com o desejo de preparar os protestantes para viverem em um nível econômico mais alto, que fosse capaz de manter a igreja e influenciar diretamente a sociedade. Portanto, era necessário possibilitar uma educação de nível espiritual e moral bem mais alto do que àqueles das escolas católicas e públicas e, assim, preparar líderes para suas igrejas com a finalidade de propagação de suas doutrinas e cooperação para o progresso da cultura e da nação (MATOS, 1999).

No início do século XX no Brasil os colégios protestantes avançaram e cresceram em várias regiões. Esses colégios trouxeram novas práticas para a educação, muitas delas em consonância com aquelas propostas pela Escola Nova, tais como: a co-educação, misturando meninos e meninas na mesma sala; método intuitivo da leitura silenciosa, no lugar da decoração sem raciocínio; e o combate ao preconceito seja de sexo, raça, religião ou política. Além de preservar uma visão democrática da educação, devendo ser esta um direito do indivíduo, logo, acessível a todos.

Essa forma de agir do protestantismo atendia às necessidades da classe média emergente, pois dizia que formaria a nova elite republicana, uma vez que seus princípios baseavam-se na liberdade, solidariedade, cidadania, entre outros. Isso fez com que o ensino protestante fosse bem aceito por uma grande parcela da sociedade, gerando, conseqüentemente, sua expansão. O próprio Fernando de Azevedo, signatário da Escola Nova, via com bons olhos a educação protestante no Brasil:

Nenhum fermento novo se introduziu na massa do ensino, a não ser o que se preparava nos colégios leigos ou se formava, nos fins do Império, com o aparecimento das primeiras escolas protestantes, como a Escola Americana, fundada em 1870[...], “Mackenzie College”, ou o Colégio Piracicabano (1881), para meninas, em São Paulo, e o Colégio Americano (1885), em Porto Alegre, [...] de iniciativa dos metodistas [...] (AZEVEDO, 1958, p. 601).

Neste sentido, podemos concluir que a educação protestante tinha como foco as elites emergentes, atendendo, assim, aos ideais das classes republicanas da época, já que possibilitariam uma educação que transformasse a sociedade, sendo a via mais eficaz para enfrentar e solucionar os problemas nacionais. Isso nos leva a compreender como os ideais da educação protestante se assemelhavam com os da Escola Nova, pois seria uma educação que formaria o cidadão a partir da valorização da ciência e aperfeiçoamento de uma cultura

letrada, tornando-se, assim, uma “solução” para os problemas do Brasil (CORDEIRO, 2005, p. 174).

O protestantismo no Brasil encontrou, na nova classe média que emergia e na maçonaria, companheiros fiéis para uma “união estável”, que se solidificaria para sua expansão no país, pois muitos dos missionários protestantes eram também maçons. Aliança esta que, como já observamos, remonta ao século XIX, mas que se consolida no século XX (VIEIRA, 1980). Havia certa sintonia nos seus ideais políticos, filosóficos e religiosos, tais como: um sistema republicano para um estado laico; uma filosofia marcada pelas ideias positivistas; um liberalismo econômico e uma conduta anti-clerical e anti-católica. Diante desses pensamentos, vimos que as ideias que o Papa Pio XI trouxe na encíclica *Divini Illius Magistri* representavam uma forma de responder e rebater esse sistema, que já se concretizava no Brasil.

Desse modo, de 1930 a 1950 tivemos uma grande expansão das escolas católicas em todo Brasil, pois o campo educativo tornar-se-ia a via mais eficaz para se opor ao avanço dessas ideias e, conseqüentemente, contestar o protestantismo, aplicando as orientações do Papa Pio XI. A atuação das congregações religiosas foi de fundamental importância para essa iniciativa, pois em muitos lugares foram elas que assumiram as escolas criadas e estabeleceram um ensino católico consistente diante da realidade que os interpelavam. É interessante ressaltar que essas escolas não eram fundadas apenas nos centros urbanos, mas, também, nas pequenas cidades e povoados.

O protestantismo chegou a Goiás no final do século XIX. Inicialmente se consolidou na cidade de Santa Luzia (atual Luziânia), com a presença presbiteriana vinda da região de Paracatu-MG. Segundo Araújo (2004), o protestantismo era propagado por meio da colportagem, que consistia na prática da visitação às famílias, fazendo a divulgação da Bíblia e da literatura protestante às pessoas visitadas.

Com a consolidação da República no Brasil, o país se tornaria laico e o regime que prevaleceria seria a liberdade de culto. Mesmo em um Brasil prioritariamente católico, aos poucos o protestantismo foi se alastrando por diversas regiões. E, em Goiás, não foi diferente. Essa propagação incomodou a Igreja Católica, desde os tempos de Dom Prudêncio Gomes de Oliveira, sexto bispo de Goiás (1907-1921), que escreveu uma carta pastoral conclamando toda sua diocese sobre o “perigo” do protestantismo, na qual afirmava que “entre as muitas e graves preocupações que pesam sobre nós no governo das almas, queridos cooperadores e filhos diletos, há um que atualmente nos incomoda de preferência: é a expansão da propaganda protestante em nosso meio” (SILVA, 1918, p. 01).

Com desejo de combater a colportagem, Dom Prudêncio exortava os fiéis na carta:

Cerrai, todos vós, os ouvidos a qualquer propaganda que pastores ou agentes do protestantismo tentem fazer entre vós, já fora, já dentro das vossas casas, onde tendes direito e dever de proibir lhes até qualquer conversação sobre esse assumpto. Não aceitais, e muito menos percorrais com a vista, com intuito de ler Bíblias ou livros sagrados falsificados e livros, folhetos e jornais que tratem de propaganda protestante, inutilizando ou entrega para vosso vigário, qualquer publicação que tenhais por ventura nesse sentido, e isto quanto antes” (SILVA, 1918, p. 18-19).

Na fala do bispo, percebemos quão indigesta para a Igreja Católica se tornou a presença e a atuação dos protestantes em Goiás. A Igreja Católica goiana promoveu diversas iniciativas com o intuito de coibi-los. No que diz respeito à educação, nesta mesma carta, Dom Prudêncio exortou os católicos a não colocarem seus filhos em escolas protestantes.

E como a propaganda protestante se faz de muitos modos, cuidado com o collegios e escolas fundadas ou dirigidas por ministros adeptos do protestantismo, não consentindo sob pretexto que algum de vossos filhos ou pessoas de vossa jurisdição frequentem taes institutos, embora afirmem os directores e professores que nada ensinam sobre Religião e realmente nada ensinem. Mesmo nesta hypothese, não é fictício porém tal o perigo que correm os alunos em qualquer escola protestante ou de protestantes, ou somente dirigida por protestantes, pois a experiência tem mostrado que não é somente pelo ensino proposital que se inocula uma idéa principalmente nas creanças, e que um gesto, um olhar, um sorriso malicioso e, sobretudo o exemplo, influem poderosamente nessas intelligencias que apenas se desabrocham (SILVA, 1918, p. 19).

Nesta perspectiva, Araújo (2004, p. 61) afirma que esse modo indireto de agir do protestantismo na educação, de não propor, primeiramente, um ensino confessional com a finalidade de catequisar, seria uma forma de contrapor as escolas paroquiais. Acreditamos também que essa conduta mais discreta por parte dos protestantes se tornaria uma estratégia para melhor aceitação de suas instituições educacionais, sabendo que a grande maioria da população se dizia católica. Logo, deveriam agir com cautela, para assim alcançarem o apreço e aceitação das pessoas, com o objetivo de se consolidar onde estavam e, conseqüentemente, disseminar suas ideias e princípios.

No início do século XX, o protestantismo se propagou por várias cidades de Goiás. Além de Luziânia, os protestantes estabeleceram-se em Bonfim (atual Silvânia), Anápolis, Ipameri, Cristinópolis, Goiandira, Pires do Rio, Catalão, Morrinhos, Goiânia, entre outras. No campo da educação protestante, Anápolis foi a região que mais se desenvolveu. Desde 1922 encontramos a presença dos protestantes em Anápolis: em 1926 fundaram o Instituto de Ciências e Letras de Anápolis, comparado a uma Escola Normal; em 1932 o Colégio Couto Magalhães e a Biblioteca Pública de Anápolis “Arlindo Costa”; em 1933 a Escola de

Enfermeiras Florence Nightngale, reconhecida por Pedro Ludovico Teixeira em 1937, além de um Hospital Evangélico.

Diante dessa expansão, Dom Emanuel viu na instrução católica uma via para combater o protestantismo em Goiás. Em carta⁷⁰ enviada ao Núncio Apostólico no Brasil, Dom Henrique Gasparri, para informar-lhe sobre os protestantes em Goiás, Dom Emanuel dizia que a principal forma de propaganda dos protestantes no Estado dava-se por meio da distribuição de folhetos.

Ainda conforme Dom Emanuel, eles visitavam, preferencialmente, os lugares que não tinham paróquia e sempre procuravam comprar um imóvel, casa ou terreno para fazerem suas igrejas. “O resultado é em geral insignificante e reduz-se a alguns pontos a duas ou três pessoas. Mesmo os adeptos muitas vezes perdem dentro em pouco o primeiro fanatismo e tornam-se completamente indiferentes” (OLIVEIRA, 1924, p. 1). Dom Emanuel dizia que eles atingiam as pessoas de classes sociais mais baixas, uma vez ou outra, algum fazendeiro. O bispo ressaltava na carta que a escassez de padres era uma das razões mais graves para a proliferação do protestantismo em Goiás. Portanto, a estratégia dele foi buscar sacerdotes estrangeiros e membros de congregações religiosas para ajudarem nos serviços paroquiais e criar mais institutos católicos para a educação da juventude em ambos os sexos.

Actualmente existem as congregações religiosas seguintes: Congregação dos Padres Dominicanos, Congregação do SS. Redemptor, Agostinianos e Salesianos, encarregados da catechese em geral e serviços parochiaes e Seminário Diocesano. As Congregações de Irmãs Franciscanas, Filhas de Jesus e Agostinianas mantem ao todo oito coleegios de instrução secundária e primária e administram duas Santas Casas, um Orphanato e um Asylo de mendicidade (OLIVEIRA, 1924, p. 2).

Como já afirmamos anteriormente, Anápolis foi um dos focos mais importantes para o protestantismo no campo da educação em Goiás. Logo, Dom Emanuel preocupou-se em trazer congregações religiosas para atuarem nesta cidade, sobretudo, na educação. Em 1934, ele convidou as Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora para Anápolis. Em sua carta à Madre Superiora ele disse: “a acção protestante maléfica que infelizmente ali assentou suas tendas com escola mixta para creanças, hospital com escola de enfermeiras, catechistas e etc.” (OLIVEIRA, 1934)⁷¹. Aqui encontramos expressa a preocupação do referido bispo com a situação em Anápolis. As obras educacionais protestantes o motivaram a buscar as irmãs

⁷⁰ OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. *Carta a Dom Henrique Gasparri, Núncio Apostólico*. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1924. 2 páginas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

⁷¹ OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. *Carta a Madre Inspectoras das Filhas de Maria Auxiliadora*. Goyaz, 04 de abril de 1934. 2 páginas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

salesianas para atuarem na cidade, como uma forma de afirmar a presença da Igreja Católica, bem como uma tentativa de coibir a ação protestante.

As irmãs salesianas aceitaram o convite de Dom Emanuel e chegaram a Anápolis em 1937, data em que assumiram a Escola Normal de Anápolis que, até então, era conduzida por leigos. Em 1938 essa escola foi entregue de vez às irmãs salesianas, tornando-se a Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora. Para se opor à educação mista dos protestantes, a escola normal dedicava-se à formação das meninas, numa perspectiva tradicional, de acordo com os princípios católicos. Sendo assim, Anápolis teria duas escolas católicas, a Escola Normal e o Ginásio Arquidiocesano de Anápolis.

Se já havia uma congregação religiosa feminina, agora era necessária uma escola para o público masculino da cidade. Para suprir essa necessidade, Dom Emanuel endereçou convite aos frades da Ordem Franciscana. Em 1942, ele encaminhou um pedido formal ao Núncio Apostólico manifestando seu desejo.

Julgando conveniente a criação de um Comissariado de RR. PP. Franciscanos nesta Arquidiocese de Sant'Ana de Goyaz, com a devida vênua consulto a V. Excia. Revma. se poderia confiar-lhes, *ad nutum Sanctae Sedis*, a administração de quatro paróquias, em que deverão manter um Instituto de Educação e Ensino Secundário Superior (OLIVEIRA, 1942)⁷².

Em resposta positiva, o próprio Núncio Apostólico⁷³ indicou a Dom Emanuel que procurasse o frei Paulo Stein, que residia em Divinópolis-MG e que, no momento, havia sido eleito Delegado Geral dos Franciscanos no Brasil, para tratar da fundação do Comissariado Franciscano em Goiás, com a finalidade de cuidar de paróquias e escolas. Diante desse parecer favorável, Dom Emanuel encaminhou seu pedido a frei Paulo Stein e recebeu resposta favorável para tal fundação.

Como já comunicou a V. Excia. o Pe. Frei Mateus Hoepers, estou de pleno acordo com a projetada fundação, e já escrevi ao Padre Delegado Geral dos Frades Menores da América do Norte para encaminhar e auxiliar e favorecer um empreendimento de tanto alcance para o bem espiritual de milhares de almas. O Ministro Provincial da Província do Santíssimo Nome já teria escrito a V. Excia. a respeito, mas achou melhor esperar um pouco até que ele tivesse certeza do número dos padres disponíveis. Para obter esta certeza mandou uma carta circular a todos os conventos da Província, afim de que se apresentem candidatos, que de certo não há de faltar. Assim, como V. Excia. Vê, o assunto está em vias de ser resolvido conforme os desejos de V. Excia. Praza a Deus que o Comissariado Goiano corresponda plenamente a expectativa de V. Excia. gerando e produzindo frutos abundantes para

⁷² OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. *Carta ao Núncio Apostólico Dom Bento*. Goyaz, 19 de maio 1942. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

⁷³ BENTO, Dom. Núncio Apostólico no Brasil. *Carta a Dom Emanuel Gomes de Oliveira*. Rio de Janeiro. 01 de junho de 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

a salvação de tantas almas abandonadas e expostas aos perigos da propaganda protestante (STEIN, 1943)⁷⁴.

Na carta do referido frei encontramos, de maneira clara, que um dos motivos que os trouxeram a Goiás, e de modo específico para Anápolis, seria a contenção da atuação dos protestantes que agiam na região. De maneira geral, em Goiás, o desafio de Dom Emanuel, no que diz respeito às novas pedagogias, foi o de ter que lidar com a pedagogia protestante, que tinha muitos elementos semelhantes aos princípios defendidos pela Escola Nova.

Em outra carta, Dom Emanuel escreveu a frei Mateus, provincial dos franciscanos, reforçando o consentimento do Núncio Apostólico e pedindo o apoio do frei para essa causa. Por ser uma causa urgente, ele tinha pressa de resposta e, conseqüentemente, da chegada dos frades norte-americanos em Goiás, com o desígnio de cuidar de quatro paróquias: Anápolis, Jaraguá, Pirenópolis e Corumbá, além de assumirem um colégio, o Ginásio Arquidiocesano de Anápolis. Nesta mesma carta, Dom Emanuel revelou o desejo de que os franciscanos organizassem os cursos superiores de agronomia, farmácia e odontologia em Anápolis. Para tanto, conforme carta, afirmou também que ele se encarregaria de fazer a doação de terras necessárias, bem como providenciar as respectivas condições para a permanência dos frades. Em seu projeto educacional, o bispo já contemplava a educação superior que poderia ser consolidada em Anápolis.

Desejaria que V. R. continuasse a por essa nossa causa, deverás urgente, da obtenção desses PP. Franciscanos norte-americanos de acordo, de acerto com o que aqui tratamos. Será isso de vantagens reais para o trabalho dos mesmos religiosos na direção da Universidade Católica tão desejada pelo incansável Senhor Arcebispo de São Paulo. De minha parte reitero quanto disse no plano preestabelecido da fundação do nosso Comissariado Franciscano, com sede nesta cidade de Anápolis e encargo de administração das paróquias de Corumbá, Pirenópolis, Jaraguá, vasto campo de ação missionária. Aqui em Anápolis, conforme acentuei além de uma paróquia de quinze mil almas, terão o encargo de manutenção de um Colégio, desde já com curso ginásial funcionando (regime externato com 153 alunos e apenas for possível a organização de cursos superiores de agronomia, farmácia e odontologia, ficando certo que faremos doação plena da gleba necessária para esses estabelecimentos com as condições de serem sempre mantidos para esses designados fins (OLIVEIRA, 1943)⁷⁵.

O pano de fundo que permeava esse contexto era a ação protestante. A presença e o trabalho do médico e missionário inglês Dr. James Fanstone consolidou em Anápolis um projeto protestante forte e arrojado. Os protestantes criaram o colégio Couto Magalhães, que

⁷⁴ STEIN, Frei Paulo. *Delegado Geral dos Frades Menores do Brasil*. Carta à Dom Emanuel. Divinópolis, 6 de junho de 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

⁷⁵ OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. *Carta ao Revmo. Sr. Pe. Frei Mateus, Provincial Franciscano*. Anápolis, 17 de junho 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

foi fundado para acolher os filhos dos protestantes que, até então, tinham que se submeterem às escolas que estavam imbuídas de práticas católicas. Práticas essas que eram inadmissíveis para eles. Além disso, os protestantes viram na educação uma via consistente para a propagação de seus valores, incentivando a alfabetização e o ensino, uma vez que ao menos o crente deveria saber ler para ler a Bíblia. Isto posto, Dr. James Fanstone encontrou o apoio do Dr. Carlos P. de Magalhães para a consolidação do colégio em 1932 (ABREU, 1997, p. 108). Sobre o tema, Ferreira Sobrinho (1997, p. 198) afirma que a escola possuía em sua grade curricular as disciplinas básicas, agregadas de história natural, tais como: conhecimento dos reinos animal, vegetal e mineral; uma prática de amor à pátria, cantando o hino com frequência, com a presença de um pendão nacional em todas as salas de aulas; e aulas de educação física.

Sendo assim, os franciscanos deveriam assumir o Ginásio Arquidiocesano de Anápolis para fortalecer a educação católica em Anápolis. Se as irmãs Salesianas cuidavam de um colégio para as meninas, os padres franciscanos deveriam cuidar de um colégio para os meninos. Isso reafirmava uma contraposição sobre a educação mista utilizada pelos protestantes no Colégio Couto Magalhães. Além disso, Dom Emanuel manifestava seu desejo de implantar a educação superior em Anápolis, com a criação dos cursos de farmácia e odontologia. De acordo com frei Alexandre Wyse (1987), se esse projeto desse certo, os frades norte-americanos se interessariam, pois, a província nova-iorquina se dedicava a educação e mantinha vários estabelecimentos de ensino superior, que remontavam à sua fundação. Veremos no próximo capítulo que esse projeto não foi consolidado em Anápolis, mas em Goiânia, na Santa Casa de Misericórdia.

O desejo de Dom Emanuel quanto à criação de cursos superiores na área da saúde era também uma forma de combater a educação dos protestantes, que já atuava nessa área antes da Igreja Católica. O Dr. James Fanstone, antes de criar o Colégio Couto Magalhães, já tinha criado o Hospital Evangélico Goiano, em 1927. Este hospital tornou-se referência para toda a região, principalmente diante do crescimento da demanda que surgiu como fruto do desenvolvimento urbano da região com a chegada da estrada de ferro.

O Hospital Evangélico Goiano se tornou o hospital mais bem equipado de Goiás, especialmente para a realização de cirurgias. O hospital foi se consolidando aos poucos e logo começou a atender uma grande demanda não só de Anápolis, mas de toda a região, tendo em vista o precário serviço de saúde ofertado à época em Goiás (MORAES, 2012). Isso não foi visto com bons olhos pela Igreja Católica, o que a levou a contrapor este feito. Desta forma, a iniciativa da construção da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, em 1935, veio como uma

resposta a esse acontecimento. Criar em Goiânia, capital, um hospital católico de maior estrutura consistiria em uma autoafirmação da Igreja Católica frente à ação dos protestantes com o Hospital Evangélico de Anápolis. Subsequentemente, a criação dos cursos de Enfermagem, Farmácia e Odontologia agregariam a esse projeto, tornando-o mais forte e visível. Até mesmo porque Goiânia, sendo a capital do Estado, teria um valor simbólico mais forte do que Anápolis, que estava no interior.

Diante dessa tramitação entre o bispo e os franciscanos, em junho de 1943, frei Mateus⁷⁶ escreveu a Dom Emanuel dizendo que o pedido fora consentido e acolhido com entusiasmo pelo Delegado Geral dos Franciscanos na América do Norte, e que esta província americana do Santíssimo Nome de Jesus estava prestes ao seu Capítulo Provincial, tempo propício para tomar decisões importantes como essa. Logo, Dom Emanuel deveria entrar em contato com frei Matias Faust, em Nova Iorque, responsável pela província americana.

Conforme as devidas explicações ministradas a V. Revma. pelo Sr. Pe. Frei Mateus Hoepers, será de grandes e inestimáveis vantagens a criação do Comissariado goiano, o qual além de quatro paróquias terá a administração de um ginásio já em funcionamento regular na cidade de Anápolis, que estaria bem indicada pela situação privilegiada de ser servida por estrada de ferro, linha de aviões diretos para S. Paulo, Rio e Miami dos Estados Unidos da América do Norte. Pediria encarecidamente a V. Rma. Houvesse por bem encaminhar com particular empenho o importante assunto em apreço e preservação da nossa Família Brasileira contra a invasão protestante, dissolvente das nossas melhores tradições religiosas e patrióticas (OLIVEIRA, 1943)⁷⁷.

A partir dessa fala de Dom Emanuel, é possível perceber que, assim que chegassem a Anápolis, os franciscanos assumiriam o Ginásio Arquidiocesano. Constatamos, também, que de acordo com a visão do bispo, a presença e a atuação dos protestantes era uma ameaça à religião e à pátria. Logo, as paróquias da região precisavam ser bem atendidas pastoralmente e a atuação no colégio teria como finalidade, além de formar bem a consciência dos católicos para que estes não se tornassem protestantes, combater os adeptos ao protestantismo.

A presença destes fazia salientar que uma das considerações que estavam por trás do convite feito à Província e implícita na resposta dos franciscanos para virem ao Brasil Central foi o impulso e o crescimento do movimento missionário por parte das diversas igrejas protestantes na América Latina, na década de 40. Já em Anápolis, como haveriam de descobrir mais tarde os primeiros membros do Comissariado, existia uma pujante e bem organizada missão evangélica, vinda há tempos da Inglaterra. Fundada por volta de 1923, pelo Dr. James Fanstone, sob os

⁷⁶ HOEPERS, Frei Mateus. *Carta ao Exmo. Revmo. Sr. Dom Emanuel*. São Paulo, 25 de junho de 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

⁷⁷ OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. *Carta ao Revmo. Sr. Pe. Frei Paulo Stein, Delegado Geral dos Franciscanos no Brasil*. 28 de junho 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

auspícios de Mildmay Mission Hospital, de Londres, essa missão já se tinha tornado um fator inegavelmente destacado na crescente cidade de Anápolis. O trabalho exercido, no Hospital Evangélico, com a Escola de Enfermagem “Florence Nightingale” anexa, fundada em 1933, e o espírito zeloso do corpo de médicos e enfermeiras em proteger sua fé, contribuíram, enormemente, para o crescimento da Igreja Evangélica, em Anápolis. Na época da chegada dos frades norte-americanos, Anápolis era uma cidade notadamente marcada pela atividade dos crentes de diversas denominações, particularmente presbiteriana, batista e pentecostal (WYSE, 1987, P.55-56).

Frei Mateus Hoepers⁷⁸ (1943), no seu pedido a frei Mathias Faust para que os franciscanos americanos viessem para Goiás, dizia que um dos motivos para que se apressasse a vinda destes seria a presença dos americanos protestantes que estavam trabalhando em Anápolis e que causavam muitos problemas ao arcebispo. Hoepers disse que, para Dom Emanuel, a presença dos frades franciscanos americanos seria o melhor obstáculo contra a proliferação dos protestantes.

Em 24 de agosto de 1943 frei Mathias Faust⁷⁹ respondeu Dom Emanuel, comunicando-lhe que seriam enviados nove frades sacerdotes e cinco frades irmãos para formarem o Comissariado⁸⁰, e para cuidarem de quatro paróquias e do Ginásio Arquidiocesano de Anápolis. Alguns dos sacerdotes que viriam já tinham prática no trabalho em freguesia e também no campo da instrução sendo professores nos colégios franciscanos. Agora era necessário aguardar a licença do governo brasileiro para que os frades norte-americanos chegassem a Goiás – sobretudo, diante da dificuldade que os Estados Unidos empunhavam para a saída de seus compatriotas em período bélico. Enquanto isso, os frades se ocupariam com a tarefa de aprender a língua portuguesa.

Com o desejo de agilizar a parte burocrática para liberação legal dos frades, Dom Emanuel foi ao Rio de Janeiro para mediar junto à Coordenação de Assuntos Interamericanos do governo dos Estados Unidos da América. Dom Emanuel encontrou-se com Sr. Frederick Hall, da divisão de informação, no Instituto São Francisco de Sales, para tratar do assunto, o qual se prontificou em ajudá-lo nessa mediação com o governo norte-americano. O mesmo pedido foi enviado também ao Ministro da Justiça, para que os trâmites pertinentes fossem agilizados.

⁷⁸ HOEPERS, Frei Mateus. In: *The Provincial Annals. Province of the Most Holy Name Order of Friars Minor*. Vol. IV, n. 01. New York, 1943. p. 158. Arquivo da Custódia Franciscana do Santíssimo Nome de Goiás.

⁷⁹ FAUST, Frei Mathias. *Carta à Dom Emanuel do Delegado Geral dos Franciscanos nos Estados Unidos*. Nova Iorque, 24 de agosto de 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

⁸⁰ O comissariado era formado pelos freis: Fr. Paul Seibert, o responsável pelo comissariado, Fr. John Granahan, Fr. Philip Kennedy, Fr. Christopher Neyland, Fr. Conall O’Leary, Fr. Andrew Quinn, Fr. Dunstan Carroll⁸⁰, Fr. Bernard Tainor, Fr. James Schuck; os irmãos: Fr. Celsus Gansen, Fr. Anselm Donahue, Fr. Damian Carney, Fr. John Krieg, Fr. Gabriel Hughes.

Na ausência do senhor Berent Friele, tenho a honra de acusar a sua amável carta de 9 do corrente mês, na qual pede Vossa Excelência a intervenção deste escritório, junto às autoridades da Delegação Geral Franciscana de New York e às do Governo do Brasil, afim de conseguir a vinda à Arquidiocese de Goiáz de missionários católicos norte-americanos. Desde já desejo expressar a Vossa Excelência o real prazer que terá esse escritório em lhe servir em tudo que esteja ao nosso alcance. Concordamos plenamente com o benemérito Arcebispo de Goiáz, ao dizer ele que a vinda ao Brasil de missionários católicos dos Estados Unidos constituiria uma das mais felizes e significativas realizações do grande e santo movimento pan-americanista, ao qual dedicamos os nossos melhores esforços. Nesta mesma data de hoje, pois escrevo ao encarregado de assuntos católicos do nosso escritório central em Washington pedindo que obtenha com o maior despacho os nomes dos missionários franciscanos indicados pelo reverendíssimo Padre Frei Mathias Faust, O.F.M., Ministro Provincial, para virem ao Brasil, comunicando também os lugares de sua procedência. Logo que os receba, leva-los-ei ao conhecimento de Sua Excelência o senhor Nuncio Apostólico, pedindo que lhos transmita (NATTIER JR, 1943)⁸¹.

Toda mediação política e legal que Dom Emanuel fez para acelerar a liberação e vinda dos franciscanos norte-americanos a Goiás demonstrava tão grande desejo da parte dele para que essa congregação religiosa chegasse a Anápolis para sua nova missão. Mesmo com a mediação do bispo junto ao escritório de Assuntos Interamericanos, a liberação não saiu com rapidez. Na carta de frei Paul Seibert, responsável pelo comissariado, a Dom Emanuel, ele relatava as grandes dificuldades que tiveram em obter os passaportes americanos. O processo era longo e burocrático, além das dificuldades de encontrar rotas e meios de transporte para os sacerdotes chegarem a Goiás.

Pedimos também crer que nos sentimos altamente pesarosos pela grande demora na nossa ida para o Arcebispado de Vossa Excelência Reverendíssima. Devido às grandes dificuldades do momento a obtenção de passaportes Americanos é um processo muito longo, e é também extremamente difícil obter-se transportação. Para ir de avião pela Costa do Leste, é uma impossibilidade para um grupo tão numeroso. Não existe serviço de vapores de passageiros pela Costa do Leste presentemente, e na Costa do Oeste há só um vapor de passageiros, sendo este o vapor Argentino “Rio de La Plata”. Seguiremos neste vapor, que deve sair de Los Angeles, Califórnia, por cerca de 25 de novembro próximo. Desembarcaremos em Lima, ficando ali alguns dias com o Delegado Geral, mui Reverendo António Iglesias, OFM, e depois iremos por terra para La Paz. De La Paz seguiremos de avião para São Paulo, e dali para Goyaz, nossa futura casa e campo de trabalho Apostólico (SERBERT, 1943)⁸².

Por parte do governo brasileiro não houve tantos empecilhos. Em carta do Ministro Alexandre Marcondes Machado Filho, encontramos a concessão do visto permanente em favor dos religiosos: “em resposta à carta de 04 setembro próximo passado, tenho a honra de

⁸¹ NATTIER JR, Frank. *Carta à Dom Emanuel do Coordinator of Inter-American Affairs*. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

⁸² SERBERT, Frei Paul. *Carta à Dom Emanuel comunicando-lhe as dificuldades para obtenção de passaportes americanos e de transporte*. Nova Iorque, 04 de outubro de 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

levar ao conhecimento de Vossa Excelência Reverendíssima que, por despacho de 21 daquele mês, concedi visto permanente em favor dos religiosos pelos quais interessa”⁸³. Dom Emanuel respondeu ao frei Paulo Seibert, compartilhando a sua felicidade em saber da partida dos frades para o Brasil, e que os aguardara ansiosamente:

Estamos plenamente satisfeitos e edificados com o espírito missionário que os anima a chegarem quanto antes, ardentemente ansiosos para começarem a sua tarefa no arcebispado em novo campo de ação que a Divina Providencia lhes aponta para recantarem as tradições apostólicas gloriosas dos primeiros Filhos de São Francisco de Assis, no Planalto Central de Goiaz- Coração do Brasil. Os esperamos de braços, na nossa pobreza que qualificaríamos ultra-franciscana, numa diocese vastíssima (OLIVEIRA, 1943)⁸⁴.

Dom Emanuel sempre gozou de muita influência política e eclesial, as quais foram de suma importância para a consolidação de seus projetos. O seu trânsito livre entre as instâncias governamentais, principalmente as federais, lhe possibilitaram certa facilidade para que as coisas fossem articuladas e organizadas e, assim, saíssem como ele havia desejado. Fato perceptível ao analisarmos o trato diplomático dispensado para facilitar e resolver questões burocráticas relativas à vinda dos freis. A sua articulação junto às estruturas políticas sempre foi utilizada para o fortalecimento do seu projeto eclesial em Goiás.

Em janeiro de 1944, todos os frades já estavam no Brasil. Chegaram pelo Rio de Janeiro, onde permaneceram algum tempo para aprenderem a nova língua, seguindo logo depois para Anápolis, conforme combinado. O comissário frei Paulo, juntamente com frei Cipriano, vieram na frente, em uma primeira visita a Dom Emanuel, chegando a Anápolis no dia seis de janeiro do mesmo ano, para conhecerem as paróquias que iriam assumir. Após essa visita, ficou definido que os frades assumiriam Anápolis, Pirenópolis, Pires do Rio e Catalão, e não mais Corumbá e Jaraguá, como previsto no início das negociações. Anápolis ficou sendo a sede do Comissariado.

Em fevereiro, chegaram a Anápolis os frades que assumiriam o trabalho pastoral na paróquia de Sant’Ana e, conforme previsto, assumiriam também o Ginásio Arquidiocesano e Municipal de Anápolis (GAMA). Conseqüentemente, os frades ganharam a doação de um grande terreno em um novo bairro que nascia, o Jundiáí, local em que foi construído o novo colégio que recebeu o nome de São Francisco de Assis.

⁸³ MACHADO FILHO, Alexandre Marcondes. *Carta à Dom Emanuel concedendo o visto permanente em favor dos religiosos*. 08 de outubro de 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

⁸⁴ OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. *Carta ao Revmo. Sr. Pe. Frei Paulo Seibert, Comissário Provincial*. Campinas 04 de novembro de 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

Como a maioria dos protestantes que atuava em Anápolis havia recebido seus ensinamentos e tradição dos missionários protestantes advindos da América do Norte e Inglaterra, a presença de uma congregação religiosa que viesse dos Estados Unidos seria um contraponto estratégico para essa batalha entre católicos e protestantes. Os frades norte-americanos já tinham uma maior convivência e conhecimento das ações protestantes nos Estados Unidos. Em Goiás, o protestantismo ainda estava se estruturando e não tinha a mesma força como nos Estados Unidos. Mas os frades teriam maior perspicácia e formação para fazer esse trabalho. O envio de missionários estadunidenses para Anápolis teve uma importância primordial e estratégica para que se frutificassem as ações católicas, principalmente na educação, refutando a educação protestante de matriz norte-americana.

Além das irmãs salesianas que já estavam em Anápolis, chegaram, em fevereiro de 1946, as Irmãs Franciscanas de Allegany, vindas dos Estados Unidos para assumirem a Escola Paroquial de Sant'Ana, que era dirigida por uma leiga e supervisionada por frei Celso Hayes. Os frades, juntamente com as freiras franciscanas, assumiram três escolas em Anápolis, o ginásio mais antigo, e as escolas paroquiais de Sant'Ana e Santo Antônio. Além desses, existia ainda o Ginásio *Auxilium*, que estava sob a direção das salesianas. Diante disso, em um breve espaço de tempo, a Igreja Católica estava conduzindo quatro escolas em Anápolis. Para o contexto da época, considerando as grandes dificuldades, entendemos que esses acontecimentos se tornaram marcantes para a História da Igreja Católica em Goiás. A existência de quatro colégios católicos em Anápolis demonstrava o desejo da Igreja em confirmar a sua força diante do avanço emergente dos protestantes na cidade e, ao mesmo tempo, nos leva a crer que a via utilizada para tal fim seria a educação.

Percebemos que todos os esforços por parte da Igreja Católica, para se consolidar em Anápolis com mais força, principalmente no campo educacional, exigiu dela muito empenho também quanto a fatores burocráticos internos, para que tudo se encaminhasse de maneira legal e, assim, esta pudesse alcançar sua finalidade última: uma proposta educacional consistente que se contrapusesse à dos protestantes.

Além da atuação na educação básica, por meio do Colégio Couto Magalhães, outra iniciativa protestante que chamou muito a atenção da Igreja Católica foi a criação da Escola de Enfermagem, como um desdobramento das atividades do Hospital Evangélico Goiano, em Anápolis. A iniciativa da escola objetivava a formação de enfermeiras que pudessem trabalhar no hospital, devido à carência de mão de obra qualificada. Sendo assim, Dr. James Fanstone trouxe sua irmã, Bird Fanstone, enfermeira formada em Londres, para o Brasil, depois vieram Doris Watson, Berdie Jennings, Alice Galleas, Isa Macintyre, Ruth Naville e Ester, originárias

da Inglaterra, Canadá e Estados Unidos (MORAES, 2012, p. 154). Esse grupo de enfermeiras se uniu em prol da criação da Escola de Enfermagem de Anápolis. Inicialmente, encontraram certa resistência da sociedade, que considerava esse tipo de trabalho impróprio para mulheres, todavia conseguiram desmistificar essa visão e crescerem, devido à vantagem econômica que o curso poderia oferecer às mulheres como enfermeiras, inclusive com projeção na vida social.

O curso foi estruturado de acordo como os parâmetros da Escola Ana Nery⁸⁵, sob a supervisão das enfermeiras estrangeiras. Segundo Moraes (2012), essa foi a quarta escola de enfermagem aberta no Brasil.

O curso funcionou, no início, com número restrito de alunas, sob a direção das enfermeiras Isa Macintyre, Alice Galleas e Mary Hamilton. Em 1942, a Escola de Enfermeiras Florence Nightingale alcançou uma grande vitória ao ser reconhecida pelo MEC, o que significou a afirmação e o reconhecimento do valor do ensino realizado numa cidade do interior de Goiás, graças à competência de uma equipe de enfermeiras estrangeiras (MORAES, 2012, p. 55).

Segundo autora, as diplomadas pela escola, na maioria das vezes, já saíam empregadas para o exercício da profissão, atuando em Anápolis e em outras regiões do Estado. A contribuição das enfermeiras estrangeiras foi ímpar para consolidação e bom êxito da Escola de Enfermeiras Florence Nightingale.

Achamos oportuno apresentar esses dados sobre a criação do Hospital Evangélico Goiano e da Escola de Enfermeiras em Anápolis, pois foram frutos da missão protestante em Goiás. Esses acontecimentos se tornaram elementos importantes que compõem esse arcabouço maior das iniciativas da Igreja Católica neste período em Goiás, principalmente com a criação da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia e da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo. As iniciativas de Dom Emanuel que resultaram nesses feitos faziam parte de um projeto maior que visava conter as ações protestantes e, ao mesmo tempo, reafirmar a presença e atuação católica em Goiás.

Ao analisarmos essa realidade, agora em escala micro (caso de Anápolis), percebemos que essas ações faziam parte de um plano maior, até mesmo sob a orientação e supervisão da Santa Sé. Dom Emanuel informando ao Núncio Apostólico no Brasil sobre o protestantismo em Goiás, dizia que muitas das seitas protestantes exerciam suas atividades neste estado. Dentre essas, o bispo cita as igrejas Evangélica, Batista, Adventista, Pentecostal,

⁸⁵ De acordo com a legislação da época, todo curso de enfermagem deveria ter como referência a Escola de Enfermagem Ana Nery, que foi criada em 1923 pelo Departamento Nacional de Saúde Pública no Rio de Janeiro. Esta escola implantou o Sistema Nightingale trazido na interpretação de enfermeiras norte-americanas em atendimento à solicitação procedente no Brasil.

Presbiteriana, Metodista, Assembleia de Deus, sendo ao total oito. De acordo com o bispo, as mais perniciosas por suas propagandas eram os Batistas e Metodistas, por terem dois ginásios e um hospital com uma escola de enfermagem. As chamadas “Casas de Oração” eram pequenas em proporção, subvencionadas pelas sociedades bíblicas norte-americanas. De acordo com Dom Emanuel, desde o início do seu governo episcopal, em 1923, sua arquidiocese tinha atuado contra a “perversidade” do protestantismo. Segundo o bispo, as duas ações basilares para esse combate eram as missões, que aconteciam nas paróquias, pregadas pelos padres redentoristas, e a criação de escolas em todos os níveis, primárias, secundárias e superiores.

Jugaria oportuno a apresentação a V. Excia. Revma. do que se tem feito, desde 1923, nesta Arquidiocese, em contraposição a perversidade do protestantismo. O incremento das missões em todas as paróquias pregadas anualmente pelos padres da Congregação do Santíssimo Redentor (Redentoristas), não somente nas sedes paroquiais, mas também nas respectivas capelas filiais. Criação de escolas primárias, secundárias e superiores dirigidas por dezessete Congregações Religiosas, clero secular e professores católicos, por todo este Estado de Goiaz. Árduo e ininterrupto tem sido esse trabalho (OLIVEIRA, 1949)⁸⁶.

Dom Carlo Chiarlo, Núncio Apostólico no Brasil, escreveu a Dom Emanuel dizendo que interessava à Santa Sé lutar contra o perigo do protestantismo no país. Assim, a orientação da Igreja Católica a todo o episcopado brasileiro era que se unisse e fortalecesse suas ações, principalmente no campo da instrução religiosa e da vida cristã entre os fiéis. Os bispos do Brasil deveriam se unir para articular ações que fossem eficientes nesse combate. Essa orientação do Núncio foi dada de maneira oficial a todos os arcebispos do Brasil.

Interessando-se, vivamente, a Santa Sé (afim de lutar eficazmente contra o perigo protestante) por uma ação de todo o Episcopado Brasileiro, considerada sumamente necessária pela Santa Sé, ação que se concorde e contínua, especialmente no sentido de um maior impulso à instrução religiosa e à vida cristã entre os fiéis, tenho a honra de me dirigir, por desejo da mesma Santa Sé, a Vossa Excelência Reverendíssima, com respeitoso pedido, para que se digne Vossa Excelência de estudar a possibilidade de maiores contatos e de mais estreita unidade de ação entre os membros do Episcopado Brasileiro. Isto, de resto, diz respeito não somente à defesa contra o perigo protestante, mas a todos os principais aspectos da vida católica e da atividade da Igreja no Brasil (CHIARLO, 1950)⁸⁷.

As ações de Dom Emanuel no campo da educação católica em Goiás tinham um pano de fundo maior, ou seja, as orientações que vinham do Vaticano, que indicavam a instrução

⁸⁶ OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. *Carta ao Núncio Apostólico no Brasil*. Goiânia, 20 de abril de 1949. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

⁸⁷ CHIARLO, Dom Carlo. *Carta do Núncio Apostólico no Brasil a Dom Emanuel*. Rio de Janeiro, 21 de julho de 1950. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

como um caminho para vencer o protestantismo. A estratégia utilizada pela Santa Sé nessa campanha contra os protestantes no Brasil deveria partir de uma união entre os bispos brasileiros, na partilha de iniciativas e fortalecimento de sua unidade, com o desejo de revigorar as ações católicas. Como a missão da Nunciatura era orientar e coordenar as direções dadas pela Santa Sé em cada país, coube ao Núncio Apostólico, Dom Carlo, encaminhar isso aos bispos no Brasil, principalmente aos arcebispos. O fortalecimento do episcopado brasileiro e, conseqüentemente, das suas atividades, garantiriam uma maior eficácia da ação católica em todo o Brasil, a fim de enfraquecer o protestantismo. Como vimos na citação anterior, a instrução era por excelência o meio mais eficaz para esse combate. Assim, os feitos de Dom Emanuel no campo da educação, tema dos dois próximos capítulos, explicitam a dedicação do bispo para colocar em prática em Goiás as instruções emanadas de Roma.

3.3 A educação católica: uma via para a consolidação do projeto de restauração em Goiás

Após percorrermos esse caminho para a compreensão das prioridades de Dom Emanuel no início de seu episcopado, elencando as estratégias que ele usou para superar as dificuldades que lhe eram impostas, passamos agora a outro projeto do bispo, que teve na educação a sua mola mestra.

Vimos no segundo capítulo que, nesse período da história brasileira, a grande ofensiva da Igreja Católica era o seu projeto de restauração, que desejava uma melhor formação para as elites, sendo elas depois responsáveis por defender e propagar os ideais católicos em meio à sociedade. Esse movimento ficou conhecido também como “*neocristandade* ou restauração católica”. Segundo Vaz (1997), foi no episcopado de Dom Emanuel que esse projeto se consolidou em Goiás, e a via para alcançar tal finalidade foi investir na educação. Mostraremos nesta seção como essa realidade se deu de maneira concreta para a educação básica e, nas próximas sessões, abordaremos a educação superior, foco da nossa pesquisa. Ainda conforme o autor,

Sob a gestão de Dom Emanuel, a Igreja Católica viveu em Goiás um dos seus períodos de maior esplendor. Agindo dentro dos princípios restauradores, promoveu uma ampla cristianização da sociedade goiana, mantendo o catolicismo a posição de religião majoritária e ganhando para as causas da Igreja praticamente toda elite econômica e intelectual do Estado (VAZ, 1997, p. 232).

De acordo com dados do Censo de 1940 (IBGE, 1950), a população de Goiás era de 826.414 habitantes, destes, 795.153 eram católicos, ou seja, mais de 95% de toda a população goiana. Tendo esse elemento a seu favor, Dom Emanuel investiu em uma reforma católica que possibilitasse uma nova vitalidade para o catolicismo em Goiás, principalmente com medidas que alcançassem os membros das oligarquias. Mesmo que houvesse muita fragilidade em sua estrutura, como vimos na seção anterior, acabava sendo a Igreja Católica o único meio de acesso a uma cultura mais elaborada neste período em Goiás. A via encontrada por Dom Emanuel para a consolidação desse projeto foi dedicar-se à educação, realizando uma ação eclesial que consistiu na abertura de vários colégios em diversas cidades de Goiás e na criação de cursos superiores.

Se quase 95% da população goiana era católica, qual sentido teria um projeto de restauração católica em Goiás? Como vimos no segundo capítulo, Dom Leme, em sua carta pastoral de 1916, exortava que grande parte da população brasileira era católica, mas isso não influenciava na vida social e política, principalmente depois da Proclamação da República e o processo de laicização. Dom Leme assinalava que a Igreja deveria contribuir na formação das elites, para que elas pudessem influenciar a sociedade com os valores católicos. Além disso, no caso de Goiás, percebemos que o incentivo do bispo para a consolidação da educação católica era uma forma de contrapor a educação protestante, como citamos na sessão anterior. Acreditamos que é nesse contexto que se insere as iniciativas de Dom Emanuel, no que tange ao investimento nas escolas e, futuramente, nos cursos superiores nutridos dos princípios cristãos, pois isso possibilitaria uma presença mais atuante da Igreja Católica em Goiás, que não fosse somente numérica, mas em ação de maneira concreta.

Segundo Gomes (2019), a atuação de Dom Emanuel na educação não era somente por motivo religioso-eclesiástico, mas também por motivo político. De acordo com a autora, dedicar-se à educação rendeu à Igreja Católica uma força política que só foi alcançada nesse momento da história, fruto das suas ações na área educacional.

Os caminhos para isso, todavia, não passaram unicamente pelo controle eclesiástico da diocese face às demais forças religiosas católicas em Goiás, como a congregação redentorista, ou nas disputas junto ao Estado por influência e poder em determinadas áreas da sociedade. Antes, a educação parece ter sido um dos principais caminhos por meio do qual a Igreja sob Dom Emanuel logrou êxito neste projeto (GOMES, 2019, p. 194).

No final do século XIX e início do século XX, Goiás era um estado considerado ruralizado e atrasado, comparado às outras regiões do país. No campo da educação não era

diferente. Segundo Alves (2007), a partir de 1918 a instrução em Goiás passou a ser mantida pelo governo estadual. E como a situação da educação primária era precária no estado, a saída encontrada pelos governantes foi dividir essa responsabilidade com a iniciativa privada. De acordo com a autora, a bandeira levantada nesse momento pelas autoridades políticas foi a do liberalismo educacional, a partir do qual o governo estadual apoiaria as escolas privadas, por meio de subsídios financeiros, para que assim o estado ficasse imune de criar escolas. “A subvenção às instituições privadas, em especial às confessionais que ofereciam o ensino secundário, foi reiteradamente noticiada pelos presidentes do estado, para os quais a liberdade do ensino deveria tornar-se prática” (2007, p. 98).

O processo de laicização e o avanço do protestantismo fizeram com que a Igreja Católica reagisse, criando estratégias que fossem eficazes em sua atuação e presença. Desta forma, a educação se tornou um campo prioritário para ela, afinal, o campo educacional se tornou área de disputa entre o Estado Laico, a Igreja Católica e o Protestantismo. Sendo assim, o catolicismo em Goiás não hesitou em disputar a primazia no campo educacional. Uma via que surtiu resultados foi a da cooperação entre Igreja e Estado. Vimos no segundo capítulo como se deu esse processo no cenário nacional, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930. A boa relação que a Igreja estabeleceu com o Estado na chamada Era Vargas se materializou, no campo educacional, na obrigatoriedade do ensino religioso no Brasil. Em Goiás, o contexto não foi diferente e, de maneira geral, os quadros políticos eram favoráveis à Igreja. Essa cooperação possibilitou êxito ao projeto de Dom Emanuel.

Nesta perspectiva, Dom Emanuel motivou a fundação de escolas católicas por várias cidades e apoiou as existentes. Segundo Vaz (1997), ao fundar escolas por todo o estado, o bispo não só desejava suprir a carência que havia, mas, também, atender à busca por prestígio das oligarquias locais. Afinal, a “escolha de uma determinada cidade para receber um colégio católico representava um atestado de prestígio e de reforço da autoridade da oligarquia dominante. Apertavam-se os laços entre coronéis e Igreja” (1997, p. 240). Ou seja, uma proximidade e aliança com o poder temporal possibilitou à Igreja Católica o aprimoramento do seu desenvolvimento institucional, por meio da consolidação de uma rede de escolas católicas por todo o estado. Sendo Goiás majoritariamente católico nesse período, a aliança feita com o Estado permitiu que a Igreja se valesse de seus recursos, estruturas e influências em proveito próprio.

Como em Goiás não havia mão de obra qualificada para um projeto educacional desse porte, a saída encontrada foi trazer as congregações religiosas para ocuparem essa missão. É curioso o dado que a predominância foi de congregações femininas que se

dedicaram à educação de meninas. Esse fenômeno aconteceu em âmbito nacional. Muitas congregações religiosas vieram para o Brasil no final do século XIX e início do XX, principalmente as femininas, que eram em maior quantidade do que as masculinas (LEONARDI, 2008, p. 15).

Quanto ao tema, Bittencourt (2017, p. 36-37) alerta que três foram os motivos para tanto: o forte processo de laicização da Europa, principalmente da França e Itália, que tirou das mãos da Igreja muito de suas atividades, sobretudo as educacionais e sociais, passando-as para as mãos do Estado; o projeto católico para a América Latina de Leão XIII, que motivava os religiosos a irem em missão para os países latinos; e a carência de ajuda qualificada do episcopado para a realização das reformas do catolicismo local, principalmente na área educacional e social.

Acerca dos benefícios oriundos da criação das escolas e colégios religiosos, Moura (2000) infere que:

É impressionante, comparando-se com outras tarefas o número de institutos religiosos que se fixam ou são criados no Brasil para atender ao mercado das escolas e colégios. Será por meio deles que o catolicismo prestará serviços preciosos à classe média e alta, sem esquecer de atender, também, às camadas desfavorecidas, ao mesmo tempo que se beneficiará dos favores e do prestígio, como também das vocações que, em grande parte sairão das camadas intermediárias (MOURA, 2000, p. 99).

De acordo com edição de 1945 da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), havia 15 escolas de ensino secundário em Goiás⁸⁸, dessas, 12 eram particulares, sendo 10 católicas, duas protestantes e três públicas. Das instituições católicas, quase todas estavam sob a responsabilidade das congregações religiosas femininas. Duas realidades nos chamam a atenção na tabela abaixo: a primeira, a atuação das congregações religiosas na educação em Goiás, fruto desse fenômeno que citamos acima; a segunda, a atuação da educação protestante, que já se tornava notória no Estado, tendo conseguido 1/3 do total de escolas secundárias, fato que preocupava a Igreja Católica.

Tabela 4: Colégios Secundários em Goiás 1945.

	Colégio	Local	Congregação Religiosa
01	Ginásio Santo Agostinho	Goiânia	Irmãs Agostinianas
02	Ginásio Dom Bosco	Goiânia	Padres Salesianos
03	Ginásio Arquidiocesano Municipal	Anápolis	Padres Franciscanos

⁸⁸ Colégio secundário é aquele que oferecia dois ciclos, o primeiro com uma duração de 4 anos, chamado curso ginásio, e o segundo com duração de 3 anos, dividido em cursos clássicos e científicos.

04	Ginásio <i>Auxilium</i>	Anápolis	Irmãs Salesianas
05	Ginásio N. S. Mãe de Deus	Catalão	Irmãs Agostinianas
06	Ginásio Arquidiocesano Planalto	Formosa	Irmãs Dominicanas
07	Ginásio N. S. Aparecida	Ipameri	Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado
08	Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes	Morrinhos	Padres Estigmatinos
09	Ginásio Arquidiocesano Anchieta	Silvânia	Padres Salesianos
10	Ginásio N. S. Auxiliadora	Silvânia	Irmãs Salesianas
11	Colégio Estadual de Goiás	Goiânia	Público
12	Ginásio Oficial de Goiás	Goiás	Público
13	Ginásio Municipal Ipameri	Ipameri	Público
14	Ginásio Couto Magalhães	Anápolis	Protestante
15	Ginásio do Instituto Grambery	Pires do Rio	Protestante

Fonte: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos⁸⁹

Ao confrontarmos os dados elencados acima com outra lista de colégios, que se encontra no anexo da obra *A educação católica no Brasil*, publicada pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais – CERIS (MOURA, 2000), conclui-se pela existência de mais dois colégios não contemplados na Tabela 5, a saber: o colégio Santa Clara de Goiânia, sob a responsabilidade das irmãs franciscanas; e o colégio Nossa Senhora do Bom Conselho de Jataí, das irmãs agostinianas. Em nenhuma das duas listas foi apresentado o colégio Sant’Ana, da cidade de Goiás, das irmãs dominicanas (GONÇALVES, 2017). Há uma carência de fontes que apresentem dados mais exatos sobre essas instituições de ensino e, por isso, nos valem os dados oficiais que temos sobre estas. Nosso objetivo é apenas demonstrar que, nesse período, a maioria das escolas secundárias era católica, estando sob a responsabilidade de congregações religiosas, principalmente as femininas. Esses dados revelam o esforço da Igreja Católica no Brasil para salvaguardar a instrução e a formação da juventude. “Nos anos 1930, cerca de 80% dos estudantes secundários do país se encontram em escolas particulares, sendo a maior parte destas pertencentes à Igreja Católica” (MOURA, 2000, p. 99).

⁸⁹ Ministério da Educação e Cultura. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos- Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos*. Vol. VI, N. 17, Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1945. p. 309.

As congregações religiosas, masculinas e femininas, virão encarregar-se desse serviço que para elas eram também obra da Igreja. É impressionante, comparando-se com outras tarefas, o número de institutos religiosos que se fixam ou são criados no Brasil para atender ao mercado das escolas e colégios. Será por meio deles que o catolicismo prestará serviços preciosos à classe média e alta, sem esquecer de atender, também, às camadas desfavorecidas, ao mesmo tempo que se beneficiará dos favores e prestígios, como também das vocações que, em grande parte, sairão das camadas intermediárias (LUSTOSA, 1997, p. 54).

Essa iniciativa educacional de Dom Emanuel não era uma iniciativa isolada, mas vinha ao encontro daquilo que era o desejo e a orientação da Igreja em âmbito universal e nacional. Na esfera universal, esses empreendimentos respondiam àquilo que o Papa Pio XI havia orientado na encíclica *Divini Illius Magistri*, tema de nosso primeiro capítulo. A educação seria uma via eficaz no combate às pedagogias modernas e laicas e, especificamente em Goiás, o objetivo era combater a pedagogia protestante que se proliferava com o advento das escolas protestantes. Na dimensão nacional, essas iniciativas se tornaram a força motriz para o restabelecimento do poder e do reconhecimento da Igreja Católica, principalmente perante o Estado. Esse movimento foi chamado por Azzi (1994, p. 32) de “restauração católica”, como discutimos no segundo capítulo.

Com efeito, durante o episcopado de Dom Emanuel foi criada uma grande rede de escolas católicas em Goiás, que se agregaram àquelas que já existiam. De acordo com a *Revista da Arquidiocese de Goiânia*⁹⁰, em 1961 havia em todo o território goiano 57 escolas de ensino primário, 31 ginásios, 21 colégios de ensino médio e normal, quatro escolas técnicas de comércio e seis instituições de ensino superior. De acordo com Gomes (2019, p. 206), as instituições de ensino básico fundadas diretamente por Dom Emanuel foram 11, conforme elenca a Tabela 6.

Tabela 5: Escolas efetivamente fundadas por Dom Emanuel.

	Escolas	Cidade	Ano
01	Ginásio Arquidiocesano Anchieta	Bonfim	1929
02	Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora	Bonfim	1932
03	Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora Aparecida	Ipameri	1936
04	Ginásio e Escola Normal Senador Hermenegildo de Moraes	Morrinhos	1936
05	Ginásio e Escola Normal Santo Agostinho	Goiânia	1937

⁹⁰ Revista da Arquidiocese de Goiânia. Depois de cinco anos. 1961. In: MENEZES, Áurea Cordeiro. *Dom Emanuel Gomes de Oliveira: arcebispo da instrução*. Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2001. p. 114-118.

06	Escola Normal Nossa Senhora do Carmo	Pirenópolis	1937
07	Ginásio e Escola Normal <i>Auxilium</i>	Anápolis	1938
08	Ateneu Dom Bosco	Goiânia	1942
09	Ginásio do Planalto	Formosa	1942
10	Ginásio São Francisco	Anápolis	1944
11	Ginásio Arquidiocesano de Jaraguá	Jaraguá	1947

Fonte: GOMES, 2019.

Segundo a referida autora, o grande investimento de Dom Emanuel na educação tinha uma finalidade política. As iniciativas de mudar-se para Bonfim, e lá construir um novo prédio para o Seminário Santa Cruz, o Ginásio Anchieta e a Escola Agrícola, faziam parte de um projeto maior, que custaria altos investimentos, mas que possibilitaria a ele um retorno significativo perante a população local e autoridades. Permitiria ao bispo ocupar uma posição política de destaque, principalmente junto ao Estado.

Nos anos 1930, momento de acirramento político e, por isso, de necessidade de tomada e consolidação de espaços de poder da Igreja face ao Estado – agora possível tanto graças à sua ascensão e consolidação financeira, quanto à sua força política obtida em Bonfim –, a educação passou a ser o carro-chefe fundamental sobre o qual se apoiava o bispado de Dom Emanuel. Naquela altura, os bons resultados políticos obtidos em Bonfim por meio da construção do Ginásio Anchieta serviram de espelho para um projeto de longo alcance em Goiás, cuja expansão expressiva do número de escolas católicas por todo o sul do estado – região de maior força política – tornou a Igreja uma instituição necessária para o progresso de Goiás em uma área de deficiência histórica do poder público. O resultado disso pode ser visualizado nas décadas de 1940 e 1950 – terceira fase –, momento cuja imagem do “arcebispo da instrução” se consolidara e, por conta disso, a Igreja Católica sob Dom Emanuel obteve expressivo espaço político, especialmente com a indicação de um de seus braços-direitos, Cônego José Trindade da Fonseca e Silva, para a Secretaria de Educação do Estado de Goiás, em 1951, e eleição para Deputado Federal, em 1955. É igualmente nesta última fase que se concentra mormente as mais significativas redes de influência e contatos de Dom Emanuel no âmbito político e religioso em prol da educação (GOMES, 2019, p. 214).

Concluimos que as ações de Dom Emanuel na educação foram motivadas por três fatores: 1) combater as pedagogias que se opunham aos princípios católicos, como já orientava a encíclica *Divini Illius Magistri*, no caso de Goiás, a pedagogia protestante; 2) consolidar o projeto de restauração católica em Goiás, com a finalidade de colaborar com a formação das elites, para que estas influenciassem na sociedade de maneira ativa; 3) ocupar um lugar de destaque na política, principalmente frente ao Estado laico.

CAPÍTULO IV

DOM EMANUEL E AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GOIÁS

Neste capítulo, apresentamos inicialmente um panorama geral dos primeiros cursos superiores de caráter laico existentes no estado de Goiás e consolidados ainda na sua antiga capital, a cidade de Goiás. Em segundo momento, esboçamos uma reflexão acerca da fundação da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, local que acolheu os três primeiros cursos superiores de iniciativa católica, a saber: Enfermagem, Farmácia e Odontologia. Por fim, abordamos o embate entre franciscanos e salesianos diante da gestação da educação católica em Anápolis.

4.1 A educação superior laica em Goiás: os cursos de Direito, Farmácia e Odontologia

Depois de termos apresentado, no capítulo anterior, um panorama mais amplo da atuação de Dom Emanuel na educação, passaremos ao exame da gênese da educação superior católica em Goiás, mas, antes, analisaremos os cursos superiores laicos que os antecederam na antiga capital: Direito, Farmácia e Odontologia. Na seção 4.2 apresentaremos as iniciativas da própria Igreja na consolidação dos seus primeiros cursos superiores.

4.1.1 O Curso de Direito de Goiás

O primeiro vestígio que temos do início da educação superior em Goiás nos remete ao final do século XIX, com a criação da Academia de Direito de Goiás, em 1898, e instalada em 1903, que possibilitou a criação do primeiro curso superior no estado: o curso de Direito. Diante do novo contexto republicano, as próprias instituições deveriam adaptar-se a esse novo momento. Sendo assim, as oligarquias goianas necessitavam de bacharéis formados para os cargos administrativos, mas, principalmente, para os cargos políticos, diante das disputas dos grupos dominantes (ALVES, 2000, p. 30).

No início do século XX, a política goiana era dominada pelas oligarquias. Quase 98% da população era analfabeta e o novo contexto político no Brasil, imposto pela Proclamação da República, estabelecia mudanças que necessitavam de gente qualificada. Essas foram as principais motivações que levaram à criação do curso de Direito em Goiás. As oligarquias de então deveriam ter formação e preparo para os embates políticos e, até mesmo, para a garantia

de sua permanência no poder. Então, se fazia necessário formar e controlar as elites. Grande parte da população goiana não possuía instrução e supervalorizava a figura do “doutor”, tratamento que possuía um poder de representação social e dominação política muito forte. Por fim, as instituições políticas precisavam se modernizar e se adequar ao espírito republicano, principalmente na elaboração e constituição de suas leis.

Sendo assim, urgia a necessidade de um curso de Direito que pudesse atender a essas demandas. Estabeleceram-se, assim, a partir de 1903, os estatutos do novo curso que previa duração de três anos para o grau de bacharel. Para ingresso neste, era necessário ser aprovado nos exames finais nas matérias que eram ministradas no Lyceu da capital de Goiás⁹¹.

O isolamento de Goiás das regiões sul e sudeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, fez “com que o quadro docente da Academia de Direito nascesse intimamente ligado ao limitado quadro burocrático do Estado, pois dependia dos juízes, promotores e desembargadores para o exercício do Magistério na Academia” (ALVES, 2000, p. 33).

As primeiras turmas formaram poucos bacharéis, até mesmo porque havia altos custos para se fazer o curso, sendo oferecido quase que exclusivamente para os filhos das elites que tinham condições de pagar as despesas. Com um número pequeno de alunos, surgiram dificuldades financeiras para manter o curso funcionando. Por esse motivo, o Estado precisou oferecer um crédito especial para o que curso não fechasse. Mesmo com a transferência dos custos de manutenção da Academia para o governo do Estado, a situação não foi resolvida. Em 1909, a Academia fechou devido aos conflitos políticos entre as famílias das oligarquias. Em 1916, foi criado um novo instituto jurídico em Goiás, por meio da Faculdade Livre de Direito de Goyaz, como um meio de suceder a Academia.

Como a Academia, a Faculdade Livre enfrentou muitas dificuldades financeiras para se manter, pois não tinha subsídio do Estado. Ainda sem uma sede própria, funcionava numa Sala da Secretaria de Instrução e Obras Públicas (CASTRO, 1946, p. 71). A partir de 1917, a duração do curso foi ampliada de três para cinco anos, passando a se chamar Faculdade Livre de *Sciencias Juridicas e Sociaes de Goyaz*, conseguindo funcionar até 1920.

Com o fechamento desta última, em 1920, Eugênio Jardim, unindo-se aos professores da faculdade Livre, criou a Faculdade de Direito de Goyaz, instalada em 18 de agosto de 1921. Essa nova faculdade já havia sido aprovada, recebendo subvenção do governo estadual, pois seu idealizador, Eugênio Jardim, assumiu a presidência do Estado de Goiás naquele mesmo ano, dando total apoio para a nova faculdade. Um grupo formado por dissidentes da

⁹¹ Jornal *Goyaz*, s/n. 05 de fevereiro de 1903. Arquivo Histórico do Estado de Goiás.

Faculdade Livre formou a Escola de Direito de Goyaz, que existiu concomitantemente à Faculdade de Direito. Ambas sempre lutavam por apoios financeiros por parte do Estado para sobreviverem. Com a chegada de Brasil Ramos Caiado ao poder, em 1925, somente a Escola de Direito recebeu subvenção do governo até 1930, o que resultou no fechamento da Faculdade de Direito. O *Correio Oficial* nos apresenta dados mais precisos daquele momento da história e da trajetória do curso de Direito na antiga capital:

A Escola de Direito de Goyaz, desde 10 de junho de 1916, época de sua fundação, vem sendo dirigida pelo dr. Agenor Alves de Castro e tem prestado relevantes serviços à mocidade estudiosa e Estado. Funciona em prédio próprio, a rua dr. Corumbá, e possui as instalações necessárias, exigidas pela reforma de ensino. Goza de subvenção federal desde 1921 e tem os seus estatutos moldados as escolas congêneres da União. É subvencionada pelo governo do Estado, que mantém perante ella, como fiscal, o desembargador Odorico Gonzaga de Siqueira. Com a turma do ano passado, já foram diplomados pela escola de direito 27 bacharéis, entre os quais figuram os juizes de direito de Annápolis, Bella Vista, Santa Rita, Divinópolis, Rio Bonito, Formosa e Santa Cruz. Estão matriculados na escola 38 alumnos distribuidos por todos os anos do curso, do seguinte modo: 1º anno: 8, 2º anno 11, 3º anno 07, 4º anno 2, 5º anno 4 (CORREIO OFFICIAL, 28/05/1929)⁹².

No governo de Pedro Ludovico Teixeira, como interventor federal, foi promulgado um decreto reabrindo a Faculdade de Direito de Goyaz que, como vimos, havia fechado por falta de apoio financeiro do Estado. Segundo Alves (2000, p. 127-128), essa reabertura foi uma forma de Ludovico protestar contra os Caiado, que por ora apoiavam somente a Escola de Direito. Foi no seu governo que a faculdade se fortaleceu, sendo elevada à Faculdade de Direito do Estado, tornando-se, em 1934, um instituto oficial do Estado. Em 1937, a Faculdade de Direito foi transferida para Goiânia, a nova capital, possibilitando a ela se perpetuar frente à Escola de Direito, que ficou na antiga capital. Com essa mudança, a escola não resistiu, tendo que aderir à Faculdade de Direito.

Os anos de 1940 e 1950 foram considerados os anos áureos da Faculdade de Direito. Nestas décadas, a faculdade se consolidou e se estruturou, trilhando um caminho de federalização, que resultou na fundação da Universidade Federal de Goiás, em 1960, à qual foi anexada. Só foi possível chegar à constituição da universidade porque houve uma presença e atuação forte da Faculdade de Direito com essa finalidade.

4.1.2 A Escola de Pharmácia e Odontologia de Goyaz

⁹² Jornal *Correio Oficial*, 28 de maio de 1929. Arquivo Histórico do Estado de Goiás.

A Escola de Pharmácia e Odontologia de Goyaz existiu entre os anos de 1922 a 1930, na antiga capital do Estado. No início da década de 1920, havia apenas três farmácias na cidade de Goiás, sendo elas a do Hospital São Pedro de Alcântara, Farmácia Central e a Farmácia Santana. Diante disso, surgiu a ideia e a necessidade de uma escola de farmácia na então capital. A iniciativa foi encabeçada por Otaciano Crisóstomo de Souza Moreira e Ângelo Fleury, este último tinha feito o curso de farmácia em Ouro Preto, Minas Gerais, onde estudavam muitos goianos devido à proximidade geográfica. Além dos dois, se agregou ao grupo Constâncio Gomes de Oliveira, que também era farmacêutico e ocupava uma secretaria de governo (CURADO, 1981).

Em março de 1922, o grupo iniciou a articulação e conseguiu a liberação de algumas dependências do Hospital São Pedro de Alcântara para início dos trabalhos, até a Escola de Pharmácia ter uma sede própria. Cada um deles assumiu uma função para a consolidação da referida instituição. Ainda segundo Curado (1981), Ângelo Fleury cuidava da parte dos estatutos e secretaria, Otaciano convidava os professores e organizava as disciplinas da grade curricular e Constâncio, sendo secretário de governo, articulava a oficialização e o amparo da Escola de Pharmácia de Goyaz. Sobre o tema, Bretas (1991) acrescenta que:

Era um dos últimos dias de maio de 1922, um grupo de médicos e farmacêuticos residentes na Capital, se reúne para fundar uma escola de farmácia. Este era um assunto que esses profissionais vinham, havia anos, discutindo em seus encontros ocasionais. O momento era oportuno, visto que na capital já se contava com um certo número de farmacêuticos jovens, idealistas e competentes, formados nas melhores Escolas de Farmácia do País, como Constâncio Gomes de Oliveira, Agnelo Arlington Fleury Curado e Otaciano de Souza Moreira. Entre os médicos interessados achavam-se Brasil Ramos Caiado, Agenor Alves de Castro, Antônio Borges dos Santos e Lincoln Caiado de Castro (BRETAS, 1991, p. 257-258).

Além do grupo de farmacêuticos que coordenava os trabalhos, a iniciativa ganhou a confiança de alguns médicos da região que apoiaram a ideia. Com isso, em oito de maio de 1922, no Hospital São Pedro de Alcântara, aconteceu a solenidade de abertura da Escola de Pharmácia de Goyaz com a presença das autoridades locais, professores e futuros alunos. Essa iniciativa teve adesão quase que em massa da população local, pois eram necessários profissionais qualificados que atendessem nessas áreas ante a grande demanda que existia.

De acordo com Bretas (1991), o corpo docente da Escola de Pharmácia era formado por farmacêuticos e médicos locais, sendo o primeiro diretor o médico Brasil Ramos Caiado. O curso era constituído das seguintes disciplinas: física médica, história natural médica, farmacologia, microbiologia, bromatologia e noções de terapêutica e toxicologia. O curso tinha duração de três anos. Depois de um ano de funcionamento, diante dos apelos da

população, foi criado o curso de Odontologia, tornando-se, assim, a Escola de Pharmácia e Odontologia de Goyaz, reconhecida por decreto estadual em 13 de junho de 1924. Isso possibilitou a subvenção do governo para que a escola pudesse se manter funcionando.

Uma escola desse porte viria para suprir a necessidade da demanda local, principalmente daqueles que tinham o desejo de se formar, mas não tinham condições de saírem de sua terra natal. Sendo assim, a Escola de Pharmácia e Odontologia veio como resposta a esse apelo, contribuindo para a formação local, além de suprir parte da grande demanda por profissionais qualificados nessas áreas para atenderem a população. Com dois cursos em funcionamento, as dependências do Hospital São Pedro de Alcântara já não seriam suficientes. Era necessário um local maior. Desta forma, foi escolhido o prédio onde funcionava o Gabinete Literário, no Lago do Chafariz, para sediar a escola de Pharmácia e Odontologia. Com nova sede, a escola foi se estruturando e, em 1928, já possuía um “um laboratório de farmácia, um gabinete odontológico, uma oficina de prótese, e também que o governo havia colocado à disposição dos alunos o Laboratório de Analyse da Diretoria de Hygiene” (BORGES, 2006, p. 81).

Como no curso de direito, os alunos que cursavam Farmácia e Odontologia vinham das famílias mais abastadas da capital e região. No *Correio Oficial do Estado de Goyaz*, encontramos o número de alunos que passaram pela Escola de 1922 a 1929:

A Escola de Pharmacia e Odontologia funciona nesta capital, num dos seus melhores prédios, com capacidade para todas as instalações necessárias as exigências theoricas e práticas dos seus cursos. O de Pharmacia foi fundado a 29 de março de 1922 e o de Odontologia a 9 de abril de anno subsequente. Sendo habitual e relativamente restrito o número de alumnos matriculados, demonstra este facto que a matrícula não é liberalizada aos que não a podem alcançar, senão pelos conhecimentos revelados nos exames vestibulares. Em todos os annos de seu funcionamento, tem havido as seguintes matriculas na 1ª série. 1922

1922	Pharmácia 25	-----	Total 25
1923	Pharmácia 16	Odontologia 14	Total 33
1924	Pharmácia 6	Odontologia -	Total 6
1925	Pharmácia 19	Odontologia 6	Total 25
1926	Pharmácia 14	Odontologia 5	Total 19
1927	Pharmácia 14	Odontologia 9	Total 23
1928	Pharmácia 15	Odontologia 10	Total 25
1929	Pharmácia 15	Odontologia 11	Total 26

Até hoje foram expedidos 47 diplomas de farmacêutico e 17 de dentista e os seus possuidores quer estabelecendo-se, em maior parte neste Estado, quer exercendo a profissão em outro, quer matriculando-se, mediante os diplomas, em escolas superiores de outras unidades da federação, têm attestado os bons serviços que a mocidade goiana vai prestando a escola de pharmacia e odontologia desta capital (CORREIO OFFICIAL, 28/05/1929)⁹³.

⁹³ *Correio Oficial*, 28 de maio de 1929. Arquivo Histórico do Estado de Goiás.

Isso possibilitou uma melhora considerável para o quadro da saúde em Goiás neste período da história. A primeira turma formou-se em dezembro de 1924. O contexto da Revolução de 1930 e todas as mudanças que ela gerou resultaram no fechamento da Escola de Farmácia e Odontologia de Goyaz. Para Bretas (1991), um dos motivos para o fechamento da referida escola seria a falta de subvenção, já que o governo do Estado havia cessado o repasse de verbas.

Percebemos que a criação dos três cursos em Goiás nesse período (Direito, Farmácia e Odontologia) tinha como finalidade formar profissionais liberais, direcionados às classes mais abastadas, até mesmo porque, para conseguir se formar em um desses cursos, o candidato deveria ter condições financeiras para custear as despesas que não eram baratas para o contexto da época. O ideal do “homem culto” era o que alimentava o espírito da época, portanto, as carreiras liberais foram fomentadas para responder a essa demanda. Estes cursos formavam os que eram reconhecidos por “doutores”, autorizando a eles uma ascensão e reconhecimento na hierarquia social (AZEVEDO, 1976, p. 142-143).

4.2 Fundação da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia e os cursos de Enfermagem, Farmácia e Odontologia

Iniciaremos agora nossa reflexão sobre a atuação da Igreja em Goiás na implantação dos cursos superiores. A gênese da educação superior católica está vinculada à Santa Casa de Misericórdia de Goiânia (SCMG), que abrigou os primeiros cursos criados, todos eles na área da saúde: Enfermagem, Farmácia e Odontologia. Desta forma, faremos um resgate histórico de como se deu a criação do referido hospital e, conseqüentemente, da atuação de Dom Emanuel para a criação desses primeiros cursos.

A década de 1930 em Goiás foi marcada por um marco desenvolvimentista, a saber, a criação da nova capital, Goiânia, fomentada por Pedro Ludovico. Inicialmente, Dom Emanuel foi convidado para presidir a comissão que deveria escolher o local da nova capital. Essa foi uma estratégia de Pedro Ludovico para minimizar as reações contrárias, conforme alude Vaz (1997, p. 258). O prestígio do bispo seria elemento favorável para a causa que Pedro Ludovico defendia: a mudança da capital. O jornal *Brasil Central* publicou o telegrama de Pedro Ludovico, que convidava Dom Emanuel para compor a comissão:

Dom Emanuel Gomes, Bispo Goiaz, Bonfim 16 Dez 1932. Tenho prazer convidar Vossencia para fazer parte da comissão que estudará o local apropriado para construção da nova cidade destinada Capital deste Estado. Certo valioso concurso

Vossencia, antecipadamente agradeço. Saudações atenciosas. Ass. Pedro Ludovico, Interventor (BRASIL CENTRAL, 30/12/1932)⁹⁴.

Ao convite feito pelo interventor, Dom Emanuel deu seu parecer positivo, pois a Igreja interessava-se por ocupar esse cargo de tamanha importância, que além de ter um valor político tinha, também, um valor simbólico:

Exmo. Sr. Dr. Pedro Ludovico, Interventor Federal, Goiás. Recebemos honroso convite Vossência, datado 16 corrente para fazer parte da comissão que estudará local apropriado para Capital deste Estado. Aceitamo-lo agradecido para prestar desinteressadamente nosso modesto concurso magno problema muito favorecerá desenvolvimento Estado cooperar nobres propósitos governo Vossência, cercar todas garantias vida cidade Goiás sede permanente nossa querida Diocese primaz Deus guarde Vossência. Atenciosamente. Emanuel, Bispo Goiás (BRASIL CENTRAL, 30/10/1932)⁹⁵.

Como Dom Emanuel já tinha transferido a sua residência para Bonfim desde 1926 e fazia grandes investimentos na cidade, tendo ele o cargo de chefiar a comissão, quis interferir para que Bonfim fosse o local escolhido para instalação da nova capital. Pedro Ludovico usava o prestígio do bispo para minimizar as reações contrárias, e o bispo usava o cargo que ocupava para tirar proveito, diante das iniciativas que realizava na escolha da cidade. Valemos aqui do conceito *teo-político*, apresentado por Quadros (2009), o qual se refere à interdependência do crer com o poder. Conforme analogia proposta, a Igreja e Estado partilham, por um lado, de um mesmo ideal, mas que, por outro, se distinguem pelos diferentes objetivos. Assim, “o hífen do conceito acentua as não coincidências, a autonomia relativa que renova constantemente as tensões e conflitos entre as duas esferas” (2009, p. 45). Essa conceituação é importante, pois agora veremos os conflitos gerados entre as duas autoridades na escolha do local da nova capital.

A comissão, chefiada por Dom Emanuel e Colemar Natal e Silva, indicou quatro cidades: Bonfim, Pires do Rio, Ubatã e Campinas. Dom Emanuel posicionou-se para que fosse escolhida Bonfim, mas Pedro Ludovico preferiu Campinas, por ser a região central na parte mais povoada do Estado. Isso gerou um mal-estar entre o bispo e o interventor do Estado. Situação essa evidenciada na ausência do bispo nas duas primeiras missas celebradas em Goiânia, a primeira em 27 de maio de 1933, celebrada pelo padre redentorista de Campinas, pe. Conrado Kolman, e a segunda celebrada por pe. Agostinho Polster, no lançamento da pedra fundamental da nova cidade, em 24 de outubro, desta última, a ausência

⁹⁴ TEXEIRA, Pedro Ludovico. *Telegrama*. Jornal *Brasil Central*, Goiânia, 30 de dezembro 1932. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

⁹⁵ OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. *Telegrama*. Jornal *Brasil Central*, Goiânia, 30 de dezembro 1932. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

do bispo foi justificada por estar no Rio de Janeiro. De acordo com Santos (1984), Dom Emanuel só veio celebrar em Goiânia dois anos depois, no lançamento da pedra fundamental da Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, em 24 de maio de 1935, pois lá seria a futura catedral da nova cidade. Preocupado com a má impressão que deu a ausência do bispo na missa de 24 de outubro de 1933, pe. Vitor Almeida escreveu a Dom Emanuel, contando o ocorrido para preveni-lo de maiores desgastes:

Tenho hesitado em escrever a V. Excia. por ignorar si demora ou não no Rio. Apesar disto, e na incerteza, escrevo esta porque julgo necessário fazê-lo. Em 24, foi lançada a pedra fundamental da “Nova Capital”, em Campinas. Chegou aqui um telegrama do Interventor para V. Excia. Julgando que conviria uma representação oficiosa da Igreja, entendi-me com os Srs. Pe. Samuel e Muller, e deliberámos, ainda e com sacrifício, ir o Pe. Muller e eu a Campinas. Procurei imediatamente o Interventor, visitando-o disse ter ciência do telegrama, e que V. Excia ainda se achava no Rio, indo porém o Pe. Muller e eu suprir de algum modo a ausência de V. Excia. Referiu-me o Interventor que alguém, que chegara do Rio, lhe afirmara que V. Excia. estaria aí agindo contra ele, Interventor. Retorqui, dizendo que V. Excia é incapaz de tal, porque a sua linha de conduta é sempre muito elevado e nobre, e, ademais, sempre teve grande consideração a Dr. Pedro Ludovico. Deveria haver nisso “qui pro quo” em intriga. O Interventor deu mostrar de ouvir-me com satisfação. Está fora dos meus hábitos ser transmissor dessas intriguinhas, mas, como se trata de um assunto que poderia talvez criar desarmonia entre o governo civil e V. Excia., julguei dever quebrar neste ponto o meu hábito de discrição em assuntos delicados. Tanto mais que me afirmou o Mário que o portador dessa “novidade” foi o irmão do Dr. Velasco, (Bueno Velasco). Ciente disto, V. Excia. saberá desfazer esse atijamento de desconfiança, ou de malevolência (ALMEIDA, 1933)⁹⁶.

Pedro Ludovico não queria a nova capital à sombra da Igreja, pois seu desejo era uma política de viés secularizado, que se preocupasse com o desenvolvimento econômico e social e que pudesse ser governada por princípios laicos, advindos da razão e não da religião. Sobre o tema, Vaz (1997) afirma que:

Estas regiões careciam de uma nova capital que, intensificasse o ritmo da acumulação capitalista, retirando ainda o poder político da velha e estagnada capital, que se encontrava fora do novo eixo de desenvolvimento. Pedro Ludovico, por outro lado, não intencionava viver à sombra da Igreja e de Dom Emanuel, numa cidade onde o prestígio do bispo era enorme, tido por salvador da mesma. Ha mais. Bonfim fora uma cidade de origens sacras, fundada sob a benção de uma santa, em pleno período mineratório e de união Igreja- Estado. Se assim procedesse Pedro Ludovico mudaria sem sair do lugar, deixaria o velho na cidade de Goiás para reencontra-lo em Bonfim (VAZ, 1997, p.268).

Para Santos (1984), esse acontecimento causou um “congelamento” nas relações entre Dom Emanuel e Pedro Ludovico, fazendo com que o bispo se exilasse de Goiânia, ficando em

⁹⁶ ALMEIDA, Pe. Vitor. *Carta à Dom Emanuel*. Bonfim, 27 outubro 1933. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

Bonfim. E isso é externalizado na não transferência do bispado para nova capital, pois Dom Emanuel faleceu em 1955, em Bonfim.

A partir de 1935, esse mal-estar passou a ser amenizado, resultando numa discreta reaproximação entre o bispo e o interventor. Pois, a nível nacional, por meio da Constituição de 1934, houve certa aproximação entre Igreja e Estado, período que ficou conhecido como restauração católica. A missa de lançamento da pedra fundamental da nova Catedral Nossa Senhora Auxiliadora de Goiânia demonstrou isso. Durante a missa, Pedro Ludovico esteve ao lado de Dom Emanuel, o que confirmou, de maneira simbólica, a reaproximação para uma colaboração mútua entre os dois poderes. Afinal, um se valia do outro para a conquista de seus interesses. Para esta celebração, o interventor mandou que buscasse Dom Emanuel num carro oficial do Estado e, logo após a missa, ofereceu um almoço no palácio para o bispo e sua comitiva. Cuidado que demonstrou mais uma vez seu apreço e proximidade, com sinais visíveis de um projeto maior de colaboração entre Igreja e Estado. Assim, noticiou o *Correio Oficial*:

A colocação da primeira pedra da futura Matriz da Nova Capital de Goiás, revestiu-se de grande solenidade. Compareceu, pessoalmente, S. Excia o Sr. Governador do Estado, em cuja comitiva tomaram parte o Presidente e o 1º Secretário da Assembléia Constituinte Estadual e o Dr. Secretário Geral do Estado. Às 9 horas do dia 24 do corrente, o Secretário Geral partiu, em automóvel oficial, da Nova Capital em demanda de Campinas onde, no Convento dos Padres Redentoristas, se encontrava hospedado S. Excia Revma. O Sr. Arcebispo de Goiaz, D. Emanuel Gomes de Oliveira, afim de levar o antistite e comitiva. Ai chegados, houve a troca de cumprimentos entre o Dr. Govenador e o Prelado, dando-se, em seguida, inicio a missa campal. Finda a missa dirigiu-se ao altar o Snr. Arcebispo que se paramentou e, tomando o baculo, dirigiu algumas palavras aos presentes, explicando a alta significação da cerimônia e o motivo porque seria N. Senhora Auxiliadora o orago do templo que se ia construir. Terminada a seção, teve lugar um almoço intimo no palacete onde se hospedára o governador, oferecido a S. Excia, o Snr. Arcebispo Diocesano. Vários donativos foram feitos já à futura Igreja. O Snr. Governador, e varias outras pessoas assinaram, ali, vales de muitos milheiros de tijolos para o inicio da construção (CORREIO OFFICIAL, 28/05/1935)⁹⁷.

⁹⁷ Jornal *Correio Oficial*, 28 de maio de 1935. In: MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. Como Nasceu Goiânia. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938. p. 258-260.

Imagem 1 – Dom Emanuel e Pedro Ludovico no lançamento da pedra fundamental da futura Catedral de Nossa Senhora Auxiliadora em Goiânia



Fonte: Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central- IPEHBC

O rito religioso-sacramental, por parte do bispo, e o diplomático-político, por parte do governador, evidenciaram uma linguagem simbólica de autoafirmação e de poder entre ambos, mas, ao mesmo tempo, de presteza e colaboração que demonstrava reciprocidade dos dois poderes, que se reconciliavam em benefício de seus projetos. Desta forma, esses momentos “entram em ação, com maior vigor, os ditos porta-vozes especializados. Eles se revestem de tais símbolos para confirmar seu poder e o poder da Instituição por eles representada” (PEREIRA, 2008, p. 95).

Outra pessoa que foi de fundamental importância nesse processo de reaproximação entre Estado e Igreja foi a então primeira dama, Dona Gercina Borges, que era muito religiosa e católica – o que foi confirmado, por exemplo, na criação da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, fruto concreto dessa proximidade e cooperação entre as duas esferas, política e religiosa.

Na nova capital, era necessário um hospital que pudesse atender às demandas da população. Segundo Vaz (1997), o governo estadual não teria condições de construir e manter um hospital com seus recursos, principalmente devido aos altos custos da construção da nova cidade, bem como pela dificuldade de encontrar pessoas capacitadas para exercer funções técnicas. Em Goiás, havia poucos profissionais qualificados em saúde.

A demanda pela fundação de um hospital em Goiânia veio ao encontro do desejo da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP)⁹⁸, uma associação leiga católica que tinha como finalidade a caridade e o conforto espiritual aos doentes e necessitados. A conferência vicentina já existia em Campinas e, com a criação de Goiânia, passou a atuar na nova capital, se reorganizando e, em 1936, passando a ter como presidente Germano Roriz, um influente senhor, e Agnelo Arlinto Fleury Curado, como primeiro secretário. Coube ao cônego Abel Ribeiro, braço direito de Dom Emanuel e primeiro vigário de Goiânia, acompanhar o trabalho dos vicentinos. Além do apoio de dona Gercina Borges, primeira dama do Estado, todos esses se envolveram no projeto da fundação da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia. Sendo assim, essa iniciativa foi encampada pela Igreja, Estado e sociedade civil. Essa aliança se consolidou no nascimento do primeiro hospital da nova capital, que ficou sob a tutela da Igreja Católica.

As Santas Casas fazem parte da história do Brasil desde a sua colonização. Foram inspiradas na Santa Casa de Lisboa, que era considerada modelo e casa-mãe. Elas eram fundadas e organizadas por grupos leigos, denominados de irmandades. A primeira Santa Casa fundada no Brasil foi a de Santos, em 1543, sob iniciativa da Irmandade de Misericórdia. Depois, estas se espalharam por todo o Brasil com sede, por exemplo, em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. Nos períodos colonial e imperial, as Santas Casas foram a referência para o tratamento de saúde no país, devido a sua organização e eficiência. Essas irmandades leigas que dirigiam as Santas Casas viviam dos donativos sociais que ganhavam e das subvenções que recebiam por parte do Estado. Segundo Russel-Wood (1981) a partir do século XVIII, no caso da Bahia que ele analisa, os parâmetros de poder e status social foram modificando quando a nobreza de sangue foi sendo substituída pela riqueza financeira, de acordo com o autor esse era o princípio de “aburguesamento”. Tendo esse grupo alcançado uma ascensão econômica, agora se fazia necessário uma ascensão social. Por isso, muitos deles se afiliavam à Misericórdia, pois tinham condições financeiras

⁹⁸ A SSVP é uma organização católica internacional de leigos, fundada em Paris, no ano de 1833, por Antônio Frederico Ozanam e seus companheiros. Colocada sob o patrocínio de São Vicente de Paula, inspira-se no pensamento e na obra deste santo, esforçando-se, sob o influxo da justiça e da caridade, por aliviar os sofrimentos do próximo, mediante o trabalho coordenado de seus membros. De caráter católico, está aberta a quantos desejam viver sua fé no amor e no serviço a seus irmãos. Em determinados países, o Brasil excluído, podem as circunstâncias levá-la a acolher cristãos de outras confissões, ou membros de outras crenças, que adiram a seus princípios. Nenhuma obra de caridade é estranha à SSVP. Sua ação compreende qualquer forma de ajuda, por contato pessoal, no sentido de aliviar o sofrimento e promover a dignidade e a integridade do homem. A Sociedade não somente procura mitigar a miséria, mas também descobrir e remediar as situações que a geram. Leva sua ajuda a quantos dela precisam, independentemente de raça, cor, nacionalidade, credo político ou religioso e posição social. Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo, 1998.

para colaborar nas obras de caridade, e viam nesta afiliação um elemento para a distinção social (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 298).

De acordo com Franco (2011, p. 06), “as Misericórdias tinham uma profunda inspiração religiosa, mas em termos efetivos, coube à Igreja, apenas o papel de reafirmar, no plano devocional, a importância da caridade como veículo transformador do destino dos cristãos”. As irmandades da misericórdia que cuidavam das Santas Casas eram associações católicas que possuíam destaques na sociedade onde exerciam suas atividades, seja pela sua condição social ou política-econômica, seja por serem elitistas. Essas irmandades viam nas Santas Casas uma possibilidade de exercerem a caridade, e para alguns, possibilidade de ascensão social como já citamos, por meio de uma obra de misericórdia, pois queriam exteriorizar sua “piedade” em atos públicos de caridade (filantropia social) e serem reconhecidos socialmente (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 17).

Em Goiânia, o lançamento da pedra fundamental da Santa Casa de Misericórdia aconteceu em 28 de setembro de 1935. A área cedida pelo Estado ficava entre as ruas 21 e 24 no centro, mas depois, por motivos técnicos, foi mudada para uma área entre as avenidas Tocantins, Paranaíba e rua 4. O projeto da obra era do arquiteto José Amaral Neddermeyer, e sua construção só foi iniciada, de fato, em 1937 (SANTANA, 2003, p. 18). A localização do hospital nos parece estratégica, pois seu terreno ficava na região central, próximo de onde estavam sendo construídos os prédios mais importantes da cidade. Como disse Pierre Bourdieu, “o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce” (BOURDIEU, 1999. p. 163).

Para a realização desse projeto, o Estado entrou com a doação do terreno e de verbas federais para a construção. A Igreja entrou com a administração, por meio da Sociedade de São Vicente de Paulo, e com a manutenção do hospital, através da presença das religiosas. Inicialmente, pelas irmãs Agostinianas e depois com as Filhas da Caridade. O esforço mobilizou, ainda, muitos membros da sociedade civil para as diversas comissões de serviços, bem como para angariar fundos para construção e manutenção da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia.

A atuação de dona Gercina, que ficou conhecida como “mãe dos pobres” e sua proximidade com Dom Emanuel e os vicentinos nessa ação conjunta em prol da Santa Casa, representou a aliança entre Igreja e Estado. Ambos os lados utilizaram da oportunidade para demonstrar sua influência e poder. A primeira dama, como uma mulher religiosa, foi aquela que restabeleceu essa proximidade com a Igreja, possibilitando, assim, o avanço do movimento restaurador em Goiás (VAZ, 1997).

O advento da nova capital – que era visto como sinônimo da modernidade que chegava, principalmente diante da modernização do Estado – seguiu os critérios da racionalidade de seus idealizadores, sob a batuta de Pedro Ludovico Teixeira. A Santa Casa de Misericórdia de Goiânia foi criada neste momento, pois através dela foi possível manter relações de poder e controle das camadas urbanas, sobretudo, as mais pobres, que surgiram como resultado desse processo de desenvolvimento em Goiás. Em Goiânia, no ano de 1935, havia aproximadamente uma população de dois mil habitantes e, em 1937, quando aconteceu de fato a transferência da capital do Estado, em 23 de março, essa população mais que triplicou, chegando a sete mil habitantes (SANTANA, 2003, p. 21). Esse crescimento populacional resultaria, conseqüentemente, num crescimento das classes mais pobres e vulneráveis. Logo, uma obra social da magnitude da Santa Casa de Misericórdia tornava-se, também, uma possibilidade de controle social e de disciplina da vida pública. Afinal, ela foi a principal instituição de assistência em nível local.

Em geral as Santas Casas de Misericórdia foram criadas simultaneamente à fundação de uma cidade ou logo em seguida, isto é explicado pela necessidade de ter uma organização que cuide de doentes e de desamparados que é crescente quando há o desenvolvimento populacional e urbano (SANTOS, 2013, p. 59).

A SCMG só pôde ser construída porque recebeu subvenções do Estado e doações individuais. Encontramos duas reportagens no jornal *O Popular* que relatam isso. A primeira diz:

A Santa Casa de Misericórdia de Goiânia vem funcionando regularmente, prestando benefícios aos pobres que a procuram. Os médicos Drs. Domingos Viggiano e Osvaldo Gomes de Almeida Filho diariamente atendem ali a pobreza das oito às nove da manhã. Acham-se, atualmente internados na Santa Casa, seis homens, duas mulheres e duas crianças. Na visita que recentemente fez àquele estabelecimento de caridade, o Senhor Doutor Interventor Federal fez um apelo a todos os habitantes da capital no sentido de concorrerem, na medida de suas posses, com uma contribuição mensal, destinada à manutenção da Santa Casa. Este apelo tem sido muito bem acolhido pela população goianiense, conforme atestam as inúmeras inscrições feitas. É a seguinte a arrecadação iniciada em 1º de junho do corrente mês: Venerando Freitas Borges, 20\$000; Dr. Colemar Natal e Silva, 10\$000; Dr. Borges dos Santos, 10\$000; Manoel de Carvalho, 10\$000; Dr. Ataliba de M. Jardim, 10\$000. Germano Roriz, D. América do Sul Roriz, Aquilino Contart, D. Marianinha Lira, Antenor Amorim Nascimento, Dr. Agnelo A. Fleury, Godofredo L. Azeredo e Dr. Gustavo Serrão, 5\$000 cada. D. Maria Contart, 2\$000. A presidente da comissão angariadora de donativos, D. Gercina Borges Teixeira, na semana finda, entregou as seguintes contribuições: D. Cecília Felix de Souza e D. Lourdes de Moraes, 150\$; D. Cecilia Batista Coelho, 50\$. A Prefeitura Municipal contribuiu com a cota de assistência pública na importância de 406\$200. Total da semana: 908\$200. A diretoria da Conferência de São Vicente de Paula e a Provedoria da Santa Casa apelam para os sentimentos caridosos dos habitantes de Goiânia, no sentido de atender a todas as necessidades da pobreza local (O Popular, 05/06/1938)⁹⁹.

⁹⁹ Jornal *O Popular*, 05 de junho de 1938. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

Sobre os subsídios do governo e sua relação com a Igreja na construção da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, o referido jornal relata:

No momento em que o Governo do Estado está seriamente empenhado na reforma de todos os serviços públicos de Goiás, não podia ficar à margem a parte referente à assistência social, que tem merecido do Governo da República a melhor atenção. Felizmente o interventor Pedro Ludovico vem se preocupando de um modo elogiável no sentido de Goiás ter o seu serviço de assistência social organizado e perfeitamente eficiente. Haja vista o apoio que Sua Excia. vem dando à execução dos trabalhos de construção e manutenção da Santa Casa de Misericórdia desta capital. Ainda esta semana, Sua Excia., em companhia de sua senhora, D. Gercina Borges Teixeira, presidente daquela casa de caridade, e a quem a pobreza de Goiânia muito deve, visitou aquele estabelecimento, tendo ali trocado idéias com a comissão da Sociedade de São Vicente de Paula, a respeito da organização de um plano de assistência social em todo o Estado. A assistência ora estudada compreende a parte referente aos doentes, à maternidade, às crianças desamparadas e aos alienados, cuja execução em todo o Estado ficará a cargo da Santa Casa de Misericórdia e sob a fiscalização de uma comissão nomeada pelo Governo Estadual, a exemplo do que vem fazendo o Governo Federal em todo o País. Para a execução desse plano, que já conta com a subvenção de 50:000\$000 do Governo Federal e 30:000\$000 da Prefeitura de Goiânia, foi sugerida a idéia de criar uma taxa que será denominada de Assistência Social e cujos resultados serão revertidos em benefício da solução desse importante problema no Estado, que é do amparar os desvalidos (O Popular, 06/11/1938).¹⁰⁰

O grupo leigo que se unia à Sociedade de São Vicente de Paulo, sob o apadrinhamento de Dona Gercina Borges, era composto por homens e mulheres instruídos e de condição social abastada, seja por seu *status* social, ou poder econômico e político. No jornal *Correio Oficial* foi noticiado:

Será brevemente construída nesta cidade a Santa Casa de Goiânia. Construção patrocinada pela Conferência de São Vicente de Paula, instituição de fins inteiramente humanitários, destina-se ao abrigo dos pobres e desamparados, que ali encontrarão alívio aos seus infortúnios. Não se pôde negar que a “Santa Casa”, que será entregue a direção de caridosas Irmãs, irá de muito beneficiar a nossa cidade, eis que será um azilo seguro dos desvalidos, que poderão, confiantes, bater às suas portas, na certeza de encontrar remédio para os seus sofrimentos e o pouco de conforto de que necessitam. Comissões já foram nomeadas pela conferência de São Vicente, para, durante o ano de 1937, se encarregarem dos trabalhos de construção dessa casa de beneficência, ficando as mesmas assim constituídas:

COMISSÃO CENTRAL - SENHORES:

Presidente, Germano Roriz; 1º Vice-Pres. Dr. Sólton de Almeida; 2º Vice Pres. Dr. Agnelo Fleury Curado; 3º Vice-Pres. Randolpho Valoz; 1º Secretário, Maximiano Teixeira; 2º Secretário, Antero Taveira; Tesoureiro, Artur Magalhães; Auxiliar de Tesoureiro, Floriano Ribeiro Rodrigues; Fiscal das Obras, Dr. Alberto de Freitas.

COMISSÃO CENTRAL - SENHORAS:

Presidente, D. Gercina Borges Teixeira; 1ª Vice-Pres. D. Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro; 2ª Vice-Pres. D. Ione Guimarães Freitas; 3ª Vice Pres. D. Agenora Nascimento; 1ª Secretaria, Srta. Maria das Graças Fleuri; 2ª Secretaria, Srta. Geralda de Aquino; 3ª Secretaria, Srta. Escolástica de Camargo; Tesoureira, D. Ercílio Bonifácio Nei; Auxiliar de tes. D. Ruth Neddermeyer.

¹⁰⁰ Jornal *O Popular*, 06 de novembro de 1938. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

CONSELHO CONSUTIVO:

Dep. Felissimo Viana, Major Arnaldo Moraes Sermento, Cap. Hermilio Celestino Rodrigues, Dr. Laurindo Carvalho, Dr. Gomes Pereira¹⁰¹.

A elite goianiense protagonizou esse processo em prol da edificação da Santa Casa de Misericórdia, seja por mediações políticas para subvenções, seja através de engajamentos sociais, tais como: a realização de jantares, bailes, bingos e festas para arrecadação de fundos em favor da construção. A elite goiana considerava essa causa nobre, por isso houve a adesão de tantos homens e mulheres empenhados nessa obra, conforme noticiado à época (lista acima).

Nesta situação, encontramos várias motivações para a criação e manutenção da Santa Casa de Misericórdia: 1) seria uma via para suprir a ausência do Estado no que diz respeito à saúde; 2) atender à população mais carente, que crescia com o advento da nova capital; 3) abrigaria os primeiros cursos superiores na área da saúde sob a tutela da Igreja Católica; 4) atenderia a sociedade civil, que não mais precisaria buscar fora de Goiás um tratamento de saúde de qualidade; e 5) se auto afirmaria diante de Anápolis, que tinha o Hospital Evangélico Goiano.

Para cuidar de maneira ordinária do novo hospital, Dom Emanuel recorreu às congregações religiosas, pois já era de seu desejo a fundação do curso de Enfermagem. Ele necessitava de pessoas capacitadas não só para cuidar do hospital, como também para ministrar as aulas. A primeira tentativa se deu com as Irmãs Agostinianas, que já estavam em Goiás cuidando de colégios e que, neste período, tinham aberto mais um em Goiânia, o colégio Santo Agostinho. No primeiro momento, as Irmãs Agostinianas assumiram a direção da Santa Casa de Misericórdia, entre 1937 a 1942. O grupo era, então, composto pelas irmãs Isidora Rodriguez, Maria Valvanera, Maria Angela de Araújo e Esperança Garrido (SANTANA, 2003, p. 21).

Com a saída das Irmãs Agostinianas, Dom Emanuel recorreu às irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo (vicentinas), que estavam no Rio de Janeiro e tinham uma Escola de Enfermeiras. Enviou seu pedido à Irmã Marie Antoinete Blanchot, superiora provincial, de quem recebeu o parecer positivo. Em dois de outubro de 1942, chegou a Goiânia um grupo de seis irmãs, sendo elas Lídia de Paiva Luna, Cecília Fernandes, Inês Laje, Jeane Sabóia, Josefa Dias Lima (Ir. Luiza) e Juleita Morgante (Ir. Vicência)¹⁰². Com a chegada das irmãs, foi consolidada a meta que Dom Emanuel e a conferência dos vicentinos

¹⁰¹ Jornal *Correio Oficial*, 27 de dezembro de 1936. Arquivo Histórico do Estado de Goiás.

¹⁰² Relato de Josefa Dias Lima (Ir. Luiza). *Missão das Filhas da Caridade em Goiás*. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central. p. 6.

já tinham estabelecido no ano anterior, sendo criada, assim, a Escola de Enfermagem em 10 de outubro de 1942.

O desejo de Dom Emanuel em trazer as Filhas da Caridade para a Santa Casa de Misericórdia, em primeiro lugar, manifestava a presença e a atuação da Igreja de maneira evidente frente à sociedade e ao governo num contexto de laicização, como foi o da criação da nova capital e da mentalidade secularizada de Pedro Ludovico. A Igreja sentiu a necessidade de ocupar lugares importantes na sociedade civil, como, por exemplo, através da administração da Santa Casa, e a presença das irmãs resguardaria isso – até mesmo porque, naquele momento, o Estado não tinha pessoas qualificadas para tal função, cabendo à Igreja responder a essa demanda e garantir o seu espaço.

As Filhas da Caridade já tinham uma forte atuação nesta área, pois estavam à frente da Escola de Enfermagem Luiza de Marillac, no Rio de Janeiro. A congregação religiosa investiu na formação de suas irmãs, principalmente no campo da enfermagem, que as qualificaram para tal função. Isso respondia ao carisma da congregação, que tinha a finalidade de cuidar dos pobres, doentes e desvalidos.

Esse debate sobre a fundação da Santa Casa de Misericórdia se torna necessário em Goiás porque ela acolheu o curso de Enfermagem (1942), sob o desejo de Dom Emanuel e coordenado pelas irmãs Filhas da Caridade. Para a concretização do projeto foi formada uma comissão que encampou a ideia do bispo para que ela se tornasse realidade. São eles: Dr. Eduardo Jacobson, dona Gercina Borges e a Sociedade de São Vicente de Paulo, representada por Sr. Germano Roriz e pelo Provedor José Sêneca.

Além do curso de Enfermagem, a Santa Casa acolheu, posteriormente, os cursos de Farmácia e Odontologia, em 1948. De acordo Silva (2006), D. Emanuel,

Não mede esforços para que surja na capital do Estado uma modelar “Escola de Enfermeiras”, oficializada no molde da Escola modelo “Ana Neri” do Rio de Janeiro. E recentemente o Conselho Nacional de Educação, em uma de suas sessões, opinou pela autorização de funcionamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia em Goiânia, requerida pela Conferência de S. Vicente de Paulo de Goiás (SILVA, 2006, p. 455).

Dom Emanuel tinha conhecimento do Decreto n. 20.109/31 do Governo Federal, que previa que as escolas de Enfermagem que fossem criadas após essa lei deveriam seguir o modelo da Escola Anna Nery, tanto na estrutura como na organização, para obterem liberação para funcionarem. Essa escola era o padrão oficial para o ensino da enfermagem no Brasil. Veremos isso a seguir, quando apresentarmos o currículo das disciplinas que compunham o curso de Enfermagem. O decreto resguardava que essas escolas deveriam ser dirigidas por

enfermeiras diplomadas. Não havendo, em Goiás, uma equipe qualificada como era exigida, o bispo recorreu às Irmãs da Caridade, que atenderiam a todos esses requisitos.

A partir de outubro de 1942 começou a funcionar a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, nas dependências da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia. Quanto ao tema, Almeida (2010) nos traz vários detalhes sobre a estrutura do hospital onde funcionava a escola:

A Escola de Enfermagem funcionava em um prédio de dois andares, com a porta principal, pela Rua 4 e a porta dos fundos tendo acesso pelo parque arborizado e ajardinado. No primeiro andar (pisos) funcionava a Secretaria da Escola, a sala de visita e a de estar, os dormitórios das alunas, banheiros, o refeitório, a cozinha e pequena lavanderia. No segundo andar, ficava a dependência da Comunidade Religiosa, das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo e de os hóspedes, Religiosas de outras comunidades. Após o gramado, um pequeno pátio onde se realizavam as aulas de ginástica. Debaxo das árvores, os bancos de madeira e os espaços para brincadeiras e rodas de bicicletas. O Parque estava todo cercado de arame farpado e, do lado de lá via-se Campo de Aviação, do lado de cá havia um regato. Atravessando-se a pequena ponte de tábua, entrava-se no Parque Hospitalar. Do lado direito na parte mais baixa estavam a lavanderia, rouparia e sala de costura em um só pavilhão; no outro a cozinha da Santa Casa. Na mais alta ficavam os pavilhões do Necrotério, das Doenças Transmissíveis e o Cemitério de Placentas. Na parte central, encontrava-se o corpo hospitalar da Santa Casa, com todas as dependências: Diretoria, Secretaria, Contabilidade, Enfermaria Feminina e Enfermaria Masculina, Centro Cirúrgico, Corredor que dava acesso à Capela Nossa Senhora das Graças; do lado contrário ficava a Pediatria e a Maternidade com Berçário, o ambulatório, a portaria e o hall da Santa Casa. Descendo alguns metros ficava a cozinha do hospital, o pavilhão da lavanderia com a rouparia e sala de costura. Continuando como se fosse para o Campo de Aviação, havia um bonito prédio, no qual funcionava a Escola Superior de Odontologia. Ali existia uma escadaria em que os alunos ficavam sentados conversando. Em frente a este prédio, encontrava-se outro com uma entrada para a Avenida Tocantins e uma interna, para o Parque Hospitalar, onde funcionava a Escola Superior de Farmácia. Neste prédio estavam as salas de aulas teóricas das Escolas, incluindo uma enorme sala de Técnicas de Enfermagem, equipada com bonecos especiais, murais, mapas, camas, macas etc. Saindo pela frente da Escola de Farmácia andando alguns metros, podia-se comunicar com o Centro de Saúde. E, pelo fundo, atravessava-se todo o Parque Hospitalar (pisos de chão) entrando no Hall da Santa Casa, comunicava-se com o Centro de Saúde pela porta lateral, ou contornando-o, pela porta da frente (ALMEIDA, 2010, p. 36-37).

Para ingressar na Escola de Enfermagem era necessário fazer um exame de admissão ou habilitação, que era composto por duas partes: entrevista e prova escrita. Só poderia fazer a prova escrita quem era aprovado na entrevista. O processo seletivo acontecia em março e agosto. O curso durava três anos em período integral. Conforme registro do livro ata, o primeiro vestibular aprovou as seguintes alunas: Aparecida Jesuíno de Souza, Itala Signotis,

Letícia Canabrava, Maria da Glória Rocha, Maria Aparecida Cruvinel, Maria Gomes Amorim e Violeta Pereira da Costa¹⁰³.

O curso era particular, logo, o acesso se restringia às famílias que possuíam mais condições financeiras. Algumas prefeituras, devido suas necessidades, concediam bolsas para formar suas enfermeiras, que depois pagariam as despesas através do seu trabalho. Em se tratando de um internato, apenas moças eram acolhidas. Além do curso regular superior, a escola oferecia o curso de Auxiliar de Enfermagem que durava seis meses, de Atendente de Enfermagem, três meses, e de Servente Hospitalar, um mês. A Escola de Enfermagem recebeu o reconhecimento oficial por parte do Governo Federal, por meio do Decreto n. 15.495/1944. Apresentamos, abaixo, uma tabela com as disciplinas que compunham a grade do curso superior de Enfermagem.

Tabela 6: Grade Curricular do Curso de Enfermagem.

1º ANO	2º ANO	3º ANO
Drogas e Soluções	Técnicas de Salas Operações	Oftalmologia
Ataduras	Doenças Transmissíveis e Tropicais	Enfermagem em Oftalmologia
Higiene Individual	Enfermagem de Doenças Transmissíveis e Tropicais	Higiene em Saúde Pública
Economia Hospitalar	Enfermagem em Tisiologia	Otorrinolaringologia
Anatomia e Fisiologia	Enfermagem em Doenças Dermatológicas, Sifiligráficas e Venéreas	Enfermagem em Otorrinolaringologia
Química Biológica	Enfermagem em Clínica Ortopédica	Obstetrícia e Puericultura Neonatal
Microbiologia e Parasitologia	Fisioterapia e Massagem	Enfermagem em Pediatria
Psicologia	Clínica Neurológica e Psiquiátrica	Dietética Infantil
Nutrição e Dietética	Enfermagem em Clínica Neurológica e Psiquiátrica	Enfermagem em Saúde Pública
História da Enfermagem	Enfermagem em Socorros de Urgência	Bio-Estatística
Saneamento	Enfermagem e Clínica Urológica e Ginecológica	Ética
Patologia Geral	Sociologia	
Patologia Médica	Ética	
Patologia Cirúrgica		
Enfermagem de Clínica		

¹⁰³ Livro Ata da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo. 10 outubro de 1942. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Médica		
Enfermagem de Clínica Cirúrgica		
Farmacologia e Terapêutica		
Dietoterapia		

Fonte: (ALMEIDA, 2010).

As alunas estudavam e viviam ali, pois o curso era ministrado conforme sistema de internato. As irmãs eram rigorosas nas normativas e atividades que, além dos estudos, contemplavam atividades religiosas e culturais, tais como: a participação na Santa Missa, Adoração ao Santíssimo Sacramento, Orações na capela e, para o entretenimento, aulas de música. As turmas eram subdivididas em grupos de oito moças para os estudos e trabalhos domésticos. As alunas deveriam sempre utilizar o uniforme que era branco, com véu (toca) e braçadeira, peça que continha uma ilustração do símbolo da Enfermagem, além de usarem sapatos fechados, meias compridas, vestido de fustão branco, com bolso na blusa para o lenço individual, e avental com bolso, contendo tesoura anatômica e termômetro clínico para verificar a temperatura (ALMEIDA, 2010, p. 65). Acerca do tema, Bezerra (2002, p. 63) afirma que os modelos femininos desta época, para cuidado dos doentes, eram baseados na religiosidade ou na domesticidade.

Imagem 2 - Alunas da Escola de Enfermagem com a diretora Irmã Mônica Lima.



Fonte: (ALMEIDA, 2010) Arquivo pessoal.

As irmãs Filhas da Caridade, que estavam à frente da Escola de Enfermagem, como as irmãs Maria Luiza, Monica, Vicência, Soror Helena, Ana Maria, Josefa, Lucia, Catarina e Odila eram mulheres cultas. Algumas delas tiveram a experiência de viver na França, onde estava a casa-mãe de sua congregação e, depois, vieram para Goiás, tornando-se pioneiras no

campo da saúde e da educação. Uma característica marcante das irmãs era a obediência às normas eclesiásticas. Sendo assim, a educação que prestavam estava em plena consonância com o que a Igreja orientava. Em 1945 formou-se a primeira turma, diplomando-se seis enfermeiras: Marianinha Araújo Vale, Violeta Pereira Costa, Aparecida Jesuíno de Souza, Ítala Signati Novaes, Letícia Canabrava e Maria Aparecida Cruvinel (SANTANA, 2003, p. 27) O paraninfo da turma foi Dom Emanuel, o patrono Pedro Ludovico e as homenageadas de honra foram dona Gercina Borges e irmã Antoinette Blanchot (ARAÚJO, 1997, p. 118). O apoio de Dom Emanuel foi tamanho a esse curso que, de acordo com as atas, ele participou de todas as colações de grau, com exceção da colação de 1954, devido à debilidade da sua saúde. O curso teve uma boa adesão, uma vez que constatamos que a turma que concluiu em 1950 chegou a formar 44 formandas. O quadro de professores era constituído praticamente por médicos e enfermeiras, entre elas as irmãs Filhas da Caridade.

Tabela 7: Quadro de Professores da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo.

Nome	Função
Eduardo Jacobson	Médico
Aristóteles Teixeira	Médico
Olinto Manso Pereira	Médico
Nicodemos A. Pereira	Médico
Ilídio Antunes Campos	Médico
Clovis Figueiredo	Médico
Francisco Pilomia de Sousa	Médico
Alfredo Pais	Médico
Paulo de M. Bittencourt	Médico
Aldemar A. Câmara	Médico
Orlando Machado	Médico
José Braz Cesarino	Médico
Doriocan Curado	Médico
Joel de Oliveira Lisboa	Farmacêutico
Raimundo dos Santos	Químico
Irmã Lúcia	Farmacêutica
Padre Cirilo Talapka	Deontólogo
Irmã Maria Luiza Breyer	Enfermeira
Irmã Ana Maria Sarmento	Enfermeira
Irmã Ignês Lage	Enfermeira
Isabel Cardoso Gomes Pinto	Enfermeira
Lourdes de Oliveira e Silva	Enfermeira
Enisa Ferreira	Enfermeira
Maria Batista	Enfermeira

Fonte: (ALMEIDA, 2010).

No quadro de professores das primeiras turmas, encontramos quatro freiras e um padre. Percebemos que, na grade curricular do curso, não havia qualquer disciplina específica do campo religioso, como, por exemplo, teologia. Mas as irmãs que administravam a escola – algumas delas também professoras, sob a orientação do padre Cirilo – ofertavam uma educação religiosa, que era ministrada paralelamente ao ensino acadêmico. Com os estudos nos moldes de internato, as moças durante os três anos moravam na escola. Logo, todo o ritmo de vida proposto durante esse tempo era orientado por um perfil religioso católico, que inculcava valores nas futuras enfermeiras, gerando, assim, um *modus operandi* essencialmente católico.

No projeto restaurador, liderado por Dom Emanuel, a educação foi vista como uma via eficaz para a transmissão de seus valores. Neste sentido, a atuação das irmãs Filhas da Caridade à frente deste primeiro curso superior católico em Goiás, que se tornou a mola mestra para orientar os demais que viriam posteriormente, disponibilizava uma conduta e orientação que perpetuava valores, perdurando em meio à sociedade goiana e sendo imprescindível à Igreja Católica neste momento da história. Sobre isso, Bourdieu (1998, p. 50) afirma que, “o sistema escolar dispõe da autoridade delegada necessária para exercer universalmente uma ação de inculcação duradoura em matéria de linguagem, tendendo assim a proporcionar a duração e a intensidade desta ação ao capital cultural herdado”.

Consolidar na nova capital uma Escola de Enfermagem, com a finalidade de formar enfermeiras pautadas pela doutrina católica, daria à Igreja, em um futuro próximo, a possibilidade de garantir a manutenção e a ampliação de sua influência, tanto no campo da saúde como da educação em Enfermagem, por meio das enfermeiras formadas pela Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, em Goiânia. A escola tornava-se um lugar de propagação da fé católica entre as jovens estudantes, por mais que a maioria das ex-alunas não fossem ser freiras, a formação que elas recebiam reverberaria de certa forma através de suas condutas e trabalhos, frutificando, assim, o ensinamento que receberam na Escola.

Além do curso de Enfermagem, que já estava funcionando nas dependências da Santa Casa, no ano de 1945 a Conferência de São Vicente de Paulo formou uma comissão, cuja missão pudesse analisar a possibilidade da criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás. O lançamento da pedra fundamental deu-se no dia 12 de outubro deste mesmo ano. A conferência cederia as instalações para receber o curso. Em contrapartida, os estudantes do curso atenderiam os mais carentes que eram assistidos pelos vicentinos. Vimos na seção anterior que, durante a década de 1920, existiu uma Escola de Farmácia e Odontologia na antiga capital, mas que foi extinta depois da revolução de 1930. A Conferência de São

Vicente de Paulo representou o início de uma nova fase de existência desses dois cursos em Goiás.

A nova Faculdade de Farmácia e Odontologia foi autorizada oficialmente em 18 de dezembro de 1947, por meio do Decreto n. 24.231/1947, dando início às suas atividades em 14 março de 1948, nas dependências da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, onde funcionou até 1953, quando foi transferida para uma sede própria, no setor universitário. Conforme aprovação do Governo Federal, via Decreto nº 30.180, de 20 de novembro de 1951, a primeira turma, iniciada em 1948, teve 22 alunos no curso de Farmácia e 20 em Odontologia, com duração de três anos (SANTANA, 2003, p. 28).

O apoio e incentivo de Dom Emanuel foram de fundamental importância para a consolidação desse projeto, pois o bispo já havia manifestado o desejo de uma Faculdade de Farmácia e Odontologia em Anápolis, desde 1933, reforçado posteriormente na vinda dos franciscanos para Goiás. Em uma das correspondências de seu arquivo consta:

Acusando o recebimento dos programas da Escola de Farmácia e Odontologia, cumpre-me agradecer a V. Excia. não somente essa prova de gentileza, como também outras tantas lembranças de que venho sendo alvo e que, aliás, são bastantes honrosas. A feliz idéia que tem V. Excia., como baluarte incomparável da fundação, em nossa Anápolis, de um Instituto de Farmácia, tem merecido da parte de todos os bons elementos daqui, os aplausos necessários; no entanto, dada a expectativa popular em torno da próxima inauguração da via férrea, achamos oportuno aguardar tal acontecimento, de vez que virá facilitar, consideravelmente, a nossa ideia, para cuja realização contamos com o grande curso de V. Revma¹⁰⁴.

O projeto não foi realizado em Anápolis e, quando houve a possibilidade de realizá-lo em Goiânia, Dom Emanuel não perdeu a oportunidade, somando forças com os membros da Sociedade de São Vicente de Paulo, juntamente com um grupo de idealizadores formados por farmacêuticos, médicos e dentistas, para que assim o sonho da Faculdade de Farmácia e Odontologia se tornasse realidade. Além de desejo, Dom Emanuel tinha muita influência, o que colaborou para o bom andamento da proposta.

Mas a força decisiva para a criação da Faculdade de Odontologia e Farmácia veio de D. Emanuel Gomes de Oliveira, pois tinha trânsito livre no Conselho Federal de Educação. A Sociedade São Vicente de Paulo, da qual era presente, cedeu as suas instâncias, um pavilhão e depois outro para o funcionamento da nova escola. Esses pavilhões seriam destinados à ampliação dos serviços da Santa Casa. Durante anos as duas escolas funcionaram nessas dependências (MORAES, 2012, p.163).

¹⁰⁴ Assinatura ilegível. *Correspondência*. Anápolis. 22 janeiro de 1933. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

O grupo que esteve à frente desta faculdade eram os farmacêuticos Rômulo Rocha e Carlos Augusto Godoy, auxiliados pelos alunos Marinho Lino de Araújo e Ramiro Campos Meireles, tendo como primeiro diretor Agnelo Arlington Fleury Curado, leigo que pertencia à Sociedade São Vicente de Paulo. Essa causa foi abraçada por um grupo de médicos que muito colaborou para a execução do projeto, como Dr. Aldemar Câmara, chefe do centro de saúde pública, Dr. Nicodemos Alves Pereira, Dr. Domingos Vigiano e Dr. Simão Carneiro, além do dentista Aristodemo Jácomo. Coube ao Senhor Germano Roriz, presidente da Conferência São Vicente de Paulo e diretor da Santa Casa, tratar dos detalhes com esta comissão, que resultou no início desses dois novos cursos. A primeira turma formou-se em 16 de dezembro de 1950, com colação de grau no Cine Teatro Goiânia.

O abono desses eminentes profissionais teve o condão de influenciar o mundo acadêmico a que pertenciam, sendo sua adesão importante estímulo recebido por Rômulo. Em 1950, num ambiente simples, mas cheio de grandeza e emoção, procedeu-se à solenidade de outorga dos diplomas aos novos farmacêuticos e cirurgiões dentistas. Para Rômulo Rocha foi o instante do coroamento do seu sonho, exemplo de iniciativa, coragem, idealismo, intrepidez (LOYOLA, 2008, p. 16).

As disciplinas que compunham o curso de Farmácia deveriam ser orientadas de acordo com o Decreto n. 19.851, de 1931, da reforma do Ministro Francisco Campos, que dispôs sobre a organização e a estruturação do ensino superior no Brasil, em que todos os cursos de farmácia deveriam seguir as mesmas orientações para o ensino superior. De acordo com essa reforma, a grade curricular para esse curso seria a seguinte:

Tabela 8: Grade Curricular do Curso de Farmácia.

1º ANO	2º ANO	3º ANO
Física Aplicada à Farmácia	Microbiologia	Química Toxicológica e Bromatológica
Química Orgânica e Biológica	Química Analítica	Farmácia Química
Botânica Aplicada à Farmácia	Pharmacognosia	Química Industrial Farmacêutica
Zoologia e Parasitologia	Pharmacia Galênica	Higiene e Legislação Farmacêutica

Fonte: (DIEZ DEL CORRAL, 2009).

Já o curso de Odontologia deveria seguir as normativas ainda vigentes do Decreto n. 16.782-A, de 1925, que foram feitas por Rocha Vaz. Ele teria duração de três anos, como o de Farmácia, e era composto pelas seguintes disciplinas:

Tabela 9: Grade Curricular do Curso de Odontologia.

1º ANO	2º ANO	3º ANO
Anatomia geral e da boca	Patologia geral e Anatomia Patológica	Clínica Odontológica
Histologia e Noções de Microbiologia	Técnica Odontológica	Ortodontia e Prótese dos Maxilares
Fisiologia	Prótese	Higiene
Metalurgia e Química Aplicada	Patologia e Clínica Odontológica	Terapêutica

Fonte: Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925.

Enquanto o curso de Enfermagem teve uma formação mais católica, sendo conduzido pelas Filhas da Caridade, os cursos de Farmácia e Odontologia seguiram um caráter mais laical, até mesmo porque o grupo que encabeçou a ideia era composto de leigos profissionais da saúde, entre médicos, dentistas e farmacêuticos. Logo, a formação estrutural desses dois cursos não se deu num viés religioso, como foi o de Enfermagem. Isso é evidenciado quando se criou as universidades. O curso de Enfermagem agregou para formação da Universidade Católica de Goiás, em 1959, e os cursos de Farmácia e Odontologia agregaram para a formação da Universidade Federal de Goiás, em 1960.

Outra característica interessante desse paralelo é que o curso de Enfermagem era direcionado mais para as moças, enquanto Farmácia e Odontologia para os rapazes. Na primeira turma, que se formou em 1950, o curso de Farmácia tinha 14 formandos, sendo 11 homens e três mulheres. O curso de Odontologia tinha 11 formandos, sendo todos homens (ALMEIDA, 2010, p. 189-190).

Os cursos tiveram boa aceitação por parte da sociedade e eram destinados a estudantes de ambos os sexos, o que atraiu a atenção de muitos, principalmente daqueles que queriam fazer carreira pública. Sendo Goiás um Estado carente em profissionais dessas duas áreas, os formados teriam um grande campo de atuação. O surgimento deles respondia às exigências da época, “uma vez que a interiorização desses profissionais dos centros dinâmicos a regiões em consolidação, se fazia com muita timidez” (BALDINO, 1991. p. 67).

A necessidade social da época pedia profissionais de saúde qualificados. Logo, essa demanda reforçou ainda mais o surgimento desses cursos. Com o avançar do processo de urbanização, paralelamente a ele avançava também novos problemas e necessidades. Então, os cursos de Enfermagem, Farmácia e Odontologia responderam a essa demanda.

4.3. Embates internos: disputas entre salesianos e franciscanos para a gestão da educação católica em Anápolis

Além dos conflitos externos (católicos x protestantes) como vimos no capítulo anterior, existia, também, os conflitos internos como relataremos nesta sessão. Houve uma disputa entre salesianos e franciscanos para gestão da educação católica em Anápolis, onde os protestantes já atuavam. Essa situação demonstrou que havia certa concorrência entre as congregações religiosas por áreas de atuação, que resultaria em poder, seja pela sua atuação ou influência e, ao mesmo tempo, ambição por territórios que pudessem dar lucro à própria congregação e aumentar seu patrimônio. Além de Goiânia e Bonfim, os salesianos queriam atuar em Anápolis, pois já vislumbravam a cidade como um lugar promissor, onde poderiam conseguir um grande terreno que agregaria parte de seu patrimônio. Dom Emanuel teve que ter prudência para a decisão final, pois ele precisava das duas congregações. Não poderia ceder aos salesianos para não desagradar os franciscanos. Esse jogo de poderes era exigido dentro do governo episcopal, que precisava se valer das duas congregações para implementar os projetos locais da Igreja Católica.

Quando os franciscanos chegaram e se consolidaram em Anápolis, o Ginásio Arquidiocesano estava sob a direção da Mitra Arquidiocesana e era dirigido pelo Cônego Trindade. Os investimentos que a arquidiocese fazia no ginásio, na sua estruturação e construção e, conseqüentemente, na construção de um segundo internato em Anápolis chamou a atenção dos padres salesianos que se interessaram pela causa.

Padre Ernesto Carletti, inspetor (superior) dos salesianos, narrou em sua carta à Dom Emanuel, que esteve em Anápolis visitando o Ginásio Arquidiocesano e que lá havia uma única voz: que os salesianos deveriam tomar conta do Ginásio pelo bem da mocidade e pela boa fama do senhor arcebispo, que era também salesiano. Ele dizia que os protestantes já tinham mais de 100 internos e que estavam comprando terrenos com o desejo de realizar novas construções. Dispostos a enfrentar os protestantes em Anápolis, padre Ernesto, como superior, se prontificou a ajudar, dizendo que mandaria três padres salesianos e um coadjutor para os trabalhos na cidade.

Depois de pensar e rezar, fui acompanhado pelo Diretor de Goiânia, fazer uma visita a Anápolis. No Ginásio Arquidiocesano o Revmo. Padre Trindade mostrou-me tudo, informou-me de tudo. Fiquei um dia e meio em contato com o Ginásio em função: e não me casou edificação o comportamento de alunos e alunas. Em Anápolis há uma só voz: que os Salesianos tomem conta do Ginásio Arquidiocesano, pelo bem da mocidade, pelo bom nome do Sr. Arcebispo. Soube que os Protestantes têm já mais

de 100 internos, e que compraram mais terreno destinado a novas construções, enquanto a Mitra, para contrabalançar o mal, está sacrificando centenas de contos de réis na construção do novo prédio, o que seria, a continuarem as coisas como estão, dinheiro jogado fora. Pensei no que Dom Bosco fez para enfrentar os Protestantes, e resolvi oferecer nossos pobres esforços para aliviar as apreensões de seu grande coração de Arcebispo Salesiano. Custe o que custar, mandarei três padres e um coadjutor, isto é, um encarregado da Direção e conselheiro escolar, um catequista e um ecônomo. O coadjutor será secretário e assistente geral (CARLETTI, 1944, p. 1)¹⁰⁵.

Nesse sentido, percebemos o apoio dos padres salesianos ao fortalecimento das ações da educação católica em Anápolis, diante do crescimento do protestantismo que lá estava e o interesse em assumir o ginásio que se encontrava em expansão para um segundo internato. Padre Ernesto, em carta a Dom Emanuel, elencava oito pontos para essa nova empreitada:

- 1º - Os Salesianos cuidarão exclusivamente da juventude masculina.
- 2º - Professores, e empregados, atuais serão licenciados pela Diretoria cessante, que os indenizará. A nova diretoria abrirá um novo contrato, a partir de 1º de março de 1945, com aqueles que, de comum acordo, resolverem permanecer.
- 3º - Os trabalhos da construção, como também as dívidas eventuais dos anos passados, ficarão em absoluto a cargo da diretoria cessante. O prédio será entregue habitável para cem alunos internos, no dia 15 de março de 1945, e terminado até 31 de dezembro de 1945.
- 4º - A nova diretoria tomará posse oficialmente no dia 1º de janeiro de 1945.
- 5º - A Escola de Comércio funcionará por enquanto só como Curso Básico.
- 6º - A Diretoria cessante providenciará o necessário para refeitórios, cozinha, dormitórios, aulas, quartas e escritórios, que sirvam para os alunos externos, para cem alunos internos e seis superiores.
- 7º - Somente depois da experiência de um ano, e só depois de acabado o prédio, é que os Salesianos iniciarão, com a Mitra, providências para a compra do mesmo, na base das condições com que a Congregação adquiriu os colégios de Lins e Tupã, sem nenhuma interferência de Banco e considerado doado o terreno. Será bem que este se entenda à avenida transversal da praça, incluindo o terreno da atual matriz de Sant'Ana, prédio condenado. É absolutamente necessário, pois aqueles único páteo é bem mísero, sendo tantas as exigências da educação física.
- 8º - Como, de acordo com o Revmo. Cônego Trindade, os três primeiros meses de 1945 (janeiro, fevereiro e março) serão subvencionados pela Mitra com Dez Mil Cruzeiros adiantados, que serão restituídos, logo que for possível, na razão de 50% isto é, cinco mil cruzeiros, Mitra e Inspetoria cooperarão assim, em igualdade de condições, para o manutenção de o pessoal, enquanto funcionar a cozinha do prédio. Eis, Excelência Reverendíssima, o que seguiu, na Luz do Senhor, nestes dias de intensas ocupações e preocupações (CARLETTI, 1944, p. 2-3).

Na fala de padre Ernesto, encontramos todo o plano traçado pelos salesianos para assumirem Anápolis: uma cooperação entre a congregação e a arquidiocese. Em Goiânia e Bonfim (Silvânia) já estavam presentes os padres salesianos e, em Anápolis, as irmãs salesianas. Estes padres estimularam o superior da congregação para que assumissem mais uma obra educacional nas terras goianas. A proposta era enviar quatro salesianos para essa

¹⁰⁵ CARLETTI, Padre Ernesto. *Carta à Dom Emanuel sobre o ginásio arquidiocesano de Anápolis*. Silvânia 26 de novembro 1944. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

missão. O argumento que pesava para que essa iniciativa fosse executada era a presença dos protestantes em Anápolis. Isso aconteceu porque o colégio Couto Magalhães avançava com seus trabalhos e teve boa adesão por parte da população anapolina. Agregado ao ensino do colégio, os protestantes realizavam visita às famílias dos alunos, com momento de oração e pregação do evangelho, além das escolas dominicais que aconteciam aos finais de semana, com a presença dos alunos e seus familiares. Isso resultou na conversão de muitas pessoas ao protestantismo. Portanto, cada vez mais, a Igreja Católica se precavia para reforçar sua atuação em Anápolis.

O Exmo. Sr. Reyneri estava em apreensão contínua durante o tempo de sua permanência em São Paulo: temia que se lhe apresentasse o problema de Anápolis. Seu coração, que é muito mais generoso do que o meu era solicitado por duas forças opostas: Anápolis que implorava “Venham os Salesianos, do contrário a flor da juventude Anapolina será presa dos Protestantes” e, do outro lado, o pessoal da Inspeção clamando: “Não é possível, somos já tão reduzidos em número! O Senhor, porém, multiplicará as forças, o que, aliás, tem feito sempre até agora. A nossa inspeção, do lado das finanças e do lado do pessoal, é um milagre contínuo (CARLETTI, 1944, p. 2-3).

Segundo a fala do padre Ernesto, três fatores pesaram na decisão da vinda dos salesianos para Anápolis: primeiro, o “dito” clamor popular do povo anapolino, que desejava a presença dos salesianos em sua cidade; o segundo, o agenciamento da educação pelos padres salesianos fortaleceria a presença e a atuação católica frente aos protestantes que avançavam, principalmente na educação; terceiro, a escassez de vocação, mas de acordo com o inspetor, esse último não seria empecilho, uma vez que “Nosso Senhor haveria de prover”.

Mas, diante dessa realidade, encontraríamos um empecilho para a chegada e estabelecimento dos salesianos em Anápolis. Tal empecilho consistia na presença anterior dos franciscanos. Era desejo de os franciscanos assumirem o Ginásio Arquidiocesano, que fora prometido a eles desde o início das negociações para abertura do Comissariado em Goiás, bem como todas as expansões do Ginásio. Com o novo investimento da Mitra na construção de um novo internato que derivava do Ginásio Arquidiocesano de Anápolis (GAMA), os salesianos se interessaram em assumir este último, caso isso acontecesse os franciscanos não poderiam assumi-lo. Isso foi motivo de confusão entre ambos os lados, pois os franciscanos não abriam mão da exclusividade nas obras que envolvessem o GAMA.

Isso gerou um desgaste enorme na estrutura eclesial local (interna). Os franciscanos mediarão com cônego Trindade (que até o momento era o diretor do Ginásio) que deveriam ser eles a única congregação religiosa masculina a assumir as obras educacionais católicas em Anápolis, pois já estavam estabelecidos lá, e não os salesianos. Contudo, o cônego comunicou

a sua preocupação diante desse fato, sendo favorável que os franciscanos assumissem tal gestão.

Aqui esteve Padre Inspetor, Sr. Pe. Carletti. Viu, gostou e se impressionou. Dentro das bases apresentadas deverão receber a casa no primeiro de janeiro próximo. Mas com quem receber? Deixo de mandar agora as suas propostas porque ainda não me mandou o Pe. Osvaldo de Goiânia, que levou para tirar cópia e ainda não me devolveu, toda pronta inclusive capela no local que ele determinou. (Capela com bancos e etc) Cozinha toda equipada, enfim querem a casa funcionando. O que é justo. O ponto nevrálgico está na manutenção definitiva do internato, sem compromissos com as Obras do Jundiá. O segundo ponto nevrálgico é a parte financeira. Não aceitam os juros de 9% sobre o capital empatado na obra. Querem seis por centos. Querem a bonificação de todo o ano vindouro, quer dizer nada pagar. Não me conformei com isso, salvo ordem direta de V. Excia. Mesmo assim Pe. Osvaldo tudo fez com se já estivesse a obra inteiramente de sua propriedade. Limitei-me em dizer bem claro que faltaria a palavra do Divino Espírito Santo, que seria a palavra de V. Excia. O terceiro ponto nevrálgico fora a exigência de Pe. Carletti em pretender para a obra salesiana toda área que abrange a Avenida Cap. Silverio e a do GAMA (Ginásio Arquidiocesano Municipal de Anápolis). Com que não se conformaram os nossos Franciscanos. Enfim Senhor Arcebispo o que eu esperaria não agora, mais tarde, porém, está se realizando... Os Franciscanos não se conformam com dois internatos. Pra sanar essa exigência se prontificam a tomar o internato temporário na Praça Sant'Ana. Quanto a parte financeira nos ajudarão sobre modo. Pe. Paulo deixou a entender que pagaria de uma vez (SILVA, 1944, p. 1)¹⁰⁶.

Percebemos na fala do cônego Trindade a sua insatisfação com os salesianos, diante das exigências que colocariam para assumir Anápolis, bem como do desejo imobiliário que tinham na causa. Na visão do cônego, os critérios estabelecidos pelos salesianos não eram justos. Eles agiram com presunção durante a negociação, como se o contrato já tivesse sido celebrado. Isso é demonstrado na atitude de padre Osvaldo, salesiano, que morava em Goiânia, trabalhava no Ginásio Dom Bosco e era responsável pelos tramites em nome do inspetor salesiano. Além das exigências que se estabeleceram como critérios impostos pelos salesianos, queriam uma enorme área imobiliária. Diante desse descontentamento, o cônego tomou partido na causa, ficando do lado dos franciscanos, afirmando ao arcebispo que era desejo de os franciscanos assumirem tudo aquilo que estava sob o poder da arquidiocese, ou seja, o ginásio e sua expansão.

Esse desgaste entre salesianos e franciscanos em Anápolis gerou uma situação desconfortável, principalmente para o cônego Trindade, que foi o mediador da situação. Para resolver o problema, os franciscanos posicionaram-se dizendo que assumiriam tudo e pagariam os valores à arquidiocese do que já estava construído, inclusive do terreno. A

¹⁰⁶ SILVA, Cônego J. Trindade da Fonseca. *Carta à Dom Emanuel sobre as dificuldades do Ginásio Arquidiocesano Municipal de Anápolis*. 2 páginas. Anápolis, 23 de novembro de 1944. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

articulação dos franciscanos, em propor a compra de tudo à arquidiocese pagando em uma só vez, foi o ponto crucial para que eles assumissem. Enquanto os salesianos exigiam demais, tudo de acordo com a sua vontade e interesse, pensava o cônego, os franciscanos foram mais práticos e generosos na negociação, não colocando tantas exigências e acabaram sendo eles os responsáveis pelo ginásio. O fator financeiro foi decisivo para a resolução do problema.

Enfim Senhor Arcebispo essa situação creada pelo Pe. Carletti trouxe grande preocupação por parte dos nossos da Imobiliária. Procuram-me e mostraram me cópia de telegrama. Se V. Excia. abre mão dos salesianos por uma vez, os Franciscanos ou de um modo ou de outro suportarão a tarefa. Vejo-os muito interessados (SILVA, 1944, p. 2).

Padre Osvaldo, que morava em Goiânia, foi a Anápolis para ver essa situação e informou a Dom Emanuel que havia conversado com cônego Trindade, e que dependeria do parecer favorável do bispo para que os salesianos fossem para lá, mas que ele, cônego Trindade, e demais capitulares, inclusive Monsenhor Abel, eram contra, pois os franciscanos já tinham manifestado o interesse de assumir o ginásio, mas quem decidiria e daria a palavra final seria Dom Emanuel. Logo, o próprio padre Osvaldo percebeu que não seria oportuna a ida dos salesianos para Anápolis, “assim sendo, penso que a boa vontade dos salesianos ficaria para outra ocasião, em tudo caso V. Excia. resolverá como achar melhor no Senhor”¹⁰⁷.

Depois de todas essas negociações, Dom Emanuel decidiu que somente os franciscanos ficariam em Anápolis. O Ginásio foi repassado ao cuidado deles, bem como a Igreja de Sant’ana. Cônego Trindade foi o encarregado de negociar com eles os valores para a venda dos bens que pertenciam à Arquidiocese e que seriam vendidos aos franciscanos. Cônego Trindade relatou que não foi fácil a negociação, principalmente da compra do prédio, mas que depois se chegou a um consenso. Os franciscanos aceitaram a proposta e o negócio foi fechado.

Não encontrei muita facilidade para ajustar com os nossos padres franciscanos a compra do prédio. Pensaram que toda a obra estaria em 400 contos ou que custaria essa importância. Extranharam o preço. Tive momento de muita dúvida da realidade. Mas os salesianos nos valeram muito, quando exigiram o internato em definitivo no centro da cidade. A única causa que nos levou a aceitar o plano franciscano, disse que bem claro e enérgico. E serenou tudo. Pediram a doação do terreno, eu disse que V. Excia. não poderia fase-la, sem a Santa Sé. Acertamos em cinquenta contos, dependendo ainda da palavra de V. Excia. Penso que é assunto resolvido. Pedirei a V. Excia. uma palavra de remate, pois eles a esperam (SILVA, 1944)¹⁰⁸.

¹⁰⁷ OSVALDO, Padre. *Carta à Dom Emanuel sobre a situação de Anápolis*. Goiânia, 01 de dezembro 1944. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

¹⁰⁸ SILVA, Cônego J. Trindade da Fonseca. *Carta à Dom Emanuel*. Anápolis, 14 dezembro de 1944. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

Os franciscanos ficaram responsáveis por pagar pelo terreno e construções do Ginásio Arquidiocesano de Anápolis e tudo foi honrado, conforme havia sido combinado com cônego Trindade e depois cancelado por Dom Emanuel.

Espero que sua Excelência esteja gozando de boa saúde. Desejo, antes do fim de 1945, pagar o saldo devido à Arquidiocese de Goiás para as construções e o terreno do Ginásio Arquidiocesano e Municipal de Anápolis, que Sua Excelência tão afavelmente entregou ao nosso Comissariado. Segundo a relação das despesas que o Revmo. Sr. Cônego Trindade nos deu no dia 11 de dezembro do ano de 1944, todas as despesas da primeira e segunda fase da construção foram Cr.\$ 364.818,50. No dia 28 de março de 1945, paguei Cr.\$ 100.000,00 e no dia 11 de junho do ano 1945, paguei mais Cr.\$ 200.000,00 ficando o saldo de Cr.\$ 64.818,50. Segundo o Termo do Compromisso assinado no dia 16 de dezembro do ano de 1944, nosso Comissariado combinou à pagar ainda mais Cr.\$ 50.000,00 a fim de adquirir o título do terreno onde está situado o Ginásio Arquidiocesano e Municipal de Anápolis. Agora tenho o grande prazer de enviar juntos com esta carta, um cheque de Cr.\$ 65.000,00 para liquidar o saldo devido para as construções, e outro cheque de Cr.\$ 50.000,00 a fim de adquirir o título do terreno no nome do nosso Comissariado do SS. Nome de Jesus. Neste tempo quando o ano novo está batendo à porta, tenho a felicidade de oferecer à Sua Excelência os melhores votos de todos os Frades Franciscanos trabalhando em sua grande arquidiocese, e desejo o maior desenvolvimento da Santa Madre Igreja Católica nesta arquidiocese sob as direções e a autoridade apostólica da Sua Excelência, nosso amado Arcebispo Metropolitano de Goiás (SERBERT, 1945)¹⁰⁹.

Após assumir o Ginásio em 15 de março de 1945, os franciscanos solicitaram a Dom Emanuel a mudança do nome do colégio. Por ser o primeiro estabelecimento de ensino franciscano no Brasil da província nova-iorquina, queriam que o ginásio recebesse o nome do santo fundador da sua ordem, São Francisco de Assis. Dom Emanuel consentiu ao pedido e o nome do ginásio foi mudado a partir daquele momento¹¹⁰.

Os franciscanos consolidaram o seu trabalho com a educação em Anápolis, depois expandiram suas obras educacionais por outras cidades do Estado de Goiás, onde se fizeram presentes assumindo paróquias. Mas Anápolis sempre teve uma atenção maior. Durante essa fase de consolidação dos franciscanos na cidade, principalmente no trato da educação, eles buscaram ajuda das Irmãs Franciscanas de Allegany, em Nova Iorque. Com o consentimento de Dom Emanuel, mais uma congregação feminina somaria as forças para que a Igreja Católica em Goiás avançasse com a educação católica.

A compreensão desses embates internos se faz necessário em nosso trabalho, possibilitando uma melhor compreensão de todo o contexto no qual Dom Emanuel estava envolvido, seja por suas iniciativas educacionais ou pelas estruturas que ele precisava criar

¹⁰⁹ SERBERT, Frei Paulo. *Carta à Dom Emanuel*. Anápolis, 27 de dezembro de 1945. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

¹¹⁰ Essas informações encontramos na carta que Frei Paulo Seibert, responsável do Comissariado Franciscano em Goiás, enviada à Dom Emanuel, com o pedido formal. Datada em Anápolis, 03 de novembro de 1945.

para mantê-las e frutifica-las. A presença e atuação das congregações religiosas masculinas e femininas foram de fundamental importância nesse processo de consolidação da rede educacional construída pelo bispo em Goiás.

CAPÍTULO V

PRINCIPAIS AÇÕES DE DOM EMANUEL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GOIÁS

Após a criação dos cursos de Enfermagem, Farmácia e Odontologia, como refletimos anteriormente, o projeto da educação superior em Goiás sob a liderança de Dom Emanuel cresceu e tomou corpo. Três acontecimentos levaram ao ápice as iniciativas do bispo no campo educacional: o Congresso Eucarístico de Goiânia, a criação da Sociedade de Educação e Ensino de Goiás e o decreto de fundação da Universidade do Brasil Central, em 1948. Refletiremos, nessa seção, sobre o peso de cada uma dessas ações na consolidação da educação superior em Goiás sob a orientação da Igreja Católica. Além disso, abordaremos o apoio dado por Dom Emanuel às várias iniciativas promovidas pela sociedade civil para o nascimento de novos cursos superiores em Goiás, como foi o caso dos cursos de Ciências Econômicas, Belas Artes, Engenharia e Medicina. Finalmente, elucidaremos a base edificada pelo bispo e o seu desejo de criar a Universidade Católica de Goiás.

5.1 O Congresso Eucarístico de Goiânia (1948)

Os primeiros congressos eucarísticos aconteceram no Brasil na primeira metade do século XX. Foram grandes eventos eclesiais com a finalidade de manifestar, de maneira pública, a fé em Cristo, que, na ótica da Igreja, deveria ocupar o centro na vida de cada pessoa e, conseqüentemente, da nação. Esses congressos compunham um cenário maior, que transcendia o campo da fé, espraiando-se pela seara política, constituindo-se, assim, em momentos de autoafirmação da Igreja Católica frente a outros poderes (ISAIA, 2013, p. 2). Os congressos eram eventos mobilizadores que utilizavam recursos e linguagens simbólicos que estavam sob a tutela da Igreja e que deveriam ser remetidos a um Brasil católico sob o reinado de Cristo Rei¹¹¹.

Em 1922, ano que se comemorou o centenário da Independência do Brasil, Dom Leme, em seu projeto restaurador, convocou a realização do primeiro Congresso Eucarístico

¹¹¹ Um Congresso Eucarístico era composto por diversas atividades como Missas Solenes em lugares públicos, principalmente onde estava a sede do governo, grandes procissões com o povo, conferências de formação, tudo com a finalidade de evidenciar a supremacia dos elementos da fé católica na presença das realidades laicas-civis, como, por exemplo, as passeatas políticas, festas cívicas etc. A programação de um congresso eucarístico acaba por antepor os eventos religiosos àquilo que era civil ou de caráter propriamente laico. Por exemplo: uma procissão com o Santíssimo Sacramento era para antepor uma passeata; uma missa festiva numa praça pública onde residia a sede do poder temporal era para antepor uma festa cívica, e assim por diante. E mais que antepor, havia o desejo de uma supremacia do poder espiritual sobre o poder temporal.

no Rio de Janeiro, sob o *slogan* “As comemorações do Brasil Católico”. Este congresso era uma tentativa por parte da Igreja de reconquistar seu espaço e manter sua hegemonia, que ora havia se enfraquecido em meio ao crescimento da laicização. Era necessário afirmar que o Brasil era um país essencialmente católico (ISAIA, 2013, p. 3). A este congresso, seguiram-se os Congressos Eucarísticos Nacionais de Salvador, em 1933, Belo Horizonte, em 1936, Recife, em 1939, São Paulo, em 1942, e Porto Alegre, em 1948.

O Congresso Eucarístico de Goiânia - CEG¹¹² foi uma iniciativa da Arquidiocese de Sant’Ana de Goiás para celebrar seu bicentenário e o 25º aniversário de sagração episcopal de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, seu arcebispo. Este grande evento eclesial aconteceu entre os dias três e seis de junho de 1948, em Goiânia. Cada paróquia goiana deveria colaborar com doações financeiras para a realização do evento e dispor de três leigos para compor as comissões de preparações para o congresso.

O final dos anos 1940 constitui o ápice dos estreitamentos dos laços entre Igreja e Estado em Goiás. Cada qual queria se valer do outro em prol de seus projetos e benefícios próprios¹¹³. A título de exemplo, Dom Leme havia inaugurado a imagem do Cristo Redentor no Corcovado, no Rio de Janeiro, como parte do seu projeto restaurador. Em consonância, Dom Emanuel desejava fazer algo semelhante: um grande cruzeiro – Cruz de Anhanguera – na Serra dos Pirineus, onde se teria a Ermida Santíssima Trindade. O projeto foi readequado pelo arquiteto José Neddemeyer, sendo proposta a construção de um altar-monumento para o congresso eucarístico goiano, o que, de fato, ocorreu.

¹¹² Utilizaremos a sigla CEG para denominar Congresso Eucarístico de Goiânia.

¹¹³ Vislumbramos isso no projeto de emenda orçamentária do Estado, apresentado por Benedito Melo. Cf. *Emenda ao Projeto de Orçamento de Benedito Melo*, Sala das Sessões, 27 de novembro de 1947. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

Imagem 3 - Altar Monumento do Congresso Eucarístico de Goiânia.



Fonte: Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

O altar-monumento foi levantando em frente ao Palácio das Esmeraldas, na Praça Cívica, com uma altura de aproximadamente onze metros e com uma grande hóstia no topo, acima da cruz¹¹⁴. A localização e suntuosidade do altar nos revelam que – na ótica da Igreja Católica goiana – o poder espiritual deveria estar à frente do poder temporal. No projeto restaurador da Igreja, a fé católica deveria estar acima do Estado laico. Se a praça mais importante era aquela que abrigava a sede do governo, então deveria ser ali o lugar da maior manifestação da fé católica. Se essa praça era utilizada para manifestações públicas e festas civis, logo deveria ser ali o local ideal para que a Igreja demonstrasse sua fé na eucaristia, mobilizando uma grande multidão em torno dela. Nos dias do CEG, a praça não foi chamada de “cívica”, mas “do congresso”. Demonstrando um esforço, por parte da Igreja, de uma nova sacralização do espaço social e profano (AZZI, 1986, p. 346).

Na fala do bispo durante o CEG, havia um viés nacionalista, mas que reivindicava os direitos da fé católica sobre um país que nasceu à sombra da cruz e da hóstia. O discurso requeria o direito de que a fé católica, simbolizada pela cruz e hóstia, deveria ocupar o centro da vida do país e das pessoas, como ocupava o centro daquela praça. O Congresso Eucarístico representou, assim, uma tentativa, por parte da Igreja, de recuperar a primazia em meio a um estado secularizado, que já não tinha mais a fé como elemento norteador. A teologia que

¹¹⁴ Contrato com E. Peres Valdes, executor da obra do altar-monumento. 15 de maio de 1948. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

orientava a Igreja Católica era aquela que apresentava Cristo ressuscitado e glorioso, por meio desses atributos, e se enfatizava o domínio de Cristo sobre toda a sociedade. Esse Cristo como Rei deveria vencer, reinar e imperar. Essa era a teologia propagada pelo CEG. Azzi (1986) afirma que essa realeza de Cristo estava ligada ao modelo de Igreja hierárquica constituído, prioritariamente, como poder espiritual – pois, na doutrina de Cristo Rei propagada nos congressos eucarísticos, estava implícita a valorização do magistério eclesiástico, como portador e transmissor autêntico das normativas divinas para o povo e a nação. Desta forma, o reinado de Cristo sobre a terra pedia, conseqüentemente, o reconhecimento da autoridade eclesiástica e o acolhimento de seus princípios religiosos e morais.

O Congresso Eucarístico de Goiânia começou no dia três de junho de 1948, com a chegada da Imagem do Divino Pai Eterno, vinda de Trindade¹¹⁵, no Jôquei Clube às 7h, de onde saiu a procissão até a Praça Cívica. Uma análise revela que o congresso constituiu uma manifestação pública importante da Igreja Católica em Goiás para reafirmar sua presença na sociedade. Os eventos realizados evidenciaram a força dessa instituição, principalmente através do contingente que era formado pelo grande número de fiéis. Isso também era um recurso utilizado para marginalizar as ações de outras denominações religiosas, principalmente dos protestantes, que se difundiam em Goiás. Vimos, na seção anterior, como estava crescendo a atuação dos protestantes, com maior destaque em Anápolis. O congresso eucarístico era também uma forma de manifestação do poder e da primazia da Igreja Católica diante das outras religiões minoritárias.

Os protestantes, contudo, reagiram durante o CEG. Elaboraram um panfleto de sete páginas cujo título era “A presença real no coração do crente, não na hóstia”. O material foi distribuído em Goiânia durante a programação do congresso, para exortar as pessoas que a presença de Cristo deve ser manifestada na vida do crente e não na hóstia. Foi uma maneira de contestar a fé católica no sacramento da Eucaristia.

Com vasta pompa, e cerimonia, o clero guia o povo a buscar na hostia a “presença real” de Jesús Cristo. O crente sabe pela experiência e pela Palavra de Deus que a presença real do Salvador é com os salvos. Não é uma presença material, cerimonial, visível, tangível, manobrável por um clero tonsurado para fins políticos, econômicos e sectários. O antídoto do falso é o genuíno. Cultivemos, pois, e que a presença real é “Cristo em vós, esperança da glória”, Col. 1:27 (TAYLOR, 1948, p. 01).

A convocação do arcebispo, com resposta positiva do povo, demonstrava seu potencial de mobilização e a força política que tinha. Era uma forma indireta de chamar a atenção das

¹¹⁵ A Imagem do Divino Pai Eterno havia chegado em Goiânia no dia 02 de junho na Matriz de Campinas, onde ficou até no dia 03 pela manhã, depois partiu para o compor o altar-monumento do Congresso Eucarístico.

autoridades políticas, para que elas pudessem orientar suas ações de acordo com os princípios católicos. Como falamos no início, um congresso composto por solenes manifestações de fé queria indicar que seria necessário transformar a sociedade, numa sociedade verdadeiramente cristã, objetivo maior da restauração católica (AZZI, 2000). Se Dom Emanuel foi considerado o bispo que de fato consolidou a restauração católica em Goiás, o Congresso Eucarístico de Goiânia foi um dos acontecimentos mais expressivos desse processo.

O momento de maior relevância da programação do Congresso Eucarístico era a solene procissão do Santíssimo Sacramento e, em Goiânia, não foi diferente¹¹⁶. Esse ato tinha um grande valor simbólico-identitário, pois manifestava a força e o poder da Igreja Católica em torno do seu centro, a eucaristia. Durante a passagem do carro-andor com o Santíssimo, todos se ajoelhavam pelas principais ruas de Goiânia. Esse gesto, além de manifestar piedade de fé por parte do povo, manifestava, também, adesão à “obra restauradora e conferia à hierarquia católica um poder maior” (DIAS, 1993, p. 137). Se o processo republicano laicizador havia retirado da Igreja Católica a sua primazia em representações religiosas nos espaços públicos, o congresso eucarístico, com a sua programação principal acontecendo na praça mais importante da capital e, sendo encerrado por uma procissão de grande magnitude pelas principais ruas da cidade, pretendia manifestar e reafirmar a soberania da Igreja, que estava enfraquecendo com a entrada em cena de outros grupos religiosos, principalmente, os protestantes. Ainda conforme o autor, os rituais objetivavam, ainda, consolidar a fé dos fiéis.

Em síntese, os bispos sonhavam não apenas com o fortalecimento do poder eclesiástico, mas também com a estabilidade do poder político na nação. A harmonia entre os dois poderes, sempre mais fortalecidos, permitiria, segundo eles, o fortalecimento de uma sociedade declaradamente católica, vencendo tanto as novas ideias socialistas que começavam a emergir no cenário nacional, como relegando definitivamente ao passado o cunho laicista que os liberais e positivistas haviam conseguido imprimir à primeira república (AZZI, 1986, p. 347-348).

Dois eram os motivos para a realização do CEG: o bicentenário da Prelazia de Sant’Ana de Goiás e o jubileu de prata de Sagração Episcopal de Dom Emanuel. Porém, o que prevaleceu, de fato, foi este último. A figura de Dom Emanuel foi enaltecida em todo o congresso, tanto pelas autoridades eclesiásticas quanto pelas civis. Segundo Vaz (1997, p. 286), esse momento representou o ápice de sua glória e prestígio, sendo assim, o apogeu do movimento restaurador e da neocristandade em Goiás. À época, foi organizada uma poliantéia (caderno) comemorativa, com uma benção especial do papa Pio XII a Dom Emanuel.

¹¹⁶ No jornal *O Popular*, encontramos uma reportagem que nos trouxe mais detalhes da magnitude dessa procissão. Cf. *Jornal O Popular*, 10 de junho 1948. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

O magistrado goiano Póvoa (1948)¹¹⁷ escreveu que Dom Emanuel foi um insigne propagador da instrução em todos os níveis, pois ele não hesitou em obrar pela instrução da juventude goiana. Em um estado tão vasto e tão pobre, o bispo investiu em institutos educacionais. Por isso, D. Emanuel foi denominado “arcebispo da instrução”, título que é encontrado em vários escritos sobre ele – embora, como tentamos demonstrar, o projeto educacional do bispo tenha sido movido pela concorrência do ensino laico e protestante e, portanto, não foi gestado espontaneamente. O enaltecimento e o reconhecimento da figura de Dom Emanuel eram um reflexo de um conjunto de ações e iniciativas da Igreja que resultaram em uma maior inserção desta na sociedade. No início dos anos 1950, o *Jornal Brasil Central* assim representava a figura do bispo:

Dom Emanuel, o grande Bispo da Instrução, hoje, como outrora, sob a batina negra de soldado ou sob a púrpura de príncipe da Igreja, revela-se o salesiano de escola. Planta escolas ao lado das igrejas. Abre um livro aos pés de cada cruz. Porque o livro é o melhor de todos os genuflexórios. Porque a letra é a asa do espírito, quando não seu eterno cárcere. Por isso, o livro aos pés da cruz. A ciência ao lado da fé. ARCEBISPO DA INSTRUÇÃO, eis como o conhecem os sedentos de luz, os que buscam dilatar os horizontes do espírito; os que anseiam por legítimas e sempre mais numerosas fontes de saber, por ele disseminadas em profusão, através de sua vasta Província Eclesiástica (BRASIL CENTRAL, 16/06/1951)¹¹⁸.

Uma importante homenagem a Dom Emanuel foi feita pelo governador Jerônimo Coimbra Bueno. Por meio do Núncio Apostólico no Brasil, Dom Carlo Chiarlo, o governador pediu ao papa Pio XII que concedesse a Dom Emanuel o título de Conde Romano. No pedido que ele encaminhou à nunciatura, lemos:

O meu governo, Excia. Revma., acompanhando com vivo interesse a todas as homenagens que o povo goiano está prestando ao venerado e querido Sr. Dom Emanuel, DD. Metropolitana desta Província Eclesiástica de Goiaz, por ocasião de seus vinte e cinco anos de fecundo trabalho episcopal em benefício da Igreja e do Brasil, respeitosamente, depois de ouvir todos os senhores bispos e prelados e demais autoridades eclesiásticas, pede a V.Excia. Revma. se digne interceder junto de Sua Santidade o Papa Pio XII, para impetrar de Santidade o Título de Conde Romano com Assistência ao Sólido Pontifício, como reconhecimento e gratidão do povo goiano a esse venerado Arcebispo, que muito tem feito para o seu rebanho no campo espiritual e no setor da Instrução. Sinto-me, Excia. Revma., perfeitamente bem em pleiteando esta justa homenagem para o “Arcebispo da Instrução”, não só como católico praticante que sou, e, mais ainda, como Governador de um povo, cuja maioria também confessa a nossa Divina Religião (BUENO, 1948)¹¹⁹.

¹¹⁷ PÓVOA, Emílio. *Feliz Jubileu*. In. Vinte Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiaz- a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro arcebispo de Goiaz. 1923-1948. p. 2.

¹¹⁸ REIS, Vasco dos. *Jornal Brasil Central*. Goiânia 16 jun. 1951. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

¹¹⁹ BUENO, Jerônimo Coimbra. *Carta ao Núncio Apostólico no Brasil*. 27 de fevereiro de 1948. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

Tal pedido foi noticiado na edição do jornal *O Popular*, de três de março de 1948. Isso confirmava a relação de proximidade entre Coimbra Bueno e Dom Emanuel. De acordo com Vaz (1997, p. 286), foi no governo de Jerônimo Coimbra Bueno que se teve o ápice da cooperação entre Igreja e Estado em Goiás. Em 1948, o governo do Estado conseguiu maiores recursos para subvencionar várias obras da Igreja, como escolas, a Santa Casa de Misericórdia, a Escola de Enfermeiras São Vicente de Paulo e muitas entidades de assistências sociais, como os vicentinos. No discurso que o governador fez na abertura do CEG, fica clara a aliança entre Estado e Igreja em Goiás¹²⁰.

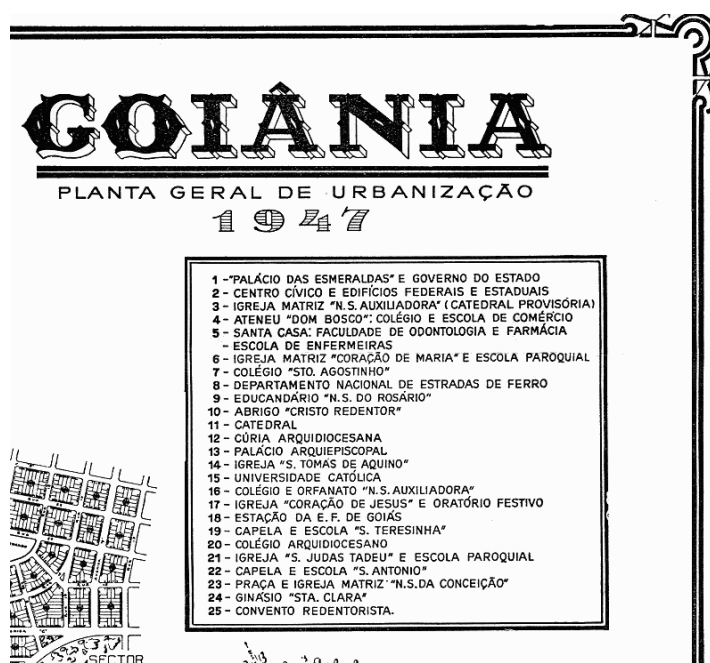
Essa aliança foi selada pelos acontecimentos que resultaram na eleição de 1947. Dom Emanuel apoiou abertamente Coimbra Bueno, fazendo oposição ao candidato de Pedro Ludovico, Juca Ludovico, alegando que na coligação apoiada por ele estava o Partido Comunista Brasileiro, o PCB. Sendo a Igreja Católica avessa ao comunismo, Dom Emanuel apoiou Coimbra Bueno que foi eleito como governador (VAZ, 1997). Vimos anteriormente que a relação entre Dom Emanuel e Pedro Ludovico não foi das melhores, principalmente depois do impasse do local da nova capital, e por Pedro Ludovico ter uma visão mais cética e secularizada de governo, não se sujeitou a ficar à sombra da Igreja. Logo, ter um candidato que fosse mais católico possibilitaria à Igreja avançar com seus projetos, tendo o apoio do Estado. Foi assim no governo de Coimbra Bueno, quando a Igreja alcançou suas maiores conquistas, efetivando a neocristandade em Goiás.

Acabo de ser surpreendido com a inesperada e tristíssima notícia de que o Comitê do Partido Comunista de Goiaz, reunido ontem em Goiânia, resolveu apoiar o candidato do P.S.D. Sr. José Ludovico de Almeida, a Governança do Estado. Cumpre-nos o imperioso dever de, imitando o gesto altamente sugestivo de Sua Excia. O Sr. Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, DD. Cardeal-Arcebispo de São Paulo, conclamar os católicos e todos os homens de bom senso, verdadeiros patriotas do nosso querido Estado de Goiaz, para que prestigiem a candidatura do Dr. Jeronimo Coimbra Bueno, que conosco comunga os ideais católicos, conforme documentos autênticos já divulgados pela imprensa, fazendo-o com presteza e energia que o momento está exigindo de nossa parte (OLIVEIRA, 1947)¹²¹.

Com a chegada de Jerônimo Coimbra Bueno ao poder, a Igreja teve vários ganhos. Destacamos dois deles: primeiro, foram doados diversos terrenos em vários lugares da cidade, onde deveriam ser construídas igrejas; segundo, a subvenção do Estado para colégios e obras

¹²⁰ Vide: Jornal *A Noite*. 06 de junho de 1948. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

¹²¹ Carta aberta de Dom Emanuel Gomes de Oliveira - “*Aos Católicos e homens de bom senso*”, 1947. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.



Fonte: Disponível em: <https://www.lib.berkeley.edu/EART/maps/goianix.gif> Acessado: 29/09/2020.

5.2 Sociedade de Educação e Ensino de Goiaz e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

O Congresso Eucarístico de Goiânia culminou na resolução que fundou a Universidade do Brasil Central. Na noite de seis de junho de 1948, encerramento do CEG, no Palácio das Esmeraldas, sede do governo de Goiás, houve uma reunião para deliberar sobre a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - FFCL, sob a égide da Igreja Católica, que seria o núcleo da futura Universidade do Brasil Central. Participaram desta reunião o cardeal Dom Jaime Câmara, arcebispo de Rio de Janeiro, Dr. Jerônimo Coimbra Bueno, governador do Estado, Dom Emanuel, arcebispo de Goiás, Dom Abel Ribeiro, bispo auxiliar, Dr. Hélio Seixo de Brito, secretário da educação, cónego José Trindade, entre outras autoridades religiosas, civis e militares¹²².

Dom Emanuel apresentou nessa reunião o seu desejo de criar a FFCL, pois, de acordo com o Decreto n. 19851/1931 da reforma de Francisco Campos, para a criação de uma universidade, era necessário a existência de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras como elemento constituidor da mesma. Essa foi uma das novidades da reforma de Campos no ensino superior no Brasil. Como Dom Emanuel desejava fundar uma universidade em Goiás, deveria seguir todos os protocolos indicados pela lei vigente. Além disso, o bispo percebia

¹²² Livro *Ata Sociedade de Educação e Ensino de Goiaz*. 06 de junho de 1948. p. 1. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

que o auge do CEG daria a ele a oportunidade de concretizar esse objetivo, aproveitando a boa relação que a Igreja tinha com o Estado nesse momento da história goiana. Outro fator que consistiu em um dos elementos importante para a consolidação do processo restaurador católico no Brasil foi a fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro, como vimos no segundo capítulo. Ela tornou-se o modelo para o restante do país, incentivando os bispos das diversas regiões a fundarem universidades. Ao tomar essa iniciativa, Dom Emanuel respondia a um anseio e orientação da Igreja Católica no Brasil. A presença do cardeal Jaime Câmara em Goiânia, maior autoridade da hierárquica católica, legitimava a ação do bispo local, e a boa adesão por parte do Estado possibilitou a Dom Emanuel aproveitar essa oportunidade para concretizar seu desejo, a constituição da universidade. Esse ato seria o coroamento do seu projeto restaurador em Goiás. O Estado não tendo condições de atender sozinho a essa demanda, aliou-se à Igreja com quem obteve êxito para a consolidação do ensino superior na capital do Estado. Em entrevista concedida a Borges (2006), Dom Antônio chegou a relatar que:

No ano de 1948 houve em Goiânia um grande Congresso Eucarístico, promovido pela Arquidiocese de Goiás. O Arcebispo que coordenou esse trabalho foi Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, um Arcebispo que consagrou a vida dele à Educação. Ele tinha fundado muitos colégios em Goiás, pois naquela época o poder público não tinha como atender à demanda. No encerramento do Congresso Eucarístico foi tirada uma resolução - a fundação em Goiás de uma universidade. Deu-se na Ata o nome de Universidade do Brasil Central, seria uma universidade com direção mista - do Estado e da igreja. Quem assinou a resolução foi o Arcebispo Dom Emanuel, o governador Doutor Jerônimo Coimbra Bueno e o Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara. Isso aconteceu em praça pública na noite de encerramento do Congresso, no mês de junho, com grande aclamação popular. O Estado colaborou com os terrenos com o apoio, mas para consolidar juridicamente a entidade não havia como e também o Estado não tinha condições no seu orçamento de arcar com as despesas da fundação de uma universidade. Então a Igreja assumiu sozinha e se criaram as faculdades (OLIVEIRA, apud BORGES, 2006, p. 71)¹²³.

Para alcançar tal finalidade, Dom Emanuel tomou a iniciativa de fundar uma associação civil, que seria a entidade criadora, administrativa e mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras projetada. Assim sendo, seria necessário elaborar os estatutos dessa associação. Isso resultou na criação da Sociedade de Educação e Ensino de Goiás – SEEG, que se deu por fundada na reunião citada acima no palácio do governo, em seis de junho de 1948. Essa associação, além de ser a mantenedora da nova faculdade, seria responsável por todas as obras educacionais da Arquidiocese de Goiás, que possuía inúmeras

¹²³ OLIVEIRA, Dom Antônio Ribeiro de. *Entrevista concedida à Simone Aparecida Borges*, em 05/07/2006. In BORGES, Simone Aparecida. *Os cursos de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: Um olhar histórico*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2006. p. 71.

escolas de todos os níveis espalhadas por todo o estado. A SEEG seria um grande guarda-chuva que resguardaria todas as escolas que estavam sob a administração da Igreja Católica em Goiás. Segundo a comissão que lá estava, a SEEG teria como funções:

I- Superintender a administração e direção dos estabelecimentos de propriedade Arquidiocesana: 1- Ginásio Arquidiocesano do Planalto, 2-Ginásio A. de Jaraguá, 3- Ginásio A. Anchieta, 4- Ginásio A. Dom Vital em Ipameri, 5- Ginásio N. Sr. Do Carmo em Pirenópolis, 6- os prédios e as áreas de terrenos das Escolas Paroquiais de Buriti Alegre, de Anápolis, de Planaltina, de São José de Formosa, de Orizona, de Itaberaí, de Corumbaba, 7- a Escola Agrícola D. Bosco em Silvânia.

II- Fundar, administrar, dirigir e manter a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Goiaz e mais as possíveis instituições culturais e de ensino que possam integrar uma futura Universidade Católica de Goiaz.

III- Mediante entendimentos, acordo e reuniões periódicas com os Estabelecimentos católicos de Ensino do Estado de Goiaz, de todos os graus e modalidades, fornecer-lhes normas diretrizes de natureza cultural, pedagógica e disciplinar (LIVRO ATA SEEG, 1948, p. 2-3)¹²⁴.

A SEEG teria uma missão importante no projeto educacional de Dom Emanuel, pois além da FFCL, ela teria a prerrogativa de gerir e articular todas as escolas católicas citadas acima numa mesma linha educacional. Essa gestão organizacional fortaleceria todas as escolas e possibilitaria maior controle delas por parte da Igreja, que orientaria cada uma delas, o que resultaria em uma maior organização e avanço da educação católica em Goiás. Dom Emanuel buscou auxílio em São Paulo, trazendo a Goiânia o monsenhor José Emílio Salim¹²⁵, diretor da Faculdade Católica de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas - SP, para colaborar com a organização e a elaboração do estatuto da SEEG e da FFCL. Resgatando a entrevista concedida a Borges (2006), nas palavras de Dom Antônio:

Nesse Congresso, eu diria, saiu a conclusão, a resolução de se fundar em Goiás uma universidade. Durante o segundo semestre daquele ano o Arcebispo convocou a Goiânia o Cônego Emílio Salim, que era o reitor da Universidade Católica de Campinas. O padre Emílio Salim fez os estudos preliminares sobre a fundação desta universidade. Primeira condição, criar uma entidade mantenedora. Foi criada a Sociedade de Educação e Ensino de Goiás. Essa mantenedora agregou, desde então, as escolas católicas já existentes e serviu de apoio institucional para criar os primeiros cursos da Faculdade de Filosofia (OLIVEIRA, apud BORGES, 2006, p. 81).

¹²⁴ *Livro Ata Sociedade de Educação e Ensino de Goiaz*. 06 de junho de 1948 p. 2-3. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

¹²⁵ Monsenhor José Emílio Salim foi o diretor da Faculdade Católica de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas entre 1941-1956. Depois, a faculdade foi elevada à condição de Universidade Católica de Campinas em 1956, ele tornou-se o primeiro reitor. Era um homem conhecedor da legislação vigente e tinha larga experiência com a educação superior em Campinas-SP. Sendo assim, Dom Emanuel contou com sua assessoria técnica para estruturação da SEEG e FFCL em Goiás.

No dia 10 de julho de 1948 a diretoria da SEEG foi eleita, composta por: Presidente: o arcebispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira; vice-presidente: Dom Abel Ribeiro, bispo auxiliar de Goiás; tesoureiro: cônego José Trindade da Fonseca e Silva, procurador da mitra arquidiocesana; e secretário: padre Cirilo Talapka, secretário do arcebispado. Nesta mesma reunião, foram aprovados os estatutos que resguardavam todo o poder de administração à pessoa do presidente, Dom Emanuel. Assim dizia o estatuto:

Art. 13º Compete ao presidente, órgão executivo superior da sociedade: 1º Dirigir e administrar os negócios da Sociedade e representa-la ativa e passivamente nos atos judiciais e extrajudiciais, podendo alegar estes poderes de representação para fins determinados; 2º convocar e presidir as reuniões da diretoria; 3º nomear e demitir, ouvidos os membros da diretoria os diretores da faculdade e dos demais institutos mantidos pela sociedade; 4º aprovar, ouvida a diretoria a indicação dos professores contratados para as diversas disciplinas, feita pelo Diretor do respectivo Instituto; 5º superintender e administrar a faculdade e institutos fundados e mantidos pela sociedade (LIVRO ATA SEEG, 1948, p. 7).

De acordo com o estatuto, como presidente, Dom Emanuel gozava de plenos poderes para orientar todas as instituições, principalmente, a faculdade recém-criada. Este é um indício de que ele era o mentor desse projeto de educação superior católica em Goiás, o que nos leva a crer que as linhas e diretrizes que se consolidaram para a FFCL foram dadas pelo próprio bispo. Como Dom Leme articulou e organizou todo o processo que gestou a Universidade Católica do Rio de Janeiro, conforme analisamos no segundo capítulo, o mesmo foi feito por Dom Emanuel, que lançou os fundamentos para que, no futuro, nascesse a primeira universidade do Brasil Central, sob a orientação da Igreja Católica. Com essas ações, Dom Emanuel respondia a um asseio maior da Igreja Católica no Brasil. Na mesma reunião em que foi aprovado o estatuto da SEEG, ocorreu também a nomeação do diretor da FFCL, o então bispo auxiliar da arquidiocese, Dom Abel Ribeiro, que permaneceu no cargo até 1954. Ter um bispo à frente da faculdade resultaria em uma maior articulação para as resoluções e os andamentos da parte burocrática. Ao mesmo tempo, seria uma estratégia ideológica confessional para a orientação dos princípios que norteariam e estruturariam a própria FFCL. Afinal, caberia ao diretor ditar o rumo da nova faculdade que nascia.

Para constituir e manter a SEEG, Dom Emanuel repassou grande parte dos patrimônios que pertenciam à Arquidiocese de Goiás para a Sociedade, em especial as propriedades que sediavam as escolas, já que a entidade necessitava de uma estrutura material e financeira para ser consolidada e mantida – sobretudo a FFCL, que era a meta maior para a criação da SEEG. Assim resguardava o estatuto:

Capítulo IV- Do Patrimônio Social. Art. 19º- Compôr-se o patrimônio da Sociedade: 1º- de doações, subvenções e auxílios de entidades oficiais ou particulares. 2º- aquisições eventuais de bens móveis e imóveis de valores e contribuições destinadas aos fins da Sociedade. 3º- da massa imobiliária assim especificada: a) Ginásio Arquidiocesano do Planalto; b) Ginásio Arquidiocesano de Jaraguá; c) Ginásio Arquidiocesano Anchieta; d) Ginásio D. Vital em Ipameri; e) Ginásio N. S. do Carmo de Pirenópolis; f) os prédios e as áreas de terreno das Escolas paroquiais de Buriti Alegre; de Anápolis; de Planaltina; de São José de Formosa; de Orizona; de Itaberaí; de Corumbaíba; g) Escola Agrícola D. Bosco em Silvânia; h) Fazenda da Conceição em Corumbá com trezentos alqueires goianos; i) Patrimônio N. S. da Conceição de Campinas em Goiânia; j) Fazenda do Salto em Corumbá de Goiás; k) patrimônio de Itumbiara; e) patrimônio de Pireneus em Pirenópolis e Corumbá de Goiás; m) dez lotes de terreno na cidade de Goiânia; m) oito prédios na cidade de Anápolis, deixa testamentário do Cônego José Trindade da Fonseca e Silva.

Art. 20º- Todos os lucros que eventualmente, se auferirem com a manutenção dos Institutos mantidos pela Sociedade serão destinados à melhoria das instalações gerais ou outros fins. A critério do Presidente da Sociedade ou de seu substituto legal canônico.

Art. 21º- A Sociedade de Educação e Ensino de Goiás, inicialmente, pelo presente instrumento, assume a responsabilidade de instalação e manutenção só da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás (LIVRO ATA SEEG, 1948, p. 30)¹²⁶.

A FFCL foi composta pelos cursos de Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia. Apresentamos, na tabela abaixo, as disciplinas que compunham cada curso, com seus respectivos professores:

Tabela 10: Grade Curricular do Curso de Geografia e História.

	DISCIPLINA	PROFESSOR
01	Geografia Física	Dr. Luiz Faria
02	Geografia Humana	Dr. Vicente de Paulo U. de Sousa
03	Antropologia, Etnografia e Etnografia do Brasil	Dr. Octácio C. Bittencourt
04	História da Antiguidade e da Idade Média	Dr. Benjamin L. Roriz
05	História Moderna e Contemporânea	Pe. José Quintiliano Leopoldo e Silva
06	História do Brasil	Dra. Floraci Mendes Artiaga
07	Geografia do Brasil	Dr. Zoroastro Artiaga
08	História da América	Dr. Agnelo Arlington F. Curado.

Fonte: Livro Ata SEEG, 1948.

Tabela 11: Grade Curricular do Curso de Letras Clássicas.

	DISCIPLINA	PROFESSOR
01	Língua e Literatura Latina	Egídio Turchi
02	Língua e Literatura Grega	João Icsodi
03	Língua e Literatura Portuguesa	Mussolina de Araújo
04	Literatura Brasileira	Dr. Hélio de Araújo Lobo
05	Filologia Românica	João Icsodi

Fonte: Livro Ata SEEG, 1948.

¹²⁶ *Estatutos da Sociedade de Educação e Ensino De Goiás*. In Livro Ata Sociedade De Educação E Ensino de Goiaz. p. 30. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

Tabela 12: Grade Curricular do Curso de Letras Neolatinas.

	DISCIPLINA	PROFESSOR
01	Língua Latina	Egídio Turchi
02	Língua e Literatura Portuguesa	Mussolina de Araújo
03	Literatura Brasileira	Dr. Hélio de Araújo Lobo
04	Filologia Românica	João Icsodi
05	Língua e Literatura Francesa	Pe. Geraldo Vauder Jhist
06	Língua e Literatura Italiana	Pe. José Dalla Mutta
07	Língua e Literatura Espanhola	Pe. Isidro Balsells
08	Literatura Hispano-Americana	Pe. Isidro Balsells

Fonte: Livro Ata SEEG, 1948.

Tabela 13: Grade Curricular do Curso de Letras Anglo-Germânicas.

	DISCIPLINA	PROFESSOR
01	Língua Latina	Egídio Turchi
02	Língua e Literatura Portuguesa	Mussolina de Araújo
03	Língua e Literatura Inglesa	Genesco Bretas
04	Literatura Anglo-Americana	Genesco Bretas
05	Língua e Literatura Alemã	Pe. Paulo Forster.

Fonte: Livro Ata SEEG, 1948.

Tabela 14: Grade Curricular do Curso de Pedagogia.

	DISCIPLINA	PROFESSOR
01	Complementos de Matemática	Ari Demostenes de Almeida
02	História da Filosofia	Cº. José Trindade da Fonseca e Silva
03	Sociologia	Pe. Artur Bonotti
04	Fundamentos Biológicos da Educação	Iron da Rocha Lima
05	Psicologia Educacional	Irmã Maria Rita de Bretas
06	Estatística Educacional	José Gonçalves Zuza
07	Administração Escolar	Antonieta
08	História da Educação e Educação Comparada	Inácio Xavier da Silva
09	Fundamentos Sociológicos da Educação	Dr. Hélio Araújo Lobo
10	Filosofia da Educação	Dom Abel Ribeiro Camêlo
11	Orientação Educacional e Profissional	Dr. Vicente de Paulo U. e Sousa

Fonte: Livro Ata SEEG, 1948

De acordo com os estatutos, o corpo docente era composto por quatro categorias: professores catedráticos, docentes livres, auxiliares de ensino e professores contratados. O contrato era de um ano e o professor poderia ser dispensado, caso encaminhasse ensinamentos que contrariassem a doutrina católica (MACÊDO; VAZ, 2004). Mais uma vez aparece o caráter confessional da faculdade.

Muitas mudanças ocorreram nas décadas de 1930 e 1940 em Goiás, principalmente com advento da nova capital. Tornou-se necessário, nesse contexto, expandir o ensino

superior, atendendo ao crescimento da demanda. Com a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, houve um movimento de dinamização e modernização da região Centro Oeste, que ficou conhecido como Marcha para Oeste. Consequência disso foi o crescimento da população urbana. Desta forma, a educação em todos os níveis passou a ser uma necessidade básica. A década de 1940 possibilitou um grande crescimento do ensino secundário em todo o país e, em Goiás, não foi diferente. Concentremo-nos, no entanto, especificamente, na educação superior, conforme Almeida (1991):

Após o Movimento de 30, as mudanças no campo político vão contribuir para desarticular a estrutura de poder baseada no mando local, enfraquecer as oligarquias regionais, a construção da nova capital do Estado – Goiânia – fundada em 1934, além da liberação do voto feminino, alimentam na população a demanda por mais escolas que oferecessem cursos em diferentes níveis, inclusive superiores (ALMEIDA, 1991, p. 100).

Além disso, essas faculdades compunham o arcabouço disciplinar estipulado pelo Ministério da Educação. A partir de 1931, com a reformulação do ensino superior no Brasil, a legislação determinava que, para a criação de uma universidade, era necessária a existência de cursos de humanidades, indo além da missão tecnicista do ensino, meramente profissional, abrindo-se, assim, à amplitude da cultura no domínio das ciências. Esses cursos tinham também a finalidade de formar os licenciados que depois assumiriam o magistério em sala de aula. Essas iniciativas, portanto, qualificariam o professorado para o exercício de sua profissão, atendendo à demanda que crescia cada vez mais e necessitava de mão de obra qualificada.

A Faculdade de Educação, Ciências e Letras foi apresentada, por Francisco Campos, na exposição de motivos, como fornecendo ao conjunto de institutos o caráter propriamente universitário, pois ‘pela alta função que exerce na vida cultural, é que dá, de modo mais acentuado, ao conjunto de institutos reunidos em Universidade, o caráter propriamente universitário, permitindo que a vida universitária transcenda os limites do interesse puramente profissional, abrangendo em todos os seus aspectos, os altos e autênticos valores da cultura, que à Universidade conferem o caráter e atributo que a definem e individualizam (CUNHA, 1986, p. 302).

A Igreja Católica em Goiás era responsável por uma grande rede de escolas católicas. Neste sentido, a FFCL atenderia também esta demanda, contribuindo para formar professores que depois atuariam nessas escolas. Assim, afirmou Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, um dos primeiros secretários da faculdade: “naturalmente naquela hora primeira a finalidade, nós diríamos assim, imediata era preparar pessoal para o corpo docente das escolas de primeiro e

segundo grau. Tanto que a primeira escola foi a de Filosofia, Ciências e Letras”¹²⁷. A FFCL foi instituída legalmente pelo Decreto n. 26.144, de 04 de janeiro de 1949, e seus cursos foram reconhecidos pelo Decreto n. 30.588, de 22 de fevereiro de 1952. Se observarmos o processo entre a primeira reunião para a fundação da faculdade, que aconteceu em junho de 1948, e a aprovação em janeiro de 1949, o processo correu rapidamente. Isso aconteceu devido a influência que Dom Emanuel possuía junto ao Governo Federal, sobretudo, no Ministério da Educação. A ajuda do monsenhor Salim na parte burocrática e a diplomacia política do cônego Trindade foram de fundamental importância para o êxito desses trâmites. Dom Antônio, em entrevista concedida a Borges (2006) diz:

Agora quem de fato defendia isso lá junto ao Congresso era Dom Emanuel pessoalmente. Ele ia para o Rio de Janeiro, ficava 15 ou 20 dias, visitava os senadores e deputados. Tinha um bom relacionamento no Congresso. Eu, como secretário da faculdade, durante o ano de 1949, fiz os relatórios, como eu não tinha muita prática eu ia para a Faculdade de Farmácia e Odontologia e o secretário, Ramiro Meireles, me ajudava a montar esses processos para enviar ao Ministério. Mas houve um período anterior a mim, no final de 1948, em que a montagem do projeto inicial foi feita sob a orientação do Cônego Emílio Salim, por um grupo aqui de Goiânia coordenado pelo Padre Trindade. A fiscalização aqui foi feita por ordem do Ministério, com muita atenção, por inspetores federais. O fato é que a faculdade começou com muito apoio, porque era uma expectativa da comunidade, do próprio poder público, pois se tratava de uma necessidade vital para o Estado, que não tinha, não contava ainda com nada na área de formação de professores (OLIVEIRA, apud BORGES, 2006, p. 84).

Os cursos da FFCL tinham duração de três anos, com mais um para o ensino da didática, o que correspondia ao chamado “padrão federal” ou esquema 3+1: três anos habilitaria ao grau de bacharel e, mais um ano, ao grau de licenciado. O curso de didática¹²⁸ contava com as seguintes disciplinas: didática geral, didática especial, psicologia educacional, administração escolar, fundamentos biológicos da educação e fundamentos sociológicos da educação. Vimos que o curso de Filosofia entrou no nome da faculdade, mas não foi criado no primeiro momento. O motivo alegado para a exclusão do Curso de Filosofia foi a ausência de professores qualificados para lecionarem as suas disciplinas. O Curso de Pedagogia era o que mais se aproximava do curso de Filosofia (ALMEIDA, 2004). O curso de Filosofia foi criado somente em 1961, quando já estava fundada a Universidade Católica de Goiás. Os alunos que frequentaram os cursos eram de classe média-alta e se interessaram por essas graduações porque viam um mercado de trabalho promissor pela frente na área da educação, seja na

¹²⁷ OLIVEIRA, Dom Antônio Ribeiro de. *Entrevista*. 1986. In: MACÊDO, Maurides; VAZ, Ronaldo Ferreira. A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Goiás (1948-1999). *Revista Estudos*, v. 31, out. 2004. Especial. p. 135

¹²⁸ O curso de Didática foi aprovado no Decreto n. 30.475 de 29 janeiro de 1952.

esfera estadual ou na municipal. Muitos dos formados se tornaram professores nas próprias faculdades onde estudaram.

Outro motivo para a criação da FFCL estava na demanda interna das próprias obras educacionais católicas. Vimos, no início desse capítulo, que no episcopado de Dom Emanuel foi criada uma rede de escolas católicas por todo o estado de Goiás, grande parte delas dirigidas pelas congregações religiosas. Assim, uma faculdade como a FFCL, gerida pela Igreja, possibilitaria a formação de professores, qualificando-os para exercerem o magistério nas escolas católicas. Como já falamos, em Goiás, havia uma grande carência de profissionais para a educação.

A finalidade principal da Faculdade de Filosofia era a de formar professores, por isso, sugeriu-se ao Ministério da Educação a criação de alguns cursos destinados a essa tarefa. E foram pedidos, naquele primeiro processo, cinco cursos: Pedagogia, Letras Anglo-Germânicas, Letras Neo-Latinas, Letras Clássicas e o curso de História e Geografia. Naquela época, o Ministério da Educação é que geria o ensino superior em todo o país e tinha os cursos de História e Geografia juntos. Então a razão de ser do curso de História e Geografia, como o de Letras e Pedagogia, era a carência, no Estado, de professores diplomados nessas áreas (OLIVEIRA, apud BORGES, 2006, p. 82).

A FFCL era confessional, encontrando-se sob a administração da Arquidiocese de Goiás por meio SEEG. Porém, nas grades curriculares apresentadas anteriormente, encontramos uma certa neutralidade acadêmica, pois as disciplinas eram meramente de cunho científico para cada curso. Então, poderíamos perguntar, onde esses cursos responderiam ao anseio da Igreja nesse processo de restauração católica, que via na instrução o caminho mais eficaz para a formação dos intelectuais católicos? A FFCL, além de oferecer os cursos ordinários de graduação, oferecia, também, os extraordinários de Cultura Religiosa e de Iniciação Filosófica. Além disso, o regimento interno resguardava que todos os discentes deveriam fazê-los e só poderiam ser dispensados se houvesse a liberação do diretor, dependendo do credo de cada aluno¹²⁹. Era por meio dessa via que acontecia uma educação mais confessional, que pudesse inculcar o pensamento católico. A ideia que se queria transmitir era que a ciência não podia ficar separada da religião.

O desejo da Igreja Católica era apresentar a universalidade do conhecimento científico baseado na filosofia e na teologia. Por isso, na FFCL os dois cursos extraordinários eram de orientações filosófico-teológicas. Sendo o Estado e a sociedade laicos – não obstante a maioria da população em Goiás, nesse período, fosse católica –, a estrutura da Faculdade

¹²⁹ *Regimento da Faculdade de Filosofia de Goiaz*, Art. 26 e 27, 1948.

deveria ser organizada em um caráter mais técnico-científico e menos religioso, até mesmo para que pudesse ter maior adesão. Mas a Igreja precisava cumprir seu objetivo restaurador e, para tanto, apresentou na FFCL conteúdos religiosos de maneira mais discreta, ao menos a partir da grade curricular dos cursos. Esses conteúdos, porém, compunham o pano de fundo que permeava toda a estrutura da Faculdade. Agindo assim, a Igreja tornava-se simpática ao Estado laico e à sociedade civil, garantindo a adesão dos mesmos. Mas o projeto restaurador estava presente, na medida em que a Igreja em Goiás pretendia que os formados, alimentados por um espírito católico, se tornassem propagadores desses princípios religiosos, influenciando a vida social. A FFCL ampliaria e consolidaria, assim, a influência da Igreja Católica como instituição doutrinadora, na medida em que o professorado, formado pela faculdade, teria a obrigação de partilhar a sua visão de mundo, de caráter ideológico e, conseqüentemente, se tornariam agentes de difusão desta mesma visão através da educação.

A Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, além de abrigar as Faculdades de Enfermagem, Farmácia e Odontologia, abrigou também o colégio de aplicação da FFCL de Goiás, chamado Ginásio São Vicente de Paulo, que funcionou até a década de 1960. O colégio tinha a finalidade de se tornar um grande laboratório de ensino para os alunos da Faculdade de Filosofia e, inicialmente, foi administrado pela Conferência de São Vicente de Paulo, passando depois para administração da SEEG. O colégio de aplicação tinha professores fixos que recebiam os alunos da FFCL para um período de estágio em sala de aula. Esse colégio foi criado pelas irmãs Filhas da Caridade, que administravam a Santa Casa a pedido de Dom Emanuel.

Dirigindo a Santa Casa de Misericórdia estavam as Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. As Irmãs tinham fundado a pedido de Dom Emmanuel a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo. E quando a Faculdade de Filosofia começou a precisar de estágio, Dom Emmanuel insistiu com as Irmãs para que elas fundassem escolas em Goiás. Elas fundaram esse Ginásio São Vicente de Paulo, sob o patrocínio da Sociedade São Vicente de Paulo, cujo presidente era Germano Roriz, par ser ao mesmo tempo um curso ginásial e abrir espaços para os estágios da Faculdade de Filosofia (OLIVEIRA, apud BORGES, 2006, p. 87).

A FFCL, não possuindo sede própria, foi abrigada no Colégio Santo Agostinho, situado na rua 55, em Goiânia. A SEEG alugou das irmãs agostinianas as dependências do colégio por um valor mensal de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) para acolher a Faculdade de Filosofia. A estrutura era composta pelas salas de aulas, secretaria, sala dos professores e biblioteca. De acordo com o Regimento Interno da Faculdade, havia duas bibliotecas, uma geral e outra especializada. Para início dos trabalhos, foi firmado um contrato de manutenção entre a Mitra Arquidiocesana de Goiás e a SEEG, o qual previa que Dom Emanuel repassaria

a doação de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) para o custeio das despesas¹³⁰. Inicialmente, a FFCL passou por muitas dificuldades financeiras, uma vez que os recursos advindos da Arquidiocese de Goiás não eram suficientes para arcar com todas as despesas e o que entrava de mensalidades era pouco, devido ao número reduzido de alunos. Sem subvenção do governo ela não poderia se manter por si só.

Tabela 15: Matrículas de alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás por curso (1949-1950).

Cursos	1949- 1ª Série	1950- 1ª Série	1950- 2ª Série
Geografia e História	21	13	16
Letras Neo-Latinas	14	10	10
Letras Anglo-Germânicas	5	4	5
Pedagogia	6	6	5
Total	46	33	36

Fonte: Relatório de Verificação de Funcionamento da Faculdade de Filosofia de Goiaz, 1951.

Diante desses grandes problemas, os colaboradores mais próximos de Dom Emanuel, Dom Abel Ribeiro Camelo e o então padre Antônio Ribeiro de Oliveira propuseram a ele o fechamento da faculdade, mas o bispo não concordou, pois estava convicto de seus planos, e não desistiria até que eles fossem consolidados. A semente lançada por Dom Emanuel, no futuro produziu frutos, a Universidade Católica de Goiás, fundada após sua morte, em 1959.

A Igreja pagava para ter a faculdade, e houve uma coisa interessante. Dom Abel e eu estávamos na frente dos trabalhos. De vez em quando desanimávamos: Não é possível, isso não vai para frente, pouca gente, não tem dinheiro, só tem dificuldades. Os professores faltavam muito. Fomos falar com Dom Emanuel: vamos fechar essa faculdade! E Dom Emanuel, edificando-nos, dizia: não se planta uma árvore, planta-se uma semente. Vamos começar. Ele ria de nossa temeridade (OLIVEIRA, apud PINHEIRO, 2015, p. 34)¹³¹.

Inicialmente, Dom Emanuel utilizou-se dos recursos advindos do Santuário do Divino Pai Eterno para manter a Faculdade, até que ele conseguisse recursos por parte do governo. Conforme demonstrado no terceiro capítulo, o novo contrato celebrado com os padres redentoristas assegurou que a maioria dos rendimentos do Santuário do Divino Pai Eterno fosse direcionada para a diocese, o que possibilitou o investimento, por parte de D. Emanuel, em diversas áreas de seu projeto de governo. A educação foi a principal delas. Essas

¹³⁰ *Contrato de Manutenção Entre Mitra Arquidiocesana de Goiás e a Sociedade de Educação e Ensino de Goiás*. 25 agosto de 1948. In: Livro Ata Sociedade De Educação E Ensino de Goiaz. p. 45-47. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

¹³¹ OLIVEIRA, D. Antônio Ribeiro. *Universidade do Brasil Central*. In: PINHEIRO, Antônio César Caldas (Org.). Dom Emanuel, arcebispo da providência, da instrução e da paz. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2015. p. 34.

dificuldades financeiras geravam outros problemas graves como, por exemplo, a dificuldade de encontrar professores qualificados, pois a faculdade não tinha condições de remunerar bem os professores. Muitos deles trabalhavam recebendo a metade do valor da hora aula, outros chegavam a trabalhar sem receber¹³².

De acordo com o relato do livro *Ata*¹³³, em 1949 foi acordado que os professores receberiam Cr\$ 50,00 por aula, devido às dificuldades financeiras da FFCL. A faculdade contava com 26 professores, a maioria deles da Faculdade de Direito, Farmácia e Odontologia, porque também havia dificuldades de encontrar professores qualificados para os cursos existentes em suas áreas específicas. Depois, muitos dos alunos da própria faculdade tornaram-se professores desta. No que diz respeito aos salários dos professores, nos primeiros anos, a faculdade não conseguiu honrar com os pagamentos nos valores combinados devido à falta de recursos. Os relatos de Dom Antônio, que foi secretário geral da faculdade em 1949, afirmam que “durante aquele primeiro ano essa escola funcionou na base do idealismo dos professores e da manutenção da Arquidiocese de Goiás”¹³⁴.

Os padres que eram professores, a pedido de Dom Emanuel, recebiam apenas a metade do valor da hora aula. Os que executavam trabalhos burocráticos, não recebiam salário, por serem membros do clero diocesano ligados diretamente ao arcebispo. Sabendo das dificuldades da faculdade e sendo mantidos pelas paróquias onde trabalhavam, funcionários administrativos abdicavam de seus salários para ajudar a faculdade. Conforme relato de Dom Antônio: “o secretário, o diretor e o tesoureiro assinavam e depois passavam o recibo, e passando outro documento de doação daquele trabalho, daquela importância para a Faculdade, então era o nosso trabalho burocrático totalmente gratuito”¹³⁵. De acordo com o balancete de 1950, a faculdade conseguiu se manter com os seguintes recursos: uma subvenção do governo do Estado de Cr\$ 138.000,00; um auxílio da prefeitura de Goiânia de Cr\$ 15.000,00; das taxas de inscrição que arrecadaram Cr\$ 6.600,00; e as mensalidades que somaram Cr\$ 60.150,00. Essas foram as entradas para esse ano¹³⁶, que ainda eram insuficientes, pois a Faculdade precisava se manter e fazer investimentos. A primeira turma colou grau em 1951, sendo formada por quatro formandos em Pedagogia, sete em Letras Neolatinas, cinco em

¹³² *Ata da Congregação Faculdade de Filosofia de Goiás*, 1949. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

¹³³ *Ata da Reunião de Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* – 03 de maio 1949. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. p. 3.

¹³⁴ OLIVEIRA, Dom Antônio Ribeiro de. *Entrevista*. 1986. In: MACÊDO, Maurides; VAZ, Ronaldo Ferreira. A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Goiás (1948-1999). *Revista Estudos*, v. 31, out. 2004. Especial. p. 141.

¹³⁵ *Ibid.* p. 143.

¹³⁶ *Balancete Sintético da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás. 31 de dezembro de 1950*. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

Letras Anglo-Germânicas e 13 em História e Geografia (MACÊDO; VAZ, 2004). A colação de grau só ocorreu em 30 de maio de 1952, depois que saiu o decreto de reconhecimento da faculdade.

Com o crescimento da FFCL, era necessária a construção de um prédio próprio. Dom Emanuel mediu junto ao Departamento de Viação e Obras públicas de Goiás o projeto do novo prédio, que seria de três andares, o qual contaria com salas de aula, sala de professores, diretoria, secretaria, laboratórios e biblioteca. No primeiro momento, esse prédio era para ser construído na Rua 19, Qd. 31, na região central de Goiânia, mas o projeto não se consolidou por falta de recursos. Sendo assim, o arcebispo recorreu ao governo federal em busca de subsídio.

A dificuldade de encontrar professores. Eu me lembro que nós íamos a professores do Estado, da própria Faculdade Federal pedir professores. Eles davam os nomes, mas não dispunham de tempo. Então nós tínhamos uma carência de professores muito grande. O segundo problema era o recurso financeiro. Porque a faculdade começou com 39 alunos e a anuidade naquele tempo era de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) e muitos não podiam pagar, então não havia receita. E foi necessário nos dois primeiros anos que a Arquidiocese de Goiás subvencionar tudo isso. Eu era o secretário e fazia as folhas de pagamento. Eu levava os cheques e o Arcebispo assinava na conta do Santuário do Divino Pai Eterno. E a terceira dificuldade naturalmente, era a falta de espaço físico próprio. Durante o ano de 1949 o Arcebispo, que era muito ligado ao Congresso Nacional foi ao Rio de Janeiro e com patrocínio de vários deputados amigos e goianos e, sobretudo, de mineiros, o Arcebispo conseguiu colocar no orçamento da União para o ano de 1950 uma verba ordinária, naquela época havia essa subvenção ordinária que era paga anualmente. Ai o Arcebispo, como era muito ligado ao Congresso, mas também muito empenhado na área da Educação, conseguiu convencer o Congresso a liberar para Goiás uma verba anual de dez milhões de cruzeiros, sendo dois milhões e quinhentos mil para cada faculdade: Farmácia e Odontologia, Enfermagem Ciências Econômicas, que era da Federação das Indústrias, e a Faculdade de Filosofia de Goiás. E essa verba permaneceu durante muito tempo enquanto era permitido por lei, e com isso se construíram os primeiros prédios das faculdades (OLIVEIRA, apud BORGES, 2006, p. 90).

Dom Emanuel sempre soube utilizar de sua influência política em favor das iniciativas da Igreja, isso não foi diferente neste momento. Ele sabia que se não houvesse subvenção do governo o seu projeto não iria prosperar, pois os recursos da Igreja eram poucos para manter uma obra dessa magnitude. Diante disso, o bispo apelou aos deputados do Rio de Janeiro, sede do governo federal, para a captação de recursos para manter as faculdades da Igreja Católica em Goiás. Ele fez uma articulação com os deputados goianos, recorreu aos mato-grossenses, pois havia trabalhado como padre naquele estado, e também aos mineiros, devido à influência de seu irmão, Dom Helvécio, que era arcebispo de Mariana¹³⁷. Somou forças para

¹³⁷ OLIVEIRA, D. Antônio Ribeiro. *Universidade do Brasil Central*. In: PINHEIRO, Antônio César Caldas (Org.). Dom Emanuel, arcebispo da providência, da instrução e da paz. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2015. p. 34-35.

poder garantir do governo federal um subsídio de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) por ano que, além de beneficiar a FFCL, foi aplicado também em outras faculdades existentes, como a de Enfermagem, Farmácia e Odontologia. A articulação política de Dom Emanuel foi o que garantiu a manutenção e o crescimento das faculdades em Goiânia.

Os recursos advindos do governo federal resolveram dois problemas que Dom Emanuel tinha com a Faculdade de Filosofia. Em primeiro lugar, foi possível remunerar melhor os professores e honrar os seus salários nas datas estipuladas para cada mês. Em segundo, esses recursos somados possibilitaram investimentos e melhorias, como a construção de uma sede própria para a faculdade, que até no momento estava instalada no Colégio Santo Agostinho.

De acordo com *O Popular*, em edição de 1952, aconteceu uma reunião no Palácio das Esmeraldas com a presença de várias autoridades, entre elas, o então governador Pedro Ludovico, cônego José Trindade, secretário de educação, Venerando Freitas, prefeito de Goiânia, José Felicitando Almeida, diretor da divisão de terras, e os representantes das escolas superiores de Goiânia para tratar da localização desses estabelecimentos de ensino na nova capital. Desta forma, o governador decidiu que revogaria a lei de loteamento do Setor Leste Universitário na parte superior, que deveria ser destinado às faculdades, para que as mesmas pudessem construir seus prédios¹³⁸. Essa decisão resultou na Lei n. 634, de 29 de setembro de 1952, que doava os terrenos às faculdades para a construção de suas sedes no Setor Universitário. A SEEG, como mantenedora das faculdades católicas, recebeu a posse e escritura do terreno que lhe fora destinado. Com os recursos federais, foi possível construir os prédios. Em 1954 começou a construção do prédio da FFCL, que foi idealizado por Dom Emanuel, contendo 14 salas de aulas, salas para diretoria, secretaria, tesouraria, biblioteca, inspetoria federal do ensino superior e dos professores, salão de reunião, cantina e centro acadêmico. O prédio foi inaugurado em 1956, após a morte de Dom Emanuel, e custou Cr\$ 1.632.966,00 (MACÊDO; VAZ, 2004).

Reforçava-se, ainda mais, esta aliança entre Igreja e Estado nesse período da restauração católica, em que cada qual se beneficiava com a ajuda do outro. Ao financiar essas obras, o Estado sentia que cumpria a sua missão com a educação superior em Goiás; e a Igreja, recebendo esses recursos, ocupava essa lacuna deixada pelo Estado, para que seu projeto de instrução católica tomasse corpo e se robustecesse. Solidificaram-se os alicerces

¹³⁸ *Jornal O Popular*, 19 de setembro de 1952. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

para que, no futuro, nascesse a Universidade Católica, como já acontecia em outros estados sob a orientação do episcopado brasileiro e chancelado pela Santa Sé.

Em 1954, ano anterior à morte de Dom Emanuel, a Faculdade teve 61 inscritos para o vestibular, já com 128 alunos formados. Neste ano, se formaram 12 bacharéis, sendo quatro em Pedagogia, sete em Letras Neolatinas, um em História e Geografia; e 16 licenciados, sendo seis em Pedagogia, sete em Letras e três em História e Geografia (MACÊDO; VAZ, 2004). Este foi o ano do florescimento das faculdades católicas em Goiás, motivação essa que levou Dom Emanuel a articular e dar os primeiros passos para a criação da Universidade Católica de Goiás. Debateremos sobre esse assunto mais à frente.

Imagem 5 - Prédio da Antiga Faculdade de Filosofia construído com recursos federais.



Fonte: Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

5.3 A Universidade do Brasil Central

Concomitantemente à Sociedade de Educação e Ensino de Goiás e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, idealizou-se a criação da Universidade do Brasil Central-UBC¹³⁹, a qual abordaremos nesta seção. Os documentos historiográficos que temos sobre a UBC são poucos, afinal ela não foi concretizada. Refletiremos como se deu o processo que resultou no Decreto Lei n. 192, de 20 de outubro de 1948, que a criou e qual era a participação da Igreja Católica nesse contexto.

¹³⁹ Utilizaremos a sigla UBC para nos referirmos a Universidade do Brasil Central.

Como vimos anteriormente, a reunião que aconteceu no final do Congresso Eucarístico de Goiânia no Palácio das Esmeraldas contava com a presença de autoridades eclesiásticas e civis, como a do cardeal Dom Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Emanuel, arcebispo de Goiás e Jerônimo Coimbra Bueno, governador do estado de Goiás, resultando na criação da Universidade do Brasil Central, fruto de uma ação conjunta entre o arcebispo e o governador.

Elencamos dois motivos para essa iniciativa. Em primeiro lugar, a região central do Brasil passou por um processo de desenvolvimento com várias mudanças ocorridas nas décadas de 1930 e 1940, principalmente com o movimento de interiorização do país, que ficou conhecido como Marcha para o Oeste (CHAUL, 1995), e que pedia do estado uma modernização e avanço na educação superior, especialmente diante da demanda que já existia para se ter uma universidade em Goiás. Em segundo lugar, a Igreja Católica tomava iniciativas em várias regiões do Brasil para a consolidação das Universidades Católicas, como se via no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, conforme movimento que ficou conhecido como restauração católica. Em Goiás houve uma particularidade, pois, o Estado em si não seria capaz de conduzir por si só uma universidade, devido às suas condições estruturais, seja da organização da parte burocrática, ou mesmo da consolidação dos cursos. Ademais, a Igreja, sob o báculo de Dom Emanuel, já tinha vários cursos superiores, mas não teria condições de avançar por conta própria. Portanto, o caminho mais viável foi uma união entre essas duas esferas que resultou na Universidade do Brasil Central. Um acontecimento dessa envergadura seria o ápice da gestão restauradora de Dom Emanuel. De acordo com o decreto que criou a UBC, ela teria as seguintes finalidades:

Art. 2º - São fins da Universidade do Brasil Central:

- a - incentivar e promover a pesquisa e a cultura científica, literária, filosófica e artística;
- b - formar profissionais habilitados, especialmente para as necessidades do interior do país;
- c - promover o intercâmbio cultural o técnico com as outras Universidades brasileiras e instituições científicas e técnicas, nacionais e estrangeiras (LEI Nº 192, 20/10/1948)¹⁴⁰.

Além de responder à demanda existente no interior do Brasil nesse período da história, a UBC deveria ser mais ousada, contemplando a produção científica e o intercâmbio cultural. Tratava-se de um grande avanço para a mentalidade acadêmica em Goiás, que era então considerado um estado agrário e rural perante outros estados brasileiros. Para alcançar esse

¹⁴⁰ LEI Nº 192, de 20 de Outubro de 1948. Governo do Estado de Goiaz.

objetivo, o próprio governador Coimbra Bueno financiou a vinda de intelectuais para o estado. Entre eles, destacamos: W. Jesco von Puttkamer, Januse Gerulewicz e Marcus Sulzbach, o primeiro de ascendência alemã, o segundo polaco e o terceiro suíço. Esse tipo de iniciativa foi usado na consolidação da Universidade de São Paulo e Universidade do Distrito Federal, como vimos no segundo capítulo. “Era propósito do governo trazer para Goiás doze profissionais estrangeiros para serem professores na Universidade do Brasil Central. Todas as despesas de viagem seriam custeadas pelo Governo Federal através do Conselho de Imigrações e Colonização”, conforme Von Puttkamer, em entrevista concedida a Baldino (1991, p. 70). Ainda na entrevista, quanto ao nome Brasil Central escolhido para a Universidade:

Jerônimo era um homem de grande visão e inteligência ímpar. É sua a ideia de criar a Universidade do Brasil Central. Pensou não somente na mocidade de Goiás. Pretendia atender também a mocidade de Mato Grosso e Pará, daí sua concepção regional de “Brasil Central”. Dizia-se que tudo estava certo, lei aprovada. No entanto não estava definido o local onde se sediaria a universidade (VON PUTTKAMER, apud BALDINO, 1991. p. 71)¹⁴¹.

Se Dom Emanuel como bispo tinha o desejo da criação de uma universidade para consolidar o seu projeto restaurador, Jerônimo Coimbra Bueno como estadista tinha também o mesmo desejo, mas motivado por uma outra finalidade, que seria o incremento da educação superior em Goiás, consequência do movimento que já estava acontecendo no Brasil desde a década de 1930, como debatemos no segundo capítulo. Um ideal comum, com motivações diferentes, que resultou no fortalecimento da aliança entre Igreja e Estado, possibilitando a criação da UBC. A realização do Congresso Eucarístico foi o ponto mais alto para essa realização, pois as autoridades políticas e religiosas se uniram em prol de um objetivo comum.

O decreto-lei foi assinado pelo governo do Estado, mas quem assumiu a responsabilidade de estruturá-lo foi a Igreja Católica, como falamos na seção anterior. O projeto da universidade era bem amplo, ia além da atuação da Igreja, pois a UBC deveria ser composta por três categorias de Institutos:

Art. 3º: a- Institutos incorporados, os de ensino superior mantidos pelo Estado de Goiás;
b- Institutos agregados, o do ensino superior, que dela façam parte, embora mantidos por outras entidades;

¹⁴¹ VON PUTTKAMER, W. Jesco. *Entrevista dada a José. M. Baldino*, em 29/10/1990. In: BALDINO, José Maria. *Ensino Superior em Goiás em tempos de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1991. p. 71.

c- Institutos complementares, as instituições de caráter cultura, científicas ou técnicas, ligadas à vida e aos objetivos da Universidade (LEI Nº 192, 20/10/1948).

De acordo com o projeto, a UBC seria uma somativa dos esforços de todas as instituições que já se dedicavam à educação superior em Goiás. Todas seriam reunidas sob a chancela do Estado, que geraria e consolidaria a universidade. Essa forma de conceber uma universidade, por meio da junção dos institutos autônomos de educação superior, já havia sido implementada em diversas universidades pelo Brasil.

Art. 4º- A Universidade do Brasil Central constituir-se-á, inicialmente, dos seguintes estabelecimentos de ensino:

- a- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás, criada e mantida pela Sociedade de Educação e Ensino de Goiás;
- b- Faculdade de Direito de Goiás, mantida pela Fundação Faculdade de Direito de Goiás e reconhecida pelo decreto n. 809, de 11 de maio de 1936, do Governo Federal;
- c- Faculdade de Ffarmácia e Odontologia de Goiás, criada e mantida pela Sociedade de São Vicente de Paulo de Goiás, autorizada a funcionar pelo decreto n. 24.231, de 19 de dezembro de 1947, do Governo Federal;
- d- Faculdade de Medicina, Faculdade de Engenharia e Escola de Agronomia e Veterinária, criadas pela presente lei mantidas pelo Estado de Goiás;
- e- Escola de Enfermeiras do Hospital de São Vicente de Paulo, criada e mantida pela Sociedade de São Vicente de Paulo de Goiás, equiparada à Escola de Enfermeira Ana Nery do Rio de Janeiro, pelo decreto Federal n. 15.4945, de 9 de maio de 1944;
- f- Faculdade de Ciências Econômicas, criada e mantida pela Federação de Comércio de Goiás e Fundação João Daudt de Oliveira (LEI Nº 192, 20/10/1948).

Das seis faculdades citadas acima, três delas estavam sob a tutela da Igreja Católica. Esta teria, assim, a parte majoritária. A UBC, no entanto, para ser consolidada, de acordo com seu decreto, deveria percorrer um longo caminho. A ideia era muito boa, mas a prática pedia de seus idealizadores dedicação para que o projeto fosse consolidado de fato. Dom Emanuel não hesitou em dar andamento à parte que lhe competia, principalmente com a criação da FFCL. Talvez, em virtude de todo o processo para executar o decreto da UBC ser burocrático e lento, ela não tenha sido consolidada.

Além das faculdades que comporiam a UBC, agregada a ela estariam as instituições complementares, como a Escola de Agrimensura, Instituto de Educação de Goiás, Instituto de Terras e Colonização e Museu Estadual. O Colégio Estadual de Goiânia e o Instituto de Educação de Goiás deveriam ser escolas de aplicação para os alunos da FFCL, conforme previsão legal (LEI Nº 192, ART. 5º, 20/10/1948). Todavia, isso não aconteceu, pois foi criado o colégio São Vicente de Paulo nas dependências da Santa Casa, onde os alunos da Faculdade de Filosofia faziam seus estágios de ensino. O decreto-lei também possibilitava

agregar ou incorporar outras escolas de ensino superior ou instituições técnicas-científicas à UBC com o aval do governo do Estado.

O projeto do Decreto Lei n. 192, de 20 de outubro de 1948, era interessante para a Igreja Católica, porque, de acordo com a lei, a autonomia de cada faculdade seria respeitada, como resguardava o Artigo 7º assim descrito: “Respeitada a personalidade jurídica de instituição, a Universidade do Brasil Central se constituirá com personalidade jurídica própria e gozará de autonomia administrativa, didática e disciplinar, nos termos da legislação federal em vigor”. Além disso, conforme Artigo 9º, o governo se comprometia a repassar, por ano, meio por cento de sua receita geral à UBC, o que a possibilitaria constituir seu patrimônio, bem como, conforme Artigo 23, § Único, e Artigo 25, a cobrir 50% das despesas com manutenção de pessoal e material de todas as instituições.

De acordo com o decreto, esse auxílio seria repassado a partir de 1949, contemplando todas as instituições católicas de ensino superior, a saber: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás; e Escola de Enfermeiras do Hospital São Vicente de Paulo. Ficou estipulado que o Executivo Estadual autorizaria a importância de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) para as despesas iniciais da FFCL.

Essa subvenção estatal possibilitaria a Dom Emanuel concretizar seu ideal com a educação superior em Goiás. A Igreja junto ao Estado e com o apoio da sociedade civil somaria forças que resultariam no nascimento da primeira Universidade do Centro Oeste brasileiro. Enquanto os novos cursos não fossem criados, para que a UBC fosse equiparada a uma universidade, de acordo com as normas federais, ela deveria ser chamada de “Faculdades Reunidas de Goiaz”, conforme previsto no Artigo 17 do referido decreto lei.

A criação de uma Universidade em Goiás correspondia as iniciativas que se proliferavam em várias regiões do país, no que diz respeito à educação superior com o surgimento das primeiras universidades, período de mudanças de uma sociedade agrícola para uma sociedade urbana industrial (CUNHA, 1986). A união dos institutos já existentes e a criação dos novos cursos tinham como finalidade responder ao Decreto Federal n. 19.851/31, que normatizava a obrigatoriedade dos seguintes cursos para constituir uma universidade: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Goiás, neste momento, experimentava um processo de desenvolvimento, principalmente com o advento da nova capital. Devido à dinâmica política, econômica e populacional que resultou na criação de Goiânia, era necessária uma modernização do Estado. Sendo assim, a criação de uma universidade vinha ao encontro dos anseios dessas mudanças e respondia a suas necessidades. A UBC deveria equiparar-se às outras universidades existentes no Brasil. De acordo como o

Decreto Lei nº 192, de 20 de Outubro de 1948, Artigos 13 e 16, o reitor seria nomeado pelo governador do Estado e auxiliado pela assembleia universitária, conselho superior de administração e conselho universitário. Em edição do *Jornal O Popular* à época:

A equiparação da Universidade do Brasil Central à Universidade do Brasil conseguir-se-á tão logo estejam funcionando regulamente as Faculdades de Farmácia e Odontologia e de Filosofia, Ciências e Letras. O Reitor da Universidade do Brasil Central será nomeado pelo Governador do Estado, dentre os candidatos constantes de uma lista tríplice e eleitos pelo Conselho Universitário. No entanto, antes da criação desse Conselho, que depende do reconhecimento da Universidade, o Chefe do Executivo goiano incumbira o Sr. Secretário de Estado da Educação - Dr. Hélio Seixo de Brito de dirigir a Universidade em sua fase de organização. A Universidade do Brasil Central, antes de sua equiparação, denominar-se-á Faculdades Goianas Reunidas (*O POPULAR*, 11/07/1948)¹⁴².

A UBC não se concretizou, tornando-se a lei que a criou uma “letra morta”. Porém, os institutos que já existiam continuaram a funcionar com seus cursos de maneira independente. Sobre isso, Von Puttkamer afirma:

A Universidade do Brasil Central, projeto idealizado pelo Governador Coimbra Bueno não se efetivou. Os professores trazidos da Europa, uns ficaram trabalhando em órgãos do governo, outros voltaram. Coimbra Bueno foi um grande idealista, tinha ideias avançadas como ninguém, e às vezes tão pouco lembrado (VON PUTTKAMER, apud BALDINO, 1991. p. 72).

As hipóteses levantadas para a não concretização da UBC são de cunho financeiro-político. A Assembleia Legislativa não aprovava as verbas que deveriam ser destinadas à universidade e, sem elas, o projeto não poderia se realizar. Isso era consequência dos resultados da eleição de 1947. Vimos anteriormente que o candidato apoiado por Pedro Ludovico perdeu as eleições para Jerônimo Coimbra Bueno. Após as eleições, toda a base política que era comandada por Pedro Ludovico se tornou opositora política de Coimbra Bueno, impedindo que muitos de seus projetos fossem para frente. A UBC foi um deles. J. Gerulewicz, um dos intelectuais estrangeiros que veio para atuar na universidade, afirma:

De repente ninguém mais fala na universidade. Quando cheguei em Goiânia, o meu salário, por três meses, foi igual ao do governador. Comigo veio Marcus Sulzbach, agrônomo suíço. O contrato anteriormente assinado em Paris para um período de 3 anos foi aqui retificado para dois anos, justificado por questões de ordem legal. Dizia-se que a universidade já não sairia mais porque a Assembléia Legislativa não

¹⁴² *Jornal O Popular*, 11 julho de 1948. In. OLIVEIRA, João Souza. Criação e Estruturação da Universidade Católica de Goiás: Embate entre o público e o privado – 1940-1960. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. p. 54.

aprova as verbas necessárias, políticos cortam todas as verbas para a universidade. (GERULEWICZ, apud BALDINO, 1991, p. 71)¹⁴³

Mesmo com a não concretização da UBC, Dom Emanuel não desistiu dos seus propósitos para a educação superior católica em Goiás. Se não foi possível uma universidade mista, como era a proposta da UBC, o bispo, a partir desse momento, iniciaria um caminho que resultaria na constituição de uma universidade confessional católica. Examinaremos na próxima seção as iniciativas de D. Emanuel para agregar as faculdades existentes para que, no futuro, fosse criada a Universidade Católica de Goiás.

5.4 A participação de Dom Emanuel em outras iniciativas da Educação Superior

Diante de todos esses acontecimentos, a década de 1950 foi muito favorável ao incremento da educação superior em Goiás. Além das ações da Igreja Católica e do Estado, houve também iniciativas por parte da sociedade civil para a consolidação de novos cursos superiores em Goiânia. Refletiremos agora sobre essas ações para a concretização dos cursos de Ciências Econômicas, Belas Artes, Engenharia e Medicina, a fim de apontarmos a participação e envolvimento de Dom Emanuel com a sociedade civil para a consolidação desses projetos. Mais do que trazer um esboço detalhado de cada curso, queremos analisar qual foi a participação do referido bispo nesses acontecimentos.

5.4.1- Faculdade de Ciências Econômicas

Como falamos anteriormente, Goiás passava por um processo de grande desenvolvimento nessa época. Houve um crescimento na área econômica, o que tornou necessária mão-de-obra qualificada para atuar no mercado. Pensando nisso, em 1949 a Associação Comercial do Estado de Goiás (ACEG) e a Federação do Comércio do Estado de Goiás (FCEG) se uniram sob a benção de Dom Emanuel para a criação da Fundação João Daudt e Oliveira, que se consolidou no dia 10 de setembro do mesmo ano. A fundação, de acordo com seus estatutos, deveria manter as escolas técnicas de Comércio em Goiás e uma

¹⁴³ GERULEWICZ, Januse. *Entrevista dada a José. M. Baldino*, em 29/10/1990. In: BALDINO, José Maria. *Ensino Superior em Goiás em tempos de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1991. p. 71.

Faculdade de Ciências Econômicas¹⁴⁴ com a finalidade de ministrar o curso superior (SANTOS, 2003, p. 42).

O ano de 1950 foi dedicado à parte burocrática: elaboração do regimento interno e da liberação do Ministério da Educação. Esse trabalho ficou sob a competência do Sr. Jaime Câmara, então presidente da Fundação no Estado de Goiás, competindo a ele todo o trâmite legal para que o curso fosse autorizado. Conforme Santos (2003), além do presidente, três outros nomes se destacaram nesse processo. São eles: os empresários Venerando de Freitas Borges, Vicente de Paulo Umbelino de Souza e Domingos Francisco Póvoa. Em cinco de novembro de 1950 saiu o Decreto n. 28.954, que autorizava o funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás, habilitando-a oferecer os seguintes cursos: Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais.

Diante disso, ficou definido, no seu estatuto, que a Faculdade seria mantida pela SEEG, que era de jurisdição da Igreja Católica. Ou seja, a mantenedora da Faculdade de Ciências Econômicas seria católica. Qual o motivo da participação da Igreja Católica nesse processo? Em primeiro lugar, Dom Emanuel via que o apoio da sociedade civil era imprescindível para que o seu projeto de constituição de uma Universidade Católica pudesse ser concretizado. A aliança feita com Estado lhe possibilitou ganhos, mas não foi capaz de chegar ao seu ápice. Sendo assim, a outra via seria contar com o apoio da sociedade civil, como se deu com a classe comercial-empresarial articulada pelas suas associações ACEG e FCEG. Essa parceria era selada na constituição da Faculdade de Ciências Econômicas. Em segundo lugar, os empresários tinham interesse na faculdade, pois precisavam de pessoas qualificadas para atuarem junto às suas empresas. Desta forma, a FCE responderia essa demanda. Mas a lei vigente no país tornava burocrática a execução processual-legal da constituição de uma faculdade. Sendo assim, a FCEG se valeu da experiência que a Igreja Católica já tinha adquirido diante dos cursos que ela havia criado e que estavam funcionando em Goiânia. Esta união beneficiou ambas as partes. Assim resguardava o regimento:

Art.1º - A Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Goiás, com sede na cidade de Goiânia, é um estabelecimento de ensino de grau superior, mantido pela Sociedade Goiana de Cultura, sem escopo de lucro e constitutivo da Universidade de Goiás, regendo-se por este Regimento, pelo Estatuto da Universidade de Goiás e pela legislação em vigor.

Art. 2º - Esta Faculdade tem as seguintes finalidades:

- a) ministrar o ensino das Ciências Econômicas, Administrativas, Contábeis, Atuariais, bem como de Sociologia, Política;
- b) efetuar pesquisas nos vários domínios da cultura e das ciências que constituem objeto de seu ensino;

¹⁴⁴ Utilizaremos a sigla FCE para designarmos Faculdade de Ciências Econômicas.

c) promover a formação integral da pessoa humana, de acordo com os princípios da doutrina católica (REGIMENTO FCEG, 1950)¹⁴⁵.

De acordo com o regimento, a formação do curso deveria seguir os princípios da doutrina católica: a Igreja, unida à Sociedade Civil na consolidação de novos cursos superiores, expandia suas ideias entre a nova classe dirigente que seria formada. Desta forma, cumpriria seu plano restaurador, que tinha como finalidade a formação da elite nordestada pelo pensamento católico, para que a mesma pudesse influenciar a sociedade. Dom Emanuel percebia que essa união com a FCEG para a consolidação da Faculdade de Ciências Econômicas seria um passo importante na consolidação da educação superior católica em Goiás, até mesmo porque depois a faculdade agregaria as outras existentes para a criação da Universidade Católica.

Os cursos teriam (Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais) duração de quatro anos e eram destinados aos comerciários e seus dependentes. Aos associados e seus filhos apenas seria cobrada a metade da mensalidade, conforme estabelecido no regimento interno. Para ingressar no curso era necessária uma prova de habilitação, uma espécie de vestibular. A autorização de funcionamento da faculdade saiu no final de 1950, e os trabalhos com a primeira turma iniciaram no início de 1951, com 39 inscritos, sendo 19 para o curso de Ciências Econômicas e 20 para Ciências Contábeis¹⁴⁶. Inicialmente, a faculdade não tinha sede própria, sendo construído, posteriormente, um prédio no setor universitário que abrigou a FCE.

Os três primeiros anos foram de constituição e de consolidação da faculdade. Em 30 de junho de 1954, na Cúria Metropolitana, Dom Emanuel se reuniu com a Fundação Faculdade de Ciências Econômicas (FFCEG) para tratar do desejo que a Associação Comercial do Estado de Goiás tinha de passar à Mitra Diocesana a direção da Faculdade. Assim está registrado no livro ata:

Aos trinta dias do mês de junho de mil novecentos e cinquenta e quatro, no salão de despachos da Cúria Metropolitana, reuniram-se os senhores abaixo assinados, em tempo convocados pelo Sr. Arcebispo, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, para o fim de estudar a criação da Fundação Faculdade de Ciências Econômicas. Presidindo a reunião, o Senhor Arcebispo passou a expor a razões da convocação, salientando que a Associação Comercial do Estado de Goiás, em assembleia plena, havia decidido, como mantenedora que é da Faculdade de Ciências Econômicas cometer à

¹⁴⁵ *Regimento Interno da Federação do Comércio do Estado de Goiás*, 1950. p.1.

¹⁴⁶ VAZ, Ronaldo Ferreira. *A Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás*. In. OLIVEIRA, Maurides B. M. Filho (Coord.). Projeto de Pesquisa: A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e os atuais Departamentos de Filosofia e Teologia; de História, Geografia e Ciências Sociais; de Letras; e de Educação da Universidade Católica de Goiás - 50 Anos de História de uma Instituição. Goiânia: UCG, 1999. p. 13.

Mitra Arquidiocesana a alta direção e manutenção do referido instituto de ensino superior (LIVRO ATA FCE, 1954, p. 197)¹⁴⁷.

Para tanto, os tramites legais deveriam ser seguidos para a constituição da universidade. Como refletimos na seção anterior, a UBC não foi consolidada. Mas Dom Emanuel não desistiu desse sonho. A partir de agora, seu desejo era criar a universidade, que receberia o mesmo nome, mas seria uma universidade privada sob a administração da Igreja. A FCE agregaria, então, esse projeto. De um lado, a participação da Associação Comercial seria muito importante para essa iniciativa, até mesmo pela questão estrutural e financeira. De outro, a Associação teria o respaldo de uma estrutura mais consolidada para a parte burocrática, que seria aquela já edificada por Dom Emanuel para a manutenção das outras faculdades.

Fruto dessas negociações aconteceu outra reunião no dia 22 julho de 1954, que consolidou essa parceria elegendo a primeira diretoria da Fundação Faculdade de Ciências Econômicas, que tinha Dom Emanuel Gomes de Oliveira como presidente efetivo, Orlando Bravo da Rocha Torres, presidente de honra, pois era o atual presidente da ACEG, além dos professores Henrique Coe (secretário) e Hélio França (tesoureiro). Em 26 de julho de 1954, Esmerino Soares de Carvalho foi eleito vice-presidente da Fundação Faculdade de Ciências Econômicas. Esta reunião consolidou a fundação da faculdade composta por: Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, Dom Abel Camelo, Orlando Bravo da Rocha Torres, Henrique Coe, Esmerino Soares de Carvalho, Hélio França, padre Francisco Machado da Fonseca (s.j.), padre José Jesus Flores, Hélio Lobo, Vicente de Paulo Umbelino de Souza, José Gonçalves Zuza, Francisco Balduino de Santa Cruz, Hegesipo de Campos Meirelles, cônego José Trindade da Fonseca e Silva e Waldir Luiz Costa¹⁴⁸. Em 25 de agosto de 1954, ficou definido que Fundação da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás agregaria a Universidade de Goiás, futura Universidade Católica de Goiás.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e cinquenta e quatro, reuniu-se extraordinariamente a Fundação Faculdade de Ciências Econômicas, para deliberar acerca da sua agregação à Universidade Católica, ora sua organização pelo Presidente da Sociedade de Educação e Ensino de Goiás, o Sr. Arcebispo Metropolitano Dom Emanuel Gomes de Oliveira (LIVRO ATA FCE, 1954, p. 205).

¹⁴⁷ *Livro de Atas de Reuniões da Faculdade de Ciências Econômicas*. Arquivo Morto, pasta n.1. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 1954. p. 197.

¹⁴⁸ *Ibid.* p. 203-205.

Pelas fontes históricas consultadas, podemos constatar a atuação perseverante de Dom Emanuel para a consolidação desse ideal. Sua orientação foi de fundamental importância para que os fatos acontecessem dessa forma. A sua maestria em articular os acontecimentos resultou no sucesso de muitas iniciativas, como foi o caso da Fundação da Faculdade de Ciências Econômicas que foi consolidada nesse período.

5.4.2 Escola Goiana de Belas Artes

Vimos que a construção da nova capital, Goiânia, compreendia um arcabouço de mudanças que demonstrava o progresso e desenvolvimento que Goiás vivia. No campo da arte e da cultura não foi diferente. A década de 1940 foi marcada pela formação de intelectuais e atuantes na literatura, que criaram entidades com finalidade cultural, como é o caso da Sociedade Pró-Arte (SPA) Goiás, fundada em 22 de outubro de 1945, sob a liderança de Antônio Henrique Péclat, José Edilberto da Veiga, Jorge Félix de Souza, sendo agregados, posteriormente, Henning Gustav Ritter e Luiz Curado (GOYA, 2010, p. 2021-22).

As atividades propostas pela Pró-Arte começaram a fomentar a cultura em Goiânia de uma forma mais consistente e organizada, por meio de suas atividades que envolviam vários artistas e intelectuais, tanto da literatura como da música e das artes plásticas. Uma das finalidades da SPA era unir os artistas para potencializar a arte em Goiânia. Todavia, a partir de 1947 ela foi perdendo suas forças. Na tentativa de fortalecê-la, José Amaral Neddermeyer com Jorge Félix de Souza e Edilberto da Veiga montaram uma escolinha de arte ao ar livre, que depois foi sediada no Museu Estadual. Outra iniciativa foi o surgimento do grupo “Geração 45”, voltado para o incentivo à literatura, e o grupo “Os Quinze”, que denunciava as ações do governo de Getúlio Vargas. Agregados a esse movimento, não podemos esquecer o alemão Henning Gustav Ritter e o pirenopolino Luiz Augusto do Carmo Curado, dois grandes nomes da cultura que contribuíram com a instrução artística em Goiânia, lançando as bases para o nascimento da Escola Goiana de Belas Artes. Outro nome de destaque é do frei dominicano Nazareno Confaloni, que veio para cidade de Goiás em 1950, depois transferindo-se para Goiânia. Na década de 1950, houve uma grande efervescia cultural em Goiás, liderada pelos nomes citados acima.

As iniciativas desses artistas resultaram na fundação da Escola Goiana de Belas Artes-EGBA, no dia primeiro de dezembro de 1952, no Salão da Biblioteca Almanara, no centro de Goiânia. Quem presidiu a reunião de fundação da EGBA foi Dom Abel Ribeiro Camelo, bispo auxiliar, reitor da FFCL e vice-presidente da SEEG. A Escola foi inaugurada em 1953

pelo Decreto n. 32.258, porém só recebeu a primeira turma de alunos em 1954 (GOYA, 2010).

Porque a Igreja Católica teve participação na Escola de Belas Artes? Frei Confaloni, frade italiano que estava na cidade de Goiás, veio para Goiânia em 1952. Foi o primeiro dominicano a se instalar nesta cidade. Devido à sua amizade com Luiz Curado e Gustav Ritter, ele se uniu aos demais mentores para a criação da EGBA, porque já era desejo seu fundar uma escola de artes na antiga capital, mas não teve adesão e aceitação. Em Goiânia, ele encontrou campo propício para que esse projeto fosse realizado. Sendo frei Confaloni um religioso da Ordem dos Pregadores, ficou sabendo das iniciativas de Dom Emanuel para a implantação de vários cursos superiores em Goiás e para a constituição de uma universidade. Dom Abel havia lhe informado sobre essas ações do bispo e ele expressou o desejo do grupo de artistas que almejava criar uma escola de belas artes, o que resultou no interesse por parte da Igreja (e também dos artistas). Essa soma de forças gestou e gerou a EGBA. Quanto ao tema, Vigário (2010) acrescenta que:

Eram várias as reuniões com Luiz Curado e Gustav Ritter sobre a possibilidade de abertura de uma escola de arte. Eis que um belo dia Dom Abel os chamou para noticiar um recado: O Arcebispo de Goiânia Dom Emmanuel pretendia em breve fundar uma “Universidade do Brasil Central”, hoje Universidade Católica de Goiás, portanto o plano da fundação da Escola de Artes deveria ser pensado de forma que futuramente pudesse ser incorporada à Universidade que seria criada (VIGÁRIO, 2010, p. 55).

São considerados os fundadores da EGBL os artistas, os arquitetos e os professores que colaboraram para a sua formação. De acordo com seu Regimento, os signatários são: Dom Abel Ribeiro Camelo, frei Nazareno Confaloni, Henning Gustav Ritter, Antônio Henrique Peclat, José Lopes Rodrigues, Luiz Augusto do Carmo Curado, José Edilberto da Veiga, Jorge Félix de Souza e Luiz da Glória Mendes¹⁴⁹. Com a função que ocupava, estando à frente SEEG e FCCL, Dom Abel ficou responsável por ser o elo entre a Igreja e os novos cursos superiores que nasciam. Foi o próprio bispo quem indicou o nome do diretor para a EGBA, nomeando Luiz Curado para tal função. Além de ser diretor, ele exerceu as funções didático-pedagógicas e artísticas, estando à frente da escola até 1965.

O novo regimento interno da EGBA nasceu sob a expectativa da fundação da Universidade Católica de Goiás e sob a necessidade de criação do curso de Arquitetura. É um regimento melhor definido sob o aspecto da estrutura curricular, mas ainda inspirado no Regimento Interno da ENBA, por influência do professor Luiz Curado e Jorge Félix, formado naquela escola. Pelo novo regimento, tentava-se

¹⁴⁹ *Arquivo Morto, pasta 16. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.*

incluir o curso de Professorado de Desenho e, por meio da criação do curso de Arquitetura, fortalecer as Artes e resgatar a Arquitetura, que havia sido desvinculada da ENBA, mesmo contra a vontade de diversos professores, como Jordão de Oliveira e Lúcio Costa (GOYA, 2010, p. 2027).

A participação da Igreja Católica na Escola de Belas Artes se deu, especialmente, no respaldo da estruturação inicial e na colaboração em trâmites burocráticos do que, propriamente, nos conteúdos ministrados. De um lado, como a SEEG já tinha uma larga experiência e era a maior referência para educação superior em Goiânia neste momento, os mentores da EGBA, sob a orientação de frei Confaloni, não hesitaram buscar ajuda de Dom Abel para a viabilização desse processo. E, de outro, como era interesse da própria Igreja ter uma base bem consolidada para a formação e o incremento da sua universidade, ela não hesitou em colocar-se à disposição para colaborar na consolidação da EGBA. Isso refletiria, no futuro, pois, com a criação da Universidade Católica, a Escola foi anexada a ela, possibilitando, posteriormente, o surgimento do curso de arquitetura.

5.4.3 Escola de Engenharia de Goiás

O decreto de criação da Universidade do Brasil indicava a necessidade da criação de uma Faculdade de Engenharia em Goiás. Mas, como a universidade não foi consolidada para dar existência ao curso, coube à sociedade civil, por meio do Clube de Engenharia, criar a Escola de Engenharia do Brasil Central-EEBC. Os trabalhos iniciaram em 1950, quando um grupo de engenheiros reunidos no Jockey Clube de Goiânia comemorava o Dia do Engenheiro, em 11 de dezembro. Esse grupo idealizou a criação do Clube de Engenharia de Goiás, que seria uma entidade de classe para representar a classe no Estado. A criação do clube se deu no ano seguinte, no dia 10 de janeiro de 1951. Este mesmo grupo, comemorando o dia do engenheiro do ano posterior, idealizou a criação de uma Escola de Engenharia em Goiânia. Portanto, os trabalhos se iniciaram em dezembro de 1951 e foram até setembro de 1952 (CASTRO, 2014, p. 25).

Em 13 de setembro de 1952 foi lavrada a ata da primeira reunião que criava a Fundação Escola de Engenharia do Brasil Central, realizada no Jockey Clube de Goiânia. Definiu-se que esta fundação seria a mantenedora da Escola de Engenharia. Montou-se uma comissão para a elaboração dos estatutos, formada pelos engenheiros Oton Nascimento, Manoel Demóstenes Barbo de Siqueira e Antônio Manoel de Oliveira Lisboa. Essa iniciativa teve o apoio de muitas autoridades civis da época. Na ata que narra a fundação da EEBC,

encontramos os seguintes nomes: Pedro Ludovico, interventor do Estado de Goiás; Venerando de Freitas Borges, prefeito municipal de Goiânia; Floriano Gomes, presidente da Assembleia Legislativa de Goiânia; José Campos, desembargador e presidente do Tribunal de Justiça de Goiás; Gerado Nogueira de Abreu Chagas, secretário da Educação de Goiás; Antônio Manoel de Oliveira Lisboa, diretor da Estrada de Ferro Goiás; Antônio Ferreira Pacheco, da Federação das Indústrias de Goiás; Jose Ludovico de Almeida, secretário da Fazenda de Goiás; Jaime Câmara, presidente da Associação Comercial de Goiás e Alberto Rassi, presidente do Rotary Clube de Goiânia¹⁵⁰.

Com a criação da Escola de Engenharia, vinha a parte mais difícil: torná-la realidade. Organizar seus estatutos, grade curricular, conseguir um local físico, contratar professores, além do cumprimento de toda a burocracia legal para sua aprovação diante do Ministério da Educação. Como relatam os pioneiros da EEBC, os professores se comprometeram em dar aula gratuitamente, até a escola ter condições próprias para a sua manutenção. Além disso, houve muitas dificuldades para encontrar uma local que pudesse acolher a escola. Tentaram usar o prédio do hospital das clínicas que estava abandonado, mas não deu certo. Outra tentativa foi usar as dependências da Escola Técnica de Goiânia, mas não foi permitido. Sendo assim, o diretor da Escola, Oton Nascimento, conseguiu emprestada uma sala na Rua 14, onde funcionava a Faculdade de Ciências Contábeis¹⁵¹. A primeira turma começou a estudar em março de 1954. Outro desafio enfrentado foi o da organização documental para o reconhecimento do curso junto ao Ministério da Educação. Além de toda a articulação política necessária, os mentores da Escola de Engenharia procuraram a secretaria da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, lá encontrando o auxílio do senhor Odilon Rocha, que orientou o processo burocrático para que, em 1958, saísse o de Decreto n. 45.138-A, de 29 de dezembro, que reconhecia a Escola de Engenharia do Brasil Central.

Percebemos que o nascimento da Escola de Engenharia de Goiás foi essencialmente laico. A participação da Igreja Católica nesse processo foi muito discreta e distante. Até mesmo porque depois a Escola foi federalizada e compôs a Universidade Federal de Goiás. Diagnosticamos dois tipos de ajuda por parte das instâncias educacionais católicas à EEBC: a primeira consistiu na concessão do espaço onde estava acontecendo as aulas do curso de Ciências Econômicas, que já tinha um vínculo com a Sociedade de Educação e Ensino de

¹⁵⁰ *Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Criação da Fundação Escola de Engenharia do Brasil Central - 13/09/1952. Clube de Engenharia de Goiás.*

¹⁵¹ NASCIMENTO, I. B. *Um pouco da história da engenharia e do planejamento administrativo em Goiás.* Entrevista concedida a Tereza Cristina Costa, com a participação dos professores Reginaldo Nassar Ferreira e Lourival Pereira Nunes. Goiânia: Revista da Adufg, n. 10, Maio de 2003.

Goiás; a segunda consistiu na orientação dada pela secretaria da Faculdade de Filosofia à Escola de Engenharia sobre o modo como deveria proceder com a parte burocrática-documental junto às instâncias governamentais para a aprovação do curso. Até neste momento, seria a Igreja Católica a mantenedora da maioria dos cursos superiores existentes em Goiânia, como já citamos neste capítulo. Desta forma, ela poderia orientar o grupo de engenheiros que dirigiam a EGBC em como proceder diante das exigências impostas para alcançarem o reconhecimento do curso. Dom Emanuel sempre acompanhava com interesse as iniciativas voltadas para a educação superior nesse momento da história, manifestando seu apoio para o desenvolvimento da mesma.

5.4.4 Associação Médica de Goiás

Na década de 1950, houve um maior desenvolvimento da região central do Brasil. O resultado disso foi o aumento de demandas sociais, como na área da saúde pública. Portanto, os próprios governantes perceberam a necessidade de investimentos na medicina e saúde. A partir disso, na segunda metade dessa década, vários esforços foram despendidos para ampliar as políticas de saúde, fruto de uma nova mentalidade que seria respaldada pela política nacional de saúde (MORAES, 2012).

É neste cenário que entra em cena a Associação Médica de Goiás-AMG, criada em novembro de 1950. Em primeiro lugar, para atuar contra o recorrente curandeirismo no Estado, então combatido pelos médicos com formação universitária, e, em segundo lugar, para criar a primeira Faculdade de Medicina de Goiás. Em quatro de janeiro de 1951, toma posse a primeira diretoria, tendo Luiz Rassi como presidente; Aldemar Andrade Câmara, vice presidente; Urbano Villela e Francisco Pilomia, secretários; e Rodovalho Mendes Domenici, tesoureiro (MORAES, 2012, p. 234). Deter-nos-emos neste segundo ponto, pois é o que mais nos interessa nesta pesquisa

Os dois primeiros anos da AMG foram para a sua estruturação e para a formação de suas comissões. Em 1951, houve a retomada da construção do Hospital Geral de Goiânia, que seria concluído com aparelhamento moderno, sendo a *alma mater* para a fundação de uma escola de medicina em Goiás, A partir de 1953 o projeto ganha forças e aliados importantes para sua concretização. Segundo Moraes (2012, p. 305), “à Associação Médica se deve atribuir o mérito de esforços pela criação da Faculdade de Medicina de Goiás e, ao Arcebispo da Instrução, o mérito das primeiras ideias e primeiros esforços para esse fim”. Dr. Francisco Ludovico Neto, um dos idealizadores da faculdade, atesta:

Quando iniciamos o esquema destinado a criar condições para a fundação da Faculdade de Medicina do Estado de Goiás, em 1953, procuramos Dom Emanuel, pedindo o seu apoio pessoal e o da Arquidiocese. Imediatamente ele colocou à minha disposição tudo que, dependendo dele, fosse necessário para ajudar na fundação da Faculdade de Medicina. Outra não poderia ter sido a atitude do nosso Arcebispo da Educação. Apenas o apoio de Dom Emanuel já teria sido grande ajuda para a fundação da Faculdade de Medicina do Estado de Goiás, mas ele fez muito mais do que isso. Deixou, também, na Arquidiocese, a necessidade de apoiar integralmente a ideia e seu sucessor, Dom Fernando Gomes dos Santos, continuou dando toda a sua ajuda, e atenção, em muito ficou Goiás a dever à Arquidiocese em relação à sua Faculdade de Medicina (NETO, apud MENEZES, 2011, p. 110-111)¹⁵².

Dom Emanuel aproveitou esse encontro e pediu a Dr. Francisco Ludovico de Almeida que apresentasse à AMG um plano de estudos para a criação da Faculdade de Medicina de Goiás. Dom Emanuel encarregou a Dom Abel Ribeiro Camelo que ajudasse na formulação dos estatutos devido a sua experiência. A ajuda de Dom Abel foi de fundamental importância, pois ele era inspetor federal, que tinha a missão de supervisionar os processos de fundação das escolas em todos os níveis, inclusive superior. Logo, Dom Abel era conhecedor de todas as normas para que se tivesse êxito na aprovação do curso. Diante disso, vemos que o apoio e empenho de Dom Emanuel foram imprescindíveis para a consolidação da proposta. Se a Associação Médica pode ser considerada a mãe da Faculdade de Medicina, Dom Emanuel pode ser considerado o pai.

Além disso, a Faculdade de Medicina já tinha sido cogitada no decreto de criação da Universidade do Brasil Central, mas não foi realizada. Dom Emanuel via na sociedade civil a força necessária para o incremento e a implementação desse curso, que seria imprescindível para a formulação da universidade. A Igreja Católica, não podendo levar a cabo todo o trabalho, somava força com outras entidades para que seu projeto fosse adiante. Isso foi nítido na formulação da Faculdade de Medicina.

Para a Fundação da Faculdade de Medicina era necessário que esta constituísse bens e rendas que a mantivessem. Sobre isso, Dom Emanuel manifestou seu parecer positivo, emprestando patrimônio da Sociedade de São Vicente de Paulo, mantenedora da Santa Casa e dos cursos de Enfermagem, Farmácia e Odontologia, bem como da Arquidiocese de Goiás, para viabilizar a faculdade¹⁵³. Esse suporte facilitaria os tramites para a liberação e a consolidação do curso de Medicina. Caso isso acontecesse, a Faculdade de Medicina poderia agregar a universidade pensada por Dom Emanuel, como aconteceu com a Faculdade de

¹⁵² NETO, Francisco Ludovico de Almeida e. *Depoimento dado em 02/07/1992*. In: MENEZES, Áurea Cordeiro. Dom Emanuel Gomes de Oliveira: arcebispo da instrução. Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2001. p. 110-111.

¹⁵³ *Ata da Associação Médica de Goiás, 99ª. sessão. 30/03/1954.*

Ciências Econômicas. Mas, neste caso, o resultado foi outro: o Estado foi chamado a participar do projeto da faculdade para que, no futuro, ela fosse federalizada. Conforme acrescenta Silveira (1997), em lei aprovada pela Assembleia Legislativa, foi emitida uma apólice de 25 milhões de cruzeiros do Governo de Goiás destinada à Sociedade Faculdade de Medicina, retirando, assim, da Igreja a tutela do novo curso. O processo foi longo: quase dez anos. Apenas em 1960 se obteve o decreto de autorização para o funcionamento do curso. Dom Emanuel não viu o curso aprovado, pois faleceu em 1955. Coube a seu sucessor, Dom Fernando Gomes dos Santos, continuar apoiando a ideia. Com a criação da Universidade Federal de Goiás no mesmo ano, a Faculdade de Medicina passou a fazer parte do projeto federalizado.

5.4.5 Faculdade Goiana de Direito

Dom Emanuel também investiu na fundação de uma nova Faculdade de Direito em Goiânia, que estivesse sob a administração da Sociedade de Educação e Ensino de Goiás, como as outras já existentes, compondo, assim, o bloco de cursos que seria o germe da futura universidade católica. Este seria, portanto, o segundo curso de Direito em Goiás. Vimos no quarto capítulo que a criação do primeiro remonta ao final do século XIX, e a sua consolidação, ao início do século XX, inicialmente na cidade de Goiás, transferindo-se depois para Goiânia.

Em 10 de fevereiro de 1954, Dom Emanuel convocou uma reunião, realizada na sala de despachos da Cúria Metropolitana, com a presença de alguns padres e professores para iniciarem os trabalhos da Faculdade Goiana de Direito. Estavam presentes: padre Francisco Machado da Fonseca, Colemar Natal e Silva; padre Artur Bonotti, padre Oswaldo Sérgio Lobo, Francisco Balduino Santa Cruz, Clóvis Roberto Esselim, Antônio Durivê Ramos Jubé, padre Valentino Cricco, padre J. Lopez de Prado, padre José Jesus Flor, padre Nazareno Confaloni, Augusto Fleury Curado, José Gonçalves Zuza, Genesco Ferreira Bretas, Hélio H. Lôbo, padre Isidio Balselles, Walmir Costa e Vicente Umbelino de Souza¹⁵⁴.

Nesta mesma reunião, Dom Emanuel apresentou as condições locais do ensino jurídico, analisando os argumentos que justificavam a necessidade dessa faculdade de Direito em Goiânia. O bispo colocou a Mitra Arquidiocesana à disposição desse projeto, a fim de

¹⁵⁴ *Ata de Reunião de Instituição da Fundação Faculdade Goiana de Direito*. 10 fevereiro de 1954. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. p. 10-11.

garantir a base matrimonial e a manutenção do curso. Deu, portanto, seu condicional apoio à criação da Faculdade Goiana de Direito, querendo que:

tudo se fizesse com a elevação moral indispensável aos cometimentos dessa natureza. Revelou ainda o indizível desejo que alimenta de ver, em breve tempo, a Faculdade Católica de Direito em franco desenvolvimento para incentivo e elevação da cultura jurídica, em nosso meio (LIVRO ATA FGD, 1954, p. 10-11)¹⁵⁵.

Dom Abel Ribeiro Camelo, conhecedor dos tramites necessários como reitor da FFCL, sugeriu a formação de uma comissão que elaborasse os estatutos, a qual foi composta pelo Dr. Colemar Natal e Siva, pelo padre Francisco Machado e pelo desembargador Francisco Martins de Araújo, tendo essa comissão o prazo de cinco dias para elaborar o projeto provisório. Em 13 de maio do mesmo ano, Dom Emanuel convocou outra reunião para dar continuidade ao projeto. Nesta reunião, foi eleita a diretoria da Fundação Goiana de Direito que regeria o curso. Ficou definida a seguinte composição: Dom Emanuel Gomes de Oliveira, presidente; Dr. Colemar Natal e Silva, vice-presidente; padre Artur Bonotti, tesoureiro; e Dr. Francisco Balduino Santa Cruz, secretário.

Muitos fatores colaboravam para essas novas iniciativas de Dom Emanuel na implantação de novos cursos superiores. Em primeiro lugar, ele detinha em suas mãos a maior estrutura administrativa que era a Sociedade de Educação e Ensino de Goiás, que se tornava a mantenedora dos cursos. Por conseguinte, a Mitra Arquidiocesana, que já possuía muitos patrimônios, resguardava, assim, a parte material e de manutenção que era necessária. Em segundo lugar, a atuação de Dom Abel era imprescindível, pois como Inspetor Federal de Educação, ele conhecia todas as exigências para a aprovação de um curso superior. Em terceiro lugar, Dom Emanuel sempre contou com o apoio da classe intelectual de sua época, como era o caso do professor Colemar Natal e Silva e tantos outros. E, por fim, a presença dos padres religiosos foi de grande importância para a realização desse projeto, pois a grande maioria deles veio para Goiânia já tendo um nível de formação mais elevado, podendo, assim, contribuir na organização e gestão das faculdades criadas por Dom Emanuel.

Em 19 de março de 1954, ocorreu uma nova reunião no convento dos padres redentoristas em Campinas, convocada por Dom Abel, com a presença dos professores, padres e doutores para a consolidação do curso de Direito. A proposta inicial era a de que a faculdade funcionasse no bairro de Campinas, onde já existiam instalações dos redentoristas – o que colaboraria com o início dos trabalhos, pois a faculdade já nasceria com uma sede

¹⁵⁵ Ibid. p. 10-11.

pronta. Além disso, nesta reunião, Dom Abel apontava as demandas da população daquele bairro, que era o mais antigo da capital, expondo também a intenção do arcebispo de ampliar a rede dos estabelecimentos católicos, a fim de consolidar a base da Universidade Católica, que ele desejava fundar.

O apoio dos padres redentoristas foi de fundamental importância. Coube ao padre Artur Bonotti, vigário da matriz de Campinas, a missão de colaborar nos trabalhos. Nesta mesma reunião, ele expressou seu desejo de que a Faculdade Católica de Direito de Campinas florescesse e frutificasse ao lado da Igreja de Nossa Senhora, na Praça da Matriz, como já acontecia em São Paulo, no velho convento do Largo São Francisco. Dr. Colemar Natal e Silva fez os apontamentos gerais sobre as exigências legais, apresentando os estatutos. Foi deliberado que o nome da faculdade seria Faculdade Goiana de Direito. A SEEG seria sua mantenedora, ficando estabelecidas as seguintes comissões para a continuação do trabalho: comissão de projetos e estatutos, liderada por Dr. Colemar Natal; comissão de patrimônio econômico-financeiro, a cargo de Francisco Balduino; e comissão de estatutos, sob responsabilidade do padre Oswaldo Lobo.

Outra causa que contribuiu para a criação da Faculdade Goiana de Direito- FGD foi a grande demanda que existia para o curso de Direito em Goiânia. Com o crescimento da capital e o desenvolvimento que a acompanhava, conseqüentemente, aumentou a demanda de pessoas para cursar o Direito. A Faculdade de Direito de Goiás, que era mantida pelo o Estado e a mais antiga, já não conseguia responder a tamanha procura. Sendo assim, Dom Emanuel constatou que este novo curso teria uma boa demanda. Assim destacou Dr. Colemar Natal, em reunião realizada em 19 de março de 1954, que marcou a fundação da Faculdade Goiana de Direito:

Por recomendação do Senhor Presidente, a casa colocou sob o patrocínio de São José, cuja festa litúrgica hoje se celebra, a idéia da criação da Faculdade Goiana de Direito, como piedoso desejo, por todos expressos, de que tudo se faça segundo os santos desígnios de Deus. Veio então, o Dr. Colemar, com a palavra, justificando a iniciativa, asseverando que a Fundação da Faculdade Goiana de Direito vem, a talhe da foice, para atender as aspirações de inúmeros moços que viram, apesar de aprovados, a sua matrícula obstada, por falta de vagas na Faculdade de Direito de Goiás (LIVRO ATA FGD, 1954, p. 15-17).

Realizados todos os trâmites internos, coube a Dom Emanuel encaminhar o pedido ao Ministério da Educação para a liberação e a aprovação do curso de Direito. No pedido que ele fez ao ministro Edgard Santos, encontramos alguns elementos importantes para compreender as motivações subjacentes à criação da FGD:

A festiva notícia da criação da Faculdade Goiana de Direito, por iniciativa de elementos ligados à Sociedade de Educação e Ensino, órgão que superintende, na Arquidiocese de Goiás, a manutenção e a orientação de mais de meia centena de estabelecimentos de ensino de grau primário, médio e superior. (...) Hoje, volta a fundação Faculdade de Direito de Goiás, sob nossas bênçãos e nossa garantia a bater às portas do Ministério de Educação e Cultura, solicitando autorização para erigir um instituto de ensino jurídico, com sede no Bairro de Campinas, da cidade de Goiânia. Os títulos e as provas de suficiência da suplicante já estão, como se vê, devidamente apurados no processo de criação das escolas citadas. Não há – na representação vertente – nenhum desejo vazio de criar uma faculdade de Direito, sem base na apreciação dos diversos fatores que envolvem uma atitude séria e onerosa como seja a instituição e manutenção de uma escola superior. (...) A inspiração da Faculdade Goiana de Direito, que está longe de ser um instituto de ensino superior extremamente confessional, tem um sentido social e patriótico apreciável, diante do qual se não de curvar, face à realidade futura, todos os que dela descreem, ainda que confessadamente (OLIVEIRA, apud NETO, 2004, p. 63,65)¹⁵⁶.

Um elemento nos chamou atenção nesse discurso, o da confessionalidade. Sabemos que a Faculdade de Direito comporia o núcleo base de uma futura universidade católica, ou seja, confessional. Mas Dom Emanuel entendia que, sendo o Estado laico, esse princípio confessional não poderia servir como justificativa apresentada para a criação do curso. Desejando a aprovação do curso junto ao Ministério, o bispo utilizou outra justificativa: o “sentido social e patriótico”.

Percebemos que a hierarquia da Igreja Católica soube construir estratégias eficazes que buscavam a garantia de sua permanência nos palcos e antecâmaras dos poderes estabelecidos. Ela soube aplicar com persuasão os recursos discursivos que dispunha para explorar as condições que lhes fossem favoráveis, visando ao alcance de determinados objetivos que garantissem sua vinculação às esferas hierarquizadas do poder (BENCOSTTA, 2014, p. 395).

Nesse período, um discurso utilizado com muita recorrência pela Igreja era o do patriotismo. Afinal, a Igreja não queria se apresentar contra o país, mas aliada a ele. Desse modo, o discurso patriótico dava a ela uma tonalidade mais consistente para alcançar seus objetivos junto ao Estado. A alocação da confessionalidade, ao contrário, poderia não soar atraente junto às autoridades políticas. Então, a ideia de amor à pátria foi a grande bandeira levantada pelo catolicismo deste período para a legitimação de suas ações, que em muitos aspectos precisava da aprovação estatal, como foi o caso da Faculdade de Direito. Dom Emanuel não viu a Faculdade de Direito concretizada, pois ela só foi aprovada em 12 de junho de 1959, após a sua morte, mas foi ele o seu grande mentor, quem lançou as bases para que ela viesse nascer no futuro.

¹⁵⁶ OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes. *Carta ao Ministro de Estado da Educação – Documento proposta de criação da Faculdade Goiana de Direito*. 16 de julho de 1954. In: NETO, Helenisa Maria G. de Oliveira. *História da Criação do curso de Direito da UCG por meio dos documentos internos da sua instituição*. Revista Estudos, v. 31, out. 2004. Especial. p. 163,165.

5.5 O germe da Universidade Católica de Goiás

Todas essas iniciativas abordadas acima compunham um arcabouço maior no projeto que Dom Emanuel tinha para a educação superior católica em Goiás. Vimos o seu empenho no final do Congresso Eucarístico de Goiânia para a criação da Universidade do Brasil Central, que não chegou a ser concretizada. Mesmo diante disso, ele não desistiu do seu projeto. Não tendo o respaldo do Estado, como era necessário, abriu-se a outras alianças, principalmente com classes importantes da sociedade civil, o que possibilitou o surgimento de várias outras faculdades, além daquelas criadas pela própria Igreja. Na carta que ele escreveu a Jaime Câmara Filho, pedindo apoio para a criação da Universidade, consta:

Estamos em condições superiores ao Estado do Espírito Santo, que já tem a sua Universidade, com três escolas em funcionamento. Temos mais elementos que a Universidade Católica da Bahia, contamos com institutos de ensino superior em franco desenvolvimento. Possuímos oito faculdades, ou sejam: Faculdade de Filosofia, de Farmácia, de Ciências Econômicas, de Belas Artes, de Engenharia, de Odontologia, de Direito e de Medicina. Tudo isso que acabo de expor, estou certo, vem atestar a afirmação vigorosa na maturidade dos nossos propósitos. Com a criação da Universidade, creio firmemente na preparação de um novo ciclo de progresso, de civilização e de grandeza do Brasil Central (OLIVEIRA, apud MENEZES, 2001, p. 109-110)¹⁵⁷.

A partir dessas iniciativas, seu objetivo maior era constituir uma Universidade Católica *de fato*. Para tanto, concentrou todas as suas forças para essa finalidade. Em dois de maio de 1954, o arcebispo convocou uma reunião para debater a situação de cada uma das faculdades existentes, nomear a nova diretoria da SEEG (pois, com a saída de Dom Abel, era necessário escolher um novo vice-presidente) e formar a comissão que elaboraria os estatutos da Universidade.

Assim, foram estudadas as várias facetas dos problemas que movimentam, neste ano de 1954, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, e a Escola de Enfermeiras, pertencentes à Conferência Vicentina de Goiás; a Faculdade de Filosofia de Goiás, como Ginásio de Aplicação a ela anexo; a Escola Goiana de Belas Artes; a Faculdade de Engenharia e a Faculdade Goiana de Direito, em organização. Em relação a cada uma das citadas entidades foi feito um minucioso estudo, de modo a verificar a situação de cada uma, no momento, e as suas possibilidades no futuro, tendo muitos dos presentes manifestado os seus pontos de vista, com a liberdade e o brilhantismo que caracterizam a sua cultura. Proposta a reorganização da Diretoria da Faculdade, nos cargos de vice-presidente, secretário e tesoureiro, ficaram assentes e empossados, nos respectivos cargos, os seguintes membros: C^o. José Trindade de Fonseca e Silva, para vice-presidente; Pe. José Jesus Flor, para segundo secretário; e Pe. Jose Quintiliano Leopoldo e Silva, como tesoureiro. Foram nomeados por S.

¹⁵⁷ OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes. *Correspondência*. Bonfim, 07 de março de 1951. In. In: MENEZES, Áurea Cordeiro. Dom Emanuel Gomes de Oliveira: arcebispo da instrução. Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2001. p. 109-110.

Excia. Revma. o Sr. Presidente, para membros da Sociedade, o revmo. Pe. F. Machado, s.j. e professor Waldir Luís Costa, que imediatamente se empossaram nos respectivos cargos. Finalizando os trabalhos, foi debatido, com vivacidade e entusiasmo, por todos os presentes, o tema da Universidade do Brasil Central, discussões que ser prologaram bastante e se concluíram com a resolução de que se deveria tratar do assunto imediatamente. Nesse sentido S. Excia. o Sr. Arcebispo, concretizando o assunto, nomeou uma comissão para estudar e redigir o esboço dos Estatutos da Universidade, tendo recaído a escolha desta nomeação nos professores Pe. F. Machado, José Gonçalves Zuza e Waldir Luís Costa, os quais deverão apresentar o seus trabalhos à Sociedade até o dia 14 de julho próximo (...) (LIVRO ATA SEEG, 1948, p. 66-68)¹⁵⁸

Percebemos que o projeto da universidade estava consolidado, ao menos, no campo das ideias e estava às vias de se concretizar, principalmente, em sua parte burocrática, que era a mais complicada. Em um primeiro momento, a universidade teria o mesmo nome daquela criada em 1948, “Brasil Central”. Outro detalhe que nos chamou a atenção foi a presença de um padre jesuíta nomeado para compor a SEEG, o padre Francisco Machado¹⁵⁹. Acessando as fontes históricas desse período, diagnosticamos que Dom Emanuel trouxe os padres da Companhia de Jesus (jesuítas) para Goiânia. Em 1953, visitaram Goiânia os padres Gregório Sanchez Céspedes e Artur Alonso, superiores dos Jesuítas, respectivamente, em Leon (Espanha) e em Minas Gerais. O arcebispo mostrou a eles as faculdades já criadas e os convidou para abrirem uma casa na capital, com a finalidade de atuarem na direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, ao mesmo tempo, colaborarem na vida pastoral da Arquidiocese. O convite foi aceito e eles chegaram a Goiânia em 1954. Assim narra o padre Vaz:

Em fins de abril de 1954, chegaram os primeiros jesuítas: padre Francisco Machado da Fonseca, mineiro, que acabava de concluir seu doutoramento em Filosofia em Roma, e o padre Joaquim Lopez de Prado, espanhol, doutor em Ciências Jurídicas. O padre Lopez de Prado pouco tempo ficou em Goiânia. O padre Machado, logo de início, assumiu a direção da Faculdade de Filosofia. Não foram fáceis os primeiros anos (...) Padre Machado relembra aqueles anos: Goiânia era então uma capital nova, cidade pequena, sem tradição universitária a não ser no ensino do Direito. Não tinha aeroporto, luz instalada, asfalto, telefone. Poeira por todos os lados. Cheguei até a desanimar. Era irritante. Mas foi uma experiência fascinante, pois iniciou-se uma tradição que, a julgar pelos que se vê hoje, continua esplendidamente. Muitos dos atuais professores das Universidades Federal e Católica foram meus alunos (VAZ, 1979, p. 31-32).

Relatamos, anteriormente, que, para o desenvolvimento da educação católica em Goiás durante o episcopado de Dom Emanuel e para a fundação da rede de escolas católicas por ele fomentadas, a presença das congregações religiosas tornou-se um dos elementos mais

¹⁵⁸ Livro Ata Sociedade de Educação e Ensino De Goiaz. 12 de julho de 1948. p. 66-68. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

¹⁵⁹ Com a saída de Dom Abel da direção da FFCL, foi nomeado em seu lugar o padre jesuíta Francisco Machado.

importantes, devido ao preparo que tinham. Para a estruturação da Universidade não foi diferente. Abordamos no segundo capítulo que Dom Leme confiou aos padres jesuítas a direção da Universidade Católica do Rio de Janeiro, a primeira fundada no Brasil. Dom Emanuel quis seguir o exemplo, afinal, ele sabia que os padres jesuítas eram muito bem preparados no campo da intelectualidade, sendo esta uma característica da Companhia de Jesus. O clero local que o arcebispo possuía era muito limitado na intelectualidade, tendo, no máximo, os estudos básicos que eram oferecidos no seminário durante sua formação. Portanto, a presença do clero religioso lhe seria muito válida. Para dirigir a universidade seriam necessários padres capacitados e formados intelectualmente, com experiência na educação superior, pois era um grande desafio conduzir uma universidade que estava nascendo. Dom Emanuel encontrou nos jesuítas a solução para esse problema. Uma vez em Goiânia, os padres jesuítas assumiram a direção da Faculdade de Filosofia e compuseram a SEEG. Após a morte de D. Emanuel, com a criação da Universidade de Católica, foram eles que a dirigiram durante 25 anos. Sendo a Universidade de caráter confessional, devia ser dirigida por membros da Igreja. A direção e a atuação dos jesuítas foram de fundamental importância para concretizar o nascimento desta.

A presença dos jesuítas à frente da FFCL possibilitou uma melhor organização, nos moldes de uma cultura universitária, que era necessária para a formação da universidade. Assim relatou o professor Egídio Turchi, que foi aluno das primeiras turmas e, depois, se tornou professor da faculdade:

Os jesuítas chegaram depois do segundo ano de funcionamento ainda no Santo Agostinho. O primeiro jesuíta foi o Pe. Francisco Machado da Fonseca, foi aí que o Dom Antônio saiu, os padres que estavam lecionando continuaram ainda a lecionar, mas o Pe. Francisco Machado já deu aquele cunho de prática de Universidade Católica do Rio. Foi tentando dar um cunho mais universitário, mais acadêmico (TURCHI, 2004, p. 65).

No processo de constituição da Universidade Católica, Dom Emanuel tentou englobar todos os cursos existentes, inclusive os cursos de Engenharia, Medicina, Belas Artes e Ciências Econômicas. De acordo com a ata da SEEG, foram formadas comissões a pedido do arcebispo para essa finalidade:

Reuniu-se a Diretoria da Sociedade de Educação e Ensino de Goiás (...) especialmente convocada para tratar de assuntos relacionados com a instituição da Universidade Católica, consoante o desejo do Senhor Arcebispo e de todo o povo goiano que se vem manifestando através de repetidos pronunciamentos solenizados em congressos, conferências, imprensa, rádio e da mocidade estudiosa das escolas superiores. Entre outros assuntos, ficou expressamente estabelecido que as escolas

mantidas pela Sociedade seriam agregadas à Universidade Católica, e que a mantenedora, de antemão, se dispunha a aceitar quaisquer modificações que, eventualmente, o Ministério houver por bem inserir em seus estatutos e regulamentos vigentes, nada mais havendo a tratar, o Senhor Arcebispo Presidente anunciou que, em futuro próximo dirigir-se-ia à Capital da República para tratar das providências necessárias à criação da Universidade (LIVRO ATA SEEG, 1948, p. 69-70).

Muitos fatores colaboraram para esse processo de gestação da Universidade Católica. Elencamos aqui seis deles, que consideramos os mais importantes. Em primeiro lugar, o afincamento e o desejo de Dom Emanuel de formar uma classe intelectual católica; segundo, a estrutura gerida e mantida pela Sociedade de Educação e Ensino de Goiás com outros cursos, que foi capaz de solidificar uma base para o nascimento da universidade; terceiro, o apoio que o arcebispo recebia do Estado, da sociedade civil e das diversas áreas do desenvolvimento do saber; quarto, o apelo popular por uma universidade em Goiás; quinto, a grande demanda que crescia no Estado, fruto do desenvolvimento que vivia; sexto, a necessidade de mão de obra qualificada. Todos esses fatores somaram à vontade de Dom Emanuel, possibilitando alcançar aquilo que se tornaria o ápice de seu governo episcopal, o nascimento da Universidade.

A constante preocupação do apostolado da Igreja, em terras de Goiás, tem sido desde os primeiros dias de ação religiosa no Brasil Central, a valorização do homem pelo ensino e pela educação. Não foi outro, aliás, o sentido do trabalho evangelizador dos nossos primeiros catequistas, desde Anchieta até os nossos dias, rumo ao futuro. Nos rincões de Goiás, são numerosos os exemplos de abnegação dos eclesiais pela instrução do povo, criando e mantendo, ao lado dos seculares ermidas, as escolas paroquiais, que merecerão um capítulo especial de reconhecimento do historiador, que se dispuser a focalizar a educação do povo nas terras do Anhanguera. Quando as populações do litoral se deslocaram, no sentido oeste, em busca de espaço vital para a realização dos seus destinos humanos, um novo sopro de vida movimentou as regiões sertanejas de Goiás, e grande interesse pelo estudo agitou o espírito do povo. O missionário abriu as suas escolas e o prestígio da Mitra fundamentou a instituição dos estabelecimentos de grau médio que prepararam o meio e a gente para receber e apreciar a renascença de Goiás, através da criação das faculdades de nível superior, a que se devem inestimáveis serviços na formação das elites dirigentes da sociedade e do povo (OLIVEIRA, apud NETO, 2004, p. 164)¹⁶⁰.

Dom Emanuel tinha consciência que todos esses avanços que culminariam na criação da Universidade eram fruto de uma longa trajetória de atuação da Igreja Católica em Goiás desde seus primórdios, principalmente com suas iniciativas educacionais propostas ao longo do tempo. No trecho da carta reproduzida acima, o bispo faz uma retrospectiva de todo o

¹⁶⁰ OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes. *Carta ao Ministro de Estado da Educação – Documento proposta de criação da Faculdade Goiana de Direito*. 16 de julho de 1954. In. NETO, Helenisa Maria G. de Oliveira. *História da Criação do curso de Direito da UCG por meio dos documentos internos da sua instituição*. Revista Estudos, v. 31, out. 2004. Especial. p. 164.

caminho que possibilitou à Igreja protagonizar uma ação educacional de grande magnitude. No campo da educação, a Igreja atuou em todos os níveis, do primário ao superior, para colocar em prática o seu projeto restaurador. Na mesma carta, D. Emanuel fez um balanço da educação superior em Goiás sob o seu báculo:

A Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás, mantida e administrada pela Conferência de São Vicente de Paulo, em franco desenvolvimento e já merecedora dos aplausos do povo e dos governos, é o primeiro dos estabelecimentos de ensino de grau superior criado pela influência arquidiocesana.

Ao lado dela, conta-se a Faculdade de Goiás que já deu ao Estado várias turmas de professores, com notáveis benefícios para a docência nas escolas secundárias, e de tal modo vitalizada pelos elevados propósitos de estudos ali praticados, que ela se converteu num centro respeitável de culturas, até então nunca vistos em nosso meio.

Merece destaque a Escola Goiana de Belas Artes já devidamente autorizada e em funcionamento, despertando e dando forma à expressões de arte encontradas na vida do povo, como se pode verificar em recente exposição apreciada por legítimos interpretes da arte no continente. Trata-se ainda nesta menção de instituto mantido e idealizado pelos órgãos de expansão cultural da Arquidiocese, felizmente bem sucedidas em todas as iniciativas culturais, em virtude do espírito de elevação e de honestidade com que se enfrentam as dificuldades administrativas e funcionam tais núcleos de aprendizado universitário. Recentemente, a Escola de Engenharia de Goiás – amparada nos recursos da Sociedade de Educação – logrou autorização neste Ministério para funcionamento e vem regularmente cumprindo seu futuro papel de preparadora de técnicos e de engenheiros de que tanto carece a nossa região emperrada pela rotina, à clamorosa míngua de elemento humano que dinamize suas riquezas (OLIVEIRA, apud NETO, 2004, p. 164-165).

As iniciativas da Igreja Católica com a educação superior em Goiás vinham ao encontro do próprio desenvolvimento que o Estado vivenciava, sobretudo depois da criação da nova capital, Goiânia. A Marcha para Oeste, que ocasionou o povoamento e o desenvolvimento no interior do Brasil, contribuiu de forma especial para esse crescimento. Goiás, que antes era considerado um Estado rural e atrasado, em face de outros estados, principalmente da região sudeste, ingressaria nesse período da história numa nova fase que marcaria o seu crescimento e desenvolvimento subsequente. Situado na região central do país, tornar-se-ia um referencial para muitos estados, especialmente para a região norte. Todo esse surto desenvolvimentista possibilitou à Igreja Católica avançar em seus projetos. Dom Emanuel foi sensível a este contexto e fez dele oportunidade para consolidar seu ideal maior para educação em Goiás.

A capital do Estado de Goiás é uma cidade universitária. As escolas aqui militantes são procuradas por estudantes de todo país. É grande o número de vestibulandos que, ano por ano, entram na competição das vagas abertas nos cursos superiores da nossa escola. Muitos ficam preteridos, menos pela insuficiência que pela falta de vagas e se desajustam, em decorrência disso, frustrando-se, assim vocações de estudo apreciáveis, numa região que precisa tanto de juizes e advogados de procedência universitária quanto de auxílios governamentais para fazer atuarem suas possibilidades econômicas. Por outro lado, está visto que o episódio de deslocação

demográfica, da periferia ao centro, vem se fazendo em condições imprevisíveis que não se pode filtrar a qualidade moral dos imigrantes. Há necessidade de uma força espiritual de grande envergadura, como a da Igreja, que domine e oriente a massa em movimento (...) (OLIVEIRA, apud NETO, 2004, p. 165-166).

O desenvolvimento local, que permitiu os avanços na educação superior em Goiás, tornou possível a articulação e a atuação da Igreja Católica para transformar os seus princípios em elementos norteadores da sociedade. Como já assinalamos, isso fazia parte de um projeto maior de restauração católica, no interior do qual a hierarquia católica via na educação e na instrução o caminho mais promissor para formar e influenciar novamente a sociedade goiana em meio à laicização que se instaurou no Brasil após a Proclamação da República. A Igreja via nos ambientes secularizados uma ameaça ao seu *status quo*. Portanto, conforme infere Heerdt (1992), investir em educação era a estratégia primeira para combater o avanço das ideias seculares e ignorância religiosa do povo, além do combate, também, da educação protestante. Quando Dom Emanuel disse que era necessária “uma força espiritual de grande envergadura para dominar a massa em movimento”, ele se referia a esse contexto. Logo, todas as suas iniciativas para a fundação das faculdades e, posteriormente, a universidade, eram uma resposta a essa situação. A Igreja Católica em Goiás, sob o governo de Dom Emanuel, respondeu de maneira eficaz a esse plano, que era conduzido pelo episcopado brasileiro, como vimos no segundo capítulo.

Em verdade, a Faculdade de orientação católica, pela obra de relevância que vai realizar na educação da juventude, contribuirá extraordinariamente para a definição e para a fixação dos rumos cristãos da civilização que vai pender nestes planaltos. A ela, sem dúvida, caberá a divulgação dos conhecimentos jurídicos, do estudo e da pesquisa do Direito, preparando as gerações do futuro para serviço da Pátria e para a defesa da civilização cristã. Sem ser um púlpito de onde apenas se pregue a religião, desenvolverá uma vida de estudos em que a religião é alma (OLIVEIRA, apud NETO, 2004, p. 166).

De acordo com o bispo, o ensino de orientação católica deveria formar uma cultura superior que defendesse e concretizasse a civilização cristã no Brasil Central. Estas ações se tornaram um prolongamento do ideário restaurador que era defendido por Dom Leme. Cristianizar a civilização era uma forma de enfrentar o secularismo que se expandia nessa época da história. A Igreja almejava, por meio da educação superior, introduzir um pensamento cultural em Goiás cuja orientação fosse católica. Segundo o pensamento do bispo, a civilização laica deveria ser combatida e coibida pela civilização cristã. O elemento do patriotismo é ressaltado novamente. O discurso católico queria legitimar as suas iniciativas, alegando que elas eram as melhores para a pátria e defendendo que a Igreja não se

opunha ao país, mas, ao contrário, formava cidadãos cristãos para amá-lo e servi-lo. Isso reafirma a premissa apresentada pelo Papa Pio XI na encíclica *Divini Illius Magistri* como frisamos no primeiro capítulo.

Como o catolicismo tornou-se agente de modernização em Goiás, se por meio da educação superior ele desejava perpetuar valores tradicionais, que para muitas instâncias já eram considerados arcaicos e atrasados? Gomes Filho (2018) nos apresenta um caminho de reflexão muito pertinente para a compreensão dessa questão. De acordo com o historiador, a Igreja Católica fez uma adaptação à modernidade, pois ela se valeu de elementos da modernidade para transmitir o que era antigo e imutável. O princípio não mudou. O que mudou foram os meios utilizados para a transmissão dos seus valores.

A adaptação católica à modernidade foi na verdade uma tentativa de adaptação da modernidade ao catolicismo, uma vez que não se trata de uma reelaboração dos valores católicos face às transformações modernas, mas de uma apropriação de elementos modernos (por meio de um esvaziamento e ressignificação do “progresso”, do “melhoramento” e do “moderno”) com a finalidade de se reestabelecer um modo de vida e de sociedade submetidos aos valores definidos pela Igreja (uma neocristandade para além de seu aspecto político), portanto, uma civilização ao mesmo tempo moderna e católica. Neste sentido, não se trata de uma luta contra a modernidade, mas da transformação desta em uma moderna civilização católica, e os meios para se atingir este objetivo, por um lado, estariam na “modernização” (expressamente conservadora) (GOMES FILHO, 2018, p. 254).

Todas as ações de Dom Emanuel na educação se inscrevem nestes marcos, de perpetuação da tradição (ideal de restauração católica), através da modernização das estratégias da Igreja (criação de universidades). Por essa via é que se consolidou o projeto episcopal de uma educação superior no Estado de Goiás, que se tornasse catolicamente orientada. Nesse processo restaurador, a educação foi o elemento mais inovador e importante, pois era considerada a via de fato que consolidaria a modernização da Igreja em Goiás. Por isso, o bispo – como uma figura expoente e conhecedora desses princípios – não hesitou em investir na educação em todos os níveis. No seu discurso como paraninfo da turma de formandas normalistas do Colégio Santa Clara em 1954, ressaltou esse misto de novidade e conservadorismo: novidade, por apresentar a rede de educação criada em Goiás como elemento inovador; e conservador, por querer por meio dela perpetuar os princípios tradicionais da fé católica.

Nossos melhores esforços, nossos mais árduos labores têm sido orientados no sentido de disseminar por todos os recantos da Arquidiocese os estabelecimentos de ensino em que, Deus louvado, se opera a renascença do grande Estado de Goiás.

Vós mesmas sois mimosos frutos do incansável labor desenvolvido pelas apostólicas Irmãs Franciscanas, que abrigam, só neste Bairro de Campinas, mais de mil e quinhentos alunos. Na extensão da nossa Arquidiocese muitas outras religiosas e, bem assim, sacerdotes e leigos, entregam nesta quadra do ano, valores novos para a sociedade. E o que é isto se não o empenho permanente e ardoroso da Igreja, em preparar os alicerces da restauração de tudo em Cristo! (OLIVEIRA, 1954, p. 3)¹⁶¹.

O projeto educacional liderado por Dom Emanuel, que chegou ao seu ápice com a estruturação da educação superior católica em Goiás, respondia a uma iniciativa do episcopado brasileiro que via na educação o caminho mais eficaz de “restaurar tudo em Cristo”: “cristianizar as elites, para que estas por sua vez ‘cristianizem’ o povo, o Estado, a Legislação” (BEOZZO, 1984. p. 280). O papa Pio X cunhou como lema do seu pontificado a frase “Restaurar todas as coisas em Cristo”¹⁶², convocando a Igreja em todo o mundo a promover essa restauração da fé católica, cabendo aos bispos a responsabilidade de executá-la em suas dioceses.

Dom Emanuel, fiel às normativas de Roma, instituiu em sua arquidiocese uma grande rede de escolas e de cursos superiores. A educação superior católica em Goiás, germe da Universidade Católica, seria o cume das ações do referido bispo na contenção ao ensino laico, de base liberal não católica e ao ensino protestante, uma iniciativa que visava inculcar a ideia de legitimidade da educação religiosa no ensino superior para a concretização de uma universidade confessional.

Dom Emanuel não chegou a ver seu sonho realizado, a Universidade Católica de Goiás, pois morreu em 1955, cabendo ao seu sucessor, Dom Fernando Gomes dos Santos, fundá-la em 1959. Mas Dom Emanuel teve o mérito de consolidar toda a base a partir da qual foi edificada a Universidade Católica.

¹⁶¹ OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. *Documento avulso sem título*. Data desconhecida, 1954. p. 3. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

¹⁶² Essa conduta foi reforçada por seu sucessor, Pio XI, na encíclica *Divini Illius Magistri*, como abordamos no primeiro capítulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dom Emanuel Gomes de Oliveira faleceu no dia 12 de maio de 1955, aos 81 anos, no quarto de sua residência, situado no Seminário Santa Cruz, em Silvânia. Nesta data, estavam reunidos nesta mesma cidade todos os bispos da Província Eclesiástica de Sant'Ana de Goiás.¹⁶³ Pelos idos da morte de D. Emanuel, os bispos estudavam a nova reconfiguração das circunscrições eclesiais para a criação das novas dioceses, com o advento da nova capital, Goiânia, que viria a ser sede arquidiocesana.

Antes de sua morte Dom Emanuel escreveu seu testamento, no qual deixou um pedido de perdão aos padres da sua diocese: “Peço aos meus Padres muito perdão pelas mágoas as que lhes tenha causado como Superior. Agindo por Deus e para Deus, desejo estar tranquilo na minha consciência de pai e de pastor, em que não tenho a certeza, nem sequer a pretensão de haver sempre acertado”¹⁶⁴.

Sendo ele bispo de Goiás, exercendo uma função de governo, durante a vida enfrentou muitos impasses com diversos padres no seu episcopado, portanto, esse pedido de perdão tem um valor simbólico nessa altura do fim da vida. Uma reconciliação que pudesse apaziguar os ânimos, reparando os erros cometidos. Como demonstramos, no início de seu episcopado, a diocese se encontrava em uma grave crise econômica. Seu primeiro passo foi criar um mecanismo que pudesse não só quitar as dívidas que a diocese tinha, mas, também, ter uma renda constante que pudesse subsidiá-la, possibilitando, assim, maiores investimentos. Nesse sentido, houve o confronto com os padres redentoristas de Trindade e de Campinas, em busca de uma porcentagem que fosse fixa para a diocese. Dom Emanuel desagradou a congregação do Santíssimo Redentor (redentoristas), com a imposição de um contrato que repassava 80% das rendas anuais do Divino Pai Eterno de Trindade à sua diocese (VAZ, 1997, p. 223). D. Emanuel saiu vencedor graças à sua ação política junto ao Núncio Apostólico. Esta renda fixa possibilitou ao bispo pagar todas as dívidas deixadas pelo seu antecessor, Dom Prudêncio, além de tornar possível o investimento em várias áreas, sendo uma delas, a da educação. Portanto, o pedido de perdão no final da vida era um momento de

¹⁶³ D. Alano de Noday O.P., bispo de Porto Nacional; D. Francisco Padra, prelado de S. José do Alto Tocantins; D. Abel Ribeiro Camelo, bispo auxiliar de Goiás; D. Cândido Benedetto O.P., prelado de Sant'Ana do Bananal, além dos padres mais próximos ao arcebispo e algumas religiosas salesianas.

¹⁶⁴ OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes. *Testamento (1954)*. In. PINHEIRO, Antônio César Caldas (Org.). Dom Emanuel, arcebispo da providência, da instrução e da paz. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2015. p. 49-50.

reconciliação com os padres de sua diocese e de apaziguamento dos ânimos diante daqueles fatos que marcaram sua história.

Uma importante medida tomada no início do episcopado de Dom Emanuel foi a criação de três novas prelazias em Goiás, São José do Alto Tocantins, Sant'Ana da Ilha do Bananal e de Jataí. Essa iniciativa respondia a um projeto maior, orientado pela Santa Sé, pois a criação de novas dioceses-prelazias possibilitaria à Igreja Católica ampliar o seu raio de atuação, principalmente com o crescimento demográfico, constituindo, assim, uma rede diocesana que fomentasse e perpetuasse sua hegemonia diante do processo de laicização. Com a criação dessas três prelazias, Dom Emanuel ficou com a jurisdição da região centro-sul do Estado, região mais promissora, onde foram consolidadas várias iniciativas do seu governo, como a construção de capelas, igrejas matrizes, escolas, faculdades entre outros.

Este período foi caracterizado pela vinda de diversas congregações religiosas femininas e masculinas para Goiás, as quais colaboraram em diversas iniciativas de Dom Emanuel, assumindo o governo das novas prelazias, fundando colégios por todo o estado de Goiás, auxiliando no serviço paroquial nas cidades que não tinham padres para atender, especialmente diante da escassez do clero local. Além disso, colaboraram na formação dos padres diocesanos, por meio do novo seminário que foi construído em Silvânia, o Seminário Santa Cruz. Dom Emanuel teve a preocupação de formar um clero diocesano para o melhor atendimento de sua diocese.

A Proclamação da República estabeleceu o estado laico, o que resultou na separação entre Igreja e Estado. Esse acontecimento impôs à Igreja um caminho de muitas mudanças, tendo que se reinventar para responder aos desafios que lhe eram impostos. Um deles foi o avanço do protestantismo com um estado laico. Todos os credos religiosos eram permitidos, já não tendo mais um que fosse primaz. Com isso, a Igreja Católica se viu diante de outros credos “concorrentes” que avançavam com suas obras, sobretudo no campo da educação. Em Goiás não foi diferente. Na cidade de Anápolis, estabeleceu-se uma missão protestante liderada pelo missionário inglês Dr. James Fanstone que se expandiu com grande rapidez, consolidando-se, principalmente no campo da saúde e da educação. Procuramos demonstrar que, diante disso, Dom Emanuel reagiu com um arrojado projeto educacional para a cidade, trazendo as irmãs salesianas, para cuidar da educação das meninas, e os frades franciscanos, para a educação dos meninos. Além disso, o bispo estabeleceu um trabalho de atendimento pastoral mais coeso e persistente, visando deter o avanço do protestantismo. Vimos no primeiro capítulo que as novas pedagogias que surgiram no século XX impuseram novos desafios à educação católica, como foi o caso da Escola Nova. Em Goiás, a pedagogia que

mais desafiou o catolicismo foi a de cunho protestante, fazendo com que Dom Emanuel se empenhasse na implementação de um projeto educacional que pudesse contê-la.

A educação-instrução foi a via utilizada pela Igreja Católica no Brasil para a consolidação do seu projeto de restauração católica, que tinha por finalidade colaborar com a formação de uma nova elite católica que pudesse influenciar a sociedade diante da laicização. Esse projeto educacional almejava, assim, perpetuar a hegemonia católica em Goiás. Dom Emanuel, após conseguir resolver as questões financeiras e administrativas da diocese, deu um segundo passo investindo na educação em todos os níveis, criando uma rede educacional que se expandiu por todo o estado de Goiás, como demonstramos no capítulo terceiro. Concluimos que essas ações tinham por finalidade: 1) combater as pedagogias que eram contrárias aos ideais católicos, como preconizava a encíclica *Divini Illius Magistri*, e que, em Goiás, consistia, sobretudo, na pedagogia protestante; 2) estabelecer o projeto de restauração católica com o desejo de formar as elites pensantes que pudessem influir na sociedade de maneira eficaz frente à laicização; 3) possibilitar um lugar de destaque à Igreja diante da política estadual, se autoafirmando com o desejo de perpetuar sua hegemonia.

O foco da nossa pesquisa incidiu sobre a educação superior católica, no plano traçado por Dom Emanuel, que resultou na consolidação da base na qual foi edificada a Universidade Católica de Goiás. A primeira iniciativa foi a construção da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, resultante de uma aliança entre Igreja e Estado, liderada pela Sociedade de São Vicente de Paulo e a então primeira dama do estado, Dona Gercina Borges. A existência de um grande hospital na nova capital, Goiânia, sob a égide da Igreja Católica, perpetuava o capital simbólico da primazia do catolicismo que se afirmava frente ao Hospital Goiano Evangélico de Anápolis. Garantir à Igreja a missão de cuidar da saúde e da assistência social dos mais pobres na capital goiana propiciou a formação de uma estrutura que se tornava paralela àquela que deveria ser de responsabilidade do próprio Estado e, finalmente, permitiu o acolhimento dos três primeiros cursos superiores católicos (Enfermagem, Farmácia e Odontologia), que se concretizaram na década de 1940 e que se dedicavam à formação de novos profissionais na área da saúde.

A estratégia de Dom Emanuel para consolidação da educação superior católica em Goiás sempre partia de uma motivação religiosa: criou a Santa Casa, que se desdobrou nos primeiros cursos superiores acima elencados; e realizou o Congresso Eucarístico de Goiânia em 1948, demonstrando a força e o potencial de mobilização da Igreja Católica, o que lhe permitiu angariar o apoio das autoridades políticas presentes para a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que estaria sob a responsabilidade da Igreja Católica. Esta

faculdade foi o primeiro passo que resultou no decreto de criação da Universidade do Brasil Central, que “não saiu do papel”, mas permitiu ao bispo ter grandes avanços na consolidação dos cursos superiores que foram criados pela Igreja Católica neste momento, a saber: Pedagogia, História e Geografia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas. Para manter toda a sua rede de ensino em Goiás, Dom Emanuel criou a Sociedade de Educação e Ensino de Goiaz, que se tornou a mantenedora de todas as obras educacionais católicas. Essa entidade tornou-se, a nível administrativo, a responsável por gerir essas novas faculdades. Esses trâmites organizacionais foram de fundamental importância para o sucesso e o avanço da educação superior católica em Goiás, pois essa estrutura resguardava as faculdades e, ao mesmo tempo, as amparava a nível administrativo e financeiro.

Todo o avanço realizado para a consolidação dessas faculdades católicas no Estado foi fruto de uma aliança da Igreja com o Estado, especialmente no governo de Jerônimo Coimbra Bueno (1947-1950). Como apontamos no capítulo quinto, o apoio de Dom Emanuel foi de fundamental importância para que Coimbra Bueno vencesse as eleições. Esse apoio do bispo foi retribuído, posteriormente, com a parceria do Estado junto às obras educacionais de Dom Emanuel – apoio que não se ateve à área educacional, mas que também se estendeu na doação de vários terrenos em Goiânia destinados à Igreja Católica e às suas obras sociais. A laicização envolvia a separação entre Igreja e Estado, mas se processou de forma peculiar no Brasil – e, ao que nos interessa, em Goiás. Diferente do que ocorreu em outros países, onde aconteceu uma separação brusca entre as duas esferas, levando o Estado a impor duras penas à Igreja, em nosso país, ocorreu uma “laicidade à brasileira” (RANQUETAT JÚNIOR, 2012, p. 60), que manteve a separação jurídica e formal das duas esferas, mas não levou a um forte rompimento entre ambas. Ao contrário, em muitos contextos, houve uma colaboração mútua, em que cada esfera se valia da outra no que lhe era possível para o seu benefício próprio. Isso se deu de maneira evidente neste período da história de Goiás: por um lado, o governo apoiava a Igreja Católica na implantação de seus cursos superiores, a fim de demonstrar interesse pela educação (missão que, na modernidade, deveria ser sua) e, por outro, a Igreja se beneficiava dos subsídios e apoio do Estado para avançar com suas iniciativas educacionais, sobretudo na implantação de suas faculdades.

Além da criação dos cursos superiores¹⁶⁵ sob a iniciativa católica, como já apontamos, Dom Emanuel apoiou todas as iniciativas da sociedade civil da época que resultaram na

¹⁶⁵ Enfermagem, Farmácia, Odontologia, Pedagogia, História e Geografia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas.

criação de novos cursos superiores, sendo eles: Ciências Econômicas, Belas Artes, Engenharia e Medicina. O seu incentivo foi de fundamental importância, pois implicava no acesso à diplomacia política junto aos órgãos federais, o que facilitou a aprovação dos novos cursos. D. Emanuel presidia a maior entidade educacional privada do Estado, a Sociedade de Educação e Ensino de Goiás, que era a mantenedora das faculdades católicas existentes, e, com o apoio do governo goiano, criou mais um curso de Direito, que ficaria sob a administração católica. Esse apoio não foi gratuito, pois uma boa parte desses cursos, no futuro, se agregaria à base que constitui a Universidade Católica de Goiás, fundada após a morte de Dom Emanuel, em 1959. A criação de uma Universidade Católica em Goiás era a grande meta de Dom Emanuel. Ele não a viu consolidada, mas encabeçou a criação das bases a partir das quais a futura universidade se edificaria.

Concluimos com Gomes (2019, p. 21), ao afirmar que “Dom Emanuel deixou uma diocese publicamente respeitada e politicamente forte, cuja atuação quase monopolizadora em uma área específica tornava o Estado praticamente seu dependente: a educação”. Dom Emanuel Gomes de Oliveira foi, assim, o bispo mais importante para a consolidação da Igreja Católica em Goiás após a proclamação da república. Tinha um projeto claro de Igreja, estabeleceu bases fixas de recursos para a manutenção de sua diocese e centralizou o poder em suas mãos para atuar frente ao estado laico. Conforme Gomes (2019, p. 220), seu episcopado colocou a “Igreja Católica em Goiás em posição de tornar-se um verdadeiro braço do Estado, e não seu dependente”. Isso pôde ser visto na consolidação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, até mesmo, na criação da Universidade do Brasil Central.

Todo esse projeto educacional liderado por Dom Emanuel Gomes de Oliveira, que teve seu ápice na estruturação e consolidação da educação superior em Goiás, se inscreve nos marcos de conservação da tradição, motivação maior da restauração católica, todavia valendo-se de uma estratégia modernizante: a criação de uma universidade. Então, o projeto do bispo era um misto de tradição, no qual se conservava, perpetuava e propagava os valores imutáveis católicos, mas que se adaptava através de meios modernos, como uma universidade, para que se expandisse em meio à sociedade moderna. Afinal, a Igreja Católica tem demonstrado grande capacidade de se reinventar em meio aos desafios impostos pelas transformações históricas, sendo esta adaptabilidade o que faz dela uma das poucas instituições que sobreviveram durante milênios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Sandra Elaine Aires de. **A criação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” e o Protestantismo em Anápolis**. 1997. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

ACONE, Giuseppe. La ‘padeia’ della Chiesanella cultura Occidentale. In: GALLI, Norberto. (org.) **L’educazione Cristiana negli insegnamenti degli ultimi pontefici: da Pio XI a Giovanni Paolo II**. Vita e Pensiero: Milano, 1992.

ALMEIDA, Lázara Alves de. **Saga das quatro escolas que ajudaram Goiânia a crescer**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

ALMEIDA, Maria Zeneide C. M. de. História E Memória: Um Resgate da Trajetória do Curso de Pedagogia e da Faculdade De Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica De Goiás (1949-1969). In: II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002, Goiânia. **Anais**. Goiânia, UCG, 2002, p. 1-11. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0355.pdf>>. Acesso em: 05/10/2020.

_____. **Extensão Universitária: uma terceira função**. 1991. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 1991. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/250758/1/Almeida_MariaZeneideCameiroMagalhaesde_M.pdf>. Acesso em: 05/10/2020.

_____. **Modernidade e Pioneirismo: a história do curso de Pedagogia na UCG (1949-1969)**. Revista Estudos, v. 31, out. 2004. Especial.

ALVES, Miriam Fábila. **Faculdade de Direito: das origens à criação da Universidade Federal de Goiás 1898-1960**. 2000. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert_-_M%C3%ADriam_F%C3%A1bia_Alves.pdf>. Acesso em: 20/09/2020.

_____. **Política e escolarização em Goiás – Morrinhos na Primeira República**. 2007. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-7DBKZP/1/miriam_fabia_alves_tese_ufmg.pdf>. Acesso em: 22/09/2020.

ALVES, Paulo Bruno P. P. **A imprensa católica na Primeira República: do fim do jornal A Palavra (1911) ao Concílio Plenário Português (1926)**. 2012. 765 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/Renato/Downloads/A%20imprensa%20cat%C3%B3lica%20na%20Primeira%20Rep%C3%BAblica.pdf>>. Acesso em: 03/07/2020.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2012, v. 32, n. 63, p. 143-170, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882012000100007&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 20/08/2020.

ARAÚJO, Ana Cristina. Dirigismo Cultural e Formação das Elites no Pombalismo. In ARAÚJO, Ana Cristina (Org). **O Marquês de Pombal e a Universidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. p. 9-40. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/32746/1/1-%20marques%20de%20pombal%20e%20a%20universidade.pdf>>. Acesso em: 25/08/2020.

ARAÚJO. Ordália Cristina Gonçalves. **História do protestantismo em Goiás (1890-1940)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

ARAÚJO, Presciliana C. de; Salum, Marlene Maria de C. História da Escola de Enfermagem. **Estudos**, Goiânia, v. 24, n. ½, jan. jun. 1997. p. 117-124.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

_____. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 4ª Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1963.

_____. **A Cultura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/USP, 1964.

_____. **A Transmissão da cultura**. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

AZZI, Riolando. Educação e Evangelização: perspectivas históricas. **Revista de Educação da AEC**, Brasília, n. 84, jul/set., 1992, p. 31-49.

_____. **A Neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo, Ed. Paulus. 1994.

_____. **Sob o báculo Episcopal: A Igreja Católica em Juiz de Fora, 1850-1950**. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.

_____.; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: Tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. Do Bom Jesus Sofredor ao Cristo Libertador- Um aspecto da evolução da Teologia e da Espiritualidade católica no Brasil. **Revista Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, ano 18, n.45, p. 215-233, 1986. Disponível em: <<file:///C:/Users/Renato/Downloads/1821-Texto%20do%20artigo-6652-3-10-20141222.PDF>> Acesso em: 30/10/2020.

BALDINO, José Maria. **Ensino Superior em Goiás em tempos de euforia: Da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80**. 1991. 311 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás,

Goiânia, 1991. Disponível em: < https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert_-_Jos%C3%A9_Maria_Baldino.pdf>. Acesso em: 03/03/2020.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Cultura cívico-escolar católica e os desfiles patrióticos no Brasil do início do século XX. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 30, nº 53, mai/ago, 2014. p.391-403. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/vh/v30n53/05.pdf>>. Acesso em: 06/07/2020.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris. **História da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano: Economia e cultura – 1930 – 1964**. Tomo II, v. 4°. São Paulo: Difel, 1984.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: Elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulus, 2011.

_____. **Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista**. Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis: Vozes, 2017.

BERTRAND, Y. **Teorias contemporâneas da educação**. Lisboa: Horizontes Pedagógicos. 1991.

BEZERRA, Maria Regina Marques. **A enfermagem e a aliança da Igreja com o Estado: Escola de Enfermeiras Luiza de Marillac**. 2002. 166 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/4507/1/571312.pdf>>. Acesso em: 10/10/2020.

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Tradução Ecumênica- TEB. São Paulo: Ed. Loyola, 2020.

BITTENCOURT, Agueda Bernardete. **A era das congregações – pensamento social, educacional e catolicismo**. Pro-posições. v. 28, n. 3, Set/Dez. 2017. p. 29-59. Disponível: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072017000300029&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 30/09/2020.

BORGES, Simone Aparecida. **Os cursos de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: Um olhar histórico**. 2006. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/2000/1/Dissertacao%20Simone%20Aparecida%20Borges.pdf>>. Acesso em: 10/06/2020.

BORGES, Elisabeth Maria de.; CAMELO, Cristiane Nery Alves. Escola de Pharmacia e Odontologia de Goyaz: espaço, ensino e memória da cidade de Goiás - Go (1922-1931). **Revista Científica FacMais**, vol. V, n. 1, p. 67-97, 2006. Disponível em: <<https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2016/06/4%20Escola%20de%20Pharm%C3%A1cia%20e%20Odontologia%20de%20Goyaz.pdf>>. Acesso em: 07/08/2020.

- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. **A Economia das trocas simbólicas**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- _____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: USP, 1998.
- _____. **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- _____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BRETAS, Genesco Ferreira. **A história da instrução pública em Goiás**. Goiânia: CEGAF, UFG, 1991.
- BRUNEAU, Thomas C. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1934.
- BURITY, Joanildo. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. **Revista de Estudos da Religião, São Paulo**, n. 4, 2001, p. 27-45. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/rv4_2001/p_burity.pdf>. Acesso em: 01/10/2020.
- CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP/FEU. 1999.
- CAMPANILE, Emanuela. **Há 80 anos falecia Pio XI**. Vatican News, 10 fevereiro de 2019. Disponível: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2019-02/papa-pio-xi-biografia-pactos-lateranenses.html> Acesso em: 05/10/2020.
- CARVALHO, Adalberto Dias de. Do projecto à utopia pedagógica. In LEITE, Elvira et al. **Trabalho de projecto, 2. Leituras comentadas**. Porto: Edições Afrontamento. 1990, p.73-80.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Uso do impresso nas estratégias católicas conformação do campo doutrinário da pedagogia (1931-1935)**. **Cadernos ANPED**, Belo Horizonte, n. 7, dez. 1994, p. 41-60.
- CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995.
- CASTELLANI, José; CARVALHO, Willian Almeida de. **História do Grande Oriente no Brasil**. Madras Editora: São Paulo, 2009.
- CASTRO, Abel Soares de. **Origem dos Institutos Jurídicos de Goiás**. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1946.

CASTRO, Rosângela Nunes Almeida. A Origem do Ensino de Engenharia em Goiás. **Revista Eletrônica Engenharia Viva**, vol. 1, 2014. p. 19-35. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/17432/5/Artigo%20-%20Ros%C3%A2ngela%20Nunes%20Almeida%20de%20Castro%20-%202014.pdf>>. Acesso em: 15/09/2020.

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil**. 1ª. Ed. Coimbra: Almedina, 2006.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da “decadência” aos limites da modernidade**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. 20ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.

CORDEIRO, A. L. Religião e projetos educacionais para a nação: a disputa entre metodistas e católicos na primeira república brasileira. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, dez., 2005, p. 110-124.

COSTA, Viviane da. O discurso educacional católico sob a perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu. **Paidéia**, Ribeirão Preto, vol. 16, n. 33, jan/abr., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2006000100003&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 05/05/2020.

CRUZ, Guilherme Braga da. **Obras Esparsas, Vol. IV, Estudos Doutrinários e Sociais, 2ª parte**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1985.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã – Da Colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

CURADO, Mariana Augusta Fleury. **Rua do Carmo - Crônicas e artigos**. Goiânia: Líder, 1981.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

DE FUENMAYOR, Amadeo de. **El Convenio entre la Santa Sede y España sobre Universidades de Estudios Civiles**. Pamplona: Universidad de Navarra, 1966.

DELAEPE, M. **Vieja y nueva historia de La educación. Ensayos críticos**. Barcelona: Octaedro. 2006.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. Tradução brasileira de Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional. 1971.

_____. **Democracia e educação**. Tradução brasileira de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1959.

DIAS, Romualdo. ***Cor Unum et anima una: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil 1922-1935***. 1993. 291 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280918/1/Dias_Romualdo_D.pdf>. Acesso em 01/11/2020

DIAS, Romualdo. ***Imagens de Ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)***. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

DIEZ DEL CORRAL, Florentina Santos; SOUZA, Mirabeau Levi Alves; NEGRÃO, Odulia Leboreiro. ***Do boticário ao farmacêutico: o ensino de farmácia na Bahia de 1815 a 1949***. Salvador: EDUFBA, 2009.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. ***Universidade & Poder – Análise Crítica/Fundamentos Históricos: 1930-45***. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FERNANDES, Rogério. Roturas e permanências da educação portuguesa no século XIX. ***Revista História da Educação, ASPHE/FaE/UFpel***, Pelotas, n. 15, abr. 2004, p. 7-27.

FERREIRA SOBRINHO, Olímpio. ***Meio século formando gerações***. Goiás: Associação Educativa Evangélica, 1997.

FLEURY, Nelson Rafael. ***Histórias não contadas***. Goiânia: PUC Goiás. 2010.

FRANCA, Pe. Leonel. ***Discurso de Instalação da Universidade Católica do Rio de Janeiro***. In. Anuário Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, Ano VI, 1946.

_____. ***Pedido de Pe. Leonel para houvesse mais diretores espirituais na Universidade***. In. D'ELBOUX, Pe. Luiz Gonzaga da Silveira. ***O Padre Leonel Franca S.J.*** Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1953.

FRANCO, Renato. ***Pobreza e caridade leiga – as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa***. 2011. 385 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25052012-133000/publico/2011_RenatoFranco_VOrig.pdf> Acesso em: 20/10/2020.

GALLI, Norberto (Org.). ***L'educazione Cristiana negli insegnamenti degli ultimi pontefici: da Pio XI a Giovanni Paolo II***. Milano: Vita e Pensiero, 1992.

GARCIA, Anastasio Gil. ***Naturaleza y Finalidad de la educacion Cristiana a luz de la encíclica “Divini Illius Magistri”***. 1986. 108 f. Tesis (Doctorado in Teologia) - Facultatis Theologiae Universitatis, Universidad de Navarra, Pamplona, 1986. Disponível em: <file:///C:/Users/Renato/Downloads/CDT_X_07.pdf>. Acesso em: 10/01/2020.

GERULEWICZ, Januse. ***Entrevista*** dada a José. M. Baldino, em 29/10/1990. In: BALDINO, José Maria. ***Ensino Superior em Goiás em tempos de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80***. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1991.

GOMES FILHO, Robson. **Os missionários redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)**. 2018. Tese (Doutorado em História em regime de dupla titulação) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Netrói; Eichstätt (BY, Alemanha), 2018.

GOMES, Vanessa Carnielo Ramos. **Dom Emanuel Gomes de Oliveira e a educação em Goiás (1923-1947): Entre a Igreja e o Estado**. 2019. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29329/3/Tese%20final_%20Vanessa%20C%20R%20Gomes%20VERS%c3%83O%20FINAL%20Completa.pdf>. Acesso em: 06/05/2020.

GONÇALVES, Ana Maria. **Ensino secundário em Goiás: A constituição de uma rede de escolas católicas (1889-1945)**. In: III Seminário Internacional de História do Tempo Presente, 2017. Florianópolis. **Anais**. Florianópolis, UDESC, 2017. Disponível em: <<http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IIISIHTP/paper/viewFile/532/344>>. Acesso em: 13/06/2020.

GOYA, Edna de Jesus. **O ensino superior de artes plásticas em Goiás – A Escola Goiana de Belas Artes – EGBA**. 19º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas “Entre Territórios” – 20 a 25/09/2010; Cachoeira-Bahia. P. 2021-22.

GROPPO, Giusepe; UBERTALLI, Giorgio A. L’educazione Cristiana: Natura e Fine. In GALLI, Norberto (Org.). **L’educazione Cristiana negli insegnamenti degli ultimi pontefici: da Pio XI a Giovanni Paolo II**. Milano: Vita e Pensiero, 1992.

GUERRERO E. **Fundamentos de la Pedagogía Cristiana**. Madrid: Ediciones Razón y Fe. 1945.

HEERDT, Moacir. **As escolas paroquiais em Santa Catarina, 1890 – 1930**. 1992. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/112188/90513.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 07/07/2020.

HERVIEU-LÉGER, Daniele. **O peregrino e o convertido – a religião em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções**. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ISAIA. Artur Cesar. Congressos Eucarísticos: Cristo Rei celebrado no Brasil da primeira metade do século XX. **Artelogie**, n. 4. Jan, 2013. Disponível em: <http://cral.in2p3.fr/artelogie/IMG/article_PDF/article_a159.pdf>. Acesso em: 22/10/2020.

KHOURY, Yara Maria Aun. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ática. 1991.

LACOMBE, Américo Jacobina. Os primórdios da Educação. In: VV.AA. **História da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/CFC/FENAME vl.1, 1973. p. 195.

LAMEGO, Valéria. **A farpa na lira: Cecília Meirelles na Revolução de 30**. São Paulo: Record, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas (SP): Unicamp, 2013.

LEONARDI, Paula. **Além dos espelhos: memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12062008-155236/publico/TesePaulaLeonardi.pdf>>. Acesso em: 10/06/2020.

LOMBAERDE, Júlio Maria de. **O perigo dos Collegios Protestantes**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1936.

LOYOLA, Mário de Almeida. Faculdade de Odontologia e UFG: dois projetos, uma só finalidade. In **UFG Afirmativa, Um História de Persistência: Pioneiros contam parte da trajetória de luta e obstinação de quem ousou sonhar a UFG**. Publicação da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás: novembro, 2008.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil-República cem anos de compromisso: 1889-1989**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1991.

_____. **A presença da Igreja no Brasil**. São Paulo: Giro, 1997.

MACÊDO, Maurides; VAZ, Ronaldo Ferreira. A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Goiás (1948-1999). **Estudos – Especial UCG 45 anos**, Goiânia, v. 31, out, 2004.

MAKARENKO, Anton. S. **Poema pedagógico** (vol. I, II, III). São Paulo: Edições Brasiliense. 1986. (Obra original publicada em 1931).

MARCIGAGLIA, Pe. Luiz. Sdb. **Dom Emanuel Gomes de Oliveira – 1º Arcebispo de Goiás. Oração Fúnebre**. Livro Tombo n.1. Catedral Metropolitana de Goiânia, 1955.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. Um projeto político via instrução: 100 anos da Carta Pastoral de D. Leme. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 39, n. 3, jul/set, 2017, p. 289-300. Disponível em: <[file:///C:/Users/Renato/Downloads/29013-Texto%20do%20artigo-166119-1-10-20170522%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Renato/Downloads/29013-Texto%20do%20artigo-166119-1-10-20170522%20(1).pdf)>. Acesso em: 27/07/2020.

MARTINS, Ernesto C. O movimento da escola nova e as ‘tendências educativas’ geradas ao longo do século XX numa encruzilhada de teorias e práticas. In: Carla Galego; Mª Manuel C. Ricardo e A. Teodoro (Org.). **A Educação comparada para além dos números. Contextos locais, Realidades nacionais, Processos transnacionais**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas/CeiED, 2017. p. 110-120.

MATA, Sérgio da. Entre Syllabus e Kulturkampf: revisitando o “reformismo” católico na Minas Gerais do Segundo Reinado. In: CHAVES, Cláudia M.; SILVEIRA, Marco A. (Orgs). **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007.

MATOS, A. S. O colégio protestante de São Paulo: um estudo de caso sobre o lugar da educação na estratégia missionária da igreja. **Fides Reformata**, São Paulo, v. 4, n. 2, jul./dez., 1999, p. 1-25.

MENEZES, Áurea Cordeiro. **Dom Emanuel Gomes de Oliveira: arcebispo da instrução**. Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2001.

_____. **História Eclesiástica de Goiás**. VI. 2. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

MESQUIDA, Peri; BRIGHENTI, Miriam F. Dom Leme, os intelectuais e o papel da Educação na Reconquista da Hegemonia Católica: A guerra de posição de 1915 a 1950. In: X Jornada Nacional do HISTEDBR, Vitória da Conquista. **Anais**. Vitória da Conquista, 2011.

MORAES, Maria Augusta de Sant’Ana. **Dos primeiros tempos da saúde pública em Goiás à Faculdade de Medicina**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2012.

MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias Cruzadas: debates intelectuais no Brasil e em Portugal durante o movimento de Restauração Católica (1910-1942)**. 2015. 443 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

MOURA, Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil – passado, presente e futuro**. São Paulo: Loyola, 2000.

NASCIMENTO, I. B. **Um pouco da história da engenharia e do planejamento administrativo em Goiás**. Entrevista concedida a Tereza Cristina Costa, com a participação dos professores Reginaldo Nassar Ferreira e Lourival Pereira Nunes. Goiânia: Revista da Adufg, n. 10, Maio de 2003.

NASCIMENTO, M. M. **Opinião pública e revolução**. São Paulo: Edusp/Nova Stella, 1989.

NETO, Vitor. **O Estado, A Igreja e a Sociedade em Portugal (1832 – 1911)**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

NOT, Louis. **As pedagogias do conhecimento**. São Paulo: DIFEL. 1981.

OLIVEIRA, Dom Antônio Ribeiro. **Universidade do Brasil Central**. In: PINHEIRO, Antônio César Caldas (Org.). Dom Emanuel, arcebispo da providência, da instrução e da paz. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2015. p. 34.

_____. **Entrevista concedida à Simone Aparecida Borges**. In BORGES, Simone Aparecida. Os cursos de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade

Federal de Goiás: Um olhar histórico. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2006. p. 71

_____. **Entrevista. 1986.** In: MACÊDO, Maurides; VAZ, Ronaldo Ferreira. A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Goiás (1948-1999). Revista Estudos, v. 31, out. 2004. Especial

OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes. **Carta ao Ministro de Estado da Educação – Documento proposta de criação da Faculdade Goiana de Direito.** 16 de julho de 1954. In. NETO, Helenisa Maria G. de Oliveira. História da Criação do curso de Direito da UCG por meio dos documentos internos da sua instituição. Revista Estudos, v. 31, out. 2004. Especial.

_____. **Carta Pastoral comunicando a sua primeira visita Ad Limina Apostolorum.** Escolas Profissionais Salesianas, Niterói, 1932.

PELAJA, Margherita; SCARAFFIA, Lucetta. **Due in una carne: Chiesa e sessualità nella storia.** Bari: Editora Laterza, 2014.

PEREIRA, José Carlos. Religião e Poder: os símbolos do poder sagrado. **CSONline. Revista Eletrônica de Ciências Sociais,** Ano 2, vol. 3, mai, 2008. Disponível El: <file:///C:/Users/Renato/Downloads/17055-Texto%20do%20artigo-72371-1-10-20091023.pdf>. Acesso em: 03/10/2020.

PIERUCCI, A. F. Reencantamento e dessecularização: a propósito do auto-engano em sociologia da religião. In: SOBRAL, Fernanda. A. Fonseca e; PORTO, Maria Stella Grossi (Orgs.). **A contemporaneidade brasileira: dilemas para a imaginação sociológica.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

PINHEIRO, Antônio César Caldas (Org.). **Dom Emanuel, arcebispo da providência, da instrução e da paz.** Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2015.

PISTRAK, Moisey. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho.** Tradução de D. A. Reis. São Paulo: Expressão Popular, 2000. (Obra original publicada em 1924).

PONTIFICIA COMMISSIO PRO AMERICA LATINA. **Actas y Decretos del Concilio Plenário de la América Latina.** Ciudad del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1999.

PRADA, Dom Francisco. **Gênese das Circunscrições Eclesiásticas de Goiás.** 1979.

QUADROS. Eduardo Gusmão. O teo-político da dominação colonial. **Horizonte,** Belo Horizonte, v. 7, n. 15, dez. 2009, p.32-52. Disponível em: <file:///C:/Users/Renato/Downloads/Dialnet-OTeopoliticoDaDominacaoColonial-3655130.pdf>. Acesso em: 29/08/2020.

QUEIRÓZ, Eça de. **Uma Campanha Alegre (De as Farpas): Obras Completas.** Porto: Lello & Irmão, vol.3, 1966.

RAJA GABAGLIA, Laurita Pessoa (Irmã Maria Regina do Santo Rosário). **O Cardeal Leme (1882-1942).** Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1962.

RAMALHO, J. P. **Colégios protestantes no Brasil: uma interpretação sociológica da prática educativa dos colégios protestantes no Brasil no período de 1870 a 1940**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Tempo da Ciência**, Toledo n. 15, vol 30, 2º semestre, 2008, p. 59 – 72.

_____. **Laicidade à Brasileira: um estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos**. 2012. 321 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54437>>. Acesso em: 30/10/2020.

REVISTA DA ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA. **Depois de cinco anos**. 1961. In: MENEZES, Áurea Cordeiro. Dom Emanuel Gomes de Oliveira: arcebispo da instrução. Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2001.

ROSENDAHL, Zeny. CORRÊA, Roberto Lobato. Difusão e Territórios diocesanos no Brasil: 1551-1930. **Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona**, Barcelona, vol. X, n. 218(65), ago, 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-65.htm>>. Acesso em: 05/11/2020.

ROUSSEAU, J.-J. Du contract social ou principes du droit politique. In: **Oeuvres Complètes**, Vol. III. Paris: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade), 1964.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550- 1755**. Brasília: UnB, 1981.

SAHD, Luiz Felipe N. A. S. Rousseau: Religião e Revolução. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, vol.16, n.1, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/82589/85552>>. Acesso em: 07/11/2019.

SAINT MARTIN, Monique. **Coesão e diversificação: os descendentes da nobreza na França, no final do século XX**. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2002, p. 127-149. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/mana/v8n2/16139.pdf>>. Acesso em: 15/12/2019.

SALEM, Tânia. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982.

SANTANA, Ricardo Gonçalves. **Santa Casa de Misericórdia de Goiânia: uma história de amor no atendimento aos necessitados**. Goiânia: UCG, 2003.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: romanização – ultramontanismo – reforma. **Temporalidades: revista discente do programa de pós-graduação em história da UFMG**, vol. 2, n. 2, ago/dez, 2010. Disponível em: <

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5387/pdf>>. Acesso em: 15/10/2020.

SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira dos. **Missionário Redentoristas Alemães em Goiás, uma participação no Movimento de Renovação e de Restauração Católica – 1894 a 1944**. 1984. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

SANTOS, Miguel Rosa dos. **A Expansão das Instituições Católicas, o Ensino Superior em Goiás e o Departamento de Economia da Universidade Católica de Goiás: História e Memória**. 2003. 243 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1185/1/Miguel%20Rosa%20dos%20Santos.pdf>>. Acesso em: 07/07/2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, B. (Coord.). **Dicionário de ciências sociais**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1987.

SILVA, José Trindade. **Lugares e pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás**. Goiânia: UCG, 2006.

SILVEIRA, J.P. da. **Fragmentos do meu tempo – depoimentos e entrevistas que revelam fatos inéditos da história de Goiás e de Brasília**. Goiânia, Editora Kelps, 1997.

SMUTS, R. Malcolm. **Culture and Power in England, 1585-1685**. New York: St. Martin's Press, 1999.

SOUZA, Rosa Fátima. **A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira**. Cadernos Cedes, ano XX, n. 52, novembro/2000.

SPENCER, H. **La educación intelectual, moral y física**. Madrid, 1911.

TAYLOR, William Carey. **A presença real no coração do crente, não na hóstia**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista. 1948.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência: A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)**. 2007. 257 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2515/1/389633.pdf>>. Acesso em: 24/10/2020.

TURCHI, Egídio. In. ALMEIDA, Maria Zeneide C. M. de. **Modernidade e Pioneirismo: a história do curso de Pedagogia na UCG (1949-1969)**. **Estudos – Especial UCG 45 anos**, v. 31, out. 2004.

VALDEZ, Diane (Org.) **Dicionário de educadores e educadoras em Goiás: séculos XVIII-XXI**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2017.

VASCONCELOS, A. S. Faria. **Lições de pedologia e pedagogia experimental**. 2ª Ed. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1934.

VASCONCELOS, Francisco Antonio de. Notas sobre a liderança de Dom Sebastião Leme no Brasil. **REFLEXUS: Revista de Teologia e Ciências das Religiões**, Vitória, vol. 9, n. 14, 2015. Disponível em: <<http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/reflexus/article/view/298>>. Acesso em: 30/10/2020.

VAZ. Pe. José Carlos de Lima. Os Jesuítas e a UCG – Três Textos. **Estudos Goianienses-Revista da Universidade Católica de Goiás**. Ano VI – n. 10 – 2º semestre – 1979. p. 31-45.

VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891-1955)**. 1997. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

_____. **A Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás**. In. OLIVEIRA, Maurides B. M. Filho (Coord.). Projeto de Pesquisa: A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e os atuais Departamentos de Filosofia e Teologia; de História, Geografia e Ciências Sociais; de Letras; e de Educação da Universidade Católica de Goiás - 50 Anos de História de uma Instituição. Goiânia: UCG, 1999.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A Ordem, uma revista de doutrina, política e cultura católica. **Revista de Ciência Política**, vol 21, n. 3, set, 1978.

VIANA FILHO, L. **Anísio Teixeira: A polêmica da educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

VIGÁRIO, Jacqueline Siqueira. **Nazareno Confaloni: Olhares, Trocas e Sensações- Uma Abordagem da História da Cultura Visual**. 2020. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/3326/1/Jacqueline%20Siqueira%20Vigario.pdf>>. Acesso em: 25/10/2020.

VON PUTTKAMER. W. Jesco. **Entrevista dada a José. M. Baldino, em 29/10/1990**. In: BALDINO, José Maria. Ensino Superior em Goiás em tempos de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1991

WYSE, Frei Alexandre. **No Coração do Brasil. Ensaio da História dos Quarenta Anos (1943-1984) da Custódia do Santíssimo Nome de Jesus em Goiás**. Anápolis, 1987.

FONTES E DOCUMENTOS CITADOS

ALMEIRA, Pe. Vitor. **Carta à Dom Emanuel**. Bonfim, 27 outubro 1933. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

ANUÁRIO CATÓLICO DO BRASIL – CERIS, 2000.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918.

ARAÚJO, Dr. Joaquim Machado de. **Carta do Presidente da Comissão para Dom Emanuel**. Santa Luzia, 30 de março de 1930. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

ARQUIVO MORTO, pasta 16. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

ASSINATURA ILEGÍVEL. **Correspondência**. Anápolis. 22 janeiro de 1933. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

ATA da **Assembleia Geral Extraordinária da Criação da Fundação Escola de Engenharia do Brasil Central** -13/09/1952. Clube de Engenharia de Goiás.

ATA da **Associação Médica de Goiás**, 99ª. sessão. 30/03/1954.

ATA da **Congregação Faculdade de Filosofia de Goiás**, 1949. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

ATA da Reunião de **Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras** – 03 de maio 1949. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

ATA de Reunião de **Instituição da Fundação Faculdade Goiana de Direito**. 10 fevereiro de 1954. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

BALANCETE Sintético da **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás**. 31 de dezembro de 1950. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

BENTO, Dom. Núncio Apostólico no Brasil. **Carta a Dom Emanuel Gomes de Oliveira**. Rio de Janeiro. 01 de junho de 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central

BRASIL. Decreto Nº 119-A, de 7 de Janeiro de 1890. Aprova a Liberdade de Culto no Brasil. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 07 jan. 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm Acessado em: 20/09/2020.

BRASIL. Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Reforma do ensino secundário e superior no Brasil. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 13 jan. 1925.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16782aimpressao.htm Acesso em: 23/09/2020.

BRASIL. Decreto nº 15.495, de 9 de maio de 1944. Concede equiparação à Escola de Enfermeiras do Hospital São Vicente de Paulo, com sede em Goiânia, no Estado de Goiás. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 de maio de 1944. Disponível: <http://legis.senado.leg.br/norma/429269/publicacao/15618888> Acessado: 19/09/2020

BRASIL. Decreto nº 21.968, de 21 de outubro de 1946. Aprova dos Estatutos da Universidade Católica do Rio de Janeiro. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 out. 1946. Disponível: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/119927-aprova-os-estatutos-da-universidade-catolica-do-rio-de-janeiro.html> Acessado: 31/03/2020.

BRASIL. Decreto nº 26.144, de 04 de janeiro de 1949. Concede autorização para funcionamento dos cursos de Geografia e História, Letras clássicas, Letras neo-latinas, Letras anglo-germânicas e Pedagogia da Faculdade de Filosofia de Goiás. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de janeiro de 1949. Disponível: <https://legis.senado.leg.br/norma/448811/publicacao/15655067> Acessado: 29/09/2020.

BRASIL. Decreto nº 30.180, de 20 de novembro de 1951. Concede reconhecimento aos cursos de Farmácia e Odontologia de Goiás. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 de novembro de 1951. Disponível: <https://legis.senado.leg.br/norma/452792/publicacao/15656367> Acessado: 19/09/2020.

BUENO, Jerônimo Coimbra. **Carta ao Núncio Apostólico no Brasil**. 27 de fevereiro de 1948. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

CARLETTI, Padre Ernesto. **Carta à Dom Emanuel sobre o ginásio arquidiocesano de Anápolis**. Silvânia 26 de novembro 1944. 4 páginas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

CARTA PASTORAL do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro (Legado Pontifício) e dos Arcebispos e Bispos do Brasil, por ocasião do Concílio Plenário Brasileiro. Rio de Janeiro, 20 de julho de 1939.

CHIARLO, Dom Carlo. **Carta do Núncio Apostólico no Brasil a Dom Emanuel**. Rio de Janeiro, 21 de julho de 1950. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

CODEX IURIS CANONICIS, 1917. Libreria Editrice Vaticana. Disponível: <http://www.jgray.org/codes/cic17lat.html>. Acessado: 15/09/2020.

CONCÍLIO VATICANO I. **Constituzione Dogmatica Dei Filius, del Sommo Pontefice Pio IX**. 24 aprile 1870. Disponível: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/i-vatican-council/documents/vat-i_const_18700424_dei-filius_it.html. Acessado: 08/01/2020.

CONSTITUIÇÃO APOSTÓLICA “*Sacrae Disciplinae Leges*”, promulgada pelo papa João Paulo II, 25 janeiro, 1983.

CONTRATO com E. Peres Valdes, executor da obra do altar-monumento. 15 de maio de 1948. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

CONTRATO de Manutenção Entre Mitra Arquidiocesana de Goiás e a Sociedade de Educação e Ensino de Goiás. 25 agosto de 1948. In: Livro Ata Sociedade De Educação E Ensino de Goiaz. p. 45-47. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

EMENDA ao Projeto de Orçamento de Benedito Melo, Sala das Sessões, 27 de novembro de 1947. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

ESTATUTOS da Sociedade de Educação e Ensino De Goiás. In Livro Ata Sociedade De Educação E Ensino de Goiaz. p. 30. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

FAUST, Frei Mathias. Carta à Dom Emanuel do Delegado Geral dos Franciscanos nos Estados Unidos. Nova Iorque, 24 de agosto de 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

GOIÁS. Lei nº 192, de 20 de Outubro de 1948. Cria a Universidade do Brasil Central e dá outras providências. **Diário Oficial,** Goiânia, 11 de novembro de 1948.

GREGÓRIO XVI, Papa. Mirari Vos: sobre os principais erros do seu tempo (1832).

HOEPERS, Frei Mateus. Carta ao Exmo. Revmo. Sr. Dom Emanuel. São Paulo, 25 de junho de 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

_____. In: **The Provincial Annals. Province of the Most Holy Name Order of Friars Minor.** Vol. IV, n. 01. New York, 1943. p. 158. Arquivo da Custódia Franciscana do Santíssimo Nome de Goiás.

IBGE. Estado de Goiás, Censo Demográfico. Série Regional. VI. XXX, Tomo 1. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956.

IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Censo demográfico: população e habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

JORNAL A Noite. 06 de junho de 1948. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

JORNAL Correio Oficial, 27 de dezembro de 1936. Arquivo Histórico do Estado de Goiás.

_____, 28 de maio de 1929. Arquivo Histórico do Estado de Goiás.

_____, 28 maio de 1935. Arquivo Histórico do Estado de Goiás.

JORNAL Goyaz, s/n. 05 de fevereiro de 1903. Arquivo Histórico do Estado de Goiás.

JORNAL *O Popular*, 05 de junho de 1938. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

_____, 06 de novembro de 1938. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

_____, 10 de junho 1948. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

_____, 19 de setembro de 1952. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

LEÃO XIII, Papa. *Immortale Dei*, sobre a constituição cristã dos Estados. (1885). Disponível: http://www.vatican.va/content/leoxiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01111885_immortale-dei.html Acessado: 08/01/2020.

_____. *Graves de Comuni* – sobre a democracia cristã (1901). Petrópolis: Vozes, 1956.

_____. *Libertas Praestantissimum* – sobre a liberdade humana (1888). Disponível: <https://estudostomistas.org/libertas-praestantissimum-de-leao-xiii/> Acessado: 02/01/2020.

_____. *Rerum Novarum* – sobre a condição dos operários (1891). São Paulo: Paulinas. 16ª ed. 2008.

LIMA, Josefa Dias. (Ir. Luiza). **Missão das Filhas da Caridade em Goiás**. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

LIVRO **Ata da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo**. 10 outubro de 1942. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

LIVRO **Ata Sociedade de Educação e Ensino De Goiaz**, 1948. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

LIVRO CONTÁBIL “**Receita e despesas da Mitra do Bispado de Goiás. 1926-1954**”. Arquivo da Cúria Metropolitana de Goiânia.

LIVRO **Atas de Reuniões da Faculdade de Ciências Econômicas**. Arquivo Morto, pasta n.1. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 1954.

MACHADO FILHO, Alexandre Marcondes. **Carta à Dom Emanuel concedendo o visto permanente em favor dos religiosos**. 08 de outubro de 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos- Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos**. Vol. VI, n. 17, Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1945.

MOREIRA, Frei Vicente Maria. **Carta dirigida a Dom Emanuel**. Santa Luzia, 20 de março de 1930. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

NATTIER JR, Frank. **Carta à Dom Emanuel do Coordinator of Inter-American Affairs**. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta a Dom Henrique Gasparri, Núncio Apostólico**. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1924. 2 páginas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

_____. **Carta a Madre Inspectora das Filhas de Maria Auxiliadora**. Goyaz, 04 de abril de 1934. 2 páginas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

_____. **Carta ao Núncio Apostólico Dom Bento**. Goyaz, 19 de maio 1942. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

_____. **Carta ao Núncio Apostólico no Brasil**. Goiânia, 20 de abril de 1949. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

_____. **Carta ao Revmo. Sr. Pe. Frei Mateus, Provincial Franciscano**. Anápolis, 17 de junho 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

_____. **Carta ao Revmo. Sr. Pe. Frei Paulo Stein, Delegado Geral dos Franciscanos no Brasil**. 28 de junho 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

_____. **Carta ao Revmo. Sr. Pe. Frei Paulo Seibert, Comissário Provincial**. Campinas 04 de novembro de 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

_____. **Carta aos vigários da diocese**. Goyaz, 31 de agosto de 1923. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

_____. **Documento avulso sem título**. Data desconhecida, 1954. p. 3. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

_____. **Telegrama**. Jornal *Brasil Central*, Goiânia, 30 de dezembro 1932. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

_____. **Aos Católicos e homens de bom senso**, 1947. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

_____. **O Sr. Arcebispo Metropolitano e a Obra das Vocações Sacerdotais- Circular n. 7**. Bonfim, 31 de outubro de 1940. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

_____. **Correspondência**. Bonfim, 07 de março de 1951. In. In: MENEZES, Áurea Cordeiro. Dom Emanuel Gomes de Oliveira: arcebispo da instrução. Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2001. p. 109-110.

OLIVEIRA, Helvécio Gomes de. **Carta ao Núncio Apostólico**. Marianna, 5 de Abril de 1931. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

OSVALDO, Padre. **Carta à Dom Emanuel sobre a situação de Anápolis**. Goiânia, 01 de dezembro 1944. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

PIO IX, Papa. **Quanta Cura- sobre os principais erros da época. (1864)**. Petrópolis: Vozes, 1959.

PIO IX, Papa. **Quum non sine**, (1864). In. Syllabus. Petrópolis: Vozes, 1956.

PIO IX, Papa. **Syllabus** (1864). Petrópolis: Vozes, 1956.

PIO X, Papa. **Pascendi Dominici Gregis: sobre as doutrinas modernistas** (1907). Disponível: http://www.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.html Acessado: 01/08/2020

PIO XI, Papa. **Allocuzione di Sua Santità ai professori ed agli alluni del Collegio di Mondragone**. “Ecco Una”. 14 maggio 1929. Disponível: https://w2.vatican.va/content/pius-xi/it/speeches/documents/hf_p-xi_spe_19290514_ecco-una.html Acessado: 14/12/2019.

PIO XI, Papa. Carta Encíclica **Divini Illius Magistri**, acerca da educação cristã da juventude (1929). São Paulo: Ed. Paulinas. 1965.

PIO XI, Papa; **Chirografo di Sua Santità Pio XI “Ci Commuovono” All’Em.Mo Cardinale Basilio Pompili, Vicario di Roma**. 2 febbraio 1930. Disponível: http://www.vatican.va/content/pius-xi/it/letters/documents/hf_p-xi lett_19300202_ci-commuovono.html Acessado: 08/01/2020.

PÓVOA, Emílio. Feliz Jubileu. In. **Vinte Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiaz- a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro arcebispo de Goiaz. 1923-1948**. (Poliantéia Comemorativa)

REGIMENTO da **Faculdade de Filosofia de Goiaz**, Art. 26 e 27, 1948.

REGIMENTO Interno da **Federação do Comércio do Estado de Goiás**, 1950.

REGULAMENTO da **Sociedade de São Vicente de Paulo**, 1998.

REIS, Vasco dos. *Jornal Brasil Central*. Goiânia 16 jun. 1951. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

SERBERT, Frei Paul. **Carta à Dom Emanuel comunicando-lhe as dificuldades para obtenção de passaportes americanos e de transporte**. Nova Iorque, 04 de outubro de 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

SERBERT, Frei Paulo. **Carta à Dom Emanuel**. Anápolis, 27 de dezembro de 1945. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

SERBERT, Frei Paulo. **Carta à Dom Emanuel**. Datada em Anápolis, 03 de novembro de 1945.

SILVA, Cônego J. Trindade da Fonseca. **Carta à Dom Emanuel sobre as dificuldades do Ginásio Arquidiocesano Municipal de Anápolis**. 2 páginas. Anápolis, 23 de novembro de 1944. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

_____. **Carta à Dom Emanuel**. Anápolis, 14 dezembro de 1944. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

SILVA, D. Prudêncio Gomes da. **Carta Pastoral sobre o protestantismo**. Cidade de Goyaz, 1918.

STEIN, Frei Paulo. **Delegado Geral dos Frades Menores do Brasil**. Carta à Dom Emanuel. Divinópolis, 6 de junho de 1943. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

TEXEIRA, Pedro Ludovico. **Telegrama**. Jornal *Brasil Central*, Goiânia, 30 de dezembro 1932. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.